

MARCIA CRISTINA PINTO BICKEL

**O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO E A PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTOS SOBRE O LAZER NO BRASIL
(DÉCADA DE 1970)**

**BELO HORIZONTE
2013**

MARCIA CRISTINA PINTO BICKEL

**O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO E A PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTOS SOBRE O LAZER NO BRASIL
(DÉCADA DE 1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação / Mestrado Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Lazer.

Linha de Pesquisa: Lazer, história e diversidade cultural.

Orientador: Prof. Dr. Victor Andrade de Melo

**BELO HORIZONTE
2013**

B583s Bickel, Marcia Cristina Pinto
2013 O Serviço Social do Comércio e a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil: década de 1970. [manuscrito] / Marcia Cristina Pinto Bickel-2013.

176 f., enc.:il.

Orientador: Victor Andrade Melo

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 169-175

1. Lazer - Teses. 2. Serviço social – História - Teses. 3. SESC - História- Teses. I. Melo, Victor Andrade. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III.Título.

CDU: 379.8(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer
Área Interdisciplinar

Dissertação ***O Serviço Social do Comércio e a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil (década de 1970)*** de autoria da mestranda **Márcia Cristina Pinto Bickel** defendida e aprovada em 28 de fevereiro de 2013, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais e submetida à banca examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo (Orientador)
Escola de Educação Física e Desportos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fábio de Faria Peres
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rafael Fortes Soares
Centro de Ciências Humanas
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UFMG

DEDICATÓRIA

Para o Serviço Social do Comércio – SESC, com o firme propósito de incentivo para que outros continuem o caminho que está sendo agora iniciado.

AGRADECIMENTOS

Ao Serviço Social do Comércio – SESC, empresa que entrou para minha vida há 14 anos, e onde venho aprendendo, a cada dia, como lidar com as questões do lazer.

Ao corpo de Diretores do Departamento Nacional do SESC, pela aquiescência de meu ingresso no curso de Mestrado em Lazer, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais.

Aos meus companheiros de trabalho na Gerência de Lazer, pela oportunidade da convivência e de crescimento profissional, inclusive através de situações de discordância.

A você, Jorge Jaime da Silva, pela amizade, companheirismo, paciência e senso de humor com o qual você me brinda a todo o momento, quebrando qualquer protocolo inerente à rotina de nosso trabalho.

Aos amigos que fiz em Belo Horizonte, durante minha curta estadia, de passagem pela UFMG. Vocês foram essenciais para minha readaptação ao universo acadêmico depois de 20 anos distante dos bancos escolares.

Aos professores do Mestrado, que foram igualmente acolhedores e incentivadores ao longo de minha jornada de estudos.

A todos aqueles que, por estarem comigo no cotidiano, acabaram sendo capturados pela pesquisa e dela passaram a fazer parte, sem qualquer opção de escolha: Fernando Dysarz, Márcia Pina, Caroline, Patrícia, Jacqueline, Gilson, Ivan Carlos, Fátima Salerno, Rui Maciel, Regina Marcondes, Elisabete – todos do SESC.

Ao SESC Memórias, Departamento Regional do SESC São Paulo, na pessoa da Sra. Maria Sílvia de Souza Mazin, minha interlocutora no diálogo sobre o Centro de Estudos do Lazer (CELAZER).

Ao Professor Luiz Wilson Alves Correa Pina, ex-servidor do SESC e agente atuante no campo do lazer, devo sinceros e cordiais agradecimentos, ressaltando que este trabalho de pesquisa não se concretizaria, se não fosse a sua atitude de extrema gentileza, cedendo parte de arquivos pessoais à consulta.

Ao Professor Hélder Ferreira Isayama, querido pelos ensinamentos e amizade. Foram ótimos os momentos vividos nas aulas e, longe de todo o movimento acadêmico. Tenho certeza de que ainda teremos outros ótimos momentos de Encontros, Seminários e Congressos.

Ao meu orientador, Victor Andrade Melo. Se você não sabe, é porque nunca te falei, mas o fato é que, para mim, ter sido aceita como sua orientanda, foi um privilégio. Admirável pela forma como respeitosamente conduz seus posicionamentos frente às demais possibilidades de interpretação do lazer como objeto de estudo, inquestionável quanto à postura profissional e humanamente seguro de si e dos valores que, muito respeitosamente, deixa transparecer quando é, por nós orientandos, chamado a opinar sobre questões que

podem até não estar diretamente relacionadas ao trabalho de pesquisa em si. É assim que te vejo, é assim que me decidi por homenageá-lo e é assim que gostaria que você recebesse este meu muito obrigado!

A meu pai, Rudolf Bickel, escritor nas horas de lazer, cara engraçado, contador de piadas e pessoa simples, acho que foi você minha inspiração durante todo o exercício de escrita do texto. À minha mãe, Angela Maria Pinto Bickel, pessoa que às vezes me confunde por não saber se somos de fato, mãe e filha ou simplesmente grandes amigas. À Vivian, minha irmã caçula, e ao Marcelo, meu irmão que há pouco tempo nos deixou, agradecimentos especiais. Vocês são a família que eu não escolhi, mais que jamais trocaria por outra. Amo vocês.

RESUMO

BICKEL, M.C.P. **O Serviço Social do Comércio e a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil (Década de 1970)**. 2013. 174f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer)-Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013.

Este estudo trata do papel desempenhado pelo Serviço Social do Comércio – SESC, na conformação do campo de estudos sobre o lazer no Brasil. A percepção de que usualmente o termo estudos do lazer é empregado para designar a produção de conhecimentos científicos, que têm o lazer como objeto de estudo, foi o ponto de partida para se pensar em que medida esse conhecimento apresenta-se com características de um saber elaborado, organizado, sistematizado, expresso através de produção textual, embasado e orientado por infinitas possibilidades metodológicas de interpretação. Ponderar como o tema lazer adquiriu importância, tornando-se expressivamente preocupação de distintos segmentos sociais, durante os anos de 1970, é motivação da pesquisa que propõe investigar a participação do Serviço Social do Comércio na história do pensamento sobre o lazer Brasil. Partindo da premissa de que as pesquisas sobre o estado da arte dos estudos sobre o lazer ressaltam a importância das ações de caráter científico organizadas pelo SESC, na década de 70, e as influências propositivas para o incremento das discussões e debates em torno do tema é que se pretende o diálogo com as fontes, em busca da compreensão do papel do lazer para o desenvolvimento do país. Em um contexto marcado pelo desenvolvimento da industrialização e da urbanização, pelo crescimento populacional e pelo deslocamento do mundo rural para o urbano, o comportamento dos indivíduos nos centros urbanos é visto como preocupante, ao mesmo tempo em que se intensificam os debates por mais oportunidades de lazer nas cidades, que crescem sem planejamento urbano e longe das preocupações com áreas livres. Quais as reflexões possíveis sobre a maneira como, em meio a este cenário, foi possível ao SESC estruturar a sua forma de pensar o lazer? No texto que segue, busca-se através da análise histórica ressaltar o que há de específico e de singular no papel desempenhado pelo SESC na década de 70, em termos de incentivo aos estudos, às pesquisas e à produção intelectual sobre o lazer. A metodologia adotada na condução da pesquisa orientou-se pela possibilidade de dar voz ao sujeito histórico envolvido no processo de construção do conhecimento. Para tanto, foi preciso percorrer parte da história da instituição em busca de indícios que revelassem a origem das preocupações e do interesse pelo tema do lazer. Muitas questões se revelaram aos olhos atentos às nuances do trajeto, e estão retratadas de forma contextualizada nos três capítulos que corporificam o trabalho.

Palavras-chave: SESC. Lazer. História. Estudos.

ABSTRACT

BICKEL, M.C.P. **O Serviço Social do Comércio e a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil (Década de 1970)**. 2013. 174f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer)-Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013.

This study deals with the role of Commerce Social Service's – SESC – on establishing leisure as a study field in Brazil. The usual sense of scientific knowledge production given to leisure studies was the starting point to consider the dimensions in which this field is presented, as an elaborated and organized lore, expressed by means of textual production and oriented by infinite interpretation possibilities. The research motivation was the thought of how leisure became important and a real question to different social segments during the 70's. It proposes an investigation about SESC participation on Brazil's leisure thinking. From the premise that leisure researches highlight the scientific actions and initiatives headed by SESC during the 70's, comes the intention to dialogue with the sources, in order to comprehend the leisure role in the country development. The context marked by industrialization, urbanization, population growth and migration from the country to the cities, made of people's behavior in urban centers a real matter, and raised the discussion around the need of more leisure opportunities in the cities, that end up expanding their frontiers without urban planning and away from the free zones concern. Before this scenario, what are the possible reflections of the ways SESC took to structure its leisure thinking and concepts? The following text, by means of historical investigation, looks for enhancing unique aspects of SESC role in 70's, in terms of studies incentive and intellectual production. The methodology applied here aims to bring the historical subject voice to the knowledge building process. For that, it was necessary to get acquainted with the Institution history, in order to spot evidences able to reveal the origins of the concern and interest related to leisure. The sources founded express the institutional conditions to the leisure knowledge production in Brazil, along the period this study incurs: studies and research incentive that allowed a certain professional segment - SESC technicians from São Paulo – to accumulate the suitable guidelines to fit the demand of this knowledge field in construction. And, at the same time, the promotion of scientific actions, such as seminars and congresses, that put SESC, as a social institution, in Brazil leisure history avant-garde.

Key-words: SESC. Leisure. History. Studies

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | ORIGEM E ATUAÇÃO SOCIAL DO SESC | 23 |
| 2.1 | Antecedentes à criação do SESC..... | 31 |
| 2.2 | A legislação social no Brasil e a origem da atuação social do SESC..... | 36 |
| 2.3 | O início da atuação social do SESC | 42 |
| 2.4 | O contexto Pós-Guerra e as influências externas | 43 |
| 2.5 | Da redemocratização do país ao entendimento sobre atuação social | 44 |
| 3 | LAZER PARA OS TRABALHADORES DO COMÉRCIO | 48 |
| 3.1 | Notas sobre a Resolução SESC nº 229/73 e suas implicações quanto ao lazer | 73 |
| 4 | O LAZER EM PERSPECTIVA CIENTÍFICA | 79 |
| 4.1 | Lazer: enfoques teóricos..... | 80 |
| 4.2 | As preocupações com o lazer e sua legitimação no campo científico | 87 |
| 4.3 | O <i>dolce far-niente</i> das primeiras ponderações sobre o lazer em perspectiva científica | 90 |
| 4.4 | As primeiras articulações de caráter científico em torno do lazer | 99 |
| 4.5 | As contribuições do CELAZER para a produção de conhecimentos sobre o lazer..... | 138 |
| 4.5.1 | Cadernos de Lazer | 141 |
| 4.5.2 | Cadernos de Lazer Documentos | 153 |
| 4.5.3 | Leituras CELAZER | 154 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 162 |
| | REFERÊNCIAS | 169 |

1 INTRODUÇÃO

Usualmente, o termo *estudos do lazer* é empregado para designar a produção de conhecimentos científicos que têm o lazer como objeto de estudo. Esse conjunto de conhecimentos apresenta as características de um saber elaborado, organizado, sistematizado, expresso através de produção textual embasada e orientada por infinitas possibilidades metodológicas de interpretação.

No Brasil – ainda que existam controvérsias entre os pesquisadores do lazer sobre uma possível cronologia acerca do aparecimento dos primeiros estudos sobre o tema – é recorrente a interpretação de que a produção intelectual que tem o lazer como objeto de interesse, em especial aquelas de abordagem histórica, deslançou entre fins dos anos de 1960 e vem se ampliando até os dias de hoje. Tal fato se materializa, quando em nossas análises bibliográficas nos depararmos com construções textuais que identificam a década de 1970 como o cenário em que são projetadas preocupações mais veementes com relação ao lazer.

No contexto em que se inserem os estudos contemporâneos sobre o lazer, existe um ramo da pesquisa científica, denominado *estado da arte*, cuja principal preocupação é o mapeamento da produção acadêmica e científica em diferentes campos do conhecimento. O acesso a essas pesquisas de caráter bibliográfico contribui para que o pesquisador tenha uma visão ampliada sobre o comportamento dessa produção, em relação ao aspecto quantitativo e, também, sobre as condições de sua ocorrência.

Em um artigo dedicado ao levantamento do *estado da arte nos estudos do lazer*, no Brasil dos séculos XX e XXI, são apresentados resultados preliminares de um levantamento bibliográfico que objetivou mapear a produção de conhecimentos referente aos estudos do lazer no Brasil, tomando como marcos os séculos XX e XXI (PEIXOTO, 2007). Sobre os anos 70 do século XX, as pesquisas bibliográficas revelaram, segundo essa autora, um cenário em que havia necessidade de ampliação dos estudos empíricos sobre o lazer, mas em que, ao mesmo tempo, também se ampliavam as condições materiais para o aprimoramento teórico-conceitual, com ênfase no conhecimento sobre os “usos do tempo livre”.

Este mesmo artigo identifica e quantifica as obras publicadas no Brasil relativas ao lazer, ao longo do período compreendido entre fins dos anos 1960 e a década de 1970. No total, estão relacionadas 87 publicações, cujos títulos fazem referência a implicações diversas e enfatizam questões relacionadas ao uso do tempo, à urbanização, à educação, à recreação, à ação social e ao esporte, além de exprimirem preocupações quanto a aspectos psicológicos relacionados à temática:

Na década de 1970, temos a primeira explosão na produção do conhecimento referente aos estudos do lazer, com 87 publicações. Entre os trabalhos publicados nesta fase, encontramos, de Gilberto Freyre, *Tempo, ócio e arte: reflexões de um latino-americano em face do avanço da automação* (1970) e *Um assunto atualíssimo: os tempos sociais* (1971). Francisco de Macedo Riopardense publica *O uso do tempo e o equipamento urbano de recreação* (1970). Ethel Bauzer Medeiros publica *O lazer no planejamento urbano* (1971); *Atividades lúdicas populares* (1972); *O educador e a atividade criadora* (1974); e os artigos *Valor da recreação nos países em desenvolvimento* (1974); *O lazer no mundo atual* (1974). Marlene Yurgel (1972, 1973, 1974) publica uma série de trabalhos no campo da arquitetura, urbanismo e lazer, e Roberto Burle Marx publica *Áreas verdes e lazer* (1974). Lamartine Pereira da Costa publica *Esporte para todos* (1975). Lenea Gaelzer publica quatro trabalhos ligados à recreação e, entre estes, o clássico *Lazer: benção ou maldição?* (1979), prefaciado por Inezil Penna Marinho que, neste ano, publica *Raízes etimológica, histórica e jurídica do lazer* (1979). Paulo Nunes de Almeida publica *Dinâmica lúdica, técnicas e jogos pedagógicos* (1974) e *A explosão recreativa dos jogos* (1977). Maria Heloísa Fénelon Costa se pergunta: *Há lazer entre os Carajás?* (1975). Emile Derlon Linson se pergunta: *O lazer é um problema nos países em desenvolvimento?* (1975). Renato Requixa escreve: *Lazer e ação comunitária* (1973); *O lazer e a civilização urbana* (1974); *As dimensões do lazer* (1976); *O lazer na grande cidade e os espaços urbanizados* (1977); *O lazer no Brasil* (1977). Luiz Otávio de Lima Camargo inicia suas publicações com *Lazer e preservação do patrimônio cultural* (1978) e com *Recreação pública* (1979). Cecília Torreão Stramandinoli publica *Aspectos psicológicos do lazer* (1971) e José Inácio Parente, *Lazer e psicologia preventiva* (1977). José Otão escreve *A educação permanente e o lazer* (1973) e Alípio Pires Castello Branco publica *Educação, lazer e vida urbana* (1973). Manoel José Gomes Tubino publica *Colônia de férias* (1973). (PEIXOTO, 2007, p. 572)

Dentre as publicações relacionadas, estão algumas de autoria de profissionais do Serviço Social do Comércio – SESC. Entre eles, cabe mencionar Renato Requixa¹ que, atuando no Departamento Regional do SESC, em São Paulo, desenvolveu interesse pelo lazer, tornando-se, dentro do quadro de técnicos da Instituição, incentivador de estudos e pesquisas relacionados ao tema. Em entrevista que integra a série de *Depoimentos* do Projeto Garimpando Memórias, do Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Requixa se refere ao ano de 1969, como sendo o momento em que, pela primeira vez, a palavra lazer é divulgada pelos meios de comunicação². Não por acaso, foi neste mesmo ano, entre os dias 27 e 30 de outubro, que o SESC São Paulo, juntamente com a Secretaria de Bem-Estar do Município, promoveu um evento destinado a discutir o lazer, denominado: *Seminário sobre o Lazer: perspectivas para uma cidade que trabalha*.

¹ Renato Antônio Quadros de Souza Requixa. Admitido no quadro profissional do Serviço Social do Comércio, Administração Regional do SESC em São Paulo, em 1953. Sua primeira função foi como Orientador Social, na Unidade Operacional do SESC Bertioga, primeira Colônia de Férias criada pelo SESC. Durante os anos de 1960, integrou a equipe técnica responsável pelas programações sociorecreativas das Unidades Móveis – UNIMOS, cuja atribuição era percorrer as cidades do interior do estado de São Paulo desenvolvendo ações de caráter social. Em 1976, assumiu a Diretoria Regional do SESC-SP.

² Entrevista concedida ao Projeto Garimpando Memórias [Nov.2001]. Entrevistadora Christianne Luce Gomes. São Paulo: Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – USEF/UFRGS, 2004.

O evento foi o primeiro no país a reunir profissionais, de diferentes formações e atuação profissional, em torno da temática *lazer*. O *Seminário* evidenciou preocupações relativas à crescente importância do lazer no âmbito do desenvolvimento urbano. O evento foi iniciado com uma conferência de Renato Requixa, salientando a importância do lazer no mundo contemporâneo, e a validade dos estudos do lazer para os países em desenvolvimento. Nas palavras do próprio Requixa:

[...] É na cidade de São Paulo, a mais industrializada cidade do país, onde o aspecto trabalho apresenta íntima conexão com a própria vida da cidade, que o lazer como tema haveria de impor-se, como aconteceu, com significativa importância. Assim, o lazer, como problema geral, emerge a consciência social brasileira nesse momento, e vai adquirindo progressiva importância social e política no país. (REQUIXA, 1977, p. 92)

O que chama a atenção, com relação ao teor do discurso, é a relação do lazer com a vida urbana, e a preocupação sobre como tratá-lo, em meio aos desafios gerados pela industrialização. Tanto Requixa quanto outros estudiosos do lazer, que produziram e publicaram suas obras durante os anos 70, contribuíram para o embate teórico que reforça a interpretação do lazer como produto das sociedades modernas. Ao enxergá-lo como indissociável do cotidiano das grandes cidades, o trataram como um “problema das grandes cidades”.

Enquanto objeto de estudo científico, durante os anos de 1970, o “problema lazer” impulsionou estudos e pesquisas que, ao mesmo tempo em que buscavam captar a percepção da própria sociedade brasileira sobre as suas possíveis influências na vida e no comportamento das pessoas, também levaram adiante o pensamento de que o “bom lazer” seria aquele que contribuísse para a transformação da sociedade. Essa preocupação tinha relação direta com a ideia do lazer não apenas como produto das modernas sociedades capitalistas, industrializadas, urbanizadas. Demonstra que, por trás de todas as argumentações e interpretações, havia o temor de que o lazer inventasse uma nova ordem social. Sobre tal preocupação, Sant’Anna (1994) aponta que o crescimento das preocupações com o lazer dos trabalhadores, suscitou a necessidade de constituição de projetos político-pedagógicos direcionados à disciplinarização do comportamento dos indivíduos.

Não refutando as pretensões teórico-conceituais que fundamentam a produção de conhecimentos situada nos anos de 1970, há que se pensar em que medida estaria a permear tais argumentos, uma relação de casualidade nos discursos que resultaram na defesa da ordem, da moral e dos bons costumes no lazer.

A intensificação do processo de industrialização, o crescimento das cidades – consequência do desenvolvimento da urbanização – e o deslocamento de grandes contingentes da população rural, para os centros urbanos, são circunstâncias que denotam

o surgimento de uma nova ordem social e que não podem ser negligenciadas se queremos compreender como se constituiu o pensamento sobre o lazer no Brasil.

Nos anos anteriores à realização do *Seminário sobre Lazer*, de 1969, a produção que resultava de estudos e pesquisas sobre o tema é considerada, pelos autores contemporâneos, como insipiente, na medida em que se apresentava de forma perene e segmentada. E, de certa forma, era direcionada a atender aos anseios e expectativas de determinados setores da sociedade. Um exemplo são as obras de Arnaldo Sussekind, primeiro Presidente do Serviço de Recreação Operária (SRO)³, que através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio publicou *Trabalho e Recreação* (1946), *Recreação Operária* (1948) e *Manual de Recreação (Orientação dos Lazer dos Trabalhadores)* (1952), com colaboradores. Em síntese, tais publicações corroboravam as pretensões do governo getulista, na medida em que destacavam a importância de organizar a vida sociocultural dos trabalhadores, através do direcionamento do uso adequado do tempo fora das atividades laborais.

Ainda sobre as obras publicadas por Sussekind, Christianne Gomes (2003, p. 257) enfatiza a importância conferida pelo Serviço de Recreação Operária às atividades de caráter recreativo, como forma de preenchimento, organização e condução do lazer dos trabalhadores. No sentido prático, tais práticas deveriam se concretizar por meio da sistematização dos procedimentos a serem adotados para a recreação organizada.

Outro autor que integra o referencial das pesquisas acerca da produção de conhecimentos sobre lazer no Brasil é Inezil Penna Marinho⁴. Ele e quatro colaboradores, dentre eles Arnaldo Sussekind, publicaram, em 1955, no Rio de Janeiro, uma obra intitulada *Curso de fundamentos e técnicas da educação física, recreação e jogos*. Professor de Educação Física, Inezil pretendeu abordar, com maior profundidade, alguns aspectos da recreação/lazer e de sua presença no contexto da formação do profissional de Educação Física. Suas reflexões estavam relacionadas à maneira de lidar com a recreação/lazer no contexto das sociedades em via de urbanização, a partir da aplicabilidade dos conhecimentos da Educação Física.

Sussekind e Marinho, da mesma forma que Ethel Bauzer Medeiros⁵ e Renato Requiça, dentre os demais autores que estão arrolados no trabalho de pesquisa de Peixoto

³ Instituído em 06 de dezembro de 1943, no antigo Distrito Federal, através da Portaria Ministerial nº 68, com a finalidade de coordenar os meios de recreação operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração.

⁴ Professor de Educação Física, funcionário do Departamento de Educação do Ministério da Educação e Saúde (MES) desde 1939, quando foi admitido no quadro de servidores com o cargo de Assistente Técnico. Posteriormente passaria a Assistente de Ensino e, por fim, a Técnico em Educação, o primeiro do Brasil formado em Educação Física.

⁵ Ethel Bauzer Medeiros tem 17 livros publicados e uma carreira direcionada aos estudos e pesquisas no campo da Educação e, posteriormente, enveredada ao lazer. Dentre as obras mais citadas está *Lazer no Planejamento Urbano*, cuja primeira edição data de 1971, em edição conjunta com a Fundação Getúlio Vargas e a Ford. Em 1975, publica *Lazer: necessidade ou novidade?* pelo SESC/DRJ, obra que gerou polêmica, por

(2007), são sujeitos históricos, portanto personagens reais, detentores de saberes próprios, cujo interesse pelo lazer, ainda que por determinações diversas, resultaram em importantes registros que contam parte da história do lazer no Brasil. A seu modo, cada um dos autores até aqui citados, remetem à contribuições valiosas para a compreensão do quadro histórico de onde emergiram, de maneira mais intensa, as preocupações brasileiras com lazer, durante os anos decorridos na década de 70 do século XX.

Partindo do princípio que a história do lazer no Brasil se constitui a partir da produção de conhecimentos – que é historicamente situada em relação a um contexto mais amplo e abrangente da história do país – é que se torna possível dizer que se está tratando com um baú de memórias, com bagagem de conhecimento, que inspira a pensar de forma cronológica em algo que beira 50 anos. E, no transcorrer desse tempo, a década de 70, do século passado, é sinalizada como um marco no processo de constituição dos estudos sobre o lazer no país. Trata-se de cenário onde os estudiosos do tema percebem, com maior nitidez, o aumento do número de publicações sobre o assunto, quando se torna mais visível a ocorrência de ações de caráter científico, aparecem grupos de estudos e as pesquisas se expandem. Por consequência, é comum a identificação desse período como sendo aquele em que ocorre o aumento das preocupações com o que o lazer representa para a sociedade.

E é também neste momento que a sigla SESC aparece, no cenário nacional, associada ao lazer. Criado em 1946⁶, enquanto Instituição privada de caráter assistencialista, sem fins lucrativos, o Serviço Social do Comércio sempre teve por atribuição atender ao comerciário e seus dependentes com ações voltadas para a saúde, educação, cultura e lazer. Sua primeira manifestação pública associada ao lazer, com intermediação do Poder Público, acontece em outubro de 1969, com a realização do *Seminário Sobre o Lazer: Perspectivas para uma Cidade que Trabalha*⁷, na cidade de São Paulo.

O Departamento Regional do SESC em São Paulo iniciava, naquele momento, uma trajetória de estudos e pesquisas que se desdobraria, adiante, em ações práticas que viriam a motivar outras ações da Instituição pelo país, ao longo de 1970. Correta está a interpretação de que o *Seminário* de 1969 é referência no conjunto dos estudos do lazer, pois é visto como o primeiro evento, de caráter científico, destinado especificamente a abordagem do lazer, realizado no Brasil. Esse *Seminário* contou com a participação de representantes de diversos setores da sociedade, entre eles os de Poderes Públicos, de

ser de inspiração poética e refutar a corrente de pensamento teórico que vê o lazer como produto da sociedade industrial. (AMARAL; NUNES JR. 2011)

⁶ Através do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de Setembro.

⁷ Organizado através de parceria do SESC-SP com a Secretaria do Bem-Estar Social do Município de São Paulo.

estudantes, de pesquisadores e de moradores da cidade e de outras localidades. Ao mesmo tempo, é possível acreditar que essa atitude do SESC-SP projetou, no âmbito institucional, a necessidade de pensar, de forma mais enfática, na proporção que os debates sobre o tema estavam tomando, dentro e fora do SESC, em diversos estados.

A partir do *Seminário* de São Paulo, o lazer passou a integrar de forma mais efetiva as demandas do SESC. Ao longo da década de 70, outros dois eventos científicos aconteceram, com a participação integral da Instituição em meio a outros atores sociais. Em novembro de 1974, o Departamento Regional do SESC no Paraná concretizou o *I Seminário Nacional do Lazer*, na cidade de Curitiba. Em 1975 ocorreu no Rio de Janeiro, o *1º Encontro Nacional sobre Lazer – Cultura, Recreação e Educação Física*, realização que envolveu o Departamento Nacional do SESC e o Serviço Social da Indústria (SESI) e teve o patrocínio do Ministério do Trabalho.

Em meados de 1978, foi criado o Centro de Estudos do Lazer, o CELAZER, que, idealizado por um segmento profissional, os orientadores sociais do Departamento Regional do SESC-SP, editou publicações que tiveram como foco de interesse o lazer em perspectivas diversas.

O CELAZER foi, em seu tempo, um espaço de discussões, debates e capacitações com foco no lazer, algumas delas tendo à frente a figura do Sociólogo francês Joffre Dumazedier, que veio ao Brasil por mais de uma vez durante a década de 1970, e a convite do Departamento Regional do SESC-SP⁸, tornou-se, a partir de 1978, consultor da Instituição para as questões atinentes ao lazer.

Corroborando o interesse deste estudo, dentre as publicações editadas entre os anos 70 e 80 pelo SESC-SP, a partir da constituição do CELAZER, a *Série Lazer*, da Coleção Biblioteca Científica, é referência para que a Instituição pense em que medida o lazer passou a ser identificado como produto do desenvolvimento urbano e sua existência configurou-se em um problema social. Nos volumes 1, 2 e 3, que nesta *Série* receberam o título de *Planejamento de Lazer no Brasil*, é notável o esforço por constituir uma maneira de atuação social no campo do lazer, a partir da produção de modelos e da elaboração de embasamento teórico que reforçasse a importância das intervenções da Instituição frente às demandas não atendidas pelo Estado.

Os textos que integram os três volumes iniciais da *Série Lazer: A teoria sociológica da decisão; Sugestões de diretrizes para uma Política Nacional de Lazer e Valores e conteúdos culturais do lazer* são produto de um treinamento dirigido por Renato Requixa e Luís Octávio de Lima Camargo e ministrado por Joffre Dumazedier a um grupo de

⁸ Em 1975, a convite de Renato Requixa, Diretor Regional do SESC-SP, Joffre Dumazedier participou do *1º Encontro Nacional de Lazer*, organizado pelo Departamento Nacional do SESC em parceria com o Serviço Social da Indústria e com patrocínio do Ministério do Trabalho.

orientadores sociais, durante duas semanas, em agosto de 1977, na cidade de Águas de São Pedro (São Paulo), e tratam de maneira circunstancial as implicações teóricas e práticas da atuação social com o lazer no meio urbano.

Por sua vez, em âmbito interno, no que tange à administração e a procedimentos normativos, a primeira vez em que o lazer é tratado de forma objetiva e particularizada pelo SESC foi em 1973, através da publicação da *Resolução SESC nº 229/73*⁹. Este documento, assinado pelo então Presidente do Conselho Nacional¹⁰, Sr. Jessé Pinto Freire, aprovava as Diretrizes Gerais de Ação do SESC e revogava a *Resolução SESC nº 297/61*¹¹, que havia estabelecido e fixado o *Plano Geral de Ação*. Vigorando até hoje, o documento tem por base a concepção de propostas educativas como substrato de todas as realizações serem empreendidas nos quatro campos de ação onde o SESC atua: saúde, educação, cultura e lazer.

Preconizava o texto do documento a urgência na colaboração junto ao Poder Público para valorização do homem e, por conseguinte, para valorização do trabalhador, através da melhoria de suas condições de vida, por meio de um trabalho socioeducativo:

Ao SESC impõe-se o dever de colaborar com o Poder Público nesta política de valorização do homem, utilizando seus recursos, na prestação direta de serviços que se situam em sua área de ação e reivindicando uma posição definida dentro da programação governamental. Assim o SESC integrar-se-á no esforço para o desenvolvimento, aprimorando sua ação educativa, visto que a Educação representa um instrumento fundamental para alcançar aquele objetivo. (SESC. Departamento Nacional, 1973, p. 5.).

Percebe-se, com isso, que a ênfase dada pela Instituição em suas prerrogativas administrativas preconizava a perspectiva socioeducativa, ressaltando e fortalecendo, portanto, o pensamento dos setores hegemônicos da sociedade e, dentre eles, o dos empresários do comércio, com vista a empreender junto ao comerciante e à população, de maneira mais ampliada, medidas educativas no sentido da orientação, organização e, por fim, padronização da maneira de agir no cotidiano e nas relações pessoais.

Outro documento institucional surgido dois anos antes, com empenho de ser uma publicação comemorativa, intitulada *SESC/Ano do Jubileu*¹², fazia referência aos 25 anos do SESC, completados no ano de 1971, e já falava de lazer como uma área de atividade, ou seja, como um serviço prestado pela Instituição:

ATUAÇÃO DO SESC

⁹ De 16 de março de 1973.

¹⁰ O Conselho Nacional é órgão deliberativo do Serviço Social do Comércio, tem jurisdição em todo o país, exercendo, em nível de planejamento, fixação de diretrizes, coordenação e controle das atividades do SESC, a função normativa superior, inspecionando e intervindo, correicionalmente, em qualquer setor institucional da entidade. (Legislação do SESC, 1976, p 23).

¹¹ De 07 de novembro de 1961.

¹² Editada pela extinta Seção de Intercâmbio e Publicações da Divisão de Documentação e Intercâmbio do Departamento Nacional do SESC, em 1972.

O SESC presta serviços e promove atividades, através de seus Departamentos Regionais, que mantém ampla rede de Unidades Executivas, tanto na capital como no interior de seus respectivos estados.

1. Serviços prestados nas diferentes áreas de atividades:

- **DEFESA DA SAÚDE:** assistência à maternidade e à infância; clínica médica geral e especializada, odontologia, radiologia, exames de laboratório, fisioterapia, medicina preventiva; educação sanitária.
- **HABITAÇÃO:** construção de casas e apartamentos para venda aos comerciantes com financiamento à longo prazo;
- **ALIMENTAÇÃO:** refeições, lanches e merendas;
- **ATENDIMENTOS DE CASOS:** serviço social de casos, assistência jurídica, assistência financeira, financiamento de utilidades;
- **LAZER SÓCIO-EDUCATIVO:**
 atividades associativas: formação de diferentes grupos atendendo aos interesses da clientela em função de programas culturais e desportivos;
 atividades desportivas: jogos e competições esportivas, aprendizagem esportiva, educação física, jogos de salão e outras relacionadas com os interesses da clientela;
 atividades culturais, desenvolvidas nos setores: teatral, cinematográfico, musical, literário, de exposições e bibliotecas;
 atividades recreativas: festas, comemorações, reuniões dançantes, recreação infantil de adolescentes e adultos.
 (SESC-DN, 1972b, p. 6-7)

Tais documentos demonstram a importância de dar coesão ao pensamento e à maneira de atuar da Instituição com relação ao lazer (provavelmente, extensivo a outras questões). O fato desta última publicação, ainda que formatada para contemplar as realizações bem sucedidas da Instituição, em vista da comemoração dos 25 anos de sua existência, traduzir em dados estatísticos a realidade do trabalho que já estava sendo desenvolvido no campo do lazer leva à interpretação de que a proximidade com as questões do lazer antecederam aos eventos dos anos 1970.

Em texto contínuo, o item de nº 2, expressa esta realidade:

2. Áreas implementadas em 1971

Embora atuando em todas as áreas, houve em 1971, maior concentração de esforços do SESC em três setores que foram particularmente desenvolvidos: LAZER, ALIMENTAÇÃO e SAÚDE.

LAZER

Para o SESC o lazer é um veículo de educação social. Neste sentido são consideradas atividades de lazer sócio-educativo aquelas que, praticadas por livre escolha e por prazer, redundam no enriquecimento e aprimoramento da personalidade humana, quer no sentido intelectual, social ou físico. Para desenvolver a prática do lazer o SESC conta com:

- Recursos humanos: pessoal técnico, que interagindo com a clientela, organiza, planeja e supervisiona as atividades motivando-a a delas participar;
- Recursos técnicos e materiais: constituídos pelas instalações e equipamentos (bens imóveis e móveis) que permitem sejam executadas as atividades. Adquirido no decorrer dos seus 25 anos de existência, dispõe o SESC de vasto patrimônio espalhado por todo o território nacional, destacando-se, no referente às atividades de lazer:

128 Centros de Atividades
 08 Colônias de Férias¹³
 06 Balneários¹⁴
 02 Centros de Veraneio¹⁵
 03 Centros Campestres¹⁶
 27 Ginásios Esportivos
 01 Teatro¹⁷

Depreende-se, a partir da interpretação destes trechos retirados de documentos do SESC, que embora oficialmente o texto das *Diretrizes Gerais* de 1973 seja aquele que primeiro traduziu o interesse da Instituição com ênfase no lazer, na prática, sua atuação com o lazer era anterior e se concretizava por meio da oferta de atividades de caráter esportivo e recreativo e através do incentivo ao turismo, em diversos estados do país. Portanto, é viável acreditar que naquele momento, ao longo dos anos 1970 – que são referência para essa pesquisa – o fazer precedeu ao saber, na maneira de agir do SESC com relação ao lazer.

Entender porque o lazer tornou-se referência para o Serviço Social do Comércio ao longo da década de 1970 é a motivação deste estudo. A partir deste interesse, teve início o percurso da pesquisa que ora é relatada e que em muito vem se distanciando dos argumentos inicialmente pensados como sustentação para os procedimentos de investigação adotados.

A começar, as leituras primárias aos poucos revelaram pistas sobre a própria maneira de comportar-se da Instituição SESC com relação ao lazer, e disseram muito sobre a personificação das intenções da produção de conhecimentos acerca do tema. Isso implica pensar que a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil, que emanou do SESC durante a década de 1970, teve como âncora o Departamento Regional do SESC SP e, indo além, a busca por uma justificativa plausível para esse movimento vanguardista do SESC-SP antecipar-se à própria estrutura administrativa da Instituição, deixando em segundo plano a atuação da Administração Nacional, a quem caberia a responsabilidade de planejar, executar e avaliar ações e políticas institucionais a serem empreendidas em todos os estados da federação.

¹³ Funcionavam oferecendo hospedagem para os comerciários e seus familiares: Colônia de Férias Deraldo Motta, na praia de Piaçã, Salvador, Bahia; Colônia de Férias Getúlio Vargas, em Bom Clima, Itaipava, Petrópolis, Rio de Janeiro; Colônia de Férias Ruy Fonseca, em Bertioga, São Paulo; Colônia de Férias de Imbetiba, em Macaé, Rio de Janeiro; Colônia de Férias Sylla Velloso, em Belo Horizonte, Minas Gerais; Colônia de Férias de Caiobá, em Matinhos, Paraná; Colônia de Férias de Iparana, em Caucaia, Ceará; Colônia de Férias de Garanhuns, em Garanhuns, Pernambuco.

¹⁴ Ofereciam infraestrutura de lazer próximo a praias e rios: Ponta Negra, em Natal, Rio Grande do Norte; Venda Grande, em Jaboatão, Pernambuco; Tambaú, em João Pessoa, Paraíba; Manaus, em Manaus, Amazonas; Rio Coxipó, em Cuiabá, Mato Grosso.

¹⁵ Com dimensões menores do que as Colônias de Férias, possuíam alojamentos para fins de semana: Centro de Veraneio Olho D'Água, em São Luís, Maranhão e o Centro de Veraneio de Cacupé, em Florianópolis, Santa Catarina.

¹⁶ Também conhecidos como *Country Club*, proporcionavam contato com a natureza e priorizavam atividades ao ar livre: Centro Campestre Aluizio C. Ribeiro, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul; Centro Campestre de Blumenau, em Blumenau, Santa Catarina e Centro Campestre de Ananindeua, em Belém, Pará.

¹⁷ Teatro Anchieta, na cidade de São Paulo, São Paulo.

Daí pode-se inferir que foi exatamente a busca incansável do sociólogo, técnico, orientador social e, por fim, Diretor Regional em São Paulo, Renato Antônio Quadros Requixa, pelo entendimento do que significava o lazer para o SESC – para o comerciário, para a sociedade e para o Brasil – que resultou no reconhecimento do SESC como uma das principais agências incentivadoras da produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil, até a atualidade.

Com o título de *O Serviço Social do Comércio e a produção de conhecimentos sobre o lazer (década de 1970)*, este trabalho de pesquisa visa lançar um olhar sobre as contribuições do SESC para o campo da produção de conhecimentos sobre o lazer, elegendo como recorte histórico-contextual a década de 1970. Para tanto, enxerga o Serviço Social do Comércio como sujeito histórico, o lazer como objeto de estudo e o conhecimento institucional materializado na documentação e produção literária sobre o lazer como fonte de pesquisa.

Para dialogar com a produção do SESC sobre o lazer, o procedimento de pesquisa adotado parte do pressuposto de que o discurso por trás dos modelos formatados e publicados pela Instituição não se constitui de forma dissociada da realidade que lhe é intrínseca, porque é produzido no interior de um campo de forças, para onde confluem interesses multifacetados e por obra de sujeitos que também integram o cenário onde se dá a produção.

Assim, o caminho da pesquisa nos coloca de frente com o sujeito principal da ação, a quem é preciso indagar não apenas o que foi feito a respeito do assunto, mas também o porquê, ou o quê fez com que determinadas atitudes fossem tomadas. De forma mais abrangente, reconhece o estudo que o SESC influenciou a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil, em especial durante os anos 70. Além disso, confere ao Departamento Regional do SESC SP, o crédito de ter sido o precursor dos estudos e, por consequência, dos investimentos na capacitação de seu corpo técnico para atuação no campo do lazer.

Trabalha com o argumento de que o número de ações com ênfase no lazer, ocorridas no período estudado, foi, em grande parte, incentivado por profissionais que se identificaram com as questões do lazer, as abraçaram e tornaram-se sujeitos importantes no processo de construção do conhecimento sobre o assunto, tanto para o SESC, como para se pensar como se instituiu a própria história do lazer país.

Portanto, situar a produção do SESC durante a década de 1970 no bojo dos estudos do lazer está no percurso da pesquisa. Ao longo do caminho é dada voz a esta produção, identificando suas preocupações, pretensões e afinidades com pressupostos teóricos relacionados a determinadas correntes do pensamento sobre o lazer. No início, antes mesmo de chegar à experiência do SESC com o lazer, há a interlocução com o

contexto em que se deu tal produção e, em retrospectiva, volta-se ao momento de criação da Instituição, em busca de referenciais para a interpretação sobre a constituição do pensamento institucional sobre o lazer.

O percurso já iniciado segue no sentido do diálogo com a bibliografia que retrata a conjuntura política e social em que se inscreve o objeto de estudo. Caminha em direção à gênese do pensamento institucional sobre o lazer para, por fim, retratar a produção institucional de 70. Como norteamento, perpassa a intenção de identificar, no bojo desta produção, as principais preocupações dos autores e de que forma elas interagiram com o contexto em que foram produzidas. A ideia é buscar perceber se reforçaram ou se foram excludentes em relação ao pensamento teórico sobre o tema, no período analisado.

Assim, pensando no que é marcante com relação à produção do SESC sobre o lazer na década de 1970, o foco de interesse da pesquisa é, também, a análise do material que foi publicado pelo Departamento Regional do SESC SP, que passa a ser identificado como *lócus* da produção. Tratamento especial será dado às obras editadas no âmbito do CELAZER, e que hoje compõem os arquivos do Projeto SESC Memórias, organizado pelo Departamento Regional do SESC-SP.

O foco da análise está em três séries de periódicos: os *Cadernos de Lazer*, publicados de janeiro de 1977 a maio de 1979; os *Cadernos de Lazer-Documento*, publicados de julho a dezembro de 1976; e as *Leituras CELAZER*, publicados de dezembro de 1979 a maio de 1981. Além destes, outras fontes de consulta são os *Anais* dos eventos científicos ocorridos em 1974, no Paraná e em 1975, no Rio de Janeiro, ambos protagonizados pelo SESC, em ação conjunta com órgãos governamentais – o que denota associação de interesses e preocupações quanto à importância do tema lazer em meio ao cenário político e social, em uma época em que vigia o regime militar. Tenciona-se uma análise comparada dos assuntos que foram levados à discussão nos dois eventos, na busca por relações de pertencimento, em termos de pensamento instituído.

Assim, a composição desta dissertação subdivide-se em três partes. O primeiro capítulo é denominado de *Origem e atuação social do SESC*. Seu título foi assim definido devido à intenção primária de produzir um mapeamento do cenário em que se deu a conformação do SESC e, para tanto, foi preciso trilhar os caminhos que antecederam a sua criação, em busca de indícios que remetessem às contingências econômicas, políticas e sociais que exerceram influência direta no processo decisório que orientou a criação de instituições privadas destinadas à assistência social, tal como foi o caso do SESC. Nesse sentido, recorreu-se à metodologia da pesquisa histórica, embasada na análise documental (em especial nos documentos produzidos pelo SESC) e fundamentada com a leitura de bibliografia pertinente ao tema e ao período estudado. Como resultado, o tratamento dado ao texto neste primeiro capítulo deve ser classificado como de natureza histórica,

apresentando propensão à narrativa factual, porém instrumentalizado de forma crítica, argumentativa e exploratória.

No segundo capítulo, intitulado *Lazer para os trabalhadores do comércio*, o propósito é demonstrar como o lazer passa a integrar as pretensões do trabalho social desenvolvido pelo SESC. Novamente o caminho seguido inicia-se com a retomada das origens, só que, desta vez, com o firme propósito de adentrar os meandros da história da atuação institucional no âmbito assistencial, de forma a demonstrar que, se de fato foi a partir da década de 1970 que se materializou o reconhecimento da Instituição sobre o lazer, na prática, as ações assistencialistas já há algum tempo se beneficiavam de intervenções recreativas, que em muito se aproximavam da concepção de lazer que a própria Instituição veio a adotar, seguindo os preceitos de Dumazedier.

Seguindo a ordenação metodológica do capítulo I, este segundo capítulo também está centrado na análise histórico-contextual dos acontecimentos que têm relação direta com o interesse institucional pelo tema lazer. A intenção foi dar ao texto um sentido de continuidade e, por isso, há prioritariamente ênfase na narrativa, seguida, sempre que possível, por intervenções argumentativas e críticas.

O terceiro e último capítulo, com o título de *O lazer em perspectiva científica*, aborda as nuances que caracterizam o pensamento sobre o lazer na década de 1970, situando no contexto da produção de conhecimentos sobre o tema, o protagonismo do SESC enquanto *lócus* de produção, capacitação e divulgação do lazer em uma perspectiva científica. Não menos preocupado com o contexto histórico, este trecho do trabalho busca o diálogo com as fontes de pesquisa, em busca de situar, dentre os interesses institucionais revelados de maneira manifesta ou implícita, quais teriam sido as motivações que levaram à ampliação das preocupações com o lazer e por que haveria de tornar-se um dos principais campos para a concretização das pretensões institucionais, destacando-se a perspectiva educativa em prol do desenvolvimento econômico e social do país.

O tom do texto passa a ser investigativo, na medida em que amplia o raio de ação da pesquisa, com o firme propósito de enxergar o que há por trás de cada publicação originada e datada na linha temporal em que se inscreve o estudo. Propõe debater os principais focos de interesse de tais publicações, de forma associativa às necessidades e expectativas emergentes do contexto político-social em que predominam as incertezas produzidas pelo crescimento das cidades, o insipiente modelo de urbanização e a necessidade de controle social a partir da ocupação do tempo livre por meio da disciplinarização do trabalhador (comerciário), que resulta no emprego de uma metodologia de atuação social por meio da educação social.

2 ORIGEM E ATUAÇÃO SOCIAL DO SESC

Data de 13 de setembro de 1946 a criação do Serviço Social do Comércio. Por meio do *Decreto-Lei nº 9.853/46*, coube à Instituição a atribuição de prestar assistência social aos empregados do comércio e seus familiares. Atendê-los de forma a contribuir para o fortalecimento da solidariedade entre as classes, em prol do bem-estar da coletividade e em defesa dos valores espirituais fundantes das tradições da civilização brasileira. São argumentos que, no texto do documento, denotam o caráter intervencionista da atuação social do SESC.

Nos anos que antecederam à criação do SESC, fora criado o Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 1943. Este órgão foi o responsável pela organização do *I Congresso Brasileiro de Economia do Rio de Janeiro*¹⁸, que aconteceu no mesmo ano, de 25 de novembro a 18 de dezembro no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Por iniciativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro, sob a Presidência de João Daudt d'Oliveira¹⁹, estiveram reunidos comerciantes, industriais, banqueiros, economistas, homens de estado, professores, técnicos e agricultores, para debater os problemas econômicos e sociais do país e do mundo. (SESC-DN, 1987, v. I, p. 63)

Presente à sessão inaugural, realizada em 25 de novembro, às 17 horas, o Presidente Getúlio Vargas, na qualidade de Presidente de Honra, abriu os trabalhos do Congresso. João Daudt d'Oliveira, ao dirigir-se aos participantes, expunha, em discurso, o sentimento que os irmanava, na qualidade de “estado maior da economia brasileira”:

Creio que a terminologia guerreira dos tristes dias que estamos vivendo devemos pedir a expressão definidora do sentido deste Congresso, que ora se instala: aqui está mobilizado, o estado-maior da economia brasileira. Exponentes de todos os setores da vida nacional ocorreram ao chamamento da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Comerciantes e industriais, agricultores e banqueiros, economistas, homens de Estado, professores e técnicos, vieram trazer ao debate dos problemas econômicos e sociais do Brasil e do mundo, a contribuição da sua experiência, dos seus conhecimentos e do seu espírito público. (SESC-DN, 1987, v.I, p. 63)

A explicação para o chamamento destes segmentos específicos da sociedade, para participação em tão afamado evento, viria na mesma fala, um pouco mais adiante, reforçando o espírito cívico e moral assentido pelo Estado:

Conforta verificar que não mudou o teor cívico e moral das classes produtoras. Os homens que as integram, com seus capitais e seu engenho

¹⁸ Os Anais do Congresso são indicadores para o estudo da ideologia da fração da burguesia ligada ao comércio no período que antecede ao Decreto de criação do SESC, em 1946. Nos três volumes que lhes dão corpo, já nas páginas iniciais do volume 1, com título de *Programa*, o texto expõe os motivos que conduziram a sua criação, e assegura que o objetivo de tal intento era reunir os mais capazes e mais experimentados conhecedores de nossos problemas econômicos para um exame de consciência e definição de propósitos para o setor da economia. Os debates estavam organizados em 08 seções: produção agrícola e industrial, circulação e transportes, moedas e bancos, investimentos, finanças públicas, planos internacionais e de caráter social, pesquisas e estudos econômicos e atividades econômicas do Estado. (SESC-DN, 1987)

¹⁹ Que também era Presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil.

movimentam o trabalho, criam os empregos, constroem a riqueza pública, fornecem a base real aos empreendimentos sociais, projetam com frutos do seu esforço o nome do Brasil por todos os cantos do globo. Eles não são, porém, nem querem ser escravos dos interesses materiais. Em que pesem injustiças e incompreensões, têm sido sempre colaboradores devotados dos movimentos de bem-estar público. Jamais se furtaram ao que lhes foi pedido por amor da coletividade, e nunca estiveram em outro posto senão na primeira linha, quando foi preciso sacrificar-se pelo Brasil. (*ibid.*, p. 64)

Havia, nas entrelinhas desse discurso, forte apelo ao entrelaçamento de forças entre as classes produtoras e o Estado, em prol das necessidades, desejos e sentimento do país:

O decreto que nos conferiu o múnus de órgão consultivo, vindo ao encontro de uma realidade, serviu, entretanto, para mais uma vez, ressaltar a característica fundamental do governo Getúlio Vargas: procurar, com a cooperação das classes organizadas, interpretar as aspirações nacionais. Nessa diretriz assenta a verdadeira definição de homem de Estado, que sabe que o governo é um órgão e um instrumento da coletividade. Cabe-lhe, com a colaboração do povo, traduzir em leis e providências concretas, as necessidades, os desejos e sentimentos do país. (*ibid.*, 65)

Dentre os argumentos que deram tonicidade às colocações do Sr. Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, em seu discurso de abertura no Congresso Brasileiro de Economia, a busca de consenso em relação a instauração da ordem política e econômica no país, duas questões que figuravam como impositivas: a política econômica e a reforma social.

Desejava-se acordar soluções cabíveis ao desenvolvimento brasileiro frente à constatação do estágio de insegurança que estava a se manifestar em decorrência da expansão do ideário nazista, ao mesmo tempo em que se cogitava a importância e urgência de articulação com o pensamento econômico e político norte-americano (SESC-DN, 1987, v.I, p. 75). Dentre os temas que figuraram no quadro de intenções do evento, Delgado (2007, p. 148) aponta questões como o rumo do desenvolvimento brasileiro, o papel a ser desempenhado pelo Estado e o perfil da política social.

Em dezembro de 1944, conduzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), ocorre o *Congresso Brasileiro da Indústria*, que também contou com a participação do Presidente da República Getúlio Vargas²⁰.

Entre os dias 1º e 6 de maio de 1945, foi realizada na cidade de Teresópolis, no Rio de Janeiro, a *I Conferência das Classes Produtoras do Brasil – I CONCLAP*²¹. Sob a

²⁰ Na qualidade de Presidente de Honra do Congresso.

²¹ “Compunham a mesa de abertura da Conferência: João Daudt D’Oliveira, empresário e presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil (1941); Membro do Conselho Nacional do Petróleo e do Conselho Fiscal do Banco do Brasil (1943) na qualidade de presidente. Euvaldo Lodi, fundador da Usina Siderúrgica em Caeté/MG, constituinte na Constituição Brasileira (1934) e 1º Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Basílio Machado Neto, Presidente da Federação do Comércio de São Paulo (1944), Deputado Estadual (1946) e Deputado Federal de 1954 a 1962.

organização da Associação Comercial do Rio de Janeiro estiveram reunidos representantes de entidades associativas dos setores da agricultura, comércio, indústria e serviços, totalizando 183 delegações de todas as entidades federativas da época, com exceção do Território de Fernando de Noronha: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e o Território do Acre.

Sindicatos, associações comerciais, industriais, rurais e profissionais, câmaras de comércio, alianças, sociedades e federações de todo o país enviaram representantes para o encontro. Mais de 800 pessoas participaram do Congresso, cuja pauta apresentava 10 temas a serem discutidos:

- 1- O Estado e a ordem econômica;
- 2- Elevação do nível de vida da população;
- 3- Política de produção agrícola;
- 4- Política de produção industrial e mineral;
- 5- Política de investimentos;
- 6- Energia e Transportes;
- 7- Política Comercial;
- 8- Política monetária, bancária e fiscal;
- 9- Política social e trabalhista;
- 10- Política Migratória.²²

Como resultado da Conferência de Teresópolis, é elaborado um documento que se tornou conhecido como *Carta Econômica de Teresópolis*²³. Personificando o pensamento econômico do empresariado brasileiro naquele momento, o texto expunha cinco objetivos básicos e de dez princípios de política econômica, além de recomendações de medidas acessórias. O combate ao pauperismo, o aumento da renda nacional, o desenvolvimento das forças econômicas, a democracia econômica e a justiça social, compunham tais objetivos. Por sua vez, os princípios que constam na *Declaração de Princípios*, resumem dez itens: ordem econômica, produção agrícola e florestal, energia, combustível e

Roberto Cochrane Simonsen, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e integrante do conselho superior da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e Íris Meinberg, Advogado, promotor e diretor da Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. No ano anterior, João Daud't de Oliveira e Euvaldo Lodi haviam representado o Brasil no grande encontro de Bretton Woods em New Hampshire - EUA e Roberto Cochrane Simonsen, na Conferência de Rye – EUA". (ALMEIDA, 2005, p. 18).

²² Em parte, tais temáticas foram retomadas do *I Congresso Brasileiro de Economia*, realizado no Rio de Janeiro (DF), em 1943, e denotam a preocupação dos empresários brasileiros com a realidade econômica e social brasileira no pós-guerra. (*ibid.* p. 17)

²³ Divulgada pelos líderes empresariais no encerramento do *Congresso*, em 06 de maio de 1945, o texto do documento enfatizava o combate à pobreza, a necessidade de alavancar a produção e a produtividade nacionais e uma distribuição de renda menos perversa. (*Ibid.* p. 19).

transportes, produção industrial e mineral, política de investimentos, política comercial, política monetária e bancária, política tributária, política de povoamento e social²⁴.

Delgado (2007) ao discorrer sobre o papel dos empresários da indústria no processo de institucionalização das políticas sociais no Brasil, em fins do Estado Novo, relaciona a gênese das modernas políticas sociais brasileiras à coalização de três atores decisivos: o Estado, os trabalhadores assalariados e os empresários. Para ele, a partir da década de 1930 os contextos econômico, político e social do país, exprimem condições oportunas para o desabrochar de um modelo de bem-estar social, que em muito se aproximou do caso alemão, à época de Bismarck. Do ponto vista do Estado, havia a intenção de integração dos assalariados à ordem do Estado Nacional, ampliada sob o governo Vargas; para os empresários, o fechamento do mercado interno evidenciava a necessidade de implantação de políticas sociais que minimizassem os ônus que poderiam resultar de futuras associações operárias.

Contudo, a partir da década de 1940, na medida em que o autoritarismo do Estado Novo vê-se enfraquecido frente à conjuntura externa, tanto o rumo do desenvolvimento brasileiro como o próprio papel a ser desempenhado pelo Estado e o próprio perfil das políticas sociais sofreriam mudanças significativas.

A realização da *I Conferência das Classes Produtoras de Teresópolis*, em 1945, é um fato representativo da mudança de posição dos empresários em relação à política social, porque demonstra haver, na cena política nacional, abertura para o chamamento mais amplo de sua participação na condução do desenvolvimento econômico do país. Oportunamente a *Carta Econômica de Teresópolis*²⁵ viria a se constituir numa tentativa de planificação econômica nacional, ao mesmo tempo em que se propunha a estreitar os elos de ligação com os trabalhadores, seus argumentos buscavam garantir a presença hegemônica dos empresários na nova ordem social que se estabelecia no contexto do pós-guerra, dando tratamento especial ao capital estrangeiro e à participação do Estado na economia.

No plano social, o texto do documento é auspicioso em relação ao papel a ser desempenhado pelas classes produtoras. Em sua introdução lê-se:

[...] as classes produtoras aspiram a um regime de justiça social que eliminando incompreensões e mal entendidos entre empregadores e empregados, permita o trabalho harmônico, a recíproca troca de

²⁴ Cf. BISAGGIO, 1983.

²⁵ Foi o documento elaborado como resultado dessa I Conferência. "Ao mesmo tempo em que enfatizava a industrialização, a Carta afirmava que 'à democracia política, que é a vocação dos brasileiros, deve corresponder uma verdadeira democracia econômica' e defendia que a produção 'deve ser organizada com o preparo das leis, das instituições, do aparelhamento administrativo, e com a cooperação dos capitais e da técnica das nações amigas, notadamente de nossos aliados norte-americanos". Disponível em <http://www.fecomercio.com.br/?option=com_assessoria&Itemid=53>. Acesso em 15.novembro de 2012.

responsabilidades, a justa divisão de direitos e deveres, e uma crescente participação de todos na riqueza comum.²⁶

Este discurso denotava o quanto cresciam as inquietações das elites empresariais com relação aos rumos do desenvolvimento do país com o término da Segunda Guerra Mundial. E nessa conjuntura, a questão social figura como relevante denotando a necessidade de se estabelecer medidas de contingência a possíveis medidas de proteção social.

Para Delgado (2007, p. 151), a *Carta Econômica de Teresópolis* revela um empresariado disposto a aceitar a intensificação da ação protetora do Estado, de modo a superar as “incompreensões e mal-entendidos” que haviam marcado as relações entre empregadores e empregados, no sentido de estabelecer as condições para o “trabalho harmônico” necessário ao desenvolvimento da economia brasileira na ordem democrática que se avizinhava. Assegura, ainda, que a disposição para o “entendimento e a íntima cooperação” entre empregadores e empregados se manifestaria de maneira mais articulada, incluindo a figura do Estado, na *Carta da Paz Social*²⁷, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), ao final de 1945.

Em 04 de setembro de 1945, poucos meses após a finalização da *I Conferência das Classes Produtoras do Brasil*, foi realizada, na sede da Federação do Comércio Atacadista do Rio de Janeiro, a Assembléia Constituinte da Confederação Nacional do Comércio²⁸. Presidida por João Daudt d'Oliveira, os representantes das diversas Federações reunidas buscaram adequar os princípios da *Carta de Teresópolis* à criação dos estatutos da entidade a ser constituída. No dia 05 de setembro de 1945, o jornal *Gazeta de Notícias*, publicou a notícia da Fundação da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Na matéria editada lia-se:

Realizou-se ontem, nesta capital, o ato de fundação da Confederação Nacional do Comércio, órgão sindical de grau superior. Uma assistência numerosa, composta em grande maioria por empregadores sindicalistas de todo o país assistiu aos trabalhos da fundação, que foram dirigidos pelo S. João Daudt d'Oliveira, escolhido por aclamação. Sob grande entusiasmo dos presentes foram discutidos e aprovados os estatutos da nova Confederação, sendo-lhe, outrossim, estabelecido um “modus vivendi” financeiro, enquanto na fase de legislação, e, finalmente escolhida uma Junta Diretiva provisória que ficou assim constituída: Sr. João Daudt d'

²⁶ **CARTA Econômica de Teresópolis.** CNI/Conferência das Classes Produtoras do Brasil, RJ, Maio de 1945, p. 2.

²⁷ Defendia a cooperação entre as classes e destas com o Governo, visando ao desenvolvimento econômico e à “paz social”. Estes objetivos seriam obtidos através de “estrito entendimento entre empregadores e empregados”. (SESC-DN, 1971, p. 3).

²⁸ Participaram da Assembleia: Federação de Turismo e Hospitalidade do Rio de Janeiro, Federal do Comércio Atacadista do Rio de Janeiro, Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Federação do Comércio Varejista do Estado do Rio Grande do Sul, Federação do Comércio Varejista do Nordeste Oriental (composta pelos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), Federação do Comércio Varejista do Rio de Janeiro, Federação dos Agentes Autônomos do Comércio do Rio de Janeiro.

Oliveira, Sr. Bazílio Machado Neto, Cel. Caetano Vasconcellos, Sr. Rubem Soares, Sr. Rafael Alves, Sr. Antônio Ribeiro França Filho, Sr. Luis Maia de Bittencourt Menezes.²⁹

O *Decreto nº 20.068*, de 30 de novembro de 1945, reconhece a criação da Confederação Nacional do Comércio, como entidade sindical de grau superior coordenadora dos interesses econômicos do comércio em todo o território nacional, em conformidade com o regime instituído pela *Consolidação das Leis do Trabalho*³⁰. Através de atos subsequentes, em 21 de dezembro foi eleita, por votação secreta, a primeira Diretoria da CNC, tendo como Presidente João Daudt d'Oliveira. Essa diretoria foi empossada em 10 de Janeiro de 1946. O Presidente do órgão, ao fazer seu primeiro pronunciamento à frente da entidade, reforçou o papel relevante do empresariado para o desenvolvimento da sociedade brasileira, ao dizer:

O homem de negócios veio, afinal, colocar-se dentro da engrenagem social no posto que lhe compete, e de onde realmente presta os mais relevantes serviços ao desenvolvimento do país e ao aumento da riqueza nacional.³¹

Este episódio foi, também, o momento de trazer a público as intenções da *Carta da Paz Social*³². O documento, de forte apelo emocional e tom fraternal, ao mesmo tempo em que propõe a elevação do padrão de vida dos brasileiros, assegura ser indispensável que se promova o aumento da renda nacional e sua melhor distribuição, com o melhor aproveitamento dos recursos do país, objetivos passíveis de serem obtidos por meio do planejamento econômico mais amplo e objetivo. Constam, no texto do documento, onze itens que ficaram conhecidos como conjunto de medidas ou princípios, cuja força de argumentação contribuiria, sobre medida, para o fortalecimento das instituições consideradas, à época, essenciais à manutenção da democracia econômica e política do país. Ademais, como produto da *Carta da Paz Social*, emerge a ideia de constituição do Fundo Social:

4- Com o objetivo de atender às necessidades sociais urgentes e de propiciar aos trabalhadores do campo e da cidade maior soma de bem estar e igualdade de oportunidade, propõem-se os empregadores a criar um Fundo Social a ser aplicado em obras e serviços que beneficiem os empregados de todas as categorias, e em assistência social em geral, repartindo com os Institutos existentes as atribuições assistenciais e de melhoramento físico e cultural da população. O objetivo do Fundo Social é promover a execução de medidas que, não só melhorem continuamente em nível dos empregados, mas lhes facilitem os meios para seu aperfeiçoamento cultural e profissional. (SESC-DN, 1971. p. 4)

²⁹ ALMEIDA, 2005. p.21.

³⁰ Diário Oficial da União, Seção 1, 4 de dezembro de 1945.

³¹ ALMEIDA, *op.cit.*, p.29.

³² Elaborada pelos representantes das classes produtoras do país, reunidos na histórica *Conferência de Teresópolis*, é um marco significativo a assinalar uma tomada de posição dos empregadores brasileiros em favor da Justiça Social. (SESC-DN, 1971, p. 2)

A partir da contribuição dos empregadores, o Fundo Social teria a função precípua de atender aos empregados de todas as categorias, com assistência social em geral, devendo repartir, com os Institutos existentes, as atribuições assistenciais para melhoria do nível de vida dos empregados. Sendo assim, o texto da *Carta* apressou-se em definir o formato de constituição do Fundo Social, da mesma forma que adiantou a maneira pensada para a arrecadação das contribuições:

5 – O fundo Social será constituído por uma contribuição de cada empresa, agrícola, industrial e comercial, ou de outra natureza, retirada dos lucros líquidos de seu balanço, levantando as condições prescritas pela legislação do imposto sobre a renda. A forma de arrecadação e as percentagens anuais dessa contribuição serão fixadas de modo a atender as necessidades do plano assistencial. (*ibid.*, p. 5)

Sobre o que caberia a empregadores e empregados, no conjunto dos princípios enumerados no documento, o de número 7 relaciona quatro tipos de atitudes desejáveis aos empregadores:

7- Os empregadores procurarão ainda, com o máximo interesse e boa vontade promover:

a) pela racionalização do trabalho e pela melhoria do equipamento, o aumento da produtividade das empresas, visando a diminuição dos custos de produção, como meio de conseguir a redução dos preços de venda, tendendo assim a facilitar as condições gerais de vida;

b) as providências educativas e assistenciais necessárias a evitar que as técnicas racionalizadas na produção afetem a personalidade do trabalhador, destruindo ou enfraquecendo os seus valores humanos, cuja expansão e perfectibilidade deverá ser assegurada em todos os sentidos compatíveis com o bem comum;

c) instituir prêmios às iniciativas de empregados destinados ao aprimoramento da técnica da produção e à maior extensão do bem estar do trabalhador, e bem assim pela eficiência de sua habilidade ou esforço;

d) cooperar no desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino profissional, patrocinando o aproveitamento das vocações profissionais e artísticas dos empregados e operários que se revelarem. (*ibid.* p. 6)

Em sequência, aparecem no texto, em posição posterior às atribuições dos empregadores, assinaladas com o número 8, as contribuições dos empregados para o provimento da situação de harmonia entre capital e trabalho, pleiteada pelo documento:

8– Aos empregados, como contribuição efetiva à obra de conagração e cooperação que tem em vista, caberá, individualmente e coletivamente, empregar todo o seu esforço no melhoramento da produção, e cooperar, por todos os meios ao seu alcance, no plano de expansão econômica do país. Para isso, procurarão mais especificamente:

a) contribuir, com ação adequada, no sentido de ser reduzida, ao mínimo possível a instabilidade no emprego e a falta de assiduidade no trabalho;

b) evitar desentendimentos prejudiciais à cordialidade que deve existir entre patrões e empregados ou trabalhadores entre si;

c) zelar pela conservação das instalações das empresas e dos instrumentos de trabalho;

d) cooperar para que reine a necessária disciplina na execução do trabalho;

- e) procurar aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, frequentando os cursos do SENAI e do SENAC ou outros que vierem a ser organizados nas empresas;
- f) procurar incentivar a produtividade individual, fator preponderante para o aumento da riqueza nacional. (*ibid.*, p. 6-7)

De maneira complementar à lista de medidas, o documento expõe, ao final, destacado com o número 10, as providências que caberiam ao Estado:

10– Completando o conjunto de medidas constantes desta Carta, empregadores e empregados farão sentir ao Estado a necessidade das seguintes providências:

- a) o combate à inflação, reduzindo-se seus efeitos e eliminando suas causas;
- b) a extinção das organizações públicas que embaracem a produção e o comércio e, conseqüentemente, concorram para elevar o custo de vida, combatendo-se também as manobras que produzam a elevação dos preços dos essenciais;
- c) a redução ao mínimo possível dos impactos sobre artigos alimentícios, para o aumento de produção desses artigos e melhoria da alimentação do povo.
- d) a abolição ou redução substancial dos impostos, taxas e emolumentos que incidem a qualquer título sobre a locação e a aquisição da casa do trabalhador urbano e da pequena propriedade rural, ampliando-se, ainda os dispositivos legais de proteção à habitação popular;
- e) modificação do atual sistema administrativo dos institutos de Previdência Social, de modo a assegurar a participação efetiva dos seus contribuintes e o real preenchimento de suas finalidades;
- f) medidas que assegurem aos sindicatos ampla autonomia, quer quanto à escolha e distribuição de seus dirigentes, quer quanto à administração dos fundos sociais, sem prejuízo da fiscalização do Estado;
- g) a concretização, de maneira pronta e efetiva, dos direitos e garantias que lhes confere a atual legislação do trabalho. (*ibid.*, p. 9-10)

Por fim, discorre o item de número 11 sobre a organização de uma Comissão Executiva Central, a se constituir de empregadores e empregados, a qual terá a incumbência de fazer cumprir os ditames então estabelecidos no documento, promovendo por meios adequados, de maneira prática e eficiente, a sua execução.

Meses antes de findar o ano de 1946, por meio do *Decreto-Lei nº 9853/46*³³, datado de 13 de setembro, o Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, faz publicar o ato de criação do Serviço Social do Comércio. Coube à Confederação Nacional do Comércio, órgão sindical máximo da categoria representativo da classe dos comerciantes, a responsabilidade de sua criação, a partir de recursos próprios que, não por acaso, advinham do Fundo Social.

Com a finalidade de planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que viessem a contribuir para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e de suas famílias, bem como para o aperfeiçoamento moral e cívico da

³³ Publicado no D.O. I – de 16 de setembro de 1946, p. 12.947. SESC, 1976.

coletividade, o SESC viria a desempenhar suas funções em cooperação com órgãos afins, vinculados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e também com outras entidades públicas ou privadas de Serviço Social. Assegura ainda o texto do decreto, no Artigo 1º que:

[...] O Serviço Social do Comércio terá em vistas, especialmente, a assistência em relação aos problemas domésticos (nutrição, habitação, vestuário, saúde, educação e transporte); providências no sentido da defesa do salário real dos comerciários; incentivo à atividade produtora; realizações educativas e culturais, visando à valorização do homem, pesquisas sociais e econômicas. (SESC-DN, 1971, p. 10)

Ainda que o tom do discurso deste documento afirme o sentimento de harmonia e o conagração entre os diferentes setores da sociedade brasileira, como forma de abrandamento ao clima de ansiedade – que o retorno à cena política, dos movimentos sociais parecia ter deflagrado, a partir da dissolução do aparato intervencionista do Estado Novo. Além disso, ao findar a II Guerra, em 1945, as relações de trabalho começavam a se expressar de forma diferenciada com relação aos primeiros anos da década de 1940, quando o papel intervencionista do Estado primou por instituir um modelo de trabalhador brasileiro, a quem caberia a responsabilidade de exercer a função de “soldado do Brasil”³⁴.

2.1 Antecedentes à criação do SESC

A criação do Serviço Social do Comércio, na segunda metade da década de 1940 – embora justificada textualmente em documento que lhe confere legitimidade e assegura-lhe a responsabilidade de planejar e executar (direta e indiretamente) medidas para a melhoria das condições de vida dos empregados do comércio, em prol do bem-estar e do aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade – não se deu de forma aleatória. Ao contrário, o processo de sua gestação tem raízes mais profundas, que antecedem ao contexto histórico, político, econômico e social do Pós-Guerra.

Os primeiros anos do governo Vargas, que sucederam à Revolução de 1930 até o golpe de 1937, e os do Estado Novo, até 1945, configuram o cenário onde, no Brasil, se evidenciam as preocupações do Estado com a política social. Os primeiros investimentos significativos na área social ocorreram sob a égide do Governo Provisório, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Ministério da Educação e Saúde Pública³⁵. Entre 1931 e 1934, por meio de decretos e leis, Vargas ampliava a proteção aos trabalhadores. Data dessa época a fixação da jornada de trabalho no comércio e na

³⁴ Tratamento dispensados aos trabalhadores brasileiros pelo Sr. Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, em seu programa de rádio semanal, nos anos 40. (Boletim da Associação Comercial de Minas, X, julho de 1944. *Apud* FIGUEIREDO, 1991, p.287)

³⁵ Criados em novembro de 1930.

indústria em oito horas, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, a adoção da lei de férias, a instituição da carteira de trabalho e o direito a aposentadorias e pensões (PANDOLFI³⁶).

Tais investimentos na questão social foram reforçados por meio de uma legislação sindical que subordinou os sindicatos à tutela do Estado³⁷. Com isso Vargas tinha a pretensão de implantar no país uma estrutura sindical corporativista, onde patrões e empregados, reunidos em associações de classe, viriam a se transformar em bases de sustentação do governo. Essa intenção se materializou por meio do *Decreto-Lei nº 19.770*, de 19 de março de 1931, que criou o Ministério do Trabalho indústria e Comércio, passando o país a adotar o regime de sindicato único, controlado pelo recém-criado órgão.

Apenas 1 sindicato por categoria profissional seria reconhecido pelo Estado, na qualidade de órgão colaborador junto ao poder público. Ainda que a sindicalização não fosse obrigatória, na prática, tornou-se compulsória, uma vez que apenas os membros dos sindicatos oficiais eram julgados aptos a receber os benefícios. (PANDOLFI *apud* FERREIRA; DELGADO, 2011, p. 20)

Ao atrelar o recebimento dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado, o contrato formal de trabalho passou a reger as relações entre patrões e empregados. E para arbitrar os conflitos gerados da não-observância de tais prerrogativas foram implantadas as Juntas de Conciliação e Julgamento.

Em fins de 1933, é instalada a Assembleia Constituinte, que vota uma *Constituição* para o país em 1934, mesmo ano em que Getúlio Vargas se elege presidente da República Federativa do Brasil:

A Constituinte brasileira iniciou os trabalhos no dia 15 de novembro de 1933, e sete meses depois, em 16 de junho de 1934, a Constituição foi promulgada. Um dia após a promulgação Getúlio Vargas foi eleito, indiretamente, pelos constituintes, Presidente da República. (*ibid.*, p. 28)

Dentre as inovações trazidas pelo novo texto constitucional, a proposição de um modelo de Estado mais liberal e menos centralizador não correspondeu aos anseios do recém-eleito Presidente da República, porque ampliava os poderes do Legislativo no sistema político, fazendo dele um instrumento inibidor do avanço do Executivo (PANDOLFI *apud* FERREIRA; DELGADO, 2011, p. 29). Vargas demonstraria seu descontentamento, com o documento constitucional, em discurso pronunciado na Assembleia Nacional Constituinte, expressando:

A Constituição de 34, ao revés da que se promulgou em 1891, enfraquece os elos da Federação: anula, em grande parte o poder do presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem, ao desenvolvimento normal da administração; acoroçoa as forças armadas à prática do faccionismo partidário, subordina a coletividade, as massas proletárias e desprotegidas ao bel-prazer das empresas poderosas;

³⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves. No artigo: **Os anos 1930: as incertezas do regime.** (*apud* FERREIRA; DELGADO, 2011, p. 19)

³⁷ Essa maneira de agir tinha inspiração na *Carta del Lavoro*, posta em prática por Mussolini em 1927.

colocava o indivíduo acima da comunhão(PANDOLFI *apud* FERREIRA; DELGADO, 2011, p. 29)

Os anos que se seguiram à promulgação da *Constituição de 1934*, foram marcados por descontentamentos e disputas em busca do apoio político para as propostas de governo de Vargas, centradas no fortalecimento do Estado em detrimento ao poder das oligarquias. Foi nesse contexto que surgiram duas organizações políticas não-partidárias que tiveram abrangência nacional, tornando-se expressivas no campo político e social, por produzirem grande mobilização no país: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A Ação Integralista Brasileira foi fundada oficialmente com o lançamento do *Manifesto de Outubro*, em 1932³⁸, e sua atuação se estendeu até 1938, quando, um ano após a instauração do Estado Novo, Vargas decretou a ilegalidade dos partidos políticos. A origem do movimento que se tornou conhecido pela sigla AIB tem relação com a existência de pequenos partidos de extrema direita que vinham se estruturando em diferentes estados do país, tais como a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), a Legião Cearense do Trabalho, dirigida por Severino Sombra, o Partido Nacional Sindicalista de Minas Gerais e do Monarquista Ação Imperial Patrionovista (MAIO; CYTRYNOWICZ³⁹). Em comum a origem inspirada na ideologia do movimento fascista que surgiu na Europa entre o fim da I Guerra e a ascensão do nazismo na Alemanha, em 1933.

Com expressiva participação nos debates políticos ao longo da década de 1930, a Ação Integralista Brasileira, arregimentou muitos adeptos no país, dentre eles intelectuais. Plínio Salgado era um deles. Foi eleito líder do movimento, durante a realização do *I Congresso Nacional da AIB*, em Vitória, estado do Espírito Santo, em 1934. Segundo Maio e Cytrynowicz⁴⁰ o movimento da Ação Integralista Brasileira foi transformado em partido político durante a realização de seu *II Congresso Nacional*, ocorrido em Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1936.

Sua estrutura organizacional, de inspiração paramilitar, tinha como parâmetro o nacionalismo e a exaltação ao moralismo, fatores que contribuíram para atrair a atenção de militares e do segmento católico da sociedade, para participação em diferentes tipos de mobilização popular: encontros, festas, palestras, manifestações de rua, que quase sempre culminavam em choque aberto com os comunistas⁴¹. Ao aparecerem em público uniformizados, os integralistas de Plínio Salgado tornaram-se conhecidos como os

³⁸ No dia 07 de outubro de 1932.

³⁹ MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. No artigo: **Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938)**. (*apud* FERREIRA; DELGADO, 2011, p. 41)

⁴⁰ *Ibid.*, p. 42.

⁴¹ *Ibid.*, *loc.cit.*

“camisas-verdes”, apoiadores do regime de Vargas no combate aos partidos políticos existentes, em defesa da integração total da sociedade e do Estado.

Contrariamente a atuação da AIB, a Aliança Nacional Libertadora, inspirada no modelo das frentes populares nascidas na Europa em contraposição ao nazifascismo, nasceu no Rio de Janeiro, em março de 1935, como força da união de instituições democráticas, anti-imperialistas e anti-integralistas, fazendo oposição ao regime de Vargas, em defesa da reforma agrária e das liberdades públicas (VIANNA⁴²). Ao longo de sua existência, a ANL reuniu comunistas, socialistas e liberais descontentes com os rumos da política econômica e social pós-1930.

Unindo partidos políticos, sindicatos, distintas organizações femininas, culturais, estudantis, profissionais liberais e militares, tendo a figura de Luís Carlos Prestes à frente do movimento, a Aliança Nacional Libertadora foi a maior organização de massas surgida no Brasil, com sedes espalhadas em diversas cidades. Por tais motivos, poucos meses depois de ter sido criada, no mês de julho foi decretada a sua ilegalidade. Como consequência, continuou atuando na clandestinidade, em oposição ao governo de Vargas, por meio de ações armadas que propunham a derrubada do regime varguista e a instalação de um governo popular, a ser apoiado pelo operariado e sobre inspiração de levantes militares⁴³.

Contudo, a despeito da influência de Prestes junto ao segmento militar, a intenção de derrubada de Vargas em todo o território nacional também não ocorreu e, em represália, houve forte repressão a todos aqueles que foram considerados opositores ao governo. Milhares de pessoas foram presas em todo o país, inclusive deputados, senadores e até mesmo o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, um dos principais articuladores da Revolução de 1930⁴⁴.

Dentre as medidas que foram deflagradas pelo Congresso Nacional, ainda em decorrência de tais acontecimentos, a aprovação de emendas à Constituição passou a funcionar como um instrumento de controle, dando ao Executivo plenos poderes de repressão. Dentre as emendas aprovadas, uma delas considerava o país em “situação de estado de guerra”, na ocorrência de manifestações que denotassem subversão à ordem e colocassem em risco as instituições políticas e sociais.⁴⁵

⁴² VIANNA, Marly de Almeida G. no artigo: **O PCB, a ALN e as insurreições de novembro de 1935.** (*apud* FERREIRA; DELGADO, 2011, p. 80)

⁴³ Episódio conhecido como “revolta comunista de 1935”. Para maiores detalhes ver: **O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935.** (VIANNA *apud* FERREIRA; DELGADO, 2011)

⁴⁴ Vianna, *op.cit.*, p. 32.

⁴⁵ Em abril de 1935, o Congresso já havia aprovado a *Lei de Segurança Nacional*, instituída em 04 de abril de 1935 sob o impacto das várias greves que vinham ocorrendo, suprimindo diversas franquias democráticas presentes na *Constituição de 1934*. A lei previa censura aos meios de comunicação e prisão de um a dez anos para aqueles que estimulassem ou promovessem manifestações de indisciplina nas Forças Armadas ou greves nos serviços públicos. As entidades sindicais consideradas suspeitas poderiam ser fechadas. (VIANNA *apud* FERREIRA; DELGADO, 2011, p.82).

O ano de 1936 inaugura a campanha pela Presidência da República. Três candidaturas espelham as contradições do momento da história do país, conhecido como Primeiro Governo Vargas (1930-1937): Armando de Sales Oliveira, candidato dos liberais por São Paulo; José Américo, paraibano e candidato de Getúlio Vargas; e Plínio Salgado, candidato dos integralistas.

Em 11 de novembro de 1937, o golpe de estado anuncia a entrada do país em uma nova ordem política. Estava instaurado o Estado Novo. Os partidos foram abolidos e o Governo passou a intervir nos estados, mediante a nomeação de interventores, que assumiam o Poder Executivo, a gosto de Vargas. Esses interventores acabaram por reproduzir nos estados a política determinada pelo governo central, que aboliu definitivamente o Sistema Federativo egresso da Primeira República. A censura passou a vigorar como instrumento cerceador a qualquer tipo de manifestação contra o governo varguista.

Francisco Campos, um dos ideólogos mais importantes do Estado Novo, tinha uma interpretação muito própria sobre as condições históricas que levaram à eclosão desta posição de enfrentamento de Vargas, em relação às forças políticas de onde se originavam as pressões contra a unidade do Estado:

O 11 de novembro foi o elo final de uma longa cadeia de experiências [...] a revolução de 30 só se operou definitivamente em novembro de 1937 [...] Segundo Campos, o Estado Novo suscitara no país uma "consciência nacional", unificara uma nação dividida, colocara um ponto final às lutas econômicas e impusera silêncio à querela dos partidos empenhados em quebrar a unidade do Estado e, por conseguinte, a unidade do povo. (CAPELATO⁴⁶)

Instaurada a ditadura de Vargas, o peso das políticas governamentais foi direcionado ao atendimento das demandas setoriais, onde o empresariado industrial passou a figurar como aporte das intenções do Estado. Não por acaso este foi um momento em que na história do país os rumos da industrialização influenciam diretamente o crescimento dos centros urbanos, que por consequência se converteram em polos de atração, e a principal causa dos deslocamentos da população rural para as metrópoles (LOPES, 1976). Entretanto, os estudos realizados pela CEPAL⁴⁷ indicam que a despeito do crescimento industrial verificado no período, o setor terciário teria absorvido parte considerável da força de trabalho nas cidades. (CEPAL, 1963 *apud* CORRÊA, 2010)

⁴⁶ CAPELATO, Maria Helena. No artigo: **O Estado Novo: o que trouxe de novo.** (*apud* FERREIRA; DELGADO, 2011, p. 117)

⁴⁷ Comissão Econômica para a América Latina. Sua criação data de fins da década de 40 por decisão da ONU, em vista das preocupações com os problemas econômicos e sociais da América Latina do pós-guerra, quando ainda predominavam, no âmbito da Ciência Econômica, os pressupostos liberais. Sua primeira prerrogativa era coordenar as políticas econômicas que proovessem o desenvolvimento da América Latina. Posteriormente este objetivo ampliou-se, alcançando os países do Caribe, passando sua denominação para: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (HAFFNER, 1996, p. 49)

É neste contexto que emerge o projeto nacional-estadista⁴⁸ de Vargas, ferrenhamente contrário à dependência estrangeira, em defesa do capitalismo nacional, com foco na presença forte do Estado interferindo no mercado e nas relações de trabalho. Era preciso, porém, criar mecanismos que aproximassem governo, empresários e os trabalhadores.

2.2 A legislação social no Brasil e a origem da atuação social do SESC

A intenção de firmamento de um pacto social entre Estado e classe trabalhadora, ao longo do Estado Novo, é objeto de análise de Ângela de Castro Gomes⁴⁹, que situa na década de 1940 o desabrochar dos primeiros resultados significativos de tal intento. Anteriormente, ainda que os problemas com a infraestrutura, a carência de assistência médica e o alto custo com a alimentação afetassem de maneira significativa a sobrevivência dos trabalhadores nos recém-ocupados centros urbanos, o que gerava incertezas – e acabou se revestindo em temor maior – era o baixo nível de produtividade dessa força de trabalho, em decorrência dos problemas já elencados. A inexistência de efetiva legislação reguladora, para intermediar as relações entre o capital e o trabalho nas duas primeiras décadas do século XX⁵⁰, margeou a história das transformações sociais urbanas frente ao desenvolvimento da industrialização.

Segundo Azis Simão – que relaciona a inexistência de legislação reguladora das relações de trabalho e da previdência social no meio urbano no início do século XX, à forte representatividade do setor agrário no cenário político e econômico do país – é no Estado de São Paulo, onde a industrialização já provocava transformações visíveis no comportamento social urbano em 1911, que se tem notícia da criação de um Departamento Estadual do Trabalho, subordinado à Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria. Salienta ainda que, a despeito do surgimento desse Departamento, o mesmo não possuía força política para interferir nas relações de produção⁵¹.

⁴⁸ Cf. FERREIRA, J. (org), 2011.

⁴⁹ **A invenção do Trabalhismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

⁵⁰ Em trabalho de pesquisa sobre **As origens e Criação do Serviço Social do Comércio**, Stepansky (1980, p.69-72) elenca no *Anexo II* histórico da legislação social brasileira. Em ordem cronológica, até o início da década de 1930 estão arrolados 5 medidas: (1891) Providências quanto à regularização do trabalho de menores na capital federal; (1911) Reorganização do serviço sanitário do Estado, dispendo sobre instalações industriais, trabalho de menores e sua fiscalização; (1916) Aprovação do *Código Civil Brasileiro*; (1917) reforma no serviço sanitário do Estado; (1925) Concessão de férias anuais, período de 15 dias, aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários; (1927) consolida as leis de assistência e proteção aos menores – o chamado *Código de Menores*.

⁵¹ STEPANSKY, 1980, p.26

Anos depois, em 1919, foi o aprovado o Projeto de Lei⁵² que estabeleceu normas de conduta sobre obrigações patronais relativas a acidentes de trabalho, sendo regulamentado em 1923, com a criação do Conselho Nacional do Trabalho⁵³. Neste mesmo ano, o Congresso Nacional aprovou a *Lei Eloy Chaves*⁵⁴, determinando a criação obrigatória de um fundo de aposentadoria e pensão para os ferroviários. Por determinação, cada companhia ferroviária deveria ter disponibilidade financeira para aplicação própria, em benefício de seus empregados nas situações de aposentadorias e pensões. Em 1926 o benefício seria estendido a outras duas categorias profissionais: os estivadores e os marítimos.

A *Lei Eloy Chaves* deu origem às Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), que ofereciam quatro benefícios básicos as categorias beneficiadas: ajuda médica, sob forma de medicina curativa e fornecimento de medicamentos; aposentadoria por tempo de serviço, velhice ou invalidez; pensões para os dependentes dos empregados e o pagamento de quantia em dinheiro suficiente para cobrir os funerais dos empregados. A origem dos recursos de que dispunham as CAPs advinha de dois tipos de contribuições: 3% do salário mensal dos empregados, 1% da renda bruta das empresas e uma quantia vinda do Governo Federal, que no caso dos ferroviários resultava de taxas cobradas aos usuários dos serviços ferroviários. Internamente, a maneira como se produzia tal arrecadação financeira seguia o padrão da proporcionalidade entre salários – arrecadação – benefícios. Isso significava, na prática, que quanto mais altos fossem os salários, maiores seriam as contribuições e, conseqüentemente, maiores os benefícios aos quais os trabalhadores teriam direito.

Mais tarde tais princípios, envolvendo arrecadação escalonada e benefícios diferenciados, seriam incluídos no Sistema de Previdência Social Nacional. A administração dessas Caixas de Aposentadorias e Pensões era exercida por um Conselho de Administração composto por representantes dos proprietários das empresas e representantes dos empregados. Legal e Juridicamente eram entidades públicas autônomas, supervisionadas pelo Estado, porém, com autonomia para tomar decisões de caráter interno. Ressalta-se, ainda, que o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), foi instituído no mesmo ano em que as Caixas de Aposentadorias e Pensões passaram a existir

⁵² Resultou dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Legislação Social da Câmara dos Deputados, que tinha por objetivo a elaboração de uma legislação do trabalho, e teve como relator o Deputado Andrade Bezerra. Foi regulamento pelo *Decreto 13.498*, de 12.03.1919. (Segundo a CONJUR – Evolução Histórica da Lei sobre Acidente de Trabalho. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br>>. Acessado em 20.10.2012.)

⁵³ Criado por meio do *Decreto nº 16.027*, de 30 de abril de 1923, enquanto órgão consultivo dos poderes públicos em assuntos referentes à organização do trabalho e da previdência social, incluindo-se: dia normal de trabalho nas principais industrias, sistemas de remuneração do trabalho, contractos collectivos do trabalho, sistemas de conciliação e arbitragem, especialmente para prevenir ou resolver as padeiras, trabalho de menores, trabalho de mulheres, aprendizagem e ensino tecnico, accidentes do trabalho, seguros sociaes; caixas de aposentadorias e pensões de ferro-viarios, instituições de credito popular e caixas de credito agricola. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/05/1923, Página 14066 - Redação Original)

⁵⁴ Através do *Decreto nº 4.682*, de 24. Janeiro de 1923.

no país, sendo concebido como órgão consultivo dos Poderes Públicos, para intermediar e conduzir os litígios trabalhistas com representantes de patrões e empregados.

Ainda neste contexto que antecedeu à primeira fase do Governo Vargas, no ano de 1926, com a *Emenda nº 22* ao Artigo 34 da *Constituição Republicana de 1891*, passou a ser atribuição do Congresso Nacional, legislar sobre o trabalho (inciso 28) e sobre licenças, aposentadorias e reformas (inciso 29). Em 1927, foi elaborado o *Código de Menores* e regulamentada a *Lei de Férias*.

A despeito do reconhecimento destas iniciativas, para o amadurecimento da regulamentação trabalhista no Brasil, é fato que as ações práticas destinadas aos trabalhadores não significaram avanço uniforme na efetividade de implantação de uma legislação social genuinamente brasileira. Quer por resistência dos próprios trabalhadores, quer pela falta de maior compreensão sobre a legitimidade dos benefícios assegurados, o resultado, nos momentos que antecedem à instauração do Estado Novo, apontava para um longo caminho a ser percorrido, em prol de uma real legislação trabalhista para o país.

Malloy (1973) aponta que na década seguinte, a crescente participação do Estado na vida econômica, política e social do país, viria a contribuir para o empoderamento do Poder Público, com vistas às questões sociais. Argumenta que a política de governo do Estado Novo levou o setor público a expandir suas formas de atuação, porque acumulou funções sociais e econômicas na busca por alternativas que conduzissem à ordem pública, à tranquilidade e à estabilidade, ainda que num contexto em que o desenvolvimento da industrialização tinha reflexos na urbanização das cidades, gerando a necessidade de mediação entre diferentes grupos sociais.

A partir de 1930, o Estado passa a intervir de maneira impositiva no campo social. Vargas passa a centralizar a condução de sua política de atuação em torno do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em 26 de novembro de 1930⁵⁵, como uma das primeiras iniciativas do governo revolucionário implantado no Brasil dias antes, em 03 de novembro. Inaugurava-se, a partir deste ato, uma nova fase na constituição de uma legislação social trabalhista. Até então, no Brasil, as questões relativas ao trabalho eram tratadas pelo Ministério da Agricultura. O primeiro momento do recém-criado Ministério foi dedicado à atividade legislativa, com foco nas questões de organização sindical e Direito Trabalhistas. Lindolfo Collor foi o primeiro Ministro do Trabalho de Vargas, sendo assessorado por Joaquim Pimenta e Evaristo de Moraes Filho, experientes profissionais no trato das questões trabalhistas, ligados às organizações sindicais durante a Primeira República.

⁵⁵ Através de *Decreto nº 19.433*.

Dentre as prerrogativas de Collor, estava a organização e reconhecimento de sindicatos patronais, na perspectiva da constituição de um tipo de organização social com bases corporativas. A questão dos direitos trabalhistas era tratada de forma a atender algumas reivindicações históricas dos trabalhadores, almejando-se, com isso, a possibilidade de fundamentação de um discurso ideológico sustentado na ideia da outorga dos direitos dos trabalhadores pelo Estado.

Objetivamente neste primeiro momento que se seguiu à criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, houve a preocupação em ampliar a atuação das Caixas de Aposentadoria e Pensões, que deixaram de atender especificamente a empresas. Por meio do *Decreto nº 20.465*⁵⁶, de 01 de outubro de 1931 deu-se a reformulação da legislação das Caixas de Aposentadorias e Pensões, estendendo-se seus benefícios para outras categorias profissionais (trabalhadores dos serviços públicos de transporte, de luz, força, telégrafos, telefones, água, esgotos e outros).

Os pontos principais desse novo sistema, já reformulado e ampliado, foram os vários Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que abrangiam categorias específicas e tinham âmbito nacional. Com essa nova denominação, o primeiro desses órgãos a ser instaurado foi o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), através do *Decreto nº. 22.872/1933*. Depois se seguiram o Instituto de Assistência Privada dos Comerciários (IAPC), em 1933, mesmo ano em que se deu a criação do Instituto de Assistência Privada dos Bancários (IAPB). Em 1934, foi a vez do Instituto de Assistência Privada dos Industriários. Muitos outros órgãos semelhantes surgiram nos anos seguintes.

O *Decreto nº 19.770*⁵⁷ possibilitaria a sindicalização das classes patronais e operárias. Ainda que os sindicatos não gozassem de autonomia e estivessem sujeitos ao reconhecimento do Governo, sofrendo rígido controle do Ministério do Trabalho – a quem cabia a responsabilidade de lhes conferir a carta de reconhecimento – eram definidos como órgãos de colaboração do Estado. Por sua vez o Governo podia, a qualquer momento, intervir na conduta das organizações sindicais, chegando inclusive a cassar o direito de reconhecimento já concedido.

No ano seguinte, o *Decreto nº 21.471*⁵⁸ regulamentava o trabalho feminino e o *Decreto nº 21.186*⁵⁹, a jornada de 08 horas de trabalho para os comerciários, ato que foi

⁵⁶ Diário Oficial da União - Seção 1 - 03/10/1931, Página 15578 (Publicação Original)

⁵⁷ Publicado em 19 de março de 1931. Em seu 1º artigo assegura: Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da Republica e por intermedio do Ministério do Trabalho, Industria e Commercio, os seus interesses de ordem economica, juridica, higienica e cultural, todas as classes patronaes e operarias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou connexas, e que se organisarem em sindicatos, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição às seguintes condições:[...] (redação original)

⁵⁸ De 06 de junho de 1932.

⁵⁹ De 22 de março de 1932.

posteriormente estendido aos industriários, por meio do *Decreto nº 21.364*, de 1932⁶⁰. Data de 1932, também, a criação das Comissões Mistas de Conciliação⁶¹, que funcionaram como órgãos conciliadores em ações coletivas trabalhistas, e as Juntas de Conciliação e Julgamento, as quais cabia a tarefa de atuar na conciliação de causas individuais. Ambas estavam vinculadas ao Poder Executivo e eram controladas pelo Ministério do Trabalho Por regulamento, só dispunham de seus préstimos legais os trabalhadores sindicalizados. Na prática, ambas acabaram funcionando como cenários de expiação para os sindicatos, com a interferência direta do Ministério, a partir da participação integral de representantes escolhidos pelo Presidente da República nas reuniões de conciliação.

Em 1942 foi instituído o salário mínimo, considerado pelos trabalhadores insuficiente para o sustento das famílias. A *Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)* se tornaria fato apenas em 1943. Vista como uma tentativa de sistematização das leis esparsas existentes até aquele momento, sua principal função foi reunir as leis já existentes. Entre a criação da *CLT* e o surgimento do SESC no cenário nacional, em fins de 1946, três anos se passaram.

O sistema de previdência social já caminhava por suas próprias pernas, depois de um longo período de afirmação. Entretanto, os dispositivos legais que sustentavam as relações entre os beneficiários, seus empregadores e o Estado deixavam a desejar. Isso é o que o próprio João Daudt d'Oliveira⁶² que, ao avaliar a criação e a atuação do SESC, em um primeiro *Relatório de Atividade*, evidencia em seu discurso, fazendo referências contundentes ao Sistema de Previdência Social vigente:

São escassos e mal distribuídos os recursos médicos e assistenciais, em geral localizados nas grandes cidades, nas quais ocorre até paralelismo de atendimento, enquanto que a grande maioria da população não conta com a possibilidade de atendimento. Além disso, o crescimento das formas previdenciárias de atendimento não acompanha o crescimento populacional, implicitamente referente à população urbana, o que aumenta a defasagem entre a população e os recursos assistenciais. (STEPANSKY, 1980, p. 39)

Reconhecia ainda, na sequência do discurso de seus argumentos, que os anos de 1930 figuraram na história do país como uma época difícil para a ampliação da Previdência, bastante localizada na necessidade de provimento de aposentadorias e pensões. Ao se referir à década de 1940, refere-se a uma mudança qualitativa fundamental nas necessidades dos trabalhadores urbanos, mudanças essas que não se restringiam apenas à Previdência Social, mas que se ampliaram, em uma escala crescente, para Assistência Social. Citando os estudos das Comissões Organizadoras dos Institutos de

⁶⁰ De 04.05.1932.

⁶¹ Decreto nº 21.369, de 17.06.1932.

Serviços Sociais do Brasil, que também serviram para subsidiar o *Plano SALTE*, João Daudt d'Oliveira afirma:

A Assistência Médica aos segurados da Previdência Social estava em 1945, muito aquém das necessidades e não tinha maior significação na estrutura geral da assistência médica do país”. Afirma ainda que o planejamento das instituições previdenciárias e assistência médica, salvo exceções não era proposto ao atendimento médico e mais que 1/7 da população vinculada. Avaliando a situação global da previdência social e em particular a do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), conclui que em tempo razoável não haveria mudança significativa na oferta de serviços assistenciais, já tão necessários aos trabalhadores em geral, e urbanos especificamente. (*Ibid.*, p. 40)

A partir dessa avaliação é que se apresenta a necessidade de posicionamento das frações da burguesia que se sentiram envolvidas com a problemática social inerente ao trabalhador urbano. E, em continuidade, seu pronunciamento anuncia o que deveria ser feito:

Reconhecendo o perigo que adviria para as instituições democráticas o prolongamento da situação de carência em que se encontravam as massas trabalhadoras em matéria de assistência social, resolveram as classes produtoras atuar diretamente neste campo, promovendo a organização das duas grandes entidades – o SESI e o SESC – destinadas a assistir as duas maiores massas de trabalhadores urbanos do país. (*Ibid.*, *loc.cit.*)

Uma análise pormenorizada acerca das palavras proferidas pelo presidente da CNC leva à interpretação de que esta predisposição para a organização de serviços de assistência médico-social, em complementação à atuação das Instituições de Previdência, surgira em decorrência das delimitações da atuação do Estado no campo social. Nesse sentido, coube às próprias instituições SESC e SENAC, buscar alternativas pontuais e factíveis, para colocar em prática suas estratégias de ações.

Mais especificamente, o SESC iniciou seus trabalhos junto ao comerciante a partir da identificação de suas reais necessidades. Lançou mão de instrumentos de pesquisa elaborados pela Comissão Organizadora do Instituto de Serviços Sociais do Brasil, do Instituto de Geografia e Estatística, da Divisão de Organização Hospitalar do Departamento Nacional de Saúde, do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes e pela Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Nacional Constituinte. (STEPANSKY, 1980, p. 41)

Com base nos dados obtidos, em 1947 a primeira proposta de atuação do SESC teve três pontos básicos: o combate a tuberculose, a proteção a maternidade e a defesa à infância. Neste momento foram estabelecidos, ainda, os limites de sua atuação, de forma a evitar o paralelismo dos serviços prestados com a maneira de agir de outras Instituições de Assistência Social. Em meados de 1949 foram inaugurados os primeiros 62 leitos da Maternidade Carmela Dutra, no Rio de Janeiro e, no dia 01 de maio do mesmo ano, os cinco primeiros postos de puericultura, em convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro passaram a funcionar.

2.3 O início da atuação social do SESC

Em sua Dissertação de Mestrado, datada de 1983, Hilda Cruz Viana Bisaggio, Assistente Social atuando na Administração Regional do SESC Rio de Janeiro, cujo ingresso na Instituição ocorrera no início da década de 1970⁶³, investiga a experiência do Serviço Social mediatizado pelo lazer no SESC-RJ. Partindo de experiências que permeavam o cotidiano do trabalho das Assistentes Sociais no âmbito institucional, a autora busca compreender as relações que se estabeleciam entre o fazer deste segmento profissional e o lazer, a partir da década de 1970.

Chama atenção no trabalho de pesquisa desenvolvido por Bissaggio, o interesse em buscar referenciais teórico-conceituais no campo da produção de conhecimentos sobre o lazer, como fundamentação para atuação profissional na área de Serviço Social. Além disso, o que o trabalho demonstra é que, indiretamente, as práticas institucionalizadas, ou o trabalho dos assistentes sociais, já era permeado por práticas lúdicas e recreativas que, por conseguinte, demonstravam total proximidade com o lazer.

Na década de 1930, o Brasil passava por grandes mudanças conjunturais – que se iniciaram com a deposição do Presidente Washington Luiz pelas forças do Exército e da Marinha e a legitimação de um governo provisório sob a chefia de Getúlio Vargas, e prosseguiram com a instalação da Assembleia Constituinte em fins de 1933. Essa Assembleia vota a nova *Constituição* e elege Vargas Presidente da República, em 1934.

Nos anos seguintes as mudanças continuaram com a decretação do Estado de Sítio em 1935; a decretação do Estado de Guerra, com Vargas assumindo poderes ditatoriais, em 1937, seguida da implantação do Estado Novo e da outorgação de uma nova Constituição, de caráter autoritário; e da própria entrada do Brasil na II Guerra Mundial, após um período de neutralidade, alinhando-se aos Estados Unidos da América, em 1942, e a vitória dos Países Aliados, com governos influenciados por princípios democráticos. A pesquisa de Bisaggio (1983, p. 14-15), aponta que essas mudanças conjunturais pelas quais o Brasil passava desde a Revolução de 1930 são fatos a considerar quando se pretende investigar os antecedentes à criação do Serviço Social do Comércio, no Brasil. A compreensão da gênese do comportamento do Estado Brasileiro Republicano, em sua relação com a política econômica e social na conjuntura do primeiro governo Vargas, tem sido objeto de interesse de diversos estudos e, em especial, daqueles que buscam interpretar o modelo estadonovista como promotor da modernidade brasileira. Esta

⁶³ “Cumpramos ressaltar que nosso ingresso no SESC ARRJ se deu em 1971, onde até então, nossa experiência desenvolvia-se segundo formação acadêmica vivenciada, ou seja, atuávamos conforme marco tradicional do Serviço Social, configurado na clássica divisão tripartida e não-articulada de Caso, Grupo e Comunidade, centrado, basicamente, numa dimensão de prestação direta de serviços a uma determinada faixa da população, geralmente carenciada”. (Cf. BISAGGIO, 1983. p.01)

perspectiva de análise é referência para outros estudos que buscam, na interpretação histórica dos fatos passados, indícios para a interpretação de certas posturas, atitudes e maneiras de agir de determinados sujeitos históricos ao longo dos tempos. No caso da análise do contexto histórico que antecedeu à criação das instituições sociais no Brasil, aqui inseridos o SESI, o SESC e outras de atuação semelhante, a probabilidade de que os estudos se revertam em investigações sobre a ocorrência histórica de intervenções do Estado no processo de formação das classes trabalhadoras é muito ampla.

2.4 O contexto Pós-Guerra e as influências externas

Durante os anos que antecederam à criação do Serviço Social do Comércio, uma série de medidas de caráter político, econômico e social foram orquestradas e colocadas em curso de maneira consensual, envolvendo a participação de distintos segmentos da sociedade. A ocorrência histórica da *I Conferência Internacional das Classes Produtoras*, em 1944, sinaliza, no contexto que antecedeu a criação de Instituições de Caráter Social, como foi o caso do SESI e do SESC, o soerguimento do setor empresarial, autodenominado de “classe produtora”. Em vista do enfraquecimento do autoritarismo do Governo Vargas⁶⁴, que desde 1942 convivia de perto com questões belicosas, inerentes ao contexto e ao conflito mundial em curso desde 1939, era necessária a definição da postura quanto às parcerias comerciais que oscilavam entre a Alemanha e os Estados Unidos da América⁶⁵.

Com a entrada dos EUA no conflito, depois do ataque japonês à Pearl Harbor, no Havaí, aumentou a pressão norte-americana sobre os países latino-americanos. Em vista dessa nova questão, a participação do Brasil na *Conferência Interamericana de Chanceleres*⁶⁶ culminou na decisão do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, que definiu pela ruptura diplomática e comercial do Brasil com o Eixo. Em troca, os EUA forneceriam armamentos ao Brasil, para a defesa do território.

⁶⁴ Segundo CAPELATO, o autoritarismo é marca indelével do Estado Novo, revelando-se pelo intenso controle político, social e cultural, pelo cerceamento da liberdade em diferentes planos, pela repressão e violência extrema nos atos de tortura. (*Apud FERREIRA; DELGADO, 2011, p.113*).

⁶⁵ Em um primeiro momento, o Governo Vargas manteve-se neutro em relação às partes envolvidas no conflito, ainda que, antes do início da Guerra, o mercado brasileiro tenha sido alvo privilegiado da concorrência da Alemanha com os EUA. Além disso, havia vivendo no Brasil grande número de alemães, constituindo colônias, fato que explica o interesse por investimentos econômicos no país, que só foram superados, nesta mesma época, pelos EUA.

⁶⁶ *III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas*, realizou-se no palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, de 15 a 28 de janeiro de 1942. O principal objetivo da reunião era a aprovação unânime de uma resolução de rompimento imediato de relações diplomáticas e comerciais dos países americanos com o Eixo. Ao final, por força da recusa argentina e chilena em firmar tal posição, foi aprovada uma resolução que apenas recomendava o rompimento de relações. (Cf. CPDOC.Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) - Reunião de Chanceleres do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em 05.novembro de 2012.

Em reação ao posicionamento brasileiro a favor dos americanos, a Alemanha desencadeou reação, bombardeando navios brasileiros, o que deflagrou no país um intenso sentimento de descontentamento com relação à presença de imigrantes alemães e japoneses no território nacional. No dia 31 de Agosto de 1942 foi declarada, pelo Brasil, guerra à Alemanha e à Itália, em favor dos Aliados. Em meados de 1944, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) juntou-se às tropas norte-americanas na Itália. Em 1945, findou-se o conflito, com a vitória dos Aliados. Com o fim da Guerra, os regimes políticos ditatoriais foram postos em xeque, e este fato agravou a situação do caso brasileiro, porque os opositores de Vargas se beneficiaram. Aos poucos os liberais recuperam posição frente ao enfraquecimento do governo autoritário, e ganharam corpo os discursos de oposição.

2.5 Da redemocratização do país ao entendimento sobre atuação social

No âmbito interno, o cenário político fazia antever que o país adentrara num período de redemocratização. Isso porque, em 1945, pouco tempo antes da publicação do Decreto de criação do SESC, ocorrera a deposição de Vargas pelas Forças Armadas. A este episódio seguiu-se o momento em que o país teve um governo provisório e, ato posterior, ocorreria a eleição do novo Presidente da República: Washington Luís.

Alguns meses após a divulgação da *Carta da Paz Social*, o Decreto Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio. Anteriormente à publicação do Decreto Lei, entidades sindicais do comércio e associações comerciais de todo o Brasil já discutiam a necessidade de criação e organização de um “órgão” que se voltasse para a assistência social, em benefício dos empregados do comércio e de suas respectivas famílias, a exemplo do que se fazia em outros países capitalistas.

A partir dessa perspectiva, a Confederação Nacional do Comércio, órgão máximo sindical de sua categoria, representativo da classe dos comerciantes, dispõe-se a “colaborar” no sentido da criação desse “órgão assistencialista” voltado para o comerciário, dispondo-se ainda a empreender tal iniciativa com recursos proporcionados pelos empregadores. O caráter legal da Instituição estava assim personificado:

[...] entidade com personalidade jurídica de direito privado, de natureza assistencial e não previdenciária, sob o regime de unidade normativa e descentralização executiva, cuja finalidade imediata, definida neste diploma legal, é planejar, executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem assim para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade. (*Decreto Lei, nº 9.853/46*)

Importa lembrar que a mesma medida havia sido adotada, anteriormente, em relação à Indústria, cujo encargo foi atribuído à Confederação Nacional da Indústria, através

do *Decreto Lei nº 9.403*, de 25 de junho de 1946, responsável pela criação do Serviço Social da Indústria. Importante ressaltar, também, que o texto que expõe os motivos de criação do SESC, considera como justificativa para a existência da Instituição, dentre outras, o fato de que a Instituição muito poderia contribuir para o fortalecimento da solidariedade entre as classes, para o bem-estar da coletividade comerciária e, bem assim, para a defesa dos valores espirituais em que se fundam as tradições de nossa civilização.

Dias depois de criado o SESC, ainda no mês de setembro, a Assembléia Constituinte aprovaria uma nova *Constituição* para o país, onde o cuidado com as questões sociais seria delegado a organizações de caráter social, que deveriam arcar com o ônus de elevar as condições de vida dos trabalhadores brasileiros. Percebe-se, com isso, que a despeito das questões de caráter social integrarem as pautas de discussão dos congressos realizados nos anos anteriores à promulgação da *Constituição de 1946*, em diversas partes do país (como foi o caso do *I Congresso de Economia*, realizado em 1942, e da *I Conferência das Classes Produtoras – I CONCLAP*, que aconteceu em Teresópolis, no Rio de Janeiro em 1945), o desenvolvimento político e econômico do país deveria ser buscado através da unificação de esforços, onde ao trabalhador caberia a responsabilidade de elevar os níveis de produção, tanto em relação à indústria como ao comércio.

Neste momento, ainda que os textos dos documentos de criação de instituições como o SESI e o SESC apregoassem que a natureza dos serviços a serem desenvolvidos fosse social, nenhuma das duas dispunha dos conhecimentos teórico-práticos necessários para alavancar ações significativas no campo social. E isso porque também não havia no país tradição em relação a este tipo de atuação. Falar de atuação social era algo quase totalmente desconhecido para os brasileiros.

Embora as primeiras Escolas de Serviço Social tivessem sido implementadas no Brasil a partir de meados da década de 1930 – no Estado de São Paulo, em 1936 e no Rio de Janeiro em 1937⁶⁷ – o Serviço Social só seria institucionalizado no Brasil a partir das demandas que os recém-criados Órgãos de Assistência Social fizeram surgir. Portanto, uma década antes da criação do SESC e do SESI as experiências de trabalho nesta área de atuação profissional eram ainda muito restritas.

Bisaggio (1993, p. 31) aponta que muitas profissionais “Assistentes Sociais” brasileiras, foram para os EUA no início da década de 1940, como bolsistas, mediante convênio de intercâmbio cultural, lá participando de cursos e estágios em universidades e instituições norte-americanas. Ao retornarem ao país, em 1942, aqui teriam iniciado

⁶⁷ Essas duas primeiras escolas fundadas sofriam direta influência franco-belga, que organizavam os cursos numa linha de formação voltada para o trabalho junto à família, para a prevenção de saúde e o trabalho no meio operário. A essa influência franco-belga, soma-se a norte-americana que logo se fez sentir com o retorno, em 1942, das primeiras assistentes sociais que foram para os Estados Unidos como bolsistas, mediante convênio de intercâmbio cultural e onde fizeram cursos e estágios em universidades e instituições americanas. (BISAGGIO, 1983, p.30).

procedimentos de trabalho mais consistentes na área social. É também esta autora que acrescenta a informação a respeito de uma suposta ampliação na própria estruturação dos cursos que profissionalizavam os Assistentes Sociais Brasileiros: o Serviço Social de Grupos começa a fazer parte dos conteúdos curriculares em 1945, em São Paulo, e em 1946, no Rio de Janeiro (*ibid.*, p. 31).

Por esse motivo, as primeiras ações do SESC contaram com a cooperação das Escolas de Serviço Social, que naquele momento auxiliavam os órgãos públicos e privados com a implantação de metodologias de trabalho. Segundo Bisaggio (*Apud* LIMA, 1983, p. 30-31), as Escolas de Serviço Social estavam sempre prontas para cooperar com as instituições, a participar de encontros, congressos nacionais e internacionais, a criar obras sociais e outras atividades, norteando suas ações pelo ideal de servir.

A despeito deste cenário, o peso maior atribuído às instituições de caráter social, criadas no contexto da redemocratização brasileira pós Estado Novo, estava na determinação de atuações que viessem a atenuar as reivindicações dos trabalhadores. No caso do SESC, essas ações se exprimiam não só sobre o comerciário, mas também sobre sua família e outros grupos sociais, onde o comerciário se inserisse. Este era o caso do próprio grupo profissional, da vizinhança e, porque não, da comunidade. Pensava-se, com isso, reduzir as reivindicações da classe comerciária, solucionando seus problemas familiares, como se a origem de seus conflitos estivesse localizada no seio das famílias. Sendo assim, bastava que se educasse ou reeducasse tais grupos, para que fosse garantida uma convivência harmoniosa.

Além das implicações de natureza conflitiva – que nos primeiros anos de existência do SESC acabaram margeando o fazer institucional – não se pode perder de vista que o Decreto Lei, que atribuiu à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o SESC, corroborava as diretrizes do Estado frente à política de Previdência Social que vigorava desde as Caixas de Aposentadoria e Pensões e dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs):

Art. 3 - Os estabelecimentos comerciais enquadrados nas entidades sindicais subordinadas à Confederação Nacional do Comércio (art. 577 da CLT, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1 de maio de 1943), e os demais empregadores que possuam empregados segurados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, serão obrigados ao pagamento de uma contribuição mensal ao Serviço Social do Comércio, para o custeio de seus encargos. (Decreto Lei, nº 9.853, de 13 de setembro 1946)

[...]§ 2 - A arrecadação da contribuição prevista no parágrafo anterior será feita pelas instituições de previdência social a que estiverem vinculados os empregados, juntamente com as contribuições que lhes forem devidas. (Decreto Lei, nº 9.853/46)

Depreende-se com isso que embora o Decreto de criação do SESC abrisse um vasto campo de atuação para a Instituição, expressões como “bem-estar social” e “melhoria

do padrão de vida”, além de “serviço social”, deixavam a desejar, pois o país não possuía qualquer experiência no campo do desenvolvimento social. Como não existia um “modelo” brasileiro para organizações que se dedicassem a um sistema diversificado de serviços e bem-estar social, tanto no campo da iniciativa privada como no campo da iniciativa estatal, coube às próprias instituições o delineamento dos caminhos a serem seguidos.

Efetivamente, embora o SESC estivesse imbuído do propósito de promover o bem-estar social do comerciário e de suas famílias, sua estrutura administrativa seria normatizada vinte anos depois da criação, com a publicação do Decreto nº 61.836, em 05 de dezembro de 67, que aprovou o *Regulamento do SESC*:

Parágrafo Único – A Instituição desempenhará suas atribuições em cooperação com os órgãos afins existentes no Ministério do Trabalho e Previdência Social, e quaisquer outras entidades públicas ou privadas de serviço social. (*Decreto nº 61.836/67*)

3 LAZER PARA OS TRABALHADORES DO COMÉRCIO

O SESC e suas entidades coirmãs, SESI e SENAC, tiveram origem num contexto de afirmação da industrialização e urbanização brasileiras, sob a égide de um Estado autoritário, regulador, desenvolvimentista e intervencionista. Sua inserção no cenário nacional aconteceu em decorrência da própria conformação do pensamento burguês e em vista de um projeto modernizador que propunha o conagraçamento das classes sociais em prol do nacional-desenvolvimentismo. Neste momento, em que o país conviveu de perto com as variáveis resultantes das mudanças políticas, econômicas e institucionais, as transformações sociais soavam de maneira contundente nos discursos de época.

A mobilização nacional foi proposição cabível ao ensejo de dar ordenação à política de desenvolvimento da economia brasileira, a partir do planejamento econômico, que para Roberto Simonsen⁶⁸ daria margem ao surgimento de um ambiente de segurança, de tal ordem, que facilitaria o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada. (SIMONSEN; GUDIM, 2010)

No primeiro regulamento do SESC⁶⁹, assinado pela Confederação Nacional do Comércio e submetido à aprovação do Ministério do Trabalho, em 1967, estavam fixados os seguintes objetivos institucionais:

- a) a solução dos problemas domésticos decorrentes de dificuldades de vida ou de relações de convivência;
- b) a solução dos problemas de saúde, alimentação e higiene;
- c) a defesa do salário real do comerciário;
- d) a melhoria das condições de habitação e transporte;
- e) o conhecimento dos preços de custo de artigos de consumo generalizado, a fim de julgar a conveniência da instalação de núcleos-padrão para a produção, a baixo custo, de tipos populares daqueles artigos;
- f) o desenvolvimento cívico e social da coletividade pela educação e instrução adequadas e
- g) a prestação de serviços de interesses do comerciário, no sentido de facilitar o desenvolvimento de sua atividade profissional e social, inclusive na regularização de documentos e formalidades indispensáveis à vida social dos mesmos e de suas famílias.

Desde o princípio de sua atuação, logo se evidenciou a inviabilidade no cumprimento de tais objetivos, em vista da abrangência do campo social ao qual deveria

⁶⁸ Integrou a Comissão de Planejamento do Econômico (Jun/1945)

⁶⁹ Aprovado pelo Decreto nº 61.836/67 e publicado no D.O. I – de 07 de dezembro de 1967, pag. 12.296.

atender e com o qual deveria interagir. Em busca de prioridades, a Administração Nacional⁷⁰ fixou um plano de ação, através do qual previu como metas de ação:

- a) a organização e o equilíbrio da estrutura econômico-social com atuação sobre o indivíduo, a família e a atividade associativa, através do serviço social;
- b) a produtividade e a capacidade aquisitiva, com atuação no trabalho e na saúde;
- c) o consumo, com vistas a alimentação, a habitação e ao vestuário. Não por acaso, tais iniciativas corroboravam com as medidas políticas, econômicas e sociais adotadas pelo Governo Dutra (1946 – 1950), com base no Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia).

Desde que foi criado, em 1946, ainda que uma série de medidas normativas tenham sido tomadas, com o empenho de direcionar a sua atuação social, fato concreto é que apenas cinco anos depois, em 1951, a Instituição daria provas de estar se planejando para atuar mais eficazmente, com ênfase na ação assistencial.

Ao realizar-se a *I Convenção Nacional de Técnicos do SESC*⁷¹, na cidade de Bertioga, São Paulo, entre os dias 04 e 12 de novembro de 1951, havia a predisposição para “estabelecer a conveniente delimitação de seu campo de ação e seu programa futuro” (BISAGGIO, 2003, p. 33). O tema norteador desta *I Convenção*, não se limitou à discussão de um assunto específico. As principais preocupações institucionais estavam resumidas em quatro questões:

- 1- o Programa Geral de Ação do SESC⁷²;
- 2- os problemas específicos do campo de ação do SESC;
- 3- a formação de pessoal e
- 4- os problemas administrativos e contábeis.

Coube aos técnicos, precipuamente, a análise da situação vigente que, no caso, se limitava a atuação na área de saúde, para a qual sugeriram redução do número de ações. Concomitantemente, defendiam a ampliação dos serviços prestados pela área de Serviço Social. Como justificativa, argumentavam sobre a ampliação do Sistema de Seguridade Social. Em princípio da década de 1930, com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, sob a égide do Estado, havia sido instituído um Sistema de

⁷⁰ Na hierarquia do SESC, a Administração Nacional (AN) é legalmente o órgão máximo, com jurisdição em todo o país, e se compõe de: Conselho Nacional (CN) – órgão deliberativo; Departamento Nacional (DN) – órgão executivo; Conselho Fiscal (CF) – órgão de fiscalização financeira. (Cf. *Regulamento do SESC*. Capítulo III – Da Organização. p.23.

⁷¹ As *Convenções Nacionais de Técnicos* reuniam técnicos de diferentes Departamentos Regionais e do Departamento Nacional em torno de assuntos técnico-administrativos. (SESC-DN, 1972)

⁷² Documento normativo onde se expressavam orientações para a condução das ações institucionais, identificando as prioridades dos serviços. (*ibid.*, p.33)

Seguridade Social direcionado a diferentes segmentos de trabalhadores e que apresentava condições de atender de forma satisfatória aos trabalhadores em suas diferentes categorias.

O argumento era de que os serviços ligados à assistência hospitalar, a enfermos e a maternidade, dizem respeito à seguridade social e não aos serviços sociais. Por isso o Serviço Social do Comércio só podia e só deveria preocupar-se com o ajustamento social dos comerciários e de suas famílias (...) não cabendo ao Comércio e a Indústria responsabilidade pelas debilidades e falhas do sistema de seguridade social existentes no país. (BISAGGIO, 2003, p. 34)

O discurso técnico, à época, para a defesa da mudança de comportamento na maneira de atuação social do SESC, estava centrado na prerrogativa de que o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários, o IAPC, dera considerável impulso a suas atividades médico-assistenciais, o que daria maior liberdade de atuação para que o SESC, que poderia atuar junto à sua clientela potencial – os comerciários e seus familiares – com outro tipo de motivação. No caso, a justa troca se daria com foco no desenvolvimento educativo de seus assistidos.

Neste momento, também uma segunda preocupação se fez presente: a ocorrência de mudanças substanciais na economia do país, com reflexos no campo social. Em vista desta preocupação, foi levantada a necessidade de “ajustamento e adaptação dos indivíduos ao meio social”, fato este que viria a justificar a nova filosofia de ação a ser empreendida a partir de então. Ao final da Convenção, ficaria definido:

- a) a implantação de processos sistemáticos do Serviço Social de Casos, junto a todos os serviços assistenciais mantidos pela Instituição;
- b) a conveniência do Serviço Social de Grupo;
- c) a maior articulação dos Departamentos Regionais com as várias organizações assistenciais locais;
- d) a adoção de critérios sistemáticos de remuneração para os serviços prestados, de forma a evitar a gratuidade absoluta, devendo a mesma ser proporcional ao salário familiar, admitindo-se a gratuidade, excepcionalmente;
- e) o atendimento aos comerciários aposentados e ao comerciário desempregado, em caráter excepcional e segundo parecer do Serviço Social de Casos.

Neste *Encontro* foram geradas, ainda, sugestões de ordem técnica em relação ao Serviço Social de Casos e Grupos: à maternidade, à infância, à tuberculose e outras formas de assistência.

As discussões travadas nesta *I Convenção Nacional de Técnicos* resultaram nas *Diretrizes Assistenciais*, expedidas pela Administração Nacional do SESC, no ano de 1953. Neste documento, a linha de ação institucional é alterada, passando da prestação de serviço médicos curativos, para a concretização de ações recreativas, associativas e culturais, com

planejamento a longo prazo. Consta-se com isso, haver um movimento na maneira de conceber a própria razão de ser da Instituição, em meio às transformações da sociedade.

Adentrando à década de 1950, o modelo político adotado por Vargas em seu segundo governo, sustentava-se no ideal do desenvolvimento, do nacionalismo e do distributivismo, elementos que cativaram diversos segmentos da sociedade, em especial porque se apoiavam na exaltação das leis trabalhistas, na defesa da soberania nacional, no desenvolvimento econômico sob a égide do Estado e na participação dos trabalhadores em colaboração com os Poderes Públicos.

Os anos de 1950 foram atravessados por movimentos grevistas. O crescimento do contingente de operários urbanos trazia preocupações frequentes ao Governo, principalmente por se avolumarem as reivindicações de integrantes do Partido Comunista Brasileiro, para que fossem empossados em cargos sindicais no Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio. Isso fez com que a chefia do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), na responsabilidade do especialista em assuntos laborais, Gilberto Crockatt de Sá, defendesse a tutela governamental sobre o trabalhador:

No parecer em que fundamenta as razões de se negar aos militantes do PCB a posse de cargos sindicais, ele justifica a tese do apadrinhamento. Segundo o especialista, o operariado urbano – em franca expansão – era jovem, imaturo e sem “tradição trabalhista”, carecendo da permanente e vigilante assistência do poder público. (NEGRO; SILVA⁷³)

O movimento sindical inspirava cuidados por parte do Estado, de forma bastante diferente do momento anterior, quando, no Estado Novo, Vargas se antecipara ao diálogo, lidando arbitrariamente com as questões de ordem reivindicatória, delegando aos empresários poderes indiscutíveis frente aos atos indesejáveis vindos dos trabalhadores, e liberando-os do controle dos órgãos públicos e da fiscalização dos sindicatos.

No sentido contrário, para os trabalhadores que ousavam queixar-se perante a Justiça do Trabalho, a resposta era imediata: o afastamento do serviço sem a possibilidade de recebimento da remuneração enquanto perdurasse a pendência com o Governo. Contudo, a despeito de todo o jogo de forças que envolveu, em diferentes momentos, Estado, empresariado e operários, é fato que a partir dos anos de 1950 os movimentos grevistas passaram a exercer um tipo de poder que até aquele momento o país não havia experimentado: o fortalecimento da consciência classista, no sentido da ruptura com o passado, onde antes havia a certeza de uma suposta dívida de lealdade e respeito com os patrões, que se autointitulavam provedores de seu bem-estar. Não por acaso, anos antes este foi o argumento principal para a criação do SESC: a promoção do bem estar dos comerciários e seus familiares.

⁷³ NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. No artigo: **Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)**. (apud FERREIRA; DELGADO, 2010b, p. 50)

Em 1956, acontece a *II Convenção Nacional de Técnicos*, realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, durante os dias 03 a 08 de fevereiro. Quatro seções compunham a pauta de discussões:

1ª SEÇÃO

- 1- Serviços Assistenciais
- 2- Serviços de Saúde
- 3- Técnicas de Serviço Social
- 4- Centros SESC – SENAC
- 5- Colônias de Férias e Férias Coletivas

2ª SEÇÃO

- 1- Organização Racional do Trabalho
- 2- Recrutamento, Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal Técnico
- 3- Classificação e Terminologia das Atividades Assistenciais do SESC
- 4- Material Impresso destinado às Atividades Assistenciais do SESC
- 5- Estatística das Atividades Assistenciais do SESC
- 6- Planos de Ação
- 7- Assistência Técnica
- 8- Indenização de Serviços

3ª SEÇÃO

- 1- Relação entre Órgãos do SESC
- 2- Relação entre o SESC e os demais Órgãos Assistenciais
- 3- Relações entre o SESC e Instituições Assistenciais, Públicas e Privadas de Âmbito Nacional
- 4- Relações entre os Órgãos Regionais e Órgãos de Atividades Sociais das Comunidades Locais

4ª SEÇÃO

- 1- Organização de Serviços Administrativos
 - 2- Problemas de Administração de pessoal
 - 3- Problemas de Administração de Material
 - 4- Problemas Orçamentários
 - 5- Prestação de Contas
- (SESC-DN, 1972a, p. 19-20)

Com relação à primeira *Convenção de Técnicos*, as discussões travadas nesta *II Convenção Nacional*, que aconteceu dez anos depois da criação da Instituição, espelham preocupações que vão além das implicações inerentes a atuação profissional no meio social, através de práticas sistemáticas do Serviço Social de Casos e de Grupos⁷⁴. Neste segundo momento as reuniões setorializadas produziram recomendações, no total de 34

⁷⁴ Tratava-se de dois segmentos de atuação dos profissionais de Assistência Social. O serviço social de casos centrava suas preocupações na personalidade dos indivíduos e pretendia mudanças no comportamento. O indivíduo era visto como um elemento a ser trabalhado, no sentido do ajustamento ao meio social. O Serviço Social de Grupo era utilizado em uma perspectiva educacional e ajudava os indivíduos a se auto-desenvolverem e a se ajustarem aos valores e normas vigentes no contexto social em que estavam inseridos. (ANDRADE, 2008, p.280-283)

itens⁷⁵, com força de argumentação normativa e aplicação direta na conduta da atuação social do SESC.

Chama atenção a recorrência das deliberações aplicáveis ao desenvolvimento e aprimoramento dos serviços denominados médico-sociais, que abarcavam desde práticas médico-sanitaristas, como as campanhas de profilaxia da tuberculose, a assistência à maternidade e à infância, passando pelo incremento dos Serviços Sociais de Grupo, com a finalidade de estimular o espírito associativo e a solidariedade, por meios adequados, dentre eles a construção de espaços especificamente concebidos para o descanso dos trabalhadores, no período das férias. Esses locais eram as Colônias de Férias, estruturas que comportavam casas para ocupação temporária dos comerciários e seus dependentes, e também alguma estrutura de recreação/lazer, como é caso de praças, parques, alamedas com quiosques e churrasqueiras, dentre outros.

As primeiras Colônias de Férias do SESC começaram a funcionar em fins da década de 1940⁷⁶, com a atribuição de receber as famílias comerciárias para descanso, incluindo-se o pernoite, em estadias curtas, que variavam de finais de semana a temporadas de férias, que correspondiam à semana fechada, com ingresso às segundas-feiras e saída ao domingo. No texto que resultou da *I Convenção Nacional de Técnicos*, de 1951, a ideia da implantação de Colônias de Férias aparece como sugestão de ordem técnica, para o desenvolvimento dos serviços prestados pelo SESC nas cidades e no interior, conforme expresso no item nº 6 das *Recomendações* de 1951:

Sugestões de ordem técnica sobre o desenvolvimento dos serviços nas cidades e no interior:

A e B – Serviço Social de grupo e Serviço Social de Casos:

- a) A participação da educadora sanitária, no campo do serviço médico-social;
- b) Que o SESC promova a criação e o desenvolvimento de colônias de férias, reputado meio excelente de atingir uma de suas principais finalidades;
- c) Que, na impossibilidade de serem essas colônias próprias das Administrações Regionais, estas promovam a organização de centros de férias coletivas, mediante atendimentos com estabelecimentos particulares, ou com outras Administrações Regionais, tornando-se nesse caso, necessário dotá-las de recursos específicos para serviços sociais de grupo;
- d) Que as colônias de férias mantenham em seus quadros, agentes de educação social, a fim de poderem realizar ação educativa de desenvolvimento do espírito associativo de solidariedade de classe.

⁷⁵ Recomendações referentes a: Assistência Técnica, técnicas de Serviço Social, Centro SENAC-SESC, Colônias de Férias e Férias Coletivas, Serviços de Saúde, Indenização de Serviços, Administração de Pessoal, Organização Racional do Trabalho e Administração Financeira. (SESC-DN, 1972, p.20-23)

⁷⁶ As primeiras Colônias de Férias a funcionar foram: Colônia de Férias Ruy Fonseca, em Bertioga, São Paulo Colônia de Férias de Iparana, em Caucaia, Ceará; Colônia de Férias Getúlio Vargas, em Bom Clima/Itaipava, Petrópolis, Rio de Janeiro; a Deraldo Motta, na praia de Piatã, Salvador, Bahia;; Colônia de Férias de Imbetiba, em Macaé, Rio de Janeiro; Colônia de Férias Sylla Velloso, em Belo Horizonte, Minas Gerais; Colônia de Férias de Caiobá, em Matinhos, Paraná; Colônia de Férias de Garanhuns, em Garanhuns, Pernambuco. (SESC-DN, 1972b)

Cinco anos depois, em 1956, na *II Convenção Nacional de Técnicos*, as Colônias de Férias ganham mais expressividade nas *Recomendações Técnicas*, ocupando lugar de destaque nas seções de debates. Consta no texto do documento, como item de nº 5, da 1ª Seção: *Colônia de Férias e Férias Coletivas* (SESC-DN, 1972a, p. 21). No hall das recomendações, observa-se que o tema *Colônia de Férias e Férias Coletivas*, recebeu três ponderações:

- 8 – que os sistemas de colônias de férias e férias coletivas sejam desenvolvidos e adotados, alternada ou simultaneamente, conforme as peculiaridades regionais;
- 9 – que as colônias de férias sejam construídas em locais de fácil acesso, afastados dos centros urbanos;
- 10 – que os Departamentos Regionais atendam às possibilidades de aproveitamento das colônias de férias por grupos de adolescentes.

Observa-se, nestes dois momentos, que os textos produzidos pelo corpo técnico participante das duas Convenções detalham as principais preocupações institucionais nos primeiros anos de sua atuação frente às demandas sociais, ao mesmo tempo em que expressam a necessidade de busca por referenciais para a continuidade das ações que já vinham sendo desenvolvidas, desde o momento de criação do SESC, em 1946.

Nota-se que, ao longo dos anos decorridos de 1946 até o momento em que ocorrera a *II Convenção Nacional de Técnicos*, em 1956, o SESC atuava com a prestação de serviços na área social, de forma desprovida de qualquer argumento legal para respaldar suas ações e delimitar as suas atribuições frente a outros órgãos governamentais que também atuavam no campo social. Neste contexto, as *Convenções Nacionais de Técnicos* desempenharam papel importante na condução da política de atuação social levada adiante pelo SESC, porque as discussões de competência técnica levadas adiante em suas realizações resultaram em deliberações que, postas em prática, contribuíram para a institucionalização do Serviço Social nos Departamentos Regionais espalhados por todo o país, transformando-se em influências propositivas na estruturação dos documentos institucionais, caso do *Regulamento do SESC*⁷⁷ e do *Regimento do SESC*⁷⁸.

Identifica-se também, na análise das *Recomendações Técnicas* de ambas as *Convenções*, a ampliação das preocupações com aspectos de ordem administrativa, que apregoavam a importância da assistência técnica do Departamento Nacional aos Departamentos Regionais, no que concerne à organização racional do trabalho e à promoção do reexame constante dos serviços do SESC, com vista a sua racionalização. Há interesse destacado na formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico, com a prerrogativa da responsabilidade do Departamento Nacional na organização de um centro para formação

⁷⁷ Aprovado pelo Presidente da República A. Costa e Silva, através do Decreto nº 61.838 de 05 de dezembro de 1967. (SESC-DN, 1972a, p.15)

⁷⁸ Resolução CNC nº 24/68 e SESC 82/68. (SESC-DN, 1972a, p.47)

e treinamento de tipos de trabalhadores sociais necessários à Instituição (SESC-DN, 1972a, p. 21-22).

Além disso, caberia ao Departamento Nacional, por meios legais, estabelecer convênios com outras Instituições Assistenciais Públicas ou Privadas, de âmbito nacional, a título de colaboração em prol da paz social (SESC-DN, 1972a, p. 22). Segundo Bisaggio (1983, p. 36), as diferenças observáveis nas recomendações das *Convenções Nacionais de Técnicos do SESC* de 1951 e 1956, revelam mudanças nas orientações institucionais e demonstram que seus administradores penetraram no sentido próprio que se pode atribuir ao Serviço Social: a correção dos defeitos, das incapacidades, das falhas de adaptação social do indivíduo e famílias e componentes dos grupos ou classes de trabalhadores, em virtude das mudanças ocasionadas pelas transformações econômicas e sociais ocasionadas pelo desenvolvimento do país.

Macaé, no Rio de Janeiro, foi a cidade escolhida para sediar a *III Convenção Nacional de Técnicos do SESC*, entre os dias 22 a 26 de maio de 1961. Uma nova década se abria à atuação do Serviço Social do Comércio. Quinze anos já haviam se passado na história de sua atuação social e, ao longo deste período, os rumos da política de governo também haviam sofrido modificações. Se no período compreendido entre 1945 e 1960 foram poucas as mudanças no Sistema de Previdência Social, a partir de 1960 a legislação previdenciária brasileira sofreu alterações significativas, com a promulgação da *Lei Orgânica da Previdência Social*⁷⁹. Esta lei garantia, a todos os vinculados contratualmente sob a *Consolidação das Leis do Trabalho*, os mesmos benefícios, o que daria margem à uniformização da política social do Governo. (STEPANSKY, 1980, p. 64)

Dentre as preocupações institucionais na pauta de discussões da *Convenção de Técnicos* de Macaé, tiveram destaque nos debates o *Anteprojeto do Plano Geral de Ação do SESC*, o *Regulamento do SESC*, o *Anteprojeto do Regimento Padrão das Administrações Regionais* e a *Política de Pessoal*.

Sobre o *Anteprojeto do Plano Geral de Ação*⁸⁰ as recomendações técnicas se ativeram à redação do texto do documento, expressando preocupações com a fundamentação doutrinária utilizada nos termos dos argumentos que exprimem a importância do papel desempenhado pela Instituição no campo social. De forma ampla, o tratamento textual dado ao documento sinaliza a importância de sua aplicação, para a normatização das ações institucionais. Considera, porém, a existência de experiências pregressas no campo das práticas de trabalho e na conduta técnica dos profissionais, em

⁷⁹ Esta Lei Orgânica constituiu uma versão do Projeto apresentado pelo Deputado Aluizio Alves, sob o número 3.807, em 1947. Trazia como inovação o fato da unificação dos benefícios prestados pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões

⁸⁰ O Plano Geral de Ação (PGA) veio delinear e normatizar a atuação do SESC, e entrou em vigor depois da publicação da Resolução SESC nº 297, de 07.11.1961.(BISAGGIO, 1983, p.37)

especial dos Assistentes Sociais, que foram os pioneiros à frente das primeiras ações desenvolvidas com os comerciários.

Em linhas gerais, o *Plano de Ação* encampa as determinações da *Carta da Paz Social* reafirmando a importância de uma política de atuação social em consonância com o conhecimento da realidade social, onde deveria se dar a sua atuação. Inova, contudo, em relação à busca de orientações educativas na intermediação com os “assistidos”, que a despeito de identificados como comerciários, compunham uma categoria profissional ampla e diversificada, em termos de designação e auto-identificação. Sobre este aspecto, vale citar uma das recomendações técnicas:

Com referência aos Capítulos I e II do Anteprojeto do Plano de Ação, admite a Comissão, que o documento, em sua feição final, deve incluir uma enunciação das condições mínimas de vida para o bem-estar social, lembrando como contribuição prévia para essa enunciação dois pontos a serem levados em consideração:

- a) O problema do justo salário e
- b) O problema da larga faixa abrangida pela categoria profissional do comerciário que quando examinada, revela-se composta por várias profissões, com ampla diversificação de salários e, conseqüentemente, com condições heterogêneas de vida. (SESC-DN, 1972a, p. 27)

As recomendações especificamente dirigidas ao item “Integração” enfatizam a necessidade de coadunação dos princípios institucionais com a política de ação e as programações desenvolvidas por outras instituições sociais. Também salientam o caráter prioritário da extensão de sua atuação à compreensão mais ampla dos propósitos educativos de suas atividades pela classe patronal, no sentido de fazê-los cumprir com a função que lhes havia sido destinada desde a criação do SESC: serem precursores de um novo tempo para os trabalhadores do comércio.

Concretamente, a principal inovação a ser destacada dentre as preocupações técnicas com as instruções normativas do documento, está na introdução da ideia de que a atuação institucional deveria estar embasada numa doutrina educacional a perpassar por todas as atividades oferecidas aos comerciários. É este o primeiro momento em que a atenção institucional volta-se para o seu próprio *modus-operandi*, e há referência sobre as “Atividades do SESC” e sobre como, por intermédio delas, seria possível contribuir para a transformação dos comerciários em sujeitos ativos e conscientes dentro das comunidades em que habitavam:

CAPITULO IV – As Atividades do SESC

Para a solução dos quatro problemas básicos que o SESC enfrenta na realização cotidiana de suas tarefas, quais sejam:

- a) O problema de avaliação do teor educativo das atividades
- b) O problema da seleção das atividades
- c) O problema da utilização de atividades diversas, enquanto aptas para conduzir para o tipo de educação pretendida pelo SESC
- d) O problema da preparação de pessoal habilitado a usar as atividades promovidas pelo SESC, dentro dos objetivos educacionais da Entidade em

benefício do comerciário e de sua família, tornando-se elementos conscientes e ativos dentro da comunidade em que vivem.

RECOMENDA-SE

- A necessidade liminar de serem atingidos de imediato esses problemas como condição para a aplicação dos elementos propostos, ao mesmo tempo em que o concomitante desenvolvimento do Plano teria em vista atacá-los:

- admite-se como primeiro problema, na ordem de prioridade, o da interpretação ao grupo mantenedor da Instituição dos novos aspectos da doutrina educacional do SESC, que visam ao melhor atendimento das atuais exigências do bem-estar do comerciário;

- sugere-se a seguinte formulação para o primeiro problema, mencionado pelo documento: "o problema da avaliação do teor educativo dos programas de atividade e das técnicas e processos de trabalho, em consonância com o conhecimento da realidade social".

- Propõe-se que seja um problema "o da integração do SESC no conjunto das outras instituições da comunidade que se dirigem ao bem-estar social, realizando com elas um programa integrado de trabalho".

(SESC-DN, 1972a, p. 29)

É recorrente no texto do *Plano Geral de Ação* debatido na *III Convenção Nacional de Técnicos* a predisposição para empreender esforços em prol de uma política de atuação do SESC, centrada em objetivos mais precisos e menos abrangentes, como havia sido definido pelos documentos legais que lhes deram vida, em 1946. No que tange à intenção de atuação, a partir de propostas educativas, o documento estabelece como norte o campo da educação social, aporte teórico à linha de trabalho a ser adotada. No cotidiano, significava pensar que a condução das ações institucionais deveria se concretizar por meio de ações de caráter educativo.

Nesse sentido, o aporte teórico da educação social seria de extrema importância, devido à possibilidade de dar, à linha de atuação educativa, o caráter de informalidade, critério indispensável à atuação social da Instituição. Como diretrizes metodológicas, o *Plano Geral de Ação* dialoga com quatro tipos de procedimentos: o conhecimento sobre o meio, a integração da coletividade de comerciários no organismo social, a descentralização e a avaliação. Para execução de tais procedimentos, define as seguintes normas de conduta:

a) as ações a serem desenvolvidas partirão do estudo do meio social onde o SESC deverá atuar e do conhecimento prévio dos problemas mediatos e imediatos enfrentados pela coletividade de comerciários;

b) as ações se realizarão, principalmente, através de atividades de grupos, constituídos em função de interesses comuns.

Entretanto, ainda que se desejasse ampliar as determinações para uma atuação prospectiva de fato, a questão da inserção da educação como prerrogativa das ações desenvolvidas pela Instituição, no campo da assistência social, não surtiu, o efeito esperado, em vista do incipiente embasamento teórico-conceitual para fundamentar o percurso então

iniciado. Tais orientações apregoadas pelo *Plano Geral de Ação* perduraram até fins da década de 1960, quando, pela *Resolução SESC nº 115*, de 27 de março de 1969, o Conselho Nacional declarou a extinção das atividades médicas assistenciais no SESC.

Essa medida não foi decretada por acaso. Ao contrário, deu-se em decorrência da observância de que, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a partir da unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, em 1967⁸¹, as ações do SESC no campo da saúde poderiam ser interpretadas como atitudes paralelas à política de saúde adotada pelo governo Castello Branco. Além desta questão, outro fator que influenciou diretamente na mudança de comportamento do SESC em sua atuação social foi, segundo Bisaggio (1983, p. 39), a redução dos valores da contribuição dos empregadores do comércio para o SESC, que passaram de 2% para 1,5 %, desde que a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 passou a vigorar⁸², diminuindo substancialmente a receita, o que obrigou a Instituição a concentrar recursos e, por consequência, houve a necessidade de reorientar sua ação focando a atenção em metas de trabalho mais precisas e limitadas.

Assinala a autora, também, que dois anos antes, em 1964, pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, SESI e SESC tiveram 20% de suas contribuições desviadas pelo Governo, sendo obrigadas a adquirir letras imobiliárias para ajudar a criar o Banco Nacional de Habitação⁸³. Anos mais tarde, em 1968, uma determinação do Governo Federal subordinou o SESC, em termos orçamentários, ao antigo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (que posteriormente passou a chamar-se Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN), adotando como instrumento para execução do *Plano Anual de Trabalho o Orçamento-Programa*, cuja finalidade era possibilitar o controle e avaliação sistemática do trabalho desenvolvido pela Instituição.

No segundo item incluído na pauta de discussões dos técnicos reunidos, “Análise do Regulamento do SESC”, questões referentes à redação do texto do documento foram objeto de ponderação. Tratando-se o Regulamento da própria expressão da existência institucional, observa-se nas intervenções técnicas, orientações no sentido de dar à redação maior inteligibilidade a partir da facilitação na interpretação dos argumentos que definem as responsabilidades dos diferentes órgãos que integram o *corpus* administrativo da Instituição.

⁸¹ Criado por meio do *Decreto-Lei nº 67*, de 21 de novembro de 1966.

⁸² Anteriormente, vigia a *Lei nº 4.380*, de 21 de agosto de 1964.

⁸³ O Banco Nacional da Habitação (BNH) foi um banco público voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários. Criado em 1964 através da Lei 4.380, pela Deputada Federal Sandra Cavalcanti, sua primeira presidente, o BNH tinha por função a realização de operações de crédito — sobretudo de crédito imobiliário —, bem como a gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Era um banco de segunda linha, ou seja, não operava diretamente com o público, atuando por intermédio de bancos privados e/ou públicos, e de agentes promotores, tais como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto.

As discussões acerca do texto do Regulamento perpassaram ainda por questões relativas à composição dos quadros profissionais, com interesse na caracterização da legitimação da ocupação dos cargos mais elevados na hierarquia institucional, em especial nas Administrações Regionais. Um exemplo desta preocupação esta materializada na sugestão dada para a modificação do Art. 17 do *Regulamento*:

[...]

No tocante ao Art.17, o plenário recomendou nova redação:

Art. 17 – O diretor do Departamento Regional será nomeado pelo Conselho Regional devendo a escolha recair em pessoa de nacionalidade brasileira, de comprovada idoneidade moral, cultura superior e experiência em atividades administrativas e de bem-estar social.

- Para o parágrafo 2º foi aprovada a seguinte redação: O Diretor do Departamento Regional é de Confiança do Presidente do Conselho Regional do SESC e incompatível com o exercício de mandato de entidade sindical ou civil do comércio, assim como em qualquer Conselho do SESC ou de organização similar. (SESC-DN, 1972a, p. 33)

Quanto aos outros dois temas constantes desta *III Convenção Nacional de Técnicos do SESC*, o “*Anteprojeto do Regimento Interno das Administrações Regionais*” recebeu tratamento pontual, pois a atenção voltou-se para o cuidado a ser dispensado aos procedimentos metodológicos a serem empregados na elaboração dos *Regimentos Internos* de cada Departamento Regional. Nota-se a preocupação com a padronização das regras a serem seguidas por cada Administração Regional:

Sugestões apresentadas para elaboração das Normas-padrão para a elaboração do Regimento Interno das AA.RR.:

- que, em princípio, à matéria do Regimento Interno corresponderão aos seguintes itens:

I – Finalidade

II – Organização

III – Da Administração Regional

1 – Do Conselho Regional

- a) Da composição da Presidência;
- b) Do funcionamento;
- c) Do mandato dos conselheiros;
- d) Da competência
- e) Das atribuições do Presidente do Conselho Regional

2 – Do Departamento regional

- a) Do Diretor do Departamento regional e suas atribuições
- b) Da competência do Departamento Regional
- c) Da Estrutura do Departamento Regional
- d) Da competência dos órgãos do Departamento regional
- e) Do Pessoal do Departamento Regional

(SESC-DN, 1972a, p. 35-36)

Mais especificamente, o tema “Política de Pessoal” recebeu recomendações quanto ao Plano de Classificação, Plano de Remuneração, Recrutamento e Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento, Promoções, Disciplina, Assistência ao Servidor, Relação entre Empregados e Empregadores e Quadro de Pessoal. Por fim, foram abordados, de

maneira ampla, “outros assuntos do interesse do SESC”, onde aparece uma recomendação específica para o intercâmbio entre os Departamentos Regionais na prestação de serviços relativos às Colônias de Férias. Diz a recomendação:

[...]

– que os DD.RR., dentro de suas possibilidades, mantenham intercâmbio no que diz respeito ao Serviço de Colônias de Férias, visando proporcionar às famílias comerciárias de todo o país a possibilidade de gozar férias fora de seu Estado, sem onerar demasiadamente o seu orçamento. (*ibid.*, p. 39)

Há também uma recomendação para que o Departamento Nacional viesse a promover, em 1963, a *IV Convenção Nacional de Técnicos do SESC*, na Colônia de Férias do SESC Iparana, em Fortaleza, Ceará. Esta intenção não logrou êxito e a *IV Convenção* veio acontecer apenas em 1969, portanto, 06 anos depois da data pretendida no encerramento da Convenção anterior. A Convenção aconteceu entre os dias 23 e 29 de novembro de 1969, na Colônia de Férias de Bom Clima, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Sua realização deu-se em regime de urgência, em vista da necessidade de adaptação do SESC a nova realidade do país, com o objetivo de promover a compatibilização de sua ação social com o programa do Governo Federal nessa área de atuação.

Para isso foi elaborado um documento, sob a responsabilidade do Departamento Nacional, que recebeu o título de “*Projeto de Revisão das Diretrizes Gerais e de Adoção do Planejamento Integrado do SESC*”, que constituiu tema único da *IV Convenção Nacional de Técnicos*. Objetivamente, este documento foi o primeiro a trazer definições claras para a atuação institucional, delineando seus objetivos, metas e características organizacionais. Note-se que, desde a sua criação, mais de duas décadas já haviam se passado e, dentre as inovações em termos da política de ação a ser empreendida, aparecem como metas prioritárias três Campos de Ação: Lazer, Educação e Alimentação.

Mais uma vez, seguindo a linha adotada nas *Convenções Nacionais de Técnicos* anteriores, para a condução dos trabalhos – incluindo discussões e debates – durante a realização desta *IV Convenção* foi aplicada uma metodologia de trabalho que objetivou o direcionamento da análise do documento, a partir da interpretação do teor textual e de suas implicações em termos de aplicabilidade prática. Tencionava-se, com esta atitude, estimular a participação dos técnicos na avaliação do conteúdo do documento, de forma a referendar a sua intencionalidade como instrumento normativo da atuação política do SESC no campo social.

Com o título de *Anteprojeto das Diretrizes Gerais de Ação do SESC*, o texto do documento exprime a finalidade da criação do SESC, reafirmando, como preceito básico de sua existência, o estabelecimento da PAZ SOCIAL entre os trabalhadores do comércio e seus patrões. Situação a ser concretizada a partir da superação, democrática, das tensões e conflitos sociais, ponto pacífico para se evitar o aparecimento ou o recrudescimento de

agitações e lutas sociais. Como objetivos para a atuação institucional no *Anteprojeto das Diretrizes* estão elencados:

- a) A assistência aos problemas domésticos, decorrentes de dificuldades de vida ou de relações de convivência;
 - b) A defesa do salário real, tendo em vista as possibilidades de poupança de renda salarial dos trabalhadores no comércio através da oferta de facilidades na obtenção de bens, comodidades e seus serviços;
 - c) O incentivo à atividade produtiva, entendendo-se que na medida em que aumentem a produtividade e o bem-estar, cresce o espírito de maior solidariedade social e fortalece a confiança nos destinos da sociedade;
 - d) A defesa e aperfeiçoamento dos valores da civilização brasileira consubstanciando-se nas normas que orientam a organização e a estrutura da sociedade e corporificando-se nas instituições e símbolos nacionais.
- (SESC-DN, 1972a, p. 45)

Para a consecução de tais objetivos, as *Diretrizes* definiam metas para a execução das ações institucionais que deveriam estar direcionadas à solução dos problemas dos trabalhadores do comércio e de suas famílias, nos seguintes aspectos: Educação, Saúde, Alimentação, Habitação, Vestuário, Transporte, Lazer e Orientação Profissional e Social.

Há, ainda, uma detalhada explicação sobre a clientela a qual os serviços da Instituição deveriam priorizar:

O SESC tem clientela própria: o trabalhador no comércio e seus dependentes, compreendendo-se como trabalhador no comércio o empregado nas empresas enquadradas no Plano da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Nacional de Educação e Cultura e nas Empresas de Publicidade e Jornalísticas do 2º e 3º grupos da Confederação Nacional de Comunicações e Publicidade, e como dependentes de trabalhador no comércio os membros de sua família e os que tendo com ele qualquer vínculo de parentesco, dele dependam economicamente de forma substancial.

A ação dos SESC abrange, também, os diversos meios ambientes que condicionam a vida do comerciante e de sua família, compreendendo como tal o lar, o local de trabalho e a comunidade.

Neste último caso, a ação do SESC na comunidade se fará sob a forma de participação em movimentos de ação comunitárias, compreendendo-se esta participação como atuação conjunta e disciplinada do SESC com um ou mais órgãos e instituições da comunidade para a execução de projetos específicos. (*Ibid.*, p. 46)

No que tange especificamente as características organizacionais, o documento ratifica ser o SESC uma Instituição Privada, fixada sua atuação em regime de unidade normativa e de descentralização executiva, abrangendo os seguintes órgãos e funções:

A – Administração Nacional:

- 1) Conselho Nacional (deliberação, planejamento e coordenação);
- 2) Departamento Nacional (execução, orientação, coordenação, controle e avaliação dos resultados da Política de Ação);
- 3) Conselho Fiscal (fiscalização financeira).

B) Administrações Regionais, com jurisdição nas bases territoriais correspondentes:

- 1) Conselhos Regionais (deliberação, planejamento e coordenação);

2) Departamentos Regionais (execução, orientação, coordenação, controle e avaliação dos resultados do Programa de trabalho);
(SESC-DN, 1972a, p. 47)

Ao referendar esta organização, o texto do documento fortalece a imagem social do SESC como Instituição cujas atribuições no campo da atuação social são eminentemente de caráter prático. Por esse motivo, é que se explica ter sido uma preocupação constante, fortalecer o pensamento institucional por meio de argumentos que elevem a qualidade do planejamento e o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho adotados desde a sua criação.

Nesse sentido, o principal atributo qualificativo do texto em análise, nesta reunião de técnicos, era dar fundamentação teórica para as ações que seriam empreendidas nos três campos de ação propostos: lazer, educação e alimentação. Para tanto, toma-se como ponto de partida para a definição de um fio condutor em matéria de escolha de uma metodologia de ação: a idéia de educação social. Apregoa o texto do documento que a intenção básica do SESC, no que pese a imagem de obra social, seja o propósito socioeducativo com o qual deverão se revestir todas as suas ações. Portanto, operacionalmente a metodologia escolhida deveria se concretizar a partir de duas formas de atuação:

[...] pela primeira forma, adotando em suas estratégias de trabalho o entendido neste documento como Ação Comunitária, forma educativa de condução de trabalho com as comunidades. Em segundo lugar, na medida em que atuar educativamente juntos às próprias populações urbanas, interpretando o empenho governamental pelo desenvolvimento e motivando sua clientela para dele participar. (*Ibid.*, p. 49)

Entendido que ambas as formas de atuação são paralelas, e de certa forma concomitantes, imaginava-se criar condições básicas para a maior participação da população, ainda que direcionada ao segmento do comércio, no desenvolvimento econômico e no progresso social que se almeja para o país. Depreende-se que, com esse pensamento, a Instituição acreditava piamente que a educação se constituía em instrumento fundamental para o alcance de tais objetivos. E, para conceituar tal intento educativo, situa o propósito de suas realizações na perspectiva das técnicas da educação permanente⁸⁴, ou seja, da educação não-formal, no sentido de que se opte por técnicas que se afastem dos procedimentos correntemente adotados pela educação escolar. Assim, caberia ao SESC a tarefa de complementar o processo de educação formal, através de um trabalho educativo informal, a se concretizar nas horas livres dos comerciários:

[...] Assim o SESC procurará aproveitar as horas livres do comerciário e de seus dependentes para sua promoção social, contribuindo para sua atualização face ao dinamismo das transformações e estimulando-os à atualização e a novos conhecimentos. Trata-se, pois, de uma educação permanente a realizada fora dos regimes tipicamente escolares e visando o desenvolvimento da personalidade e seu ajustamento As condições de

⁸⁴ “O tipo de educação que se realiza fora dos regimes escolares, e que promove o desenvolvimento e os necessários reajustes à personalidade, em qualquer época da vida do homem”. Conforme dispõe o trecho “Ação Educativa”, referente ao Item *Indicadores específicos do SESC*. (SESC-DN, 1972a, p.52)

mudança. Nesse sentido é que tem sido chamada de “social”, não porque a educação sistemática não o seja, mas porque se desejou reforçar sua função de promoção social e de reajustamento a sociedade dinâmica. Por outro lado, por não ficar contida num período determinado da vida do indivíduo, e por ser necessária a todos, mesmo aos já devidamente escolarizados, é que pode chamá-la, mais adequadamente de “permanente”. Esta forma de educação permitirá que os trabalhadores no comércio e seus dependentes desenvolvam uma apreciação mais profunda e que compreendam sua parcela de responsabilidade no acompanhamento do progresso social e do desenvolvimento econômico da Nação. (SESC-DN, 1972a, p. 52)

De certa forma, ao pensar a educação como princípio norteador das práticas institucionais, o SESC deu prosseguimento à linha de atuação afinada com as prerrogativas governamentais, em especial no que tange às intervenções na área social. Uma possibilidade de leitura acerca da conformação do pensamento da Instituição nas três primeiras décadas que se seguiram à criação, leva a interpretação de que o SESC funcionava como uma agência replicadora das políticas governamentais, atuando no sentido de complementaridade na prestação de serviços na área social.

A despeito dos documentos normativos exprimirem a busca constante de organização no trato com os procedimentos de planejamento e execução dos programas e planos de ação, não se pode negar que essa tendência veio a resultar na ideia de planificação, eixo fundamental das *Convenções Nacionais de Técnicos* que, não por acaso, aconteceram em períodos de transição de governos presidenciais, entre 1951 e 1969.

Estas Convenções têm papel significativo na conformação do pensamento e na atuação social do SESC, não apenas porque espelham as preocupações institucionais acerca de procedimentos a serem implementados na condução de sua política de atuação. Mais do que isso, as *Convenções* seriam, ao mesmo tempo, produtos de uma época em que o SESC viu-se compelido a responder às mudanças conjunturais pelas quais o país passava.

Notemos que a *I Convenção Nacional de Técnicos* ocorreu em novembro de 1951, momento em que, na história do Brasil, Getúlio Vargas tinha retornado à Presidência da República⁸⁵ e decidido centrar esforços numa política de governo nacionalista, tentando restabelecer contato com as classes operárias e os sindicatos, além de controlar a economia, estimular a produção interna e proibir a entrada de capital estrangeiro no país, o que fez crescer o setor industrial.

O momento da *II Convenção* deu-se em Belo Horizonte, Minas Gerais, no ano de 1956, no Governo de Juscelino Kubitschek. A obra de Fiore, intitulada *Origens e Implantação do Programa Lazer no SESC*, refere-se ao período de 1956-1960 na história do SESC como a “etapa de consolidação da Instituição”. Argumenta a autora que foi a partir da

⁸⁵ 1951/1954

política de governo adotada no Governo Kubitschek que a Instituição pode se estabelecer de forma concreta no cenário político e social. A explicação tem relação com os fatores arrolados pela autora na página 45, da referida obra, tomando como base dados obtidos em um trabalho anteriormente publicado pelo SESC⁸⁶:

A conjuntura inaugura-se com a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira e caracteriza-se fundamentalmente pelo notável incremento do crescimento econômico que marca o apogeu da política desenvolvimentista. A base para esse crescimento foi uma extraordinária expansão da produção industrial que cresceu 80%, com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias do aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicação (380%) e de equipamentos e transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano. Era um processo de substituição de importações em que se deslocou o eixo da produção industrial, para a criação de indústrias de bens de capital. O nacional-desenvolvimentismo dos anos JK implica a expansão dos setores públicos e privados e a maciça inversão de capitais estrangeiros - a partir de uma série de incentivos oferecidos pelo Governo – na economia do país. (SESC-DN, 1981, p. 45)

Entretanto, um olhar mais crítico sobre as facetas do “nacional-desenvolvimentismo”, termo que caracteriza e define, em muitos estudos, as linhas gerais do governo JK, aponta-nos contradições no que se refere aos frutos deixados pela política desenvolvimentista de Juscelino. Existia a expectativa do fortalecimento do processo de industrialização e, por conseguinte, de expansão da urbanização apoiada no capital nacional, Em vista disso surge a perspectiva de um projeto político social a sustentar-se nas classes populares, em especial o proletariado urbano industrial.

Voltando ao trabalho de Fiore (SESC-DN, 1981) pode-se recorrer a outro trecho, para ilustrar o modelo de participação popular que se deu, por meio da política desenvolvimentista, sob o *slogan* “50 Anos de Desenvolvimento em 5”:

[...] O nacionalismo desenvolvimentista, expressão mais clara da aliança entre as varias classes sociais – empresariado nacional, camadas médias, setores populares na década de 1950 a 1960 decorre essencialmente da tentativa do grupo de poder de inaugurar um novo sistema de domínio, baseado não exclusivamente na sociedade política, mas na sociedade civil. É a primeira tentativa de colocar em prática uma direção cultural, entendida como conjunto de valores, símbolos, conteúdos morais, etc... que visam tornar ideologicamente consensuais os interesses do grupo dirigente, agindo os demais grupos da aliança sobre a massa popular. (SESC-DN, 1981, p. 45)

Este é um período destacado, no estudo de Fiore, como de intensa mobilização popular, quando aumentam, em nível nacional, os registros sobre organizações e ações de natureza social e cultural voltados à conscientização das massas. Na realidade, as colocações de Fiore englobam tanto movimentos de cultura popular como de educação de

⁸⁶ Este trabalho recebeu o título de **Análise dos aspectos econômicos, sociais e políticos da sociedade brasileira e suas determinações no campo do lazer, 1945-1973**. Resultou de pesquisa realizada pelos técnicos da SEP (Seção de Estudos e Pesquisas) do Centro de Estudos e Informação (CEI) do SESC-DN, servindo como referência para a publicação coordenada por Maria Heloisa M. de Araujo Fiore, **Origens e implantação do programa lazer no SESC**, datado de 1981.

base. Sobre essas duas perspectivas de ação Palma⁸⁷, em artigo publicado em 2005, investiga a conformação do pensamento brasileiro no campo da educação, durante o período de 1960 a 2000, objetivando perceber as características herdadas por cada política governamental – desde Juscelino Kubitschek até Fernando Henrique Cardoso.

Mais especificamente, quanto o objetivo pretendido neste Capítulo, as contribuições do estudo de Palma servem para ampliarmos o entendimento sobre o que, de fato, Fiore considera como movimento da cultura popular e sobre o significado da educação de base e sua inserção nos rumos da atuação social do SESC, a partir das recomendações da *II Convenção Nacional de Técnicos*. Para Palma, desde a queda do Estado Novo, em 1945, quando o Brasil experimentou o início do período de redemocratização, é que há percepção acerca do crescimento dos movimentos populares, sendo o ano de 1946 uma referência, porque demarca a presença do Partido Comunista Brasileiro, o PCB na disputa das eleições presidenciais com resultado significativo.

Entretanto, continua o autor a salientar que em vista do resultado da participação do PCB nas eleições não ter repercutido de forma favorável, assustando os conservadores e anticomunistas, no ano de 1947, já no contexto da Guerra Fria, foi decretada a sua ilegalidade:

[...] a agremiação comunista, formada por uma bancada de 14 parlamentares, liderada pelo Senador Luiz Carlos Prestes, foi posta em 'xeque'. O Supremo Tribunal Federal, por três votos favoráveis e dois contrários, cassou o registro eleitoral da legenda comunista. (PALMA, 2005, p. 2).

Mais adiante, afastando-se das preocupações direcionadas à contextualização histórica para situar as especificidades das políticas governamentais, vai se referir ao entrelaçamento entre cultura e educação como a condição de ocorrência dos primeiros passos dados pelo país na direção das políticas voltadas para a educação popular. Antes, porém, faz um apanhado do cenário em que despontam as primeiras ações culturais. Identificando, inicialmente, os anos de 1960 como um período de florescimento cultural, quando, por exemplo, Ênio Silveira efetivamente transforma a Civilização Brasileira numa editora a serviço de uma cultura progressista. Ademais, é também o período em que se iniciam, no Brasil, publicações das obras de alguns autores marxistas críticos. Até então, a cultura marxista no Brasil estava estritamente sobre controle do PCB – inclusive da editora oficial do PCB, a Vitória – que publicava, sobretudo, manuais soviéticos (PALMA, 2005). Sobre aspectos culturais, aponta:

No campo cultural, os anos que antecederam 1964 foram de grande efervescência, marcados por grandes realizações no campo da música, do teatro e do cinema. No campo musical, a renovação veio com a bossa nova, movimento que contou com tantos nomes de talento, com destaque para

⁸⁷ Originariamente publicado em: PALMA FILHO, J.C.(org.). *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação – História da Educação*. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP e Santa Clara Editora, 2005. p.75-100.

Vinicius de Moraes, Tom Jobim e Carlos Lira, entre outros. No cinema, destaca-se o Cinema-Novo, tendo à frente nomes como Glauber Rocha, Anselmo Duarte. Este último é ganhador da Palma de Ouro em Cannes, com o filme *O Pagador de baseado* em um texto teatral do dramaturgo Dias Gomes. (*Ibid.* p. 5)

Como aspecto marcante dos primeiros anos decorridos do início da década de 1960 até o momento em que se daria o Golpe Civil-Militar de 64, cita o fenômeno do entrelaçamento entre os fatores cultural e educacional, que iriam se cingir, resultando em movimentos culturais com características pedagógicas. Os primeiros surgidos foram o *Movimento de Cultura Popular* (MCP), em Recife; a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, em Natal; no âmbito da Igreja Católica, o *Movimento de Educação de Base* (MEB); pela União Nacional Estudantil, o *Centro Popular de Cultura* (CPC).

Tais movimentos emergiram no contexto dos anos de 1960 e 1961 e tiveram como princípio o engajamento da população em procedimentos de educação popular (alfabetização), tendo como veículo as manifestações culturais. A intenção de alfabetizar adultos teve como linha de orientação o método de ensino do educador Paulo Freire, cuja fundamentação propunha o encontro do indivíduo com a sua origem natural e cultural. Teoricamente tratava-se de proporcionar a ampliação dos conhecimentos, em especial no que tange ao vocabulário, a partir da própria realidade vivida. Na prática, o método impunha critérios que mesclavam o registro de palavras, com a vivência de situações do cotidiano, como forma de fixação dos conteúdos apreendidos na realidade social e cultural daqueles que estavam sendo letrados.

Assim, a partir desta abertura mais ampla dada ao direcionamento do texto é que voltamos à questão originária, que tem ligação direta com as recomendações técnicas surgidas da *II Convenção Nacional de Técnicos*. Nesse sentido, é possível destacar que ainda que tais discussões tivessem ratificado a linha de atuação social posta em prática pelo SESC desde 1951, afirmando a necessidade de aprofundamento da linha de trabalho e deslocando a ênfase do atendimento de grupos para o trabalho junto à comunidade, havia um quê de diferença, que começava a exprimir as primeiras determinações da prática institucional para os anos que viriam, em especial, no que tange aos fundamentos ideológicos. Recomendava-se: “O SESC deve participar ativamente da organização da comunidade mediante a política de colaboração com o Governo, as entidades civis e comunidades locais” (SESC-DN, 1972a, p. 23). Em outras palavras, existia intencionalidade em, também, adentrar no universo das campanhas populares de desenvolvimento comunitário.

Ao mesmo tempo, eleger tal prioridade não fora obra exclusiva do corpo técnico que participou da *II Convenção*. Essa prerrogativa em privilegiar o desenvolvimento de comunidades, atrelava o trabalho desenvolvido pelo SESC a uma tendência maior: a

expressão da vontade do Estado, em ampliar as campanhas de alfabetização de adultos no país. Tais campanhas emergiram, no contexto nacional, em um momento em que o Pós-Guerra fazia acreditar ser aquele o cenário adequado à implantação de modelos de governos democráticos.

No Brasil, a ideologia de construção de sociedades livres do autoritarismo perpassou pelo crescimento da importância do processo eleitoral. O tratamento pretendido era que a educação social fosse, também, educação política, de forma que, por meio da alfabetização de adultos, a grande massa da população até então excluída do processo eleitoral pudesse ser a ele integrada.

A época da *III Convenção*, maio de 1961, era momento de transição entre os governos de Jânio Quadros e João Goulart, transição essa que perpassaria ao regime de governo, de Parlamentarismo à retomada do Presidencialismo, até o momento do golpe militar em abril de 1964. Em 1961, a principal demanda apresentada aos técnicos do SESC foi a análise do *Plano Geral de Ação* que, na verdade, veio a ser o primeiro indício de que o sentido de planificação das estratégias de ação viriam a se concretizar em breve.

Este documento apresentava, ainda, as bases para a elaboração do *Regulamento do SESC* e do *Regimento Padrão das Administrações Regionais*. Com isso, talvez seja possível depreender que a Instituição já estivesse antevendo o futuro político do país, prestes a ingressar no regime de Governo Militar. Neste momento, perduram as preocupações relacionadas aos problemas sociais do país, e a defesa da educação social a partir da orientação de percepção do homem enquanto ser social.

Fiore destaca a plena utilização das categorias “educação democrática”, “homem livre”, “comunidade”, “sociedade”, “consciência social”, “educação integral”, “ajustamento transformador” e “integração ao meio” como referenciais, suportes e balizadoras dos documentos institucionais, em conformação com a ideologia dominante. Portanto, assegura ela, que nada seria mais admissível do que o fato de que o texto proposto para o *Plano Geral de Ação* estava apoiado em tais categorias, de forma a dar fundamentação à ótica de atuação social do SESC, que suprimia a vontade e subordinava os interesses individuais aos da sociedade.

Em 1969, a abertura da *IV Convenção de Técnicos* anunciava o preâmbulo de mudanças. Vejamos como se deu tal anúncio:

A IV Convenção Nacional de Técnicos, reunida em Bomclima, Petrópolis, no período de 23 a 29 de novembro de 1969, nasceu da necessidade de o SESC adaptar-se à realidade nova do País, promovendo a compatibilização de sua ação social com o programa do governo federal nessa área. Para isso foi elaborado um documento – O projeto de Revisão de Diretrizes Gerais e de Adoção do Planejamento Integrado no SESC – que constitui tema único da IV Convenção. (SESC-DN, 1972a, p. 43)

Passados oito anos desde que a última Convenção ocorrera, neste momento o SESC julgou oportuno proceder à reformulação dos métodos e procedimentos de trabalho que vinha adotando desde a primeira reunião, envolvendo diferentes áreas de seu aparato técnico-administrativo. Essa nova postura veio resultar em maior disciplina e racionalidade em sua atuação. Nota-se, contudo, que como nesta Convenção os debates precisavam ser conduzidos de forma a avaliar o conteúdo do texto do documento que se propunha a ser o instrumento norteador das ações institucionais que, no caso, estava sendo tratado como *Anteprojeto das Diretrizes Gerais de Ação do SESC*, era também necessário produzir respostas precisas aos anseios de seus dirigentes, em vista das demandas da nova ordem econômica e política sobre a qual o país começava a tomar ciência.

Adotou-se, então, como proposta metodológica para a condução das reuniões setoriais⁸⁸, a iniciativa de enviar a matéria objeto de discussão aos participantes com antecedência, o que se fez acompanhar de um questionário com perguntas que serviriam como forma de direcionamento dos debates, talvez tencionando-se a otimização do tempo, em vista da urgência de se produzir um resultado final satisfatório. Sobre tal aspecto vale citar:

[...] O Anteprojeto das Diretrizes Gerais e de adoção do Planejamento Integrado no SESC, que constituiu tema único da IV Convenção, foi elaborado pelo Departamento Nacional, em cumprimento à Resolução SESC nº 115/69, aprovada pelo Conselho Nacional, contendo, a título introdutório, algumas considerações sobre o SESC, seus objetivos, metas e características organizacionais.

[...] Este trabalho foi distribuído com antecedência a todos os convencionais, juntamente com um questionário sobre assuntos nele abordados. As perguntas visaram os seguintes aspectos: considerações gerais sobre o documento, características organizacionais da entidade, diretrizes gerais e planejamento integrado. (SESC-DN, 1972a, p. 44-45).

Concretamente este questionário funcionou como um roteiro a orientar a participação dos envolvidos que, subdivididos em oito subgrupos, responderam as suas indagações e apresentaram as devidas considerações em quatro sessões plenárias, reunindo-se posteriormente, para redigir uma síntese que consolidava todas as opiniões. O resultado desta movimentação em torno das *Diretrizes* veio a se concretizar, traduzindo-se em documento, em 1973, depois da aprovação pelo Conselho Nacional. Em vista do tempo decorrido – algo em torno de quatro anos – entre a realização da *IV Convenção*, em 1969, e sua aprovação, é possível pensar que muitas outras preocupações podem ter sido admitidas pela Instituição e agregadas ao texto originalmente aprovado pelos técnicos da *Comissão de*

⁸⁸ O método de trabalho adotado nas *Convenções Nacionais de Técnicos do SESC* previa a análise dos temas em pauta a partir da subdivisão dos participantes em grupos de trabalhos, que ficavam responsáveis por “seções” de discussões. Tais grupos de trabalhos eram constituídos por relações de afinidade (no sentido teórico, podendo ser integrante um profissional de fora do SESC, a convite das hierarquias superiores e no sentido prático, atuavam os técnicos de diversas Administrações Regionais a convite do Departamento Nacional, a quem cabia a responsabilidade de organização, tanto no sentido operacional como na condução da metodologia de trabalho, constituição das pautas de debates, elaboração de material a ser analisado etc.

69, em vista do próprio caráter multifacetado assumido pelas ações institucionais nos anos seguintes ao encerramento da *Convenção*.

Para retomar a análise que vem sendo desenvolvida, com vistas a perceber as possíveis interpelações da linha de atuação que o SESC tencionava implementar e o contexto maior da história do país, novamente o trabalho de Fiore (SESC-DN, 1981) acrescenta a esta pesquisa informações relevantes sobre o contexto político-econômico e social em que estava a se processar tal mudança de atitude no comportamento institucional. Expõe-nos o trabalho, na página 78: “Essa Convenção é profundamente marcada pela influência dos postulados do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), surgido no ano anterior”.

O PED foi formulado no Governo Costa e Silva, a partir do diagnóstico de impropriedades no modelo de substituição de importações e, em vista do alargamento do setor público, buscou alternativa para a manutenção do crescimento do mercado, de forma que fosse possível gerar distribuição de renda, ao mesmo tempo, incentivando os níveis de consumo. Inserido no bojo dos modelos econômicos que, a partir de 1939, passaram a orientar as formulações das políticas econômicas do país, o PED (1968/1970), assim como fora o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG – 1964/1966), e seria o Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND – 1972/1974), visavam à promoção do crescimento econômico do país a partir da ênfase no planejamento estatal. O PAEG foi o primeiro plano econômico elaborado pelo Governo Militar.

Surgido na gestão Castelo Branco, previa uma política monetária restritiva na busca por menor déficit público. Além disso, suscitou o caráter de urgência no combate à inflação a partir da implantação de medidas restritivas, dentre elas a diminuição de papel moeda. Foi também neste momento que se deu a criação do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional, do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). No Plano do Governo, por exemplo, a criação do BNH e do SFH serviria para captar recursos financeiros, aumentando-se a arrecadação, o que foi feito com a reforma tributária, sendo que através desta criou-se o PASEP, o PIS e o FGTS. Na prática, atendia-se aos anseios dos investidores nacionais do ramo da construção civil, ampliando-se o número de moradias e, ao mesmo tempo, aproveitava-se o seu grande potencial de geração de empregos diretos (KERECKI; SANTOS, 2009).

Cabe destacar, com base nos argumentos dos autores, que o FGTS foi uma forma de fazer uma poupança forçada, para o investimento direto na construção civil. Outro grande avanço para custear as despesas públicas, foi o lançamento das Letras do Tesouro Nacional (LTNs) na década de 1970 e das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), títulos pré-fixados que tinham o objetivo de financiar as despesas do Tesouro Nacional.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento herdou do PAEG a preocupação com os níveis inflacionários, que a princípio não constavam como critério de prioridade. Em vista do notável desempenho da indústria automobilística – que, segundo Macarini (2006, p. 463), inicia em 1968 o seu ciclo de recordes sucessivos de produção, com mais de 270 mil unidades produzidas, contra 225 mil no ano anterior – e também da ativação da indústria da construção civil, em decorrência do incremento da demanda habitacional, além da expressividade alcançada no setor de bens intermediários, como consequência da expansão da siderurgia e mesmo da indústria têxtil, setor que até então amargava situação penosa desde a crise econômica havia sofrido. O PED pretendeu a continuidade do crescimento econômico, deslocando, contudo, a prioridade de combate à inflação para o crescimento acelerado da economia, a partir de investimentos nos setores públicos e privados da produção industrial.

Além disso, havia um setor do *Programa* que se referia especificamente ao “Fortalecimento da Infraestrutura Social” e que atribuía prioridade às áreas de Educação (Capítulo XV), Habitação (Capítulo XVI), Saúde e Saneamento (Capítulo XII) e Desenvolvimento Regional e Urbano (Capítulo XVIII). Em 1969, o último ano englobado pelos efeitos do PED, a conjuntura política a permear o cenário nacional envolvia o governo do Presidente Costa em Silva em uma atmosfera de inquietante incerteza quanto ao futuro da política econômica.

O Ato Institucional nº5⁸⁹ estabelece, uma a uma, nova revisão de prioridades, reelegendo a inflação como o inimigo principal. Ainda segundo Macarini (2006, p. 465): “De heterodoxalmente expansiva, perseguindo a estabilização do crescimento, a política econômica assume em 1969 traços explicitamente restritivos, voltada para o propósito de impor substancial redução à taxa de inflação”.

No texto que integra o terceiro capítulo da coletânea *Planejamento e orçamento governamental* intitulado *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica* (ALMEIDA *apud* GIACOMONI; PAGNUSSAT, 2004) há uma referência que ilustra a passagem do cargo de Ministro da Economia envolvendo Roberto Campos (antigo Ministro) e Hélio Beltrão, a quem caberia herdar a pasta de seu antecessor. Julgando que a fala de Roberto em muito se enquadrava nas novas estratégias de trabalho prestes a serem adotadas a partir das decisões da *IV Convenção Nacional de Técnicos*, é que tal colocação será situada no cerne das implicações deste trabalho de pesquisa:

⁸⁹ O Ato Institucional Nº5, ou AI-5, foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao Golpe militar de 1964 no Brasil. Em seu artigo 2º o texto do decreto conferia ao Presidente da República poderes como: decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, que só voltariam a funcionar quando convocados. Com esta medida o Poder Executivo federal, estadual ou municipal, cumpriu as funções do Legislativo, e o Poder Judiciário também se subordinava ao Executivo, pois os atos praticados de acordo com o AI-5 e seus Atos Complementares excluíam-se de qualquer apreciação judicial (artigo 11).

Em sua despedida (em março de 1967), ao transmitir o cargo ao ministro Hélio Beltrão, o ministro Roberto Campos indicou que “buscou-se nele **(Plano Decenal)**⁹⁰ formular uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo, para escapar ao hábito constante da improvisação imediatista, que sacrifica o futuro ao presente, por não compreender o passado; uma programação quinquenal de investimentos, para racionalizar e melhor coordenar a ação dos diversos órgãos governamentais; um conjunto de indicações sobre as políticas gerais – de crédito, de orçamento e de câmbio – necessárias para compatibilizar a promoção do desenvolvimento com o combate à inflação. [...] O planejamento que concebemos para uma sociedade democrática é um planejamento de moldura e de contexto econômico para o conjunto de decisões de economia. É *executivo*, no tocante à ação do Estado, e *indicativo* no tocante ao setor privado. [...] Mas o plano não é um episódio, é um processo. Não é um decálogo, é um roteiro; não é uma mordaza e sim uma inspiração; não é um exercício matemático e sim uma aventura calculada. [...] Planejar é disciplinar prioridades, e prioridade significa postergar uma coisa em favor de outra. (ALMEIDA *apud* GIACOMONI; PAGNUSSAT, p. 209)

Segundo Roberto Campos, o *Plano Decenal* compreendia um “plano de perspectiva”, no qual se estabeleciam metas e se formulava uma “estratégia decenal de desenvolvimento”, preparando-se também um “programa quinquenal de investimentos”, no qual se incluíam orçamentos de formação de capital em três níveis:

- a) orçamentos regulares, cobrindo a administração central do Governo Federal, agências autônomas e sociedades de economia mista, com previsões de todos os investimentos dessas entidades;
- b) orçamentos específicos para os governos estaduais e municipais, dentro dos setores especialmente examinados no *Plano*, os quais representavam entre 80 a 90% da formação de capital dos estados e municípios;
- c) projeções estimadas dos investimentos de empresas privadas nos setores especificamente mencionados no plano (habitação, aço, metais não ferrosos, indústria mecânica e elétrica, produtos químicos de base, infraestrutura, construção, comunicações, energia elétrica e mineração).

Vale destacar que, para a concretização deste intento, Roberto Campos pode contar com o apoio do Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o economista João Paulo dos Reis Velloso, na elaboração de um *Plano Estratégico Decenal* que seria implementado em duas partes: por meio de um documento de análise global, que era um modelo macroeconômico para o desenvolvimento do Brasil num espaço de dez anos (redigido pelo economista Mario Henrique Simonsen), e através de um conjunto de diagnósticos setoriais, sobre responsabilidade do próprio IPEA, que serviria de base para as ações propriamente programáticas, inclusive na área cultural, num período de cinco anos (ALMEIDA, 2005, p. 17-18).

⁹⁰ Grifo nosso.

Segundo Fiore (SESC-DN,1981) o PED incorporou as diretrizes da Política Educacional Brasileira, estabelecendo ser o campo da Educação, prioridade nas ações governamentais em prol do desenvolvimento. De forma implícita, deixa antever o caráter de urgência de um tipo de mobilização nacional contra o analfabetismo, que deveria ser combatido por meio de programas de alfabetização funcional e da educação de base, a ser desenvolvido, prioritariamente, com pessoas que estivessem na faixa etária dos 14 a 30 anos. É ainda esta autora que assegura, ao se referir às decisões da *IV Convenção Nacional de Técnicos*:

[...] A IV Convenção reconhece que entre as metas estratégicas apresentadas pelo Governo federal em seu Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), a mais adequada e compatível com o SESC é a que diz respeito ao fortalecimento da infra-estrutura social.⁹¹

Portanto, o que é possível depreender, a partir do eixo de interpretação que norteia o trabalho de pesquisa desenvolvido, para explicar as *Origens e Implantação do Programa Lazer no SESC* no que se refere às prerrogativas institucionais a partir da realização da *IV Convenção Nacional de Técnicos*, é que – em vista da própria determinação de prioridade voltada para a ação educativa em voga desde a *I Convenção de Técnicos*, de 1951 – para o SESC a ideia de “integração” à política socioeducativa dos governos que se seguiram ao Pós-64, soava mais do que adequada. Era algo sobre o que não cabiam discussões, apenas a aceitação que logo se seguiria à incorporação.

Segundo as deliberações da *IV Convenção*, o SESC se ajustaria à proposta oficial do *Plano Decenal* do Governo Federal “na medida em que atuaria educativamente junto às próprias populações urbanas, interpretando o empenho governamental pelo desenvolvimento e motivando sua clientela para dele participar”⁹². Não se pode perder de vista que, a despeito da existência de muitos pontos de convergência entre as ações até então desenvolvidas pelo SESC em âmbito social e as diretrizes governamentais aplicadas à educação, o modelo de atuação social protagonizado pela Instituição já passava por reformulações, a começar pela mudança de eixo na condução do trabalho realizado pelos Assistentes Sociais, que deixava de estar fundamentado na Filosofia da Educação Social, passando agora a ser substituída por Técnicas de Educação Permanente, ainda fortemente aliadas à ação comunitária.

Sobre o aspecto específico do entendimento do que seria e de como se daria essa Educação Permanente, nesta *IV Convenção de Técnicos* as reflexões seriam ainda bastante generalizadas e teriam como aporte as determinações que expressam os objetivos do *Programa Estratégico de Desenvolvimento* na área da Educação, conforme extraído de Fiore:

⁹¹ Conforme documentação referente à IV Convenção Nacional de Técnicos. Projeto de Revisão das Diretrizes Gerais e Planejamento Integrado de Ação do SESC, p 5. (*Apud* SESC-DN, 1981, p.79)

⁹² SESC-DN, 1972a, p.49.

Como instrumento de expressão de oportunidades de emprego, a educação deverá preocupar-se, de um lado, com a preparação geral (não especializada) do estudante brasileiro, para a vida em comum numa sociedade moderna, através do ensino primário e médio ginasial, e de outro, com a qualificação da mão-de-obra para a vida do trabalho, mediante ensino técnico profissionalizante em nível colegial e superior (outra forma pela qual se poderá estimular a expansão do emprego, particularmente nas grandes cidades, será através de programas de desenvolvimento comunitário, para treinamento informal de boa parte da população atualmente marginalizada, à falta de qualificação adequada para o trabalho. (1981, p. 80)

Voltando a nos ater à versão preliminar do *Anteprojeto das Diretrizes de Ação do SESC*, que estava sendo deliberadamente discutida pelos técnicos que participaram da *IV Convenção Nacional* temos, no trecho do texto que versa sobre “Ação Educativa”, uma breve explanação que delega ao termo “Educação Permanente” a função de técnica de trabalho, não existindo, ainda, preocupação de que a mesma se constituísse em metodologia. Assim, o texto define a ideia:

[...] Para conceituar a ação educativa do SESC, deve-se, inicialmente atentar para o tipo de educação a realizar na prática. Inserindo-se no campo da educação, o SESC utilizará predominantemente as técnicas da educação permanente, considerada como aquele tipo de educação que se realiza fora dos regimes escolares, promove o desenvolvimento e os necessários reajustes da personalidade, em qualquer época da vida do homem. Assim o SESC procurará aproveitar as horas livres dos comerciários e de seus dependentes para sua promoção social, contribuindo para sua atualização face ao dinamismo das transformações e estimulando-os a atualização e novos conhecimentos. (SESC-DN, 1972a, p. 52 - grifos nossos).

Com a percepção sobre a associação da utilização da Técnica da Educação Permanente com as “horas livres dos comerciários”, temos, então, à nossa frente, um indício revelador de um quadro embrionário do pensamento institucional sobre o lazer, ainda que não necessariamente estivesse se tratando o tempo livre como oportunidade para o lazer, a partir do exercício de sua conceituação. Visto sob outra perspectiva, menos remota em termos de explicitação da ocorrência de implicações na ordem teórico-conceitual e mais na linha do determinismo histórico, teremos, sim, referências mais precisas em relação a uma suposta imanência de conceituação para o lazer institucionalizado, com o qual o SESC viria a trabalhar na versão das *Diretrizes Gerais de Ação do SESC*, aprovada pelo Conselho Nacional em 1973.

3.1 Notas sobre a Resolução SESC nº 229/73 e suas implicações quanto ao lazer

A Resolução SESC nº 229, aprovada em 16 de março de 1973, pelo Conselho Nacional do Serviço Social do Comércio, no exercício de suas atribuições regimentais, dá

ciência sobre a aprovação das *Diretrizes Gerais do SESC* e estabelece o prazo de 90 dias para que o Departamento Nacional torne-as aplicáveis. Ao mesmo tempo, revoga a Resolução SESC nº 297, de 07 de novembro de 1961, que estabeleceu e fixou o *Plano Geral de Ação do SESC* e as *Normas* para a execução da 1ª etapa deste *Plano*⁹³.

O estabelecimento das *Diretrizes Gerais de Ação* daria à Instituição maior poder de alcance na consecução das metas pré-estabelecidas e afirmaria o propósito educativo de suas ações, como estratégia fundamental na concretização dos planos e programas de trabalho que se seguiram. No que tange à incorporação do lazer no *modus-operandi* do SESC, a partir da publicação das *Diretrizes Gerais de 1973*, há que se destinar um tempo maior neste final do capítulo para tecer, em detalhes, o que, na intensidade das descobertas desse trabalho de pesquisa, pode ser considerada a informação mais importante para a compreensão do desabrochar dos interesses institucionais pelo lazer.

É preciso, pois, fazer um exercício de análise comparativa entre dois momentos específicos da história do SESC. Voltemos ao experimento da *IV Convenção Nacional de Técnicos*, em 1969, quando o texto do *Anteprojeto das Diretrizes da Ação* estava sob análise do corpo técnico e precisava ser referendado, em vista das demandas econômicas, políticas e sociais implícitas nos Planos Econômicos com os quais os brasileiros foram impelidos a lidar, em nome do progresso econômico e do desenvolvimento social do país. Naquele momento, o texto do *Anteprojeto das Diretrizes* enfatizava como metas estabelecidas para a continuidade da atuação institucional, em termos assistenciais:

METAS

Para a consecução de seus objetivos, o SESC tem como metas contribuir para a solução dos problemas dos trabalhadores no comércio e suas famílias, nos seguintes campos:

- a) educação
 - b) saúde
 - c) alimentação
 - d) habitação
 - e) vestuário
 - f) transporte
 - g) lazer
 - h) orientação profissional e social
- (SESC-DN, 1972a, p. 46)

Diferindo apenas na inscrição do lazer enquanto meta, no computo geral, todos os demais itens expressos nesta parte do documento apresentam-se em relação de continuidade às determinações do texto do *Decreto Lei nº 9.853/46*, que institui a criação do SESC:

DECRETA:

Art. 1º - Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio, o encargo de criar o Serviço Social do Comércio (SESC) com a finalidade de planejar e executar direta ou indiretamente, medidas que contribuam direta ou

⁹³ O Plano Geral de Ação do SESC e as Normas de Execução haviam sido objeto de análise e discussão da III Convenção Nacional de Técnicos, que aconteceu em Macaé, no Rio de Janeiro, em maio de 1961.

indiretamente, para o bem-estar e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade.

§ 1º - Na execução dessas finalidades, o Serviço Social do Comércio terá em vistas, especialmente, a assistência em relação aos problemas domésticos (nutrição, habitação, vestuário, saúde, educação e transporte); providências no sentido da defesa do salário real dos comerciários; incentivo à atividade produtora; realizações educativas e culturais, visando a valorização do homem, pesquisas sociais e econômicas. (SESC-DN, 1976, p. 10)

Passando à análise do texto das *Diretrizes Gerais de Ação*, publicada em anexo à Resolução SESC nº 229/73 e, portanto, resultante da análise do *Anteprojeto das Diretrizes Gerais de Ação*, citado anteriormente, temos a seguinte descrição para o mesmo trecho apresentado no *Anteprojeto*:

CAMPOS DE AÇÃO

Para a consecução de seus objetivos, o SESC deve contribuir para a solução dos problemas dos comerciários e suas famílias nos seguintes campos:

- a) Educação
 - b) Saúde
 - c) Alimentação
 - d) Lazer
 - e) Habitação
 - f) Vestuário
 - g) Transporte
 - h) Orientação profissional e social
- (SESC-DN, 1983, p. 2)

Observa-se, primeiramente, que o título “Metas”, que aparece no *Anteprojeto*, foi substituído por “Campos de Ação” no documento final das *Diretrizes Gerais*. O lazer está referendado em ambos, sendo observada mudança apenas na ordenação dos itens: inicialmente aparecia como item identificado com a letra “g”, sendo posteriormente grifado, com antecedência, na letra “d”. Embora não se queira associar esta mudança na alocação do item lazer, apresentada nos dois documentos, a uma escala de valor, também não é possível afastar a possibilidade de interpretar tal mudança como sendo resultante de uma nova postura institucional com relação à ampliação das demandas da sociedade por oportunidades de convívio social, e onde o lazer representaria essa oportunidade⁹⁴.

De fato, o que fica evidente com relação aos dois trechos dos documentos que expressam as preocupações institucionais entre fins dos anos 60 e ao longo da década de 1970, é que o lazer se inscreve na linha de atuação institucional por imposição social, educativa e cultural. E, por isso, é absorvido naquilo que poderia gerar em termos de resultado imediato e que, numa relação de aproximação absoluta, o caráter assistencialista da Instituição não poderia deixar de ser interpretado a partir da perspectiva utilitarista, em termos de benefícios.

⁹⁴ Sobre essa questão o próximo capítulo deste texto trará outras considerações.

Faz-se necessário, então, verificar como as *Diretrizes Gerais de Ação* discorrem sobre a questão dos “Campos de Ação”. Primeiramente é preciso dizer que a estrutura do texto do documento se desdobra da seguinte maneira: Parte I, dedicada à Introdução, onde estão descritos os seguintes itens: Fins/Finalidade, Objetivos, Campos de Ação, Clientela e Características Organizacionais. Parte II, que versa sobre as *Diretrizes* propriamente ditas. Neste trecho o texto é menos descritivo e apresenta preocupação com a contextualização do papel desempenhado pela Instituição em âmbito nacional, enfatizando o caráter criterioso de estabelecimento das *Diretrizes de Ação* da Instituição, a partir do estudo de indicadores que levem ao conhecimento mais detalhado da constituição da sociedade brasileira, do comportamento dos comerciários e das prerrogativas institucionais.

A partir da análise destes indicadores, fixa em três pontos a prospecção de atuação institucional:

- 1- Ação Educativa;
- 2- Ação Executiva;
- 3- Ação Programática.

Considera a perspectiva educativa como prioridade de sua atenção e atuação, e ratifica a importância de intensificar a linha de ação dirigida à Educação Social, a qual se destina à transformação dos indivíduos. E, nesse sentido, engloba a questão da Saúde como um campo de ação a ser encampado pela prestação de serviços assistenciais, através do emprego de Técnicas de Educação Social. Acredita na possibilidade de que as ações educativas no campo da saúde possam acontecer não apenas por meio de atividades médicas preventivas de apoio, mas também através da Educação Sanitária e de atividades odontológicas de caráter preventivo e curativo.

Sobre o Lazer, a descrição mais ampla que as *Diretrizes Gerais* trazem está inserida no Item nº 3, “Ação Programática”. Aqui o documento descreve os campos de ação prioritários da Instituição, não sem antes recorrer à explicitação dos argumentos que respondem pela escolha da Educação e da Saúde como campos a serem priorizados em sua atuação frente às demandas do Estado. E, de forma a enfatizar o discurso expresso no documento, vale a citação do terceiro parágrafo do Item nº 3: “Ação Programática”:

[...] Na seleção dos campos de ação, o SESC levou em conta os indicadores anteriormente relacionados – genéricos da sociedade brasileira; específicos da população comerciária e específicos do SESC -, os quais fornecem elementos para fixar, operacionalmente, como campos de ação fundamentais a EDUCAÇÃO e a SAÚDE, relacionados, diretamente, com a área de fortalecimento da infra-estrutura social. Em consequência resolveu concentrar seus recursos nos campos do LAZER e da NUTRIÇÃO, que passam a constituir campos prioritários de ação da Entidade. (SESC-DN, 1983, p. 13)

Uma vez incluídos o Lazer e a Nutrição como campos de ação prioritários para a atuação institucional, o trecho seguinte do texto das *Diretrizes* é dedicado à explanação de

argumentos que se destinam a qualificar a importância do lazer e da nutrição no bojo de suas ações. Sobre o lazer assegura:

De início, cumpre considerar a moderna conceituação do lazer que envolve diversas possibilidades, em vista do entendido como tarefa educativa do SESC, voltada para o esforço pelo desenvolvimento. A ação do SESC no campo do LAZER implicará sempre no aproveitamento das horas livres da clientela em ocupações que permitam atingir os objetivos educacionais, em consonância com o sentido do progresso nacional. O SESC aproveitará o tempo livre e a disposição psicológica do indivíduo, fora de suas ocupações obrigatórias, para motivá-lo a sua auto-promoção, através, dentre outros procedimentos, do incentivo ao aprimoramento de sua formação e do estímulo a sua atualização em face das mudanças. (*Ibid.*, p. 13-14)

Adiante, em texto corrido, com forte apelo explicativo, o documento expressa, em linhas gerais, uma forma de interpretação sobre como lidar com o lazer, o que denota relação de proximidade com os estudos sobre o lazer que, aqui no Brasil, ganharam consistência a partir do reconhecimento da importância do tema, frente ao desenvolvimento do processo de industrialização e do crescimento da urbanização, no segundo cartel do século XX. É nesse sentido que no texto desponta a preocupação em demonstrar a validade do lazer frente às determinações da sociedade urbano-industrial, a partir da indicação de suas funções:

No lazer destacam-se três funções principais: a primeira liberando o indivíduo da fadiga e reparando as deteriorações físicas ou nervosas provocadas pelas tensões que decorrem do conjunto das obrigações enfrentadas diariamente, muito especial as obrigações do trabalho. Em segundo lugar, as atividades de lazer liberam o homem dos efeitos negativos do trabalho especializado e fragmentado, do trabalho sem criatividade, mecanicamente realizado. O lazer funciona como superador do tédio causado pela monotonia do trabalho que caracteriza a sociedade urbano-industrial. É no lazer que o indivíduo vai recuperar ou revitalizar as energias perdidas ou contidas. Com tal tipo de trabalho o homem sente-se compelido a romper com seu universo cotidiano. Tal ruptura pode dar-se através de atividades anti-sociais, como infrações legais ou morais, ou através de atividades de lazer compensatórias. Estas podem ser reais como o esporte, os jogos, as viagens, o escotismo, onde há mudança de estilo, de ritmo, de paisagem; ou fictícias, na forma de projeção e de identificação, através do cinema, da televisão, do teatro, da leitura. O lazer funciona como equilibrador que ajuda a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social. (*Ibid.*, p. 14)

A interpretação do trecho acima reproduzido aponta de forma muito clara e consistente a tendência em considerar o lazer como oportunidade de compensação para as imposições do mundo moderno. Além disso, também temos explicitamente colocada a relação de oposição entre lazer e trabalho e, como consequência imediata, a introdução das prerrogativas de conceituação do fenômeno – não a partir de sua relação histórico-social com o contexto que o instaurou, mas, sim, pela oportunidade de sua utilização frente aos determinismos históricos que estão implícitos na relação capital-trabalho.

Posteriormente, imprime-se continuidade ao texto, com a apresentação das possíveis contribuições do lazer:

Finalmente o lazer propicia o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, na medida em que o libera dos condicionamentos que lhe automatizam o pensamento e ação. (SESC-DN, 1983, p.13)

Sobre o aspecto educativo, aponta ser o lazer um veículo de “alta rentabilidade socioeducativa”, capaz de levar os indivíduos à atualização cultural e ao aprimoramento de suas condutas e posturas frente ao progresso social. Além disso, discorre sobre as possibilidades de que, por meio da participação em atividades de lazer, os comerciários tivessem ampliadas as condições de socialização, através do estímulo ao convívio social mais intenso. Ao final deste trecho, exclusivamente dedicado à descrição das propriedades e oportunidades que o lazer oferecido pela Instituição é capaz de promover, há uma breve descrição acerca dos benefícios ampliados que o lazer já estava produzindo na Instituição, observáveis pelo aumento do número de comerciários beneficiados pelas ações que já aconteciam e ratificadas pela colocação de que se tratava de um tipo de ação que não exigia grandes investimentos de capital financeiro. Vejamos:

Finalmente, o lazer atende aos indicadores que exige do SESC atuação cada vez mais ampla, atingindo maiores porcentagens da clientela, englobando pequenos e grandes grupos, dispensando custos elevados, especialmente, pelas formas de atuação indicadas nas estratégias de ação e, ainda, sem deixar de levar em consideração os equipamentos próprios existentes, como centros de atividades, culturais e esportivos, colônias de férias, ginásios e esportes, centros campestres e balneários. (*Ibid.*, p. 15)

4 O LAZER EM PERSPECTIVA CIENTÍFICA

Pensar o lazer a partir de implicações científicas acarreta reconhecer, na perspectiva axiológica, que o termo é de *per si* portador de múltiplas possibilidades de reconhecimento, interpretação, significação e que, no sentido epistemológico, sua ocorrência em termos histórico-sociais não pode ser analisada de forma despreziosa ou distante dos determinismos históricos e culturais que lhes são fundantes, descritivos e demarcatórios, se observados considerando-se a perspectiva de seu reconhecimento no campo científico.

A priori, é de bom tom socializar os limites que a própria natureza da pesquisa acerca da produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil impõe àqueles que se aventuram em busca do entendimento sobre a constituição do campo de estudos do lazer em nosso país. Por exemplo, é preciso não ser displicente quanto à natureza do fenômeno sobre o qual se está interessado. Além disso, é imperioso pensar que, no âmbito do processo de investigação, a natureza social do fenômeno é determinante.

No caso dos estudos do lazer no Brasil, há que se pensar, por exemplo, em que bases materiais se sustenta e estrutura a produção de conhecimentos que lhe é inerente. Além disso, qual a relação desta produção com a realidade histórica, social, política e cultural que lhe é intrínseca. Ademais, não se deve perder de vista a imanência da representatividade do tema no conjunto das preocupações mais amplas da sociedade brasileira em vista do recorte temporal que inscreve o objeto de análise no bojo das transformações da década de 70 do século XX.

Assim, para o objetivo que este capítulo do trabalho de pesquisa propõe – inscrever as preocupações do SESC com o lazer numa perspectiva científica – é fundamental trazer à reflexão a análise das condições materiais em que tais preocupações se manifestaram. Portanto, há que se discorrer sobre:

- as influências do desenvolvimento urbano-industrial na formação do pensamento sobre o lazer em nosso país;
- o caráter relevante do “problema do lazer” frente às exigências da nova conformação das cidades;
- as implicações do pensamento modernizador em vista dos novos padrões de consumo, onde o lazer representou a possibilidade de enquadramento de condutas sociais, funcionando, no caso do SESC, como um canal de diálogo com diferentes segmentos da sociedade (órgãos do Governo, em níveis

federal⁹⁵, estadual e municipal⁹⁶; instituições de ensino: universidades, dentro e fora do país⁹⁷; instituições filantrópicas e assistencialistas⁹⁸; profissionais de diferentes áreas de formação e atuação no mercado profissional, estudantes e outros) – frente às demandas suscitadas pela emergência do tema em nível nacional.

Portanto, o que será trazido para o centro das discussões, já iniciadas nos capítulos anteriores deste relato de pesquisa, são, na verdade, algumas considerações sobre as provocações que o tema lazer suscitou em âmbito nacional, durante o período a que este estudo se propôs investigar, de forma que seja possível uma primeira interpretação das proposições que corroboraram com a intensificação dos debates em torno do tema. Para tanto, o percurso adotado para condução do texto toma como ponto de partida a necessidade de situar o objeto de estudo em termos de referenciais teórico-conceituais.

Em sequência, não fugindo à ordem pré-estabelecida desde a introdução do trabalho, será dada ênfase ao contexto histórico, político e social em que o objeto se inscreve, tencionando-se a articulação com os fatores determinantes à compreensão do pensamento institucional sobre o lazer. Pretende-se, com isso, perceber as influências da produção de conhecimentos que emana das obras de autores nacionais e internacionais nas prospecções do SESC, para o campo do lazer. Por prospecções, estamos considerando as ações que foram empreendidas pela Instituição com vistas ao desenvolvimento dos estudos e pesquisas sobre o tema.

4.1 Lazer: enfoques teóricos

Na atualidade, os estudos do lazer comportam inúmeras temáticas associadas ao objeto lazer. No bojo desta produção, são inúmeros os argumentos que ou reforçam a ideia do lazer como produto das sociedades industrializadas ou que, de forma contrária, não o situam em relação a um determinado fato – histórico, econômico, político ou social -⁹⁹ e

⁹⁵ O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi representado no I Encontro Nacional de Lazer, realizado no Hotel Glória no Rio de Janeiro, em agosto de 1975, pelo Sr. Ministro do Trabalho, Arnaldo da Costa Pietro e o Estado do Rio de Janeiro pela Secretária de Educação, Myrthes Wenzel. (SESC-DN, 1977)

⁹⁶ O I Seminário Nacional sobre o Lazer, realizado na cidade de Curitiba, Paraná, em novembro de 1974, foi organizado pelo Departamento Regional do SESC no Paraná, em ação conjunta com a Prefeitura Municipal de Curitiba, o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC e a Fundação Cultural de Curitiba. (SESC-DN, 1976)

⁹⁷ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Representada no I Encontro Nacional sobre o Lazer, pelo Professor Ernest Greiner, que proferiu a Conferência “Tempo Livre e Liberdade” e pela Professora Zilah Mattos Totta, Diretora do Centro de Estudos do Lazer e da Recreação que abordou o tema: Pedagogia do Lazer. (SESC-DN, 1977, p.29-37)

⁹⁸ Fundação Van Clé. Representada no I Encontro Nacional sobre o Lazer, pelo Padre Roger Lecoutre, que proferiu a Conferência “Experiência da Fundação Van Clé e o Congresso Mundial de Lazer”. (SESC-DN, 1977, pp.25-28)

⁹⁹ A ocorrência da Revolução Industrial, em fins do século XVIII, na Europa, é vista como um marco deflagatório para o surgimento do lazer. As contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista, são

preferem trabalhar com referenciais que são de natureza distinta do modelo econômico que lhe serve como sustentação.

Independente da postura metodológica adotada pelos profissionais que estão à frente dos estudos e pesquisas inseridas no campo da produção de conhecimentos sobre o lazer, o fato é que há enfoques teóricos distintos, para explicar a ocorrência do fenômeno. No *Dicionário crítico do lazer* (GOMES, Christianne, 2004), há três construções textuais que se destinam a explicações para o verbete lazer: lazer-concepções (p. 119-125); lazer-educação (p. 126-133) e lazer-ocorrência histórica (p. 133-141). Estes três títulos diferem entre si nas propostas de abordagem, porém se complementam no sentido de apresentarem elementos de ordem econômica (divisão do trabalho, ênfase na produtividade) e social (estratificação social, controle social) na explicitação de argumentos conceituais para o entendimento do fenômeno. Em *Lazer – ocorrência histórica*, a autora se apresenta reticente quanto à emergência do lazer no contexto da sociedade contemporânea e inicia o parágrafo dizendo:

A questão da emergência do lazer em nosso contexto se coloca em terreno de dúvidas e controvérsias que dividem os estudiosos do assunto. Nesse âmbito, é pertinente retomar uma crucial indagação: o lazer sempre existiu ou representa um fenômeno característico das modernas sociedades urbano-industriais? (GOMES, Christianne. 2004, p. 113)

Em sequência, o texto enfatiza ser esta uma questão polêmica e assegura que sua compreensão não se dará pela apreensão da totalidade dos argumentos que são utilizados, para fundamentar o pensamento dos autores que seguem uma ou outra perspectiva de interpretação. E, nesse sentido, o mais adequado a ser feito é perceber em que medida as duas formas interpretativas se distinguem e se, em algum momento, elas se aproximam, chegando mesmo a se complementar. Para situar as distinções, o texto é explicativo no sentido de promover uma forma de diálogo que perpassa pela apresentação dos principais autores que representam uma e outra tendência sobre a ocorrência histórica do lazer.

Sebastian De Grazia (1966) e Frederic Munné (1980), são apresentados como exemplos de autores cujas preocupações, quanto ao surgimento do lazer, antecede à modernidade. Segundo a autora, para De Grazia:

Falar das origens do lazer significa reportar-nos a vida social dos filósofos da antiga Grécia. O grego Skholé era um termo que, no uso comum, denotava um tempo desocupado, um tempo para si mesmo que gerava prazeres intrínsecos. (GOMES, Christianne. 2004, p. 134)

Utilizando-se do pensamento de De Grazia, Christianne Gomes (2004, p. 134) ilustra a postura de Aristóteles, para quem o “lazer” era um estado filosófico no qual se

potencializadas no crescimento da industrialização onde a relação capital-trabalho adquire contornos diferentes, frente a necessidade de compartimentar o tempo, de forma a melhor utilizá-lo em termos produtivos.

cultivava a mente por meio da música e da contemplação. Esse estado seria alcançado apenas por aqueles que conseguiam libertar-se da necessidade de estar ocupado (e de realizar o trabalho produtivo, que era visto como indigno). O ideal clássico de “lazer” indicava, portanto, distinção social, liberdade, qualidade ética, relação com as artes liberais e a busca de conhecimentos.

Quanto à concepção de Frederic Munné, a autora identifica a existência de discordâncias entre os argumentos de ambos para a explicação do lazer¹⁰⁰, ao mesmo tempo em que aponta para a existência do sentido de complementaridade entre o pensamento de ambos. Sobre isso nos diz:

Para este psicólogo social, o *ócio* é um modo típico de nos comportarmos no tempo, que se estrutura em quatro áreas de atividade: 1) o tempo psicobiológico (destinado a necessidades fisiológicas e psíquicas); 2) o tempo socioeconômico, fundamentalmente referido ao trabalho; 3) o tempo sociocultural, em que nos dedicamos à vida em sociedade; e 4) o tempo de *ócio* destinado a atividades de desfrute pessoal e coletivo¹⁰¹.

O que é interessante destacar, acerca dos pressupostos da linha de interpretação seguida por Munné e, de certa forma, por De Grazia e outros pesquisadores da contemporaneidade, para explicitar o pensamento sobre a origem do lazer/*otium*, em época que antecede à Idade Moderna, é a associação feita entre a utilização das práticas de diversão e o comportamento político e social dos diferentes estratos que compunham estas antigas sociedades, no caso Grécia e Roma. Percebe-se, com isso, que a diversão (as festas, os jogos em especial) é um elemento estruturante desta corrente teórica, que percebe o lazer/*ótium*, como parte integrante da vida nas sociedades que existiram antes da época moderna.

Há, contudo, outra tendência entre os estudiosos do lazer, em relação às abordagens teóricas para a ocorrência histórica do lazer. Joffre Dumazedier, o sociólogo francês autor de *Sociologia Empírica do Lazer* (1979), refuta a concepção de que o lazer é pré-existente às transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreriam a partir do segundo quartel do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial. Em sua formulação conceitual, o lazer é um produto das sociedades industriais avançadas, o que significa pensar, especificamente, naquelas que se orientam por sistemas econômicos, políticos e sociais de natureza capitalista e socialista¹⁰².

¹⁰⁰ É importante destacar que no texto há uma referência sobre o emprego do termo *ócio*, utilizado pelos autores de língua espanhola, em detrimento ao termo *lazer*, que é utilizado pelos países europeus e absorvido pela cultura das Américas. Ao que parece a autora se empenha em explicar tal distinção no emprego do vocábulo para salientar os problemas que em decorrência afetam as traduções destas obras e acabam por interferir na compreensão. (GOMES, Christianne, 2004, p.134)

¹⁰¹ MUNNÉ, Frederic; CODINA, Núria. *Ócio y tempo libre: concideraciones desde uma perspectiva psico-social. Licere*. Belo Horizonte, v.5, n. 1, p. 59-72, set.2002. (apud GOMES, Christianne. 2004, *loc.cit.*)

¹⁰² Em *Sociologia Empírica do Lazer* é possível verificar a importância dada por Dumazedier ao processo de desenvolvimento econômico, político e social dos países integrantes da antiga URSS na conformação das

Sua afirmação de que “o lazer é um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (GOMES, Cristina. 2004, p. 21), traz em si embutida uma forte carga de reconhecimento das categorias tempo e trabalho, como elementos constitutivos do conceito de lazer.

Não é apenas Dumazedier que considera ser o lazer um fenômeno social moderno. Esta assertiva está presente nas proposições teóricas de diversos autores, denotando o tipo de postura adotada frente à própria necessidade de conceituação do lazer, enquanto objeto de estudo científico. Entretanto, teorizar sobre a sua ocorrência histórica, pressupõe ao pesquisador ter que lidar com limitações que são inerentes à própria constituição recente do campo de estudos do lazer¹⁰³.

Sobre o aspecto da curta temporalidade, manifesto pelos pesquisadores do assunto, quanto à conformação recente do cenário onde se dá a produção de conhecimentos sobre o lazer, é Werneck (2000) quem reforça a imagem de país em crescente sintonia com as questões do lazer, questões essas que, não por acaso, estavam associadas ao desenvolvimento econômico e social, fatores intrínsecos à expansão do capitalismo na nova ordem social que se abriu aos países do terceiro mundo, a partir dos reajustamentos das forças produtivas em tempos de globalização. Vejamos o que nos diz:

No Brasil, um número cada vez mais crescente de agentes e instituições vem se reunindo em torno dos interesses próprios do lazer, num esforço coletivo por constituir um corpo de conhecimentos teórico-práticos sobre esse objeto. Essa iniciativa visa, sobretudo, a aprofundar e aprimorar os estudos construídos nesse campo, instaurando um espaço onde se manifestam relações de poder. Neste espaço, os agentes/instituições assumem posições diferenciadas, conforme a distribuição do capital social acumulado, definindo assim o *lócus* onde se trava uma luta concorrencial entre os envolvidos. (WERNECK, 2000, p. 78)

Outro estudo, este produzido por Gomes e Melo (2003), que se constitui em artigo com a pretensão de fornecer elementos para a compreensão do desenvolvimento histórico dos estudos sistematizados sobre a organização do campo de estudos do lazer no Brasil, aponta que:

Nos últimos anos, no Brasil, vem crescendo consideravelmente a visibilidade do lazer enquanto tema de estudos. Depois de anos sendo alvo de poucas – embora importantes – reflexões sistematizadas, nas últimas décadas observamos o assunto ocupar espaço significativo nos jornais, periódicos de informação geral e no mundo acadêmico como um todo, com

referências que embasam os estudos originados da Sociologia do Lazer, em relação a apropriação das oportunidades de lazer.

¹⁰³ Para maiores esclarecimentos sobre o conceito de campo, apropriado da teoria de campo elaborada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, de como ele pode ser apropriado para entender o lazer como *lócus* de produção de conhecimentos, ver WERNECK (2000).

destaque para a organização de grupos de pesquisa advindos das mais diversas áreas de conhecimento (Educação Física, Antropologia, Psicologia, Comunicação Social, Economia, Turismo, Estudos Culturais, entre outras), a realização de eventos científicos ligados ao assunto e o aumento do número de publicações específicas. (GOMES; MELO, 2003, p. 23)

A despeito de tais preocupações, quanto às peculiaridades da conformação tardia do campo de estudos do lazer em nosso país, há que se pensar, em vista do propósito da pesquisa já iniciada e de sua relação direta com a sistematicidade da produção de conhecimentos nos estudos do lazer, em como o objeto “lazer” está sendo apropriado e a partir de quais argumentos se pretendeu a estruturação do texto, da maneira como vem sendo trabalhado.

Longe de repostas acabadas, e muito mais no sentido do início de um diálogo, é possível recorrer a pretensão inicial deste trecho específico do terceiro e último capítulo do trabalho e retornar à discussão do lazer como fenômeno social e as implicações de sua ocorrência associada às transformações econômicas, políticas e sociais, que são características da segunda metade do século XVIII.

Assim, é possível depreender que a concepção de lazer a orientar a metodologia de pesquisa adotada para a consecução do objetivo de expressar as contribuições do SESC, para a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil na década de 1970, é aquela que considera o lazer como um fenômeno social moderno. Portanto, estão sendo apropriadas, aqui, algumas prescrições que os estudiosos do lazer – adeptos dessa corrente de pensamento teórico – costumam adotar em suas análises teórico-contextuais. A primeira delas se refere à definição da principal categoria de análise: o lazer institucionalizado, portanto, formatado e padronizado.

Pretendeu-se com esta objetivação, melhor demarcar o nível de observação sobre o objeto em estudo. No caso do lazer, não se quis discorrer sobre a imanência do tema em vista das urgências ditadas pelas várias conjunturas históricas atravessadas pelo SESC desde que foi criado em 1946. Ao contrário, buscou-se apoio nos referenciais institucionais, mais especificamente nos documentos que normatizam as ações no campo do lazer, como possibilidade de leitura da superestrutura. E, em vista dos caminhos anteriormente trilhados e relatados nos dois capítulos que se sucederam à introdução, onde o esforço da narrativa textual segue na direção da rerepresentação de uma versão atualizada do pensamento institucional acerca do lazer, é que se faz necessário o entendimento do conceito de lazer com o qual temos dialogado.

A compreensão do lazer enquanto fenômeno historicamente situado é, na interpretação de Melo (2010), pensamento recorrente entre os estudiosos do assunto com publicações recentes. O que, no entanto, não implica na ocorrência de discordâncias, em termos de periodização e interpretações, quanto ao caráter histórico do objeto em si. Para o

grupo de pesquisadores que situam o fenômeno lazer como produto da modernidade¹⁰⁴ é certa a associação de sua existência ou, melhor seria dizer, de seu reconhecimento, com a nova conformação social surgida a partir da artificialização dos tempos sociais.

Explicitamente trata-se aqui de recorrer à interpretação histórica, para a ocorrência do fenômeno lazer, situando-o no bojo das mudanças que acompanharam o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Cabe ressaltar que, para Melo (2010), independentemente da postura ideológica e metodológica assumida pelos estudiosos do assunto, quanto à situação cronológica de alocação das origens do lazer, o fato é que o ato concreto de divertir-se, quiçá traço cultural observável não apenas no gênero humano¹⁰⁵, precede o reconhecimento histórico, econômico, político e social do lazer como produto das sociedades industrializadas. Vejamos o esclarecimento:

O que apenas estamos a afirmar é que o que chamamos de lazer é a organização da diversão observável a partir do século XVIII, imersa e marcada por todas as dimensões que definem e caracterizam a modernidade. Isso é, o modo de produção fabril dá origem a uma jornada de trabalho não mais limitada somente pela natureza (caso da agricultura tradicional), pelos desejos humanos (caso do trabalho artesanal) ou por uma ordem social em que não há possibilidade de questionamento (caso do trabalho escravo). A fábrica estabelece seu horário de funcionamento pelo relógio e sua centralidade na determinação dos rumos sociais acaba, também, desenhando uma nova temporalidade explicitamente “artificial, da mesma forma que o momento do trabalho fixado por um artefato: o tempo livre. Nesse *quantum*, encontram-se as obrigações diárias, as decorrências do trabalho, as necessidades fisiológicas e os momentos de lazer”. (MELO, 2010, p. 14-15)

De forma a melhor detalhar a perspectiva de análise que reconhece a prevalência da diversão como antecedente ao reconhecimento do lazer como fenômeno social historicamente atrelado ao processo e afiliado aos projetos de modernização das sociedades, e entre elas a brasileira, que pressupunha o controle do não-trabalho como condição *sine-qua-non* ao pleno desenvolvimento do capitalismo urbano, Melo nos dirá:

Algumas ressalvas se fazem necessárias. Não foi de uma hora para outra que se substituiu o antigo formato da diversão pelo novo que se instituiu, da mesma maneira que isso não ocorreu também no trabalho. Trata-se de um processo que tem relação com a própria construção das ideias de modernidade: controlar e adequar, não o não trabalho foi tão importante e tenso como foi com o trabalho. Aliás, nem todos os lugares que procuravam implementar as diversões em seu sentido moderno tinham as convicções ideais da modernidade para fazê-lo, caso bem observável em países periféricos, como aliás, era o caso do Brasil. (*Ibid.*, p. 15)

Assim, o pesquisador e estudioso do lazer – não menos atento às emergências da sociedade contemporânea no que tange às inovações do lazer em perspectiva imediata –

¹⁰⁴ Conforme MELO (2010, p.14): “Por modernidade entende-se, de acordo com o que defende Tom Gunning (2001), um novo conjunto de experiências delineadas a partir do século XVIII, desencadeadas pelo desenvolvimento de um novo modo de produção (esboçado no contexto da Revolução Industrial), pelos desdobramentos do Iluminismo, pelo fim do estado-absolutista e pela construção da ideia de nação, bem como pela ascensão da burguesia como categoria social de grande influência”.

¹⁰⁵ HUZINGA (2000) assegura que o lúdico esta presente, inclusive nos animais.

concluiu o raciocínio quanto à antecipação da diversão em relação ao reconhecimento do lazer enquanto expressão da modernidade, para afirmar a necessidade de se controlar, não apenas o tempo do trabalho, em nome da produtividade do capital, mas também e associado a ele, o tempo do não-trabalho. Diz ele, então:

Isso explica porque, durante muito tempo (e mesmo até os dias de hoje), convivem, nem sempre de modo harmônico, diversões “tradicionais” e “modernas”. Embora cada vez mais, as primeiras dialoguem e sejam influenciadas pelo formato das segundas, na mesma medida que as segundas também influenciam o formato das primeiras. Isso não significa que as persistências mantêm os mesmos sentidos e significados de períodos anteriores à modernidade, o que seria impossível dado que o fenômeno lazer é histórico como qualquer outro. (*ibid.*, *loc.cit.*)

Corroborando o ponto de vista de Melo (2010) há autores, como Sant’Anna (1994), Marcassa (2002) e Rago (2004), que ao empreenderem estudos sobre experiências de lazer, na grande metrópole paulistana, produziram contributos significativos, para a ampliação das possibilidades de interpretação da conformação dos estudos sobre o lazer no Brasil. Seja pelo fato de colocar em pauta o duplo papel desempenhado pelo projeto modernizador do estado – que, em prol do desenvolvimento do país, também impôs, de forma progressiva, a homogeneização dos costumes em nome da técnica e da razão – ou por trazer à tona as motivações por trás do incentivo às práticas de lazer saudáveis, a partir da adequação aos interesses das classes dominantes, e ainda pelo fato de buscar as relações estabelecidas com modelos de educação que afirmavam a importância das técnicas de intervenção social, o que sobressai, quando se pensa de maneira prospectiva, é a predisposição de tais estudos, para servir como referência na leitura dos sentidos e significados do tempo livre e, por conseguinte, do lazer, em meio às implicações que são inerentes à apropriação do conceito de modernização.

Respeitadas as diferenças que são intrínsecas à própria heterogeneidade do campo onde se dá a produção de conhecimentos sobre o lazer – periodização em que se inserem os objetos das pesquisas, as opções metodológicas, as interações teórico-conceituais - acredita-se que há, entre as obras citadas, um ponto de convergência: na medida em que confrontam a relação historicamente constituída entre capital e trabalho, no âmbito das sociedades urbano-industriais, a outra e não menos instigante, qual sejam cultura e relações sociais, é que se viabiliza a possibilidade de inscrever o objeto lazer no plano da cientificidade.

O conceito de lazer, com o qual o trabalho de pesquisa dialoga, corrobora com a perspectiva de sua interpretação enquanto fenômeno urbano, indissociável ao crescimento das cidades modernas. Portanto, para a análise que se deseja empreender neste capítulo terceiro, com acertada predisposição para relatar como se processou o envolvimento substancial do SESC com as questões atinentes ao lazer, ao longo dos anos

70¹⁰⁶, levar-se-á em conta, dentre as múltiplas possibilidades de apropriação teórico-conceitual, para a interpretação do lazer, a perspectiva do reconhecimento das influências exercidas pelo modo de produção capitalista na constituição da ideia de modernidade nacional, apoiada no binômio industrialização/urbanização, base dos discursos impositivos para os padrões de comportamento que se deseja estabelecer, a partir do “bom emprego” das horas de lazer.

Em vista de tais considerações e de forma a dar continuidade à linha narrativa que tem permeado a escrita deste texto, passar-se-á a diante, tencionado o diálogo com novas fontes, documentais e bibliográficas, que possibilitem transitar pelos caminhos percorridos pelo SESC na busca por referências para a fundamentação de sua atuação no campo do lazer. Assim, acredita-se acertado fugir às limitações institucionais, quanto à própria constituição do pensamento sobre o tema do lazer – haja vista tratar-se de situação sobre a qual esta pesquisa se deteve no capítulo anterior – e partir para uma análise mais ampliada do lazer no contexto dos anos de 1970, período em que se situa o estudo.

4.2 As preocupações com o lazer e sua legitimação no campo científico

Pensar o significado do lazer, sua importância no meio social, os aspectos relevantes para sua importância em meio ao crescimento das cidades, ao desenvolvimento industrial e à ampliação do setor terciário da economia, são questões que foram introduzidas no cotidiano dos brasileiros, a partir de fins da década de 1960. Essas questões tornaram-se significativas para diversos segmentos da sociedade brasileira ao longo dos anos de 1970, quando o tema do lazer atraiu para si as atenções, não apenas dos estudiosos que o viam como objeto de estudos, mas também como oportunidade de se pensar, a partir dele, a vida em sociedade, partindo-se de referenciais menos comprometidos com o autoritarismo dos regimes políticos – que se não eram eminentemente ditatoriais, como foi o caso dos Governos Costa e Silva e Médici, também não deixavam de ser controladores e impositivos, como o caso vivido anteriormente, com Juscelino Kubitschek e por fim com Geisel.

Antes que tais circunstâncias pudessem surgir no cenário nacional de forma a deslindar o interesse pelo lazer – vindo a estimular positivamente a intensificação dos debates que redundaram na ampliação desse campo de estudos e na sistematização das produções destinado a esse assunto, em momentos anteriores à década de 1970 – foram

¹⁰⁶ Relato já iniciado com a retomada e reconstituição do momento histórico e social em que ocorre o surgimento de tal Instituição no cenário nacional, quando era visível o esforço do Estado para empreender o desenvolvimento econômico do país, a partir do pré-estabelecimento de padrões de comportamento para os setores da economia que, a exemplo da produção industrial, deveriam servir como salvaguarda para a incorporação nacional aos padrões de produção econômica internacional.

produzidos trabalhos e realizados estudos e pesquisas sobre o tema, o que denota certa pré-disposição dos intelectuais brasileiros para o aprofundamento de conhecimentos sobre a temática do lazer, tanto no aspecto teórico, quanto no sentido das práticas de trabalho.

No caso do Brasil, Melo (2010) identifica que desde o século XIX as preocupações com o lazer da população já estavam presentes nos discursos de engenheiros e sanitaristas responsáveis pelas reformas urbanas típicas da modernidade, evidenciando a necessidade de se estudar “o problema do lazer” de forma mais estruturada, o que começaria a se concretizar nas primeiras décadas do século XX.

O estudo realizado por Christianne Gomes (2003), sobre *Significados de Recreação e Lazer no Brasil – reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)* é contributo importante para a análise do contexto de uma fase da história do país, em que as ideias de recreação e lazer passaram a integrar as propostas de ocupação do tempo-livre dos trabalhadores brasileiros. Debruçando-se sobre a compreensão das experiências de trabalho de três órgãos públicos: o Serviço de Recreação Pública, da Prefeitura de Porto Alegre, de 1926; o Serviço de Recreação Operária, organizado e implantado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Rio de Janeiro, e suprimido em 1964; e a Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura de São Paulo, cuja análise está situada entre os anos de 1935 a 1947, a autora dedica-se à compreensão dos significados de recreação e lazer que, absorvidos de práticas de trabalho realizadas, principalmente nos Estados Unidos da América, foram incorporados ao contexto brasileiro.

Objetivamente o texto de Gomes (2003) revela as primeiras preocupações quanto à institucionalização de procedimentos de intervenção no tempo livre da população brasileira, a partir da implantação de serviços de recreação¹⁰⁷, antes mesmo que surgissem os serviços de assistência social, capitaneados por instituições previamente concebidas com a finalidade de intervir favoravelmente ao desenvolvimento econômico e social do país, como foi, no caso, o discurso que permeou a criação do SESC, SESI, SENAC e outras. São os poderes públicos, as Prefeituras e, em instância superior, o próprio Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os primeiros defensores da ordenação dos lazeres da população.

No caso da cidade de Porto Alegre, a Prefeitura foi a responsável pela implantação dos “Jardins de Recreio”, a partir de 1926, até que em 1955, por modificação na estrutura administrativa, o Serviço de Recreação Pública (SRP) passou a ser um setor da Secretaria Municipal de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (GOMES, 2003, p. 44).

Em São Paulo, sob a gestão do Governador Paulo Duarte e do Prefeito Fábio Prado (1934-1938), foi criado o Departamento de Cultura e Recreação, para a “elevação

¹⁰⁷ Nota-se que a recreação era termo corrente a época em que tais serviços começaram a funcionar. A inspiração vinha dos E.U.A.

cultural” de todos os paulistanos (GOMES, Christianne. 2003, p. 168). Contando com cinco divisões – Expansão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreio, Documentação Histórica e Social, Turismo e Desenvolvimentos Públicos – Mário de Andrade¹⁰⁸ seria o seu primeiro diretor e Nicanor Miranda, o primeiro chefe da Divisão de Educação e Recreio, responsável pela criação dos parques infantis, que serviam como espaço para os “lazer” infantis¹⁰⁹.

No Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi constituído pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Serviço de Recreação Operária, em 1943. Arnaldo Sussekind¹¹⁰ foi o primeiro presidente deste serviço e o autor de algumas obras sobre o tema Recreação nas décadas de 1940 e 1950¹¹¹.

Segundo Gomes e Melo, estes serviços destinados a promover atividades lúdico-educativas, referendam as estratégias utilizadas, pelo Poder Público, para enfrentar o “problema do lazer”, que começa a ser percebido, na cidade de São Paulo, a partir da década de 1930, com a possibilidade de redução da jornada de trabalho e a consequente ampliação das horas livres para os operários das indústrias. Asseguram os autores que “os dirigentes do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo acreditavam que este ‘problema’ seria resolvido por meio de ações fundamentadas em pesquisas e estudos sistematizados sobre o tema”. (2003, p. 26)

Este aspecto foi explicitamente formalizado no Ato nº. 767 (9/1/1935), suporte legal que fundamentou a criação do novo empreendimento e cujas razões foram expostas nos sete “considerandos” que precedem aos quinze artigos deste documento, formulados por Paulo Duarte e por Mário de Andrade, entre outras personalidades responsáveis pela implantação do Departamento. A primeira justificativa do Ato nº. 767 argumentava que as forças morais e espirituais de uma Nação dependiam, em parte, da maneira pela qual os cidadãos aproveitavam as suas horas de descanso. Neste âmbito, seria “necessário

¹⁰⁸ A escolha de um intelectual como Mário de Andrade para o cargo de direção do novo órgão não se deu por acaso. Havia a pretensão do Governo do Estado de encampar a proposta de desenvolvimento de uma cultura nacional, objetivo do grupo de intelectuais modernistas que contou com o apoio da burguesia paulistana, no sentido, de também, incorporar a ideia de controle da massa operária, a partir da utilização de propostas educativas. (GOMES, 2003, p.167-168).

¹⁰⁹ “As preocupações com o público infantil estavam voltadas para limitar as consequências negativas advindas das péssimas condições de vida da população operária em uma cidade como a de São Paulo. E, em face desta realidade, a municipalidade assumiu a responsabilidade de disponibilizar espaços apropriados para que as crianças praticassem atividades lúdico-educativas. Porém, não se tratava simplesmente de reservar espaços públicos para brincadeiras das crianças, tratava-se de reforçar determinados princípios, como a educação higiênica e social das crianças”. (Gomes, 2003)

¹¹⁰ Arnaldo Lopes Sussekind integrou a comissão nomeada por Getúlio Vargas para elaboração da *Consolidação das Leis do Trabalho*, em 1942, juntamente com os juristas José de Segadas Viana, Oscar Saraiva, Luiz Augusto Rego Monteiro e Dorval Lacerda Marcondes, foi Diretor do Serviço de Recreação Operária por 20 anos. No Governo Juscelino Kubistchek foi diretor de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho. Escolhido Ministro do Trabalho e Previdência Social ocupou depois os cargos de Ministro e de Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, onde se aposentou. (GOMES, Ângela. 1994)

¹¹¹ Nas referências bibliográficas da Tese de Christianne Gomes (2003; 305), estão listados três títulos de autoria de Sussekind: Trabalho e Recreação, 1946; Recreação Operária, 1948 e Manual de Recreação (Orientação dos Lazer dos Operários). Este último título em coautoria com Inezil Pena Marinho e Oswaldo Góes. Todos publicados pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, em 1948;

despertar nas novas gerações o gosto e criar o hábito de empregar seus lazeres em atividades saudáveis de grande alcance moral e higiênico”. (apud GOMES, 2003, p. 232)

Neste momento, conforme muito bem demarcam Gomes e Melo (2003, p. 26-27), “o saudável emprego das horas de lazer foi também a tônica que instigou, na década de 1940, as pesquisas de Arnaldo Lopes Sussekind no antigo Distrito Federal, enquanto este dirigiu o *Serviço de Recreação Operária* do Ministério do Trabalho”. Apontam, ainda, que neste contexto histórico é possível observar a publicação de diversos estudos fundamentados e sistematizados sobre o lazer em nosso país, o que possibilitou a emergência de um saber específico sobre o tema. As publicações de Arnaldo Sussekind e colaboradores, fundamentadas em obras nacionais e estrangeiras, já trazem contribuições consistentes para o estudo da temática no Brasil. Este texto (GOMES e MELO, 2003) nos fala, igualmente, das preocupações e das iniciativas relacionadas com a formação dos profissionais que atuavam nesse campo e que tornaram-se mais constantes e estruturadas nas décadas de 1940/1950, notadamente no Rio de Janeiro.

Sobre este aspecto, vale destacar a introdução de disciplinas denominadas de “Recreação” em Cursos de Graduação (como ocorreu na Escola Nacional de Educação Física e Desportos), a realização de cursos de especialização nessa área, por iniciativa pioneira de Inezil Penna Marinho, que também foi responsável pela publicação de duas obras: *Curso de Fundamentos e Técnica da Recreação*¹¹² (1955) e *Educação Física Recreação e Jogos*¹¹³ (1957). A obra *Lazer Operário*, de autoria do sociólogo brasileiro Acácio Ferreira (1959), também integra o conjunto de publicações que hoje são classificadas, pelos estudiosos do lazer, como sendo “temas de estudos particulares”, uma vez que será apenas a partir de 1970 que o tema adquirirá novos contornos e passará a ser visualizado como uma área capaz de aglutinar e impulsionar pesquisas, projetos e ações multidisciplinares, coletivas e institucionais. Isto é, a década de 1970 pode ser considerada um marco para a organização do lazer como um campo de estudos sistematizado e de intervenções, que aglutinou muitas das iniciativas isoladas até então desenvolvidas.

4.3 O *dolce far-niente* das primeiras ponderações sobre o lazer em perspectiva científica

A área da Sociologia é, em nível internacional, responsável por empreender as primeiras discussões sobre o lazer enquanto objeto de estudo, em perspectiva científica. Isso ocorreu na década de 1920, com o aparecimento da Sociologia do Lazer. Segundo Dumazedier (1979), tratava-se esta de um conjunto de estudos, que tinham em comum as

¹¹² Também, foram co-autores: Arnaldo L. Sussekind, Augusto B. Rodrigues, Henrique Rosa F. Braga e Lúcia B. Alencastro. Publicado no Rio de Janeiro pela Baptista de Souza & Cia Editores, 1955.

¹¹³ Publicação da Cia Brasil Editora, São Paulo, 1957.

preocupações com as urgências suscitadas pelo crescimento dos centros urbanos e o inchaço das cidades.

No texto de Werneck (2000) que discute os diferentes aspectos a envolver o reconhecimento do lazer enquanto campo de conhecimento científico no Brasil, há uma breve discussão sobre a legitimação do caráter científico dos estudos do lazer no Brasil, onde, ao tentar identificar os principais agentes e agências envolvidos no processo de sistematização de conhecimentos sobre o tema, a autora apresenta a seguinte consideração acerca da receptividade dos argumentos aqui introjetados por este ramo específico da Sociologia:

A denominada "sociologia do lazer" foi gestada nos Estados Unidos na década de 1920, a partir da necessidade de conhecimento e controle social do tempo livre dos trabalhadores nos países industrializados. Nesse contexto, como enfatiza SANT'ANNA (1994), acirrava-se o debate em torno da criação de mecanismos de regulamentação e redução da jornada de trabalho, o que gerou uma preocupação por parte dos políticos e empresários em torno dos usos que os trabalhadores pudessem fazer do seu tempo livre, instigando a realização de pesquisas sobre o tema. (WERNECK, 2000, p. 80)

Quanto à situação do Brasil, é Sant'Anna (1994) quem complementa o argumento de Werneck sobre a importação das ideias da sociologia do lazer para o Brasil, dizendo que as indagações feitas pela "Sociologia do Lazer" acabaram esbarrando, e mesmo penetrando, em outras disciplinas além da Sociologia, sendo disseminadas entre profissionais de várias áreas do conhecimento, aspecto este que teve repercussão bastante significativa nos estudos brasileiros, porque instigou a realização de pesquisas e motivou muitos estudos sobre o tema.

No Brasil, uma publicação de 1959, intitulada de *Lazer Operário* de autoria do Sociólogo baiano Acácio Ferreira, integrante do corpo docente da Faculdade de Filosofia da Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia à época de sua publicação, é considerada a primeira referência literária a legitimar o interesse pelo lazer em perspectiva histórica, teórica e conceitual. Sobre o tratamento dispensado pelas pesquisas do *Estado da Arte sobre o Lazer no Brasil*, à obra de Acácio Ferreira situando-a como a primeira publicação nacional sobre lazer, é Renato Requixa quem na publicação *O Lazer no Brasil* (1977), introduz uma referência contraditória, ao afirmar que na década anterior à realização do *Seminário sobre Lazer - perspectivas para uma cidade que trabalha*, organizado pela Secretaria do Bem-Estar do Município de São Paulo, em parceria com o SESC, em 1969, cinco publicações já faziam referência ao lazer: *A crise da filosofia messiânica* (Oswald de Andrade, 1950), *Lazer Operário* (Acácio Ferreira, 1959), *Trabalho e lazer nos trópicos* (José Vicente de Freitas Lima Marcondes, 1966) e *Lazer e Cultura* (João Camilo de Oliveira Torres, 1968).

Observa-se que esta colocação de Requixa destaca que antes de Acácio Ferreira publicar o seu *Lazer Operário*, Oswald de Andrade lhe antecederia. Resguardada tal ponderação, para o objetivo que pretendemos com esta pesquisa, voltemos ao *Lazer Operário*, considerando-o prerrogativa dialógica à interpretação da própria postura assumida por Requixa, a partir do *Seminário de 1969*, ao afirmá-lo como marco para a tomada de consciência social brasileira, sobre a crescente importância do lazer frente ao crescimento das cidades e às imposições do capitalismo.

De fato, ainda que Requixa reconheça e legitime a existência de trabalhos publicados anos antes do *Seminário de 1969*, assegurando, inclusive, que alguns eram dotados de alto valor científico, o que deixa de ser dito, com relação ao *Lazer Operário*, é que a base dos argumentos tratados por Acácio Ferreira apoia-se em referenciais norte-americanos. Observa-se, por exemplo, a recorrência do emprego dos termos recreação e lazer, em diferentes seções, sem distinção de atribuições ou implicações de ordem etimológica.

Vale lembrar, ainda, que os autores brasileiros que são contemporâneos de Ferreira, dedicaram-se a pensar a recreação no sentido pragmático, enquanto instrumento pedagógico, como foi o caso de Inezil Penna Marinho, Arnaldo Sussekind¹¹⁴ e Ethel Bauzer Medeiros. O *Lazer Operário* se propunha a desvendar as preferências recreacionistas¹¹⁵ dos operários na cidade de Salvador, a partir de intervenções pontuais, que a princípio se dariam através da aplicação de questionários, mas que, em vista das dificuldades encontradas em trabalhos anteriores, foi substituída por entrevistas que, no dizer do autor, “permitiam obter respostas mais precisas, vencendo resistências e, ao mesmo tempo, colher informações de um número maior de pessoas” (FERREIRA, 1959, p. 88-89). Sobre os procedimentos adotados no trabalho de pesquisa, o autor tece o seguinte comentário:

Entrevistamos, então, duzentas e cinco famílias e trinta e oito pessoas isoladas. Como eliminássemos, em função da homogeneidade, crianças e mulheres que não percebiam salário, afora a inutilização de algumas respostas insatisfatórias, a análise incidiu, apenas sobre 597 pessoas. Todas trabalhadoras manuais, percebendo em média o salário mínimo, com pequena margem em alguns casos para cima, e um número ainda menor com variações para baixo daquele mínimo.

Como um dos fatores que mais alteram o uso do lazer é a idade, distribuimos os entrevistados em grupos de idades, o que nos permitiu maior penetração no problema.

Considerada a possibilidade da influência dos fatores geográficos, dos processos ecológicos, do tipo de vizinhança e dos fatores urbanísticos na ocupação de tempo livre do trabalhador, escolhemos três áreas residenciais predominantemente operárias, de maneira que pudéssemos perceber o sentido e o grau de interferência dos aludidos fatores. (FERREIRA, 1959, p. 89)

¹¹⁴ Sobre este, ver a Tese de Doutorado de Cristianne Luce Gomes: **Significados de recreação e lazer**.

¹¹⁵ Pesquisa semelhante havia sido realizada por A. Sussekind: **Trabalho e Recreação**, por meio do qual o autor informa – a fim de conhecer as preferências dos operários e de suas famílias, concernentes a atividades culturais e desportivas através dos sindicatos, a partir de um universo de 60 questionários.

As áreas que serviram de base à referida pesquisa, distinguiam-se entre si da seguinte forma

Área nº 1 (Liberdade), tradicionalmente operaria, distante do mar, desprovida de parques ou jardins e sem vizinhança com áreas residenciais dos estratos sociais superiores.

Área nº 2 (Centenário, Mirante e adjacências), sofrendo forte impacto ecológico, em virtude da construção de vias de transporte nas imediações e invasão dos edifícios de apartamentos, caracteriza-se, sobretudo, pela forte vizinhança com camadas mais altas da pirâmide social baiana e pela proximidade com o mar.

Compreendendo Massaranduba, Uruguai e adjacências, a área nº 3, localizada na parte baixa da cidade, distingue-se pela população de origem invasora em vários dos seus trechos, pela imediação do mar e pela ausência de vizinhança com estratos mais altos da sociedade. (*ibid.*, p. 90)

E, sobre a receptividade da pesquisa, ainda que hoje saibamos o quanto estamos distantes de uma situação ideal, onde todos os brasileiros tenham referenciais que lhes permitam traduzir em palavras um suposto entendimento sobre o lazer, há mais de quarenta anos a situação era ainda mais complexa, devido à inexistência de informações acerca do tema. E, nesse sentido, as colocações do autor são esclarecedoras, dando-nos a real dimensão do “problema lazer”. Aqui o que nos desperta atenção tem relação direta com a questão da metodologia de trabalho aplicável à prática da pesquisa, intermediada por intervenções diretas junto às comunidades, que ainda hoje continuam a ser objeto de muitos questionamentos em termos de produtividade. Vejamos:

Não foi fácil obter a colaboração dos entrevistados. Varias famílias recusaram-se a nos atender, demonstrando visível desconfiança quanto a nossos propósitos. Poucos aceitaram, sem relutância, que ali estivéssemos com fins exclusivamente científicos. Os pódmomos da batalha eleitoral dificultaram, sensivelmente, nosso trabalho. A ideia que estávamos fazendo política era geral. Mesmo depois que prestávamos declarações, muitos ainda nos perguntavam qual o partido ao qual pertencíamos, se éramos contra ou a favor do governo. Pra sanar tais dificuldades, adotamos a providencia de conseguir o apoio de algum morador da zona, o qual nos apresentava e dizia de logo que não estávamos a cata de voto. Graças a este auxílio, conseguimos levar avante a pesquisa. (FERREIRA, 1959, p. 90)

Os dados obtidos a partir das respostas dos entrevistados resultaram em uma análise que revelou que, devido ao baixo poder aquisitivo, a massa trabalhadora depende seu tempo livre com atividades em família e no ambiente doméstico, ou em locais públicos, o que refletia na inexistência de uma indústria recreacional. Para o autor, este era um ponto positivo, porque em vista da natureza lucrativa do comércio e da indústria recreacional, haveria oposição aos objetivos mais altos que a recreação poderia oferecer (FERREIRA, 1959, p. 93). Não nos é possível, contudo, precisar o que considera como “objetivos mais altos” da recreação. Mais adiante chega a reconhecer que, do ponto de vista econômico, o lazer representa oportunidade indiscutível para o desenvolvimento comercial das cidades.

Observemos que ao longo de diferentes trechos do livro, ora há referência à recreação, ora ao lazer. Entretanto, é comum que, ao se referir à recreação, o autor o faça no sentido que denota atitudes práticas. Já em relação ao lazer, percebe-se a busca por associação com ênfase temporal, o que explica a opção pelo emprego do termo “ocupação do lazer” (FERREIRA, 1959, p. 94). Ademais, por várias vezes aparecem referências sobre o tempo livre, com igual conotação de lazer.

Ainda que o produto do trabalho de pesquisa desenvolvido por Ferreira seja considerado, na atualidade, “filigrana empírica”, de valor insignificante frente ao desenvolvimento que os estudos e as técnicas de pesquisa alcançaram nos últimos tempos, o fato de trazê-lo para o centro das discussões, que buscamos alavancar, em relação à produção sobre o lazer situada na temporalidade dos anos de 1970, deve-se a oportunidade de que, a partir do olhar sobre o papel desempenhado pelos estudos empíricos acerca das ocupações de recreação e lazer das diferentes populações, no Brasil e fora dele, possamos identificar em que bases teórico-conceituais, ainda que de forma insipiente em termos de contornos científicos, tais motivações ocorreram.

No que concerne à questão central da pesquisa, que se vem buscando externar de forma argumentativa desde o início deste texto, tem-se como hipótese que a ocorrência histórica de preocupações associativas entre o papel ocupado pelo lazer no espaço urbano e a conformação das cidades em meio ao processo de transformação causado pela potencialização do capitalismo no terceiro mundo, se expressa de maneira constante e intermitente nos estudos e pesquisas que se originaram em nosso país, independente de quais referenciais teóricos (norte-americano, europeu) estão a embasar os procedimentos adotados pelos pesquisadores em diferentes épocas e tempos.

Assim é que decidiu-se por olhar, de forma mais atenta, o trabalho de Acácio Ferreira. Primeiro por ser considerado uma peça fora do quebra-cabeças – imagem fictícia, idealizada por simbolizar, ludicamente, a maneira como neste trabalho é percebida a conformação do campo de produção de conhecimentos sobre o lazer em nosso país. Nesse sentido, o ano de 1959, escapa à cronologia com a qual somos instados a lidar quando buscamos a origem de nossas preocupações referentes ao lazer. Além disso, são poucas as referências mais aprofundadas sobre o produto do *Lazer Operário*. Talvez saibamos mais dos resultados das pesquisas empíricas de Joffre Dumazedier, do que de nosso conterrâneo brasileiro. E, sobre tal questão, abre-se aqui parênteses, para trazer ao texto uma colocação do próprio Acácio Ferreira, com relação à escassez de bibliografia e, quiçá, de interesse pelo tema lazer.

[...] a natureza reflexa da nossa cultura deforma, em muitos casos, a visão dos brasileiros face a fenômenos surgidos na realidade nacional.

E esta a nosso ver, outra causa do desinteresse pelo problema, como o e, também, pelo enfoque que geralmente tem nos poucos estudos dedicados a ele.

A apreensão do fenômeno em matrizes estrangeiras conduz frequentemente, quando não realizada a necessária redução ao contexto nacional, ao embotamento crítico, a perda da consciência das peculiaridades da sociedade brasileira, e, em contrapartida, a aquisição da crença que o fenômeno ou acontece nos países modelos, ou não existe.

[...] Como o fenômeno, aqui, não se configura de acordo com as linhas do país modelo, afirmamos que o problema não existe. (FERREIRA, 1959, p. 15-16)

A partir desta colocação, é possível perceber a identificação de Ferreira com os estudos norte-americanos acerca da valorização dos serviços recreacionais para a vida segura, em especial o pensamento de Veblen, expressado em *A multidão solitária*. Ao mesmo tempo, talvez seja em decorrência desta aproximação com a literatura americana que, ao longo da leitura do texto de *Lazer Operário*, sejamos instados a lidar, numa relação muito corrente, com os termos lazer e recreação de forma quase indistinta em alguns momentos.

Sobre a questão levantada na hipótese anteriormente detalhada – em especial no que tange à centralização das preocupações com lazer de forma associativa ao desenvolvimento das cidades e, por conseguinte, a questões de planejamento urbano – deve ser acrescentado, também, o receio da pauperização das classes menos abastadas que resulta na necessidade de controle social. Há outra colocação do autor que utilizo para afirmar minha posição:

Na medida em que cresce, entre nós, a consciência do ‘eu’ brasileiro, a cada passo do nosso desenvolvimento, a cada instante do processo que vamos adquirindo a sensibilidade necessária à visão de conjunto da realidade brasileira, em que a ideia de planejamento urbano se impõe aos administradores como única solução para os problemas de nossas cidades, o equacionamento do lazer e da recreação não pode deixar de constituir-se em um dos centros de nosso interesse. (FERREIRA, 1959, p. 17)

Mais adiante, ainda que reconheça que a situação do Brasil, à época em que deu-se o registro da obra, era de um país que não se encontrava no mesmo nível de desenvolvimento dos países industrializados, Ferreira é assertivo ao assegurar:

Embora sem as características das sociedades industrializadas, nossas cidades refletem várias conquistas do mundo hodierno. As relações trabalho-lazer são semelhantes às existentes nos demais países. O direito do trabalhador ao ócio, apesar de violentado, aqui e ali, é um fato e uma realidade. Impossível se torna recusá-la.

Estamos, pois, em frente a algo que existe, não obstante todo nosso alheamento a sua importância. (*ibid.*, p. 18)

São palavras de Renato Requiza, ao iniciar o primeiro parágrafo da terceira parte de *O Lazer no Brasil*:¹¹⁶

¹¹⁶ Na contracapa é o próprio autor quem resume as preocupações suscitadas pelo lazer no cotidiano da população e, em especial, no âmbito do SESC. Neste momento, ressalta ser o conteúdo do livro, produto de

A importância do lazer, como necessidade de criação e de recursos para a sua prática, ou como relevância de seu estudo, emergiu a consciência social brasileira em 1969, na cidade de São Paulo. Nessa data, a Secretaria do Bem-Estar do Município de São Paulo, e o serviço Social do Comércio – SESC, de São Paulo, promoveram um congresso intitulado “Seminário sobre Lazer”, cujo subtítulo era “Perspectiva para uma cidade que trabalha”. (REQUIXA, 1977, p. 89)

Nesta obra, o autor discorre sobre as principais formas de lazer vigentes no Brasil nos primeiros anos da década de 1970, quando é mais visível a preocupação institucional com o tema, o que se faz sentir não apenas pelo aumento das publicações que versam sobre o assunto, mas também pelo crescimento do número de ações com características de interatividade, devido à emergência de discussões e debates e mesmo pela produção de documentos que propunham a efetivação de medidas mais intensas, para a formatação dos problemas que acompanhavam a expansão das ideias de tempo livre e de sua ocupação por intermédio de ocupações de lazer.

A publicação de *O lazer no Brasil* pode ser considerada, em relação ao contexto em que se deu a sua produção, como um retrato, em preto e branco, das principais formas urbanas e contemporâneas de ocupação do tempo livre. Portanto, é possível pensar que o interesse de Requixa pelo tema “lazer”, no contexto dos anos 60 e mais amplamente em 70, lhe confere a imagem de desbravador, no campo das Ciências Sociais, devido, principalmente às tentativas de pensar como o lazer poderia estar comprometido com o desenvolvimento sociocultural das populações.

E, se considerar-se que sua graduação deu-se em Direito, poder-se-á inferir que talvez tenha sido o próprio percurso ao qual foi submetido no âmbito institucional – em especial a partir de seu envolvimento com área de assistência social, atuando nas realizações de ação comunitária, ao ocupar cargo técnico no SESC-SP desde 1956 – que o transformou em inquieto articulador nas contendas envolvendo o novo mundo desperto pelas possibilidades que o lazer abria ao trabalho social do SESC, ainda mais com vista ao feliz casamento com o ideal da Educação Social, centrada na informalidade e em benefício do progresso da nação.

Quando “O Lazer no Brasil” surgiu no mercado destinado às publicações nacionais, em 1977, o tema do lazer não era mais absolutamente desconhecido da população. Isso porque, devido ao próprio entendimento sobre as implicações do reconhecimento da importância do lazer nos centros urbanos, diferentes organismos da sociedade brasileira já haviam se pronunciado, tanto em relação aos benefícios esperados, como em vista dos problemas vigentes, que mesmo não imediatamente surgidos com a dilatação do tempo livre dos trabalhadores, brevemente seriam a ele creditados. Esse foi o

sua apresentação, versando sobre a situação do lazer no Brasil, realizada no *II Congresso Mundial de Lazer*, que aconteceu em Bruxelas, na Bélgica, em abril de 1976.

caso da Secretaria de Bem-Estar do Município de São Paulo, em 1969; do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e da Fundação Cultural da cidade de Curitiba, em 1974 e do Governo Federal, no Rio de Janeiro, em 1975.

Estes foram os três maiores eventos de caráter científico ocorridos no Brasil durante o período de tempo a que essa pesquisa se limita. Neste momento, o SESC teve intensa participação nas articulações que antecederam e precederam, não apenas estes conagraçamentos ao redor do tema lazer, que reuniram centenas de pessoas interessadas pela temática, mas também daqueles que, mais localmente situados, inclusive no próprio âmbito institucional, comportaram segmentos profissionais que ou já apresentavam afinidade com o tema – talvez muito mais pela prática do trabalho que desenvolviam do que pela ocorrência da necessidade de fundamentação teórica e conceitual, para reafirmar a importância das novas e urgentes demandas de trabalho que havia resultado das últimas *Convenções Nacionais de Técnicos*, e de suas proposições para a Educação Social.

Depois do *Seminário* na capital paulista, em 1969, outros foram acontecendo. E é também Requixa, quem fornece informações valiosas para situá-los no bojo dos eventos de caráter científico dos anos de 1970:

[...] o segundo seminário de estudos do lazer foi realizado na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, em junho de 1970, patrocinado pelo SESC e pela Secretaria da Promoção Social do Município de Campinas.

Em julho de 1970, a temática “Lazer e desenvolvimento” fez parte da palestra realizada no Seminário de Treinamento para assistentes sociais, da Secretaria dos Serviços Sociais, do Governo de Brasília. (REQUIXA, 1977, p. 98)

Os trabalhos de pesquisa realizados por Peixoto (2007)¹¹⁷ e Peixoto e Pereira (2009), sobre os estudos do lazer no Brasil, produziram o mapeamento do estágio de desenvolvimento da produção de conhecimentos sobre o tema em nosso país, e resultaram na estruturação do Arquivo Referente aos Estudos do Lazer no Brasil, cuja sigla é ARELB. Para os estudiosos do lazer, o ARELB é uma referência no sentido de dispor de recursos que possibilitam o acesso ao conhecimento da vasta bibliografia sobre o lazer. Contudo, vale ressaltar que anteriormente à constituição da base de dados digitalizada, que configura a principal função do Arquivo, as diversas fases da pesquisa realizadas pelas autoras constituem artigos digitais e foram publicados em diferentes épocas estando disponíveis para consulta. (em <<http://www.arelb.uel.br>>)

Corroborando a pretensão deste capítulo, cuja proposta é ampliar a percepção acerca da importância adquirida pelo lazer a partir da década de 1970, no Brasil, identificando, no contexto maior, as relações de pertencimento entre o aumento das

¹¹⁷ É importante destacar que este artigo integra a Tese de Doutorado de Elza Margarida de Mendonça Peixoto, apresentada na Faculdade de Educação da Unicamp e intitulada **Estudos do Lazer no Brasil**: apropriação da obra de Marx e Engels.

preocupações com o tema e o conjunto de iniciativas que contribuíram para fundamentar o pensamento científico acerca da temática do lazer, a opção do diálogo com as pesquisas que versam sobre o estado da arte sobre o lazer apresentaram-se como condição básica, devido à possibilidade de obtenção de uma visão panorâmica acerca da constituição do campo de estudos sobre o lazer, em especial na perspectiva da produção nacional.

Dessa forma, trabalhos como o de Gomes e Melo (2003) – que propõe uma análise da organização da produção científica sobre o lazer no Brasil – e o de Cristina Gomes (2004), que se propõe a mapear as contribuições do sociólogo francês Joffre Dumazedier e as influências da Sociologia do Lazer no pensamento e produção dos autores brasileiros sobre o tema do lazer, são de suma importância para a compreensão da maneira como, em nosso país, o campo de estudos do lazer se constituiu.

Especificamente a pesquisa de Peixoto e Pereira (2009), retratada no artigo denominado de *O Segundo Ciclo de Estudos do Lazer no Brasil (1968-1979)*, deve ser analisada a título de referência, porque é fonte de consulta obrigatória para o conhecimento prévio do conjunto das publicações que têm no lazer o foco de interesse, independentemente da perspectiva de análise. Consubstanciando o levantamento, a catalogação, a compilação e análise do material bibliográfico produzido neste período específico, que compreende o decênio de 1968 a 1979, o trabalho de pesquisa se mostra absolutamente adequado ao objetivo deste estudo, que propõe a interpretação das contribuições do Serviço Social do Comércio, para a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil na década de 70, do século XX, porque trata de forma crítica o vasto cabedal de informações levantadas.

Nesse aspecto, também, não se pode deixar de afirmar as contribuições advindas da metodologia de pesquisa adotada na análise do material bibliográfico consultado, que teve como pré-requisito, critérios como: a localização das obras e identificação de seus autores em relação ao período histórico em que foram produzidos; a identificação das temáticas diretamente relacionadas ao assunto lazer e a observação daquelas que lhes eram correlatas; o reconhecimento e identificação dos referenciais teórico-conceituais que fundamentam os argumentos dos autores; e, também, os meios de disseminação destas produções. Em vista destas considerações, é que se situa o ponto de convergência na busca pela compreensão do lazer em sua perspectiva científica.

Portanto, a compreensão do quadro histórico de onde emergem as preocupações mais intensas dos brasileiros sobre o lazer, torna-se mais acessível a medida em que os trabalhos de pesquisa de natureza exploratória, como é o caso das pesquisas sobre o estado da arte, se constituem em análises cronológicas e quase sempre críticas sobre a produção pré-existente. Ao lançar mão do levantamento bibliográfico arrolado na pesquisa de Peixoto e Pereira (2009), identifica-se a existência de 87 trabalhos produzidos e

publicados entre os anos de 1968 e 1979, o que significa uma média de 8,3 trabalhos publicados por ano. Um aumento substancial, se tomarmos por base que, na conjuntura anterior (1891 a 1967), o total de publicações que constam como referenciais no estudo das autoras é 67.

É recorrente o fato de as pesquisas que versam sobre a produção de conhecimentos no lazer considerarem a década de 1970 como o momento em que a produção do lazer adquire expressividade, devido, em grande parte, à quantidade de obras publicadas, mas não apenas por isso. Gomes e Melo (2003) afirmam que as ações de caráter científico que aconteceram neste momento, também foram de substancial importância para o incremento da produção em torno do tema, porque despertaram a atenção de diversos segmentos da população para a importância do tema do lazer na sociedade em nível nacional.

Entender o que caracteriza a temporalidade que inscreve o decênio 1968-1979, apontado, na pesquisa de Peixoto e Pereira, no contexto mais amplo da história do país, como marco deflagrador do pensamento científico sobre o lazer no Brasil é, também, o interesse deste Capítulo, que propõe a identificação das determinações históricas correlatas à expansão do interesse dos diferentes segmentos da sociedade brasileira pelo lazer, durante os anos de 1970, como fundamentação para compreensão do papel desempenhado pelo SESC, enquanto agência incentivadora e responsável por parte considerável das publicações oriundas deste período.

4.4 As primeiras articulações de caráter científico em torno do lazer

No prefácio de Dumazedier à obra *O Lazer no Brasil*, de Renato Requiza, há uma passagem em que o sociólogo, já tendo se referido à publicação, apontando-a como reveladora dos problemas sociais e culturais do lazer em uma sociedade em desenvolvimento, em perspectiva científica, descreve como, no Brasil, o tema lazer tornou-se significativo, passando a despertar o interesse de diversos segmentos da sociedade. De forma concisa, faz alusão à ocorrência de três eventos (dois Seminários e um Congresso), que se propuseram a abordar o tema lazer em perspectiva científica, e que se sucederam entre os anos de 1969, 1974 e 1975¹¹⁸, expressando, de certa forma, quer pela constância em que se sucederam, quer pelo número e diversidade dos participantes, a ampliação do

¹¹⁸ *Seminário sobre Lazer – Perspectiva para uma cidade que trabalha*, realizado em São Paulo (1969); *Seminário Nacional sobre o Lazer*, realizado no Paraná (1974) e *I Encontro Nacional sobre o Lazer*, realizado no Rio de Janeiro (1975).

interesse pelas questões atinentes ao lazer e a diversificação das questões e problemáticas que o circundavam.

A abordagem destes três momentos assume caráter de obrigatoriedade no corpo do texto que ora vem sendo apresentado, tanto pelo fato de os considerarmos expressão de um determinado contexto histórico, como pela possibilidade de que a análise de suas peculiaridades seja reveladora de aspectos importantes para a compreensão da própria produção sobre o lazer, de maneira intrínseca à dinâmica que os suscitou. Tratar-se-á, assim, não apenas e exclusivamente dos Seminários e do Congresso em si, mas também das observações de seus próprios organizadores para, igualmente, discorrer sobre os desdobramentos que se seguiram, ou foram concomitantes a eles.

Quando em 1969, na cidade de São Paulo, Renato Requixa se propôs abrir o *Seminário sobre Lazer*¹¹⁹, o fez com a palestra que abordou as *Dimensões do Lazer*¹²⁰. Neste momento, segundo palavras do próprio Requixa:

Importava pensar a carência do lazer dos milhões de brasileiros de uma cidade voltada, de forma quase unidimensional, para a valorização da moral e do trabalho e, ao mesmo tempo buscar soluções para a criação de recursos para a prática do lazer e para a continuada preocupação intelectual através de pesquisas e estudos sobre o tema. (REQUIXA, 1977, p. 92).

Ao discorrer sobre a importância do lazer no mundo contemporâneo, a apresentação de Requixa vinha reforçar a proposição teórica em que o lazer aparece associado ao desenvolvimento urbano e industrial, “expressando preocupações emergenciais quanto à idéia de se procurar ampliar o conhecimento das possibilidades que as horas livres ofereciam a milhares de trabalhadores brasileiros” (REQUIXA, 1977, p. 92). Talvez tentando possibilitar a compreensão mais ampliada do que significava o lazer, que até aquele momento era objeto de estudo de uma parte mínima de pesquisadores¹²¹, Requixa subdivide sua apresentação em tópicos que diziam respeito às seguintes questões:

- a) levantamento da problemática relativa aos estudos do lazer nos países em desenvolvimento;
- b) conceituação do lazer;

¹¹⁹ O *Seminário* ocorreu na capital do Estado de São Paulo, entre os dias 27 a 30 de novembro e foi organizado pelo Serviço Social do Comércio – SESC São Paulo e Secretaria do Bem-Estar do Município de São Paulo, tendo como subtítulo: *Perspectivas para uma sociedade que trabalha*. (REQUIXA, 1977, p.89)

¹²⁰ Posteriormente o SESC São Paulo editou e publicou esta apresentação de Renato Requixa, em forma de livro, que recebeu a mesma denominação: *As Dimensões do Lazer*. A título de informação, a versão consultada, foi publicada pelo SESC-SP e data de 1974.

¹²¹ É o próprio Requixa quem cita, na obra **O Lazer no Brasil** (1977), a ocorrência de poucos estudos sobre o tema, localizados, cronologicamente em períodos anteriores à realização do *Seminário* de 1969. São eles: *A Crise da Filosofia Messiânica*, de Oswald de Andrade, em 1950; *O Lazer Operário*, de Acácio Ferreira, em 1959. Além destes, aponta-nos ainda que, em 1966, o sociólogo José Vicente de Freitas Marcondes, ao participar do *Seminário de Tropicologia*, na Universidade Federal de Pernambuco, proferiu a Conferência *Trabalho e Lazer no Trópico*; em 1968, João Camilo de Oliveira Torres, escreve *Lazer e Cultura*. (Para alguns poucos detalhes sobre as perspectivas de análise destes dois últimos trabalhos referenciados por Requixa, ver página 91 em REQUIXA, Renato. **O Lazer no Brasil**. Editora Brasiliense, 1977).

- c) apresentação das características do lazer e suas funções, conforme as propostas de Dumazedier;
- d) possibilidades de utilização de atividades de lazer em perspectiva educativa, a partir da experiência de trabalho dos técnicos do SESC-SP nas Unidades Móveis de Orientação Social as UNIMOS¹²².

Implicitamente a esta predisposição de Requixa para teorizar o lazer, pré-existe a intenção de se promover a ampliação da conscientização nacional, chamando atenção para o fato de que não cabia mais à sociedade brasileira, ignorar a ocorrência do lazer e, por isso, era preciso saber o que fazer para melhor lidar com as suas influências no cotidiano das populações e na vida em sociedade. Principalmente com relação à qualidade de vida nas cidades e, em especial, na cidade de São Paulo.

Cabe, contudo, distinguir que, naquele momento, o conceito de qualidade de vida tinha intrínseca relação com o desenfreado processo de urbanização das cidades, que atrelado ao crescimento demográfico, à falta de infraestrutura dos serviços públicos, como o de transportes, e a quase total ausência de equipamentos de recreação e lazer disponíveis para utilização, logo evidenciava a necessidade de investimento, dos poderes públicos, no planejamento urbano, onde as preocupações com o lazer se inseriam.

Certamente o *Seminário sobre Lazer*, realizado em São Paulo, em 1969, contribuiu para sensibilizar as autoridades locais sobre a situação do lazer naquele momento específico da história do país. E ainda que a ideia de sua organização tivesse surgido das preocupações de um grupo mínimo de estudiosos envolvidos com as questões atinentes ao tema¹²³, foi a partir dos debates e das polêmicas suscitadas nestes três dias de duração do evento que o tema do lazer começou a despertar maior interesse nos profissionais de diferentes áreas de formação, adquirindo maior consistência em termos de aportes científicos e, por consequência, alcançou ressonância social mais ampliada. É também o próprio Requixa, quem faz referência aos participantes do *Seminário*, dizendo:

¹²² As Unidades Móveis de Ação Comunitária – UNIMOS, foram criadas em 1966, pela Administração Regional do SESC São Paulo, com o objetivo de interiorizar os atendimentos em ações comunitárias. Nelas atuavam equipes de profissionais, basicamente assistentes sociais, que iam para o interior do Estado e a bairros da capital, para interagir com as comunidades locais no sentido de mobilizar e capacitar os indivíduos, grupos e instituições, através de atividade de lazer, tendo em vista a identificação e o encaminhamento de soluções para alguns aspectos da problemática social. Segundo o próprio Requixa: “A Ação Comunitária caracterizou-se, no SESC São Paulo, através da experiência das UNIMOS, e pode ser definida, operacionalmente, como trabalho socioeducativo, que consiste na intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade, sensibilizá-las para a mobilização e coordenação de lideranças e predispô-las para a ação que vise ao encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou à tentativa de realização das aspirações relacionadas com a comunidade como um todo. (SESC-SP, 1973, p.9)

¹²³ Em especial os profissionais do SESC-SP – orientadores sociais que atuavam nas UNIMOS, desde sua criação em 1966 e que, antes mesmo de sua existência, já desenvolviam ações assistenciais com grupos em comunidades – que em suas práticas de trabalho já vinham lidando com as comunidades mais carentes e que eram, portanto, envolvidos com os segmentos da sociedade que mais se ressentiam e onde eram mais visíveis as consequências da falta de estrutura que a grande cidade oferecia a seus habitantes.

O Seminário teve ampla repercussão entre os diferentes profissionais participantes, como arquitetos, assistentes sociais, sociólogos, educadores, etc., compondo um público de cerca de duzentas e cinquenta pessoas, entre participantes individuais e representantes de instituições ligadas à área social (REQUIXA, 1977, p. 92-93).

Em *O Lazer no Brasil*, Requixa¹²⁴ apresenta um panorama da situação do lazer no Brasil, sintetizando as principais formas de sua fruição vivenciadas pela população brasileira¹²⁵, em especial nas regiões metropolitanas, cujo exponencial é a cidade de São Paulo, ao mesmo tempo em que propõe a análise das condições materiais em que se dá o surgimento do fenômeno em países em vias de desenvolvimento econômico e social, estágio este em que o Brasil se enquadrava, conforme ele mesmo assegura:

A exemplo da maior parte dos países em desenvolvimento, observa-se no Brasil o fenômeno da acelerada urbanização, acentuada nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, e coincidindo como uma nova onda de industrialização no país.

O Brasil ingressa na década de 1970 com uma população preponderantemente urbana, 55,8%, contra 44,02%¹²⁶ rural.

No momento, há indícios de aceleração dessa tendência, de vez que a população urbana vem aumentando em proporções bem maiores do que a taxa decrescimento demográfico geral.

[...] Como se sabe, a correlação urbanização e industrialização nos países ora considerados desenvolvidos, não se aplica totalmente aos países considerados em vias de desenvolvimento, principalmente porque as cidades, nestes últimos crescem em desproporção à oportunidade de emprego. A industrialização vista como atividade econômica urbana, embora intensifique a expansão das cidades, não oferece, em contrapartida, os meios adequados de subsistência, através de emprego para a totalidade dos migrantes que a elas são atraídos. Por outro lado, as cidades ressentem-se também de infraestrutura adequada para atender a tão considerável demanda, além de enfrentarem limitações orçamentárias e institucionais que impedem a tomada de providências indispensáveis para suprir todas as necessidades de suas populações. (REQUIXA, 1977, p. 45-46)

No prefácio da obra, assinado por Joffre Dumazedier, o sociólogo se dedica a apresentar o estudo elaborado por Requixa, situando-o no contexto do *II Congresso Mundial de Lazer* como oportunidade para que, em um evento voltado para os problemas da Europa e da América do Norte, os participantes viessem a tomar conhecimento da situação em que o Brasil se encontrava, em relação aos estudos e pesquisas sobre o lazer. Enfatiza, ainda, que esta produção de Requixa seria, no seu entendimento, a primeira expressão de uma

¹²⁴ Publicado pela Editora Brasiliense, em 1977. Trata-se da editoração de palestra proferida pelo autor no *II Congresso Mundial de Lazer*, realizado em abril de 1976, na cidade de Bruxelas na Bélgica. Segundo palavras do próprio autor: "Este livro constitui um momento particularmente significativo dentro do trabalho intelectual a que o SESC-SP se propôs: em 1975, Roger Lecoutre, da Foundation Van Clé, da Bélgica, surpreendeu-nos com o honroso convite para apresentar no *II Congresso Mundial do Lazer*, no ano seguinte em (Abril/1976), um relato sobre a situação do lazer no Brasil. Apresentamos o relato juntamente com Claire Guinchat, que o fez sobre a Europa Ocidental, A. Szalar sobre a Europa Oriental, M. Kaplan sobre os Estados Unidos, Dan Dicko sobre a África, S.M. Jamil sobre os países árabes, M. Maldague sobre o Canadá e Motoroni Sano sobre o Japão". (Requixa, 1977)

¹²⁵ Conforme expõe-nos na obra *O lazer no Brasil*, (Requixa, 1977, p.49-83): "Vejam agora, as principais formas urbanas contemporâneas de ocupação do tempo livre... (Cinema, teatro e concertos; rádio, televisão, hábito de leitura, esporte; férias, fins de semana e turismo".

¹²⁶ Fonte IBGE, Censo Demográfico, 1960. In: *O lazer no Brasil*, 1977, p.45.

moderna Sociologia do Lazer no Brasil. E assim expressa o seu ponto de vista, no segundo parágrafo do prefácio:

Pelo que nos é dado a conhecer, é a primeira vez que os problemas sociais e culturais do lazer, numa sociedade em vias de desenvolvimento industrial, são colocados numa base de informações científicas, emprestadas à sociologia e à antropologia social. Em 1966, um primeiro Congresso Internacional foi organizado com a ajuda da UNESCO, em Havana, para tratar dos novos problemas do tempo livre na América Latina. Em dez anos esses problemas passaram a um segundo plano, mais ou menos integrados nas questões gerais, julgadas mais importantes. Entretanto, eles se colocam sempre de forma específica no arranjo das cidades, na implantação dos locais de férias, na luta contra a delinquência, na melhor adaptação da escola aos hábitos da juventude de hoje, na melhor utilização do tempo liberado e do tempo desocupado¹²⁷. (REQUIXA, 1977, prefácio)

A fala de Dumazedier, ao prefaciar a obra de Requixa, traz em si elementos valiosos para a compreensão da estruturação do pensamento científico sobre o lazer em nosso país, naquele momento em que o foco das atenções parecia estar direcionado para a equalização dos problemas socioculturais com os quais as cidades estavam sendo obrigadas a aprender a conviver, não apenas no sentido de entender e valorizar o lazer, mas também, e talvez com uma urgência maior, de lidar com as ingerências da ditadura militar.

É apropriado, então, que voltemos nossa atenção para a conjuntura política, econômica e social em que ao Brasil foi revelado o caráter vanguardista da obra *O Lazer Operário*, sobre a qual esse trabalho tem se detido, insistentemente, neste último trecho do texto. Notemos que na década de 1970, onde se insere cronologicamente, surgiu não só obra específica de Renato Requixa, mas todo um conjunto de publicações que se destinaram a dissecar o lazer de forma mais aprofundada em termos de embasamento teórico e aportes conceituais.

Com a expansão dos centros urbanos, as características socioeconômicas da população brasileira denotaram o surgimento de um novo perfil para o cidadão: mais cosmopolita e com maior propensão às influências do mercado de produtos, de bens e serviços. Ademais, não se pode perder de vista que a vida de milhões de brasileiros havia se transformado com a instauração do regime militar, em 09 de abril de 1964.

¹²⁷ O conceito de lazer, elaborado por Joffre Dumazedier assegura: “Lazer é um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. Nesse sentido, subentende-se que o lazer se opõe a obrigações, como o trabalho profissional, o trabalho de complementação, o trabalho doméstico, as atividades de manutenção (refeições, higiene do corpo, sono), atividades rituais, atividades ligadas aos estudos. O Lazer se exerce no tempo a margem das obrigações sociais. Esse tempo pode variar de acordo com o engajamento dos indivíduos nessas obrigações, de **tempo liberado** (aquele que resta após o cumprimento das obrigações profissionais), ao tempo livre (tempo que resta após o cumprimento de todas as obrigações – profissional, familiares, religiosas, políticas, etc) e por fim ao **tempo inocupado/desocupado** (tempo daqueles que não tem obrigações profissionais). (SESC-SP, 1980, p.19-20)

Segundo Almeida e Weis¹²⁸, a histórica política brasileira sofreu uma reviravolta: com efeito desmoronava a primeira experiência democrática que o país vinha construindo, aos trancos e barrancos, ao longo de dezoito anos. O golpe mudaria radicalmente a vida dos brasileiros, que foram obrigados a conviver cotidianamente com as mazelas do autoritarismo. Mas é certo que os que não se conformaram com a nova ordem foram muitos e diversos, nas origens sociais bem como nas formas de resistência e de protesto adotadas.

O texto do qual foram extraídas tais argumentações retrata as contribuições de um segmento da sociedade brasileira – a classe média, integrada, grosso modo, por professores universitários, profissionais liberais, artistas, jornalistas, publicitários e outros – reconhecidos como “a intelectualidade” brasileira, na construção dos caminhos que levaram o país de volta à democracia. Ocupando importante papel no combate ao regime, esta classe média intelectualizada protagonizou inúmeras situações consideradas de resistência ao regime que, segundo os autores, poderiam ser assim descritas:

[...] De fato, as formas de participação e o grau de envolvimento nas atividades de resistência variavam desde ações espontâneas e ocasionais de solidariedade a um perseguido pela opressão até o engajamento em tempo integral na militância clandestina dos grupos armados. Entre esses dois extremos, ser de oposição incluía assinar manifestos, participar de assembleias e manifestações públicas, dar conferências, escrever artigos, criar músicas, romances, filmes ou peças de teatro, emprestar casas para reuniões políticas, guardar ou distribuir panfletos de organizações ilegais, abrigar um militante de passagem, fazer chegar à imprensa denúncias de tortura, participar de centros acadêmicos ou associações profissionais, e assim por diante. (ALMEIDA e WEIS, *apud* SCHWARCZ, 1998, p. 323-328)

Os autores esclarecem, ainda, que devido às características do regime, qualquer um dos atos anteriormente relatados envolviam riscos àqueles que fossem pegos ou julgados responsáveis, ainda que não participando diretamente. Assinalam também que em decorrência desta situação de insegurança e incertezas, quanto às consequências de tais ações, as experiências vividas pelos cidadãos brasileiros acusados de opositores ao regime deixaram marcas irrecuperáveis naqueles que sobreviveram.

Essa situação de oposição perdurou por longo tempo, atravessando camuflada, de distintas maneiras, os três períodos em que se pode dividir o autoritarismo: do AI 1 ao AI 5 (1964-1968) – período em que os dois primeiros presidentes militares concederam razoável liberdade de movimento à oposição e cujos fatos marcantes foram a repressão às lideranças civis e militares, identificadas com o governo deposto, e a perseguição aos sindicalistas urbanos e rurais –; do AI 5 ao início da abertura (1969-1974) – os anos de chumbo da ditadura, com o fechamento do Congresso Nacional, a segunda onda de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, o estabelecimento da censura à imprensa e às produções culturais, as demissões em universidades, a exacerbação da violência,

¹²⁸ ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEIS, Luís. **Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar.** (*Apud* SCHWARCZ, 1998, p. 323-326)

configurada, inclusive por meio da tortura e de desaparecimentos, e, por fim, o período identificado como de transição para o governo civil (1975-1984) – que começa com a posse do General Geisel e, segundo Almeida e Weis, (*apud* SCHWARCZ, 1998, p. 335) guarda alguma semelhança com o primeiro período, de 1964 a 1968, do ponto de vista do espaço aberto às oposições.

O que há de paradoxal, em meio a esta representação periodicizada do comportamento do regime ditatorial, é o fato de os autores afirmarem ter sido exatamente no momento mais duro e inflexível da ditadura que a classe média alcançou níveis de vida, em termos econômicos, mais satisfatórios. Nos dizeres dos autores:

O aprofundamento do autoritarismo coincidiu com, e foi amparado por, um surto de expansão da economia – o festejado milagre econômico – que multiplicou as oportunidades de trabalho, permitiu a ascensão de amplos setores médios, lançou as bases de uma diversificada e moderna sociedade de consumo, e concentrou a renda a ponto de ampliar, em escala inédita no Brasil urbanizado, a distância entre o topo e a base da pirâmide social. (*Ibid.*, p. 333)

É, portanto, facilmente perceptível que para a classe média o autoritarismo, combinado à expansão econômica, trouxe ao mesmo tempo duas sensações que a princípio poderiam ser consideradas antagônicas: a vontade de mostrar-se combativa, frente aos desmandos do regime e o desejo de também alcançar o progresso, capaz de conduzir a novo *status*, portanto levando a percepção de distinção social. A reboque da modernização, a sociedade passou a conviver de perto com a mudança de padrões de conduta e comportamento: a liberação sexual e o consumo de drogas, em especial a maconha e o LSD, passaram a fazer parte dos lazeres da juventude.

O autoritarismo também transformou a vida afetiva e familiar dos brasileiros. As mudanças de valores e comportamentos que acompanharam o processo de modernização em termos econômico e social, fizeram aparecer, a partir dos anos 60, as novas gerações urbanas que viveram em eterno confronto com as questões que diziam respeito à fidelidade – que devido à maior liberdade sexual, passou a integrar a lista de preocupações de homens e mulheres, indistintamente. A contestação da moralidade sexual foi experiência socializada e acabou virando expressão de identidade política. Sobre tal aspecto, há um trecho do texto de Almeida e Weis que destaca de forma precisa a posição feminina com relação a moralidade sexual:

[...] No caso das mulheres, o repúdio aos comportamentos tradicionais, pequeno-burgueses, se fazia em nome de um ideal de autonomia que deveria se realizar não apenas como possibilidade de viver livremente a paixão e as pulsões sexuais. Isso tudo também estava fortemente associado à ideia de existir no mundo para além da vida doméstica, por meio da realização profissional, da independência financeira que o trabalho poderia assegurar e, por último, porém, não menos importante, da atividade política. (*Ibid.*, p. 401)

Portanto, a despeito de toda a gama de preocupações suscitadas pela intensidade como a ditadura foi capaz de mudar e estabelecer novos padrões de comportamento no âmbito social, no campo teórico das discussões sobre amplitude dos problemas causados pelo lazer, a partir de fins da década de 1960, as questões referentes ao regime ditatorial passavam longe dos debates em curso no campo da produção de conhecimentos sobre o lazer, e isso é observável tanto no nível dos eventos de caráter científico, como foi o caso dos *Seminários* de São Paulo, em 1969 e do Paraná, em 1974.

Apenas no *Encontro Nacional sobre o Lazer*, que aconteceria no Rio de Janeiro, em 1975, é que encontramos referência sobre a participação de representante do Governo Militar, no caso o Ministro do Trabalho, Sr. Arnaldo Pietro, que em sua Conferência de Abertura ressaltou a atenção especial do Governo para com o tema lazer, visando a elaboração de uma *Política Nacional de Lazer* e de um *Programa do Lazer para o Trabalhador*.¹²⁹

Voltando ao prefácio de Dumazedier, no livro de Requixa, vale retomar a linha de pensamento que atrelava o problema do lazer no Brasil ao fenômeno da urbanização:

Foi no Brasil, sob o impulso do movimento social cada vez mais amplo, que os problemas do lazer tornaram-se objeto de uma primeira tomada de consciência, á medida que o novo fenômeno faz superar tantos preconceitos e ideias anacrônicas em torno de “prioridades”. Daí em diante, a luta contra a miséria, a injustiça ou a poluição não pode mais ser abstratamente separada da luta pelo lazer, sob pena de fracasso. (REQUIXA, 1977, p. 8)

Na terceira parte do livro de Requixa, cujo título é *Consciência Social da Importância do Lazer*, são apresentadas referências que retratam, na visão do autor, os principais resultados do *Seminário sobre o Lazer*, de 1969, e que são do interesse da presente pesquisa, no sentido de possibilitar uma análise mais detalhada sobre a especificidade deste evento, que foi a primeira realização de caráter científico organizada no Brasil para discutir o lazer. Assim, estão listados, dentre os principais resultados do *Seminário*:

- 1 – O grande número de pessoas que trabalhavam como profissionais, ou voluntários em obras sociais, e que passaram a sentir a importância do trabalho que realizavam no campo do lazer. Sentiram-se profissional, pessoal e socialmente valorizados;
- 2 – O conhecimento recíproco de diversas obras sociais e conseqüentemente troca de experiências;
- 3 – A assinalada promoção do tema lazer, não apenas junto aos técnicos, mas também junto ao grande público, através da imprensa, a qual apresentou farto noticiário a respeito dos assuntos tratados;
- 4 – Provocou-se a atenção dos próprios trabalhadores sociais para uma nova forma de trabalho social, através das atividades de lazer, com todas as suas possibilidades insuspeitas;
- 5 – A ampliação a concepção de lazer, concernente a todas as faixas etárias, não se confundindo apenas com atividade infantis;

¹²⁹ Conforme expresso nos **Anais do 1º Encontro Nacional sobre o Lazer**. SESC-DN, 1977, p.15.

6 – Os desdobramentos, despertado o interesse de outras regiões brasileiras para a realização de novos seminários sobre o lazer;

7 – Imediatamente após o “Seminário” realizaram-se treinamentos intensivos para voluntários em programas de lazer, na Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de São Paulo;

8 – A partir do “Seminário” houve maior compreensão relativamente as programações do SESC e mais predisposição comunitária para a colaboração com tais programações;

9 – Profissionais e voluntários das programações do SESC, que participaram do “Seminário”, sentiram-se mais encorajados para novas experiências práticas, como as manhãs, tardes e noites de recreio;

10 – A própria palavra lazer passou a fazer parte do vocabulário dos profissionais da área social e integrou-se, com destaque no vocabulário da imprensa.

(REQUIXA, 1977, p. 94)

É interessante notar que neste arrazoado de considerações elencadas por Requixa, acerca do legado deixado pelo *Seminário sobre o Lazer*, de 1969, estão postas questões que se referem tanto às peculiaridades do *Seminário* – que foi o primeiro a acontecer no país, com características de evento de caráter científico – como também estão incluídas observações sobre a diversidade dos participantes interessados sobre o tema do lazer, sobre a entrada do tema lazer na mídia, inclusive com a observação da distinção entre o emprego do termo “lazer” de forma dissociada da noção de “atividades infantis”, sobre a ampliação do entendimento a respeito da própria concepção de lazer e sobre a valorização dos profissionais atuantes na área social, a partir do entendimento da importância do tema como aporte às práticas profissionais.

Além destas questões, chama atenção, igualmente, o fato de que entre estes resultados positivos aparecerem alguns itens diretamente relacionados ao próprio trabalho desenvolvido pelo SESC. Por exemplo, o fato de que, a partir do *Seminário*, ampliou-se a compreensão das programações comunitárias, inclusive entre os membros das comunidades. Houve o encorajamento aos profissionais do SESC para “ousarem” de forma criativa nas programações propostas para atendimento de todos os segmentos etários.

Por fim, e não menos importante, aparecem as questões relacionadas ao incentivo que este *Seminário* deu a outras ações de caráter científico, como foi o caso das realizações de outros Seminários (em Curitiba, Paraná, 1974 e no Rio de Janeiro - Guanabara, 1975) e também de ações de capacitação (treinamentos) que se multiplicaram, tanto no ambiente SESC, como em outras instituições, como foi o caso dos treinamentos intensivos para voluntários em programas de lazer, na Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de São Paulo.

É também Requixa quem salienta que embora o *Seminário* tenha tido muito boa aceitação, existiram, igualmente, reações negativas relativas ao estudo do lazer. Segundo ele:

Tais reações se fizeram sentir entre os próprios participantes do “Seminário”. Imaginamos que as reações negativas eram ditadas, ou por ideias preconceituosas inconscientes contra o consumo do tempo introjetado como hedonista, e, portanto, ofensivo a um tipo de moral mais puritana voltada para a valorização do trabalho; ou por posições conscientemente assumidas contra algo que parece contrariar dois valores fundamentais – a cultura e o trabalho; ou por desconhecimento da própria funcionalidade do lazer, o que certamente faria superar muitos preconceitos relativos a uma pretensa inutilidade ou futilidade do lazer; ou finalmente, por ignorância de um fato social emergente no mundo moderno e que se vem afirmando cada vez mais independente de ideologias ou de estágios de desenvolvimento, é que um novo humanismo, essencialmente valorizador da importância de satisfação de necessidades humanas de expressão em si mesma, e que encontram abrigo na prática de atividades de lazer. (REQUIXA, 1977, p. 95)

A percepção que se tem ao interpretar esta colocação de Requixa – sobre a não concordância manifesta por parte de alguns participantes do *Seminário sobre o Lazer* de São Paulo, com relação ao nível de preocupação gerado pelo lazer e sua inserção no campo de conhecimentos científicos (estudos do lazer) – é que o problema da incredulidade, quanto ao estudo do lazer, seria latente, porque se tratava de um horizonte novo que se abria frente à perspectiva de discutirem-se os valores do trabalho a partir de um novo fenômeno social, que era o lazer.

Na prática, este momento que se voltou, ainda que não de maneira absolutamente proposital, para a reflexão teórica sobre a propriedade do lazer na dinâmica social que estava a se experimentar no cotidiano das cidades que cresciam e sofriam com as exigências de uma nova ordem política, econômica e social, que não mais se sustentava por meio da subsistência e ansiava pela implementação de estruturas de produção que fosse capaz de produzir mais e em menor tempo, foi marcado por uma série de inconstâncias tanto em nível do pensamento, quanto da aceitação do embate que estava a se propor entre o trabalho e o lazer, não na perspectiva de aniquilamento de um em detrimento do fortalecimento do outro, mas sim no sentido da complementaridade.

A dualidade expressa nas colocações de Requixa, a respeito da aceitabilidade do *Seminário sobre Lazer*, de 1960, espelha, de certa forma, o pouco conhecimento sobre o assunto e, mais do que isso, a quase inexistência de afinidade com a temática, por parte da própria população. Certamente aqueles que tiveram um envolvimento mais próximo com as temáticas discutidas ao longo dos dias em que o evento aconteceu, ou eram profissionais que já tinham algum tipo de ligação com tema em si – caso dos profissionais do SESC, professores de educação física, psicólogos, estudantes de cursos de graduação em Assistência Social, Arquitetura, Educação e outros – ou eram representantes de órgãos públicos e de outras instituições para as quais o lazer representava oportunidade de expansão, diversificação, incremento ou mesmo de controle, no sentido da harmonização entre capital e trabalho.

Na pesquisa que desenvolveu sobre a *História do Lazer na cidade de São Paulo*¹³⁰, cujo recorte histórico-temporal incide nos dez anos decorridos entre 1969/1979, Sant'Anna (1994) analisa a conformação do pensamento social sobre o lazer na cidade de São Paulo, a partir da observância da intensificação dos debates em torno das preocupações com os usos do tempo livre dos trabalhadores em meio às urgências suscitadas pelo crescimento urbano.

Ao discorrer sobre as implicações que estiveram a permear as preocupações dos diferentes setores da sociedade com relação às prerrogativas de ocupação do tempo livre – no sentido de convertê-lo em práticas saudáveis, imaginando-se, que na prática a atitude dominante estaria centrada em proposições de caráter utilitarista, o que implica pensar que o tempo livre dos trabalhadores deveria ser utilizado, não apenas para o descanso e diversão, mas também, e principalmente, para que, através dele, pudessem ser inculcados, nestes trabalhadores, valores e normas de conduta adequados aos padrões de comportamento desejáveis à reprodução do sistema político e econômico vigente – a autora apresenta um panorama instigante e revelador do tratamento dispensado ao tema lazer em meio às preocupações que diziam respeito, a princípio, às questões referentes ao tempo livre dos trabalhadores paulistanos.

É interessante, pensar a partir dos caminhos trilhados pela autora, durante sua pesquisa, e, numa atitude de confrontação com outras fontes que vimos utilizando com o propósito de pensar as contribuições do SESC para a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil, durante a década de 1970, o quanto a cidade de São Paulo é expressiva nos estudos que têm a intenção de pensar a constituição do pensamento brasileiro sobre o lazer. Renato Requixa é um destes entusiastas.

Ainda que nos seja possível interpretar tal “entusiasmo” como produto do meio em que se inscreve a história de sua vida e de sua atuação profissional, na Administração Regional do SESC-SP, existe um fato que é absolutamente marcante e recorrente à corrente de pensamento que situa o surgimento do lazer a partir das transformações decorrentes da expansão do capitalismo: a expressividade que o processo de urbanização das cidades brasileiras alcança na formulação dos argumentos de nossos estudiosos do lazer. Em Sant'Anna, o segundo capítulo, intitulado *Incitação e Recusa*, é iniciado com o seguinte parágrafo:

Entre os anos de 1969 e 1979, é possível verificar um aumento significativo do número de pesquisas, debates e análises dos usos do tempo livre, e o aparecimento de novos programas de lazer, além da criação de setores

¹³⁰ Esta pesquisa resultou na Dissertação de Mestrado, **O Prazer Justificado**: história e lazer (São Paulo, 1969/1979), apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1988, para obtenção do grau de Mestre em História. Em 1994, a Dissertação foi publicada em formato de livro, com o mesmo título, pela Editora Marco Zero, São Paulo.

institucionais destinados ao tratamento exclusivo destas questões, especialmente na cidade de São Paulo. (SANT'ANNA, 1994, p. 27)

E no parágrafo seguinte, como forma de contraposição à ideia central de que neste interregno deu-se o “boom” do lazer em nível nacional, a autora dá a questão outra possibilidade de interpretação, ao afirmar que foi neste momento da história do país, atravessado pela fase mais radical da ditadura militar, que:

Passou-se a falar mais em lazer nos jornais e revistas, na televisão, nos encontros de cunho político, médico, cultural, nos projetos arquitetônicos, nas entidades sindicais e de assistência ao trabalhador. Em contrapartida, houve uma sensível elevação da jornada de trabalho, que reduziu, quando não extinguiu totalmente, o tempo livre da vida da maior parte dos trabalhadores brasileiros. Durante o “Milagre Econômico”, chegou-se a ultrapassar o limite de 48 horas semanais de trabalho e as horas extras formam inúmeras vezes convertidas em horas ordinárias.¹³¹

Essa preocupação de Sant'Anna, em dimensionar a extensão do problema lazer para além do eixo principal em que se dá a produção e a circulação das ideias que lhe dizem respeito, e a virtude do aprofundamento de sua perspectiva de análise, transpondo tais limites que, de certa forma, encapsulavam a promoção de novos conhecimentos no campo lazer, projetando o olhar para o plano da conjuntura político, econômica e social onde essa produção se insere, de forma a detectar as possíveis relações de pertencimento entre o crescimento da expressividade alcançada pelo lazer durante o regime militar, é fator primordial para o incentivo a novos olhares sobre a própria dinâmica da produção de conhecimentos sobre o lazer.

Haveria, portanto, na ótica desta autora, um contrassenso instaurado no seio da sociedade brasileira, em plena ditadura militar. Enquanto em nível da política econômica os *Programas e Planos*¹³² dos governos militares foram destinados à promoção do crescimento econômico do país e, de certo, representaram influências transformadoras no comportamento do mundo do trabalho, fazendo crescer as pressões dos patrões sobre os trabalhadores, tanto de forma direta – como aconteceu quando do aumento das jornadas de trabalho – quanto indiretamente, como no caso do arrocho salarial, que fez com que os trabalhadores tivessem que abdicar do escasso tempo livre, em prol da complementação de renda, por meio da ocupação desse tempo com uma segunda colocação no mercado de trabalho ou com outro tipo de ocupação, que poderia ser considerada como subemprego, supostamente em outro patamar.

¹³¹ Cf. Carlos SIMÕES. **A lei do arrocho** (p.60). In: SANT'ANNA, 1994, p.27.

¹³² Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), elaborado no Governo Costa e Silva (1968-1970); I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), elaborado no Governo Médice (1972-1974); II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), elaborado no Governo Geisel (1975-1979).

Estava em franco progresso um tipo de incitação¹³³ para o reconhecimento da importância do lazer nas sociedades urbanas. A noção de contrassenso introduzida pela autora, como referencial na análise da conjuntura da história do Brasil, de onde emergem as preocupações nacionais com o lazer, é tecida em detalhes na seguinte afirmação:

[...] Contra-senso que se torna mais evidente quando se atenta para a quantidade de notícias e manchetes que falavam exaustivamente, através de técnicos e cientistas sociais brasileiros e estrangeiros, de uma civilização do lazer¹³⁴, que em breve viveríamos, onde o tempo livre seria necessariamente maior do que o tempo de trabalho. Profetizava-se sobre o aumento do tempo livre para a maior parte dos trabalhadores, justamente num momento em que vários indicativos contrariavam qualquer possibilidade de redução do tempo de trabalho: lutava-se ainda pelo cumprimento da lei que garantia o pagamento das horas extras, por exemplo, e em outros casos pelo fim do trabalho extraordinário. (SANT'ANNA, 1994, p. 27-28)

Mais adiante, no capítulo III, denominado de *Perigos e Salvação pelo Lazer*, há uma citação retirada de reportagem do *Jornal Correio da Manhã*¹³⁵, que adverte sobre o lazer como o mal do fim do século:

Lazer, mal do fim do século

Os mais recentes estudos prospectivos realizados nos Estados Unidos afirmam que no final do século todo o trabalho necessário a assegurar o funcionamento da sociedade abastada poderá ser feito por apenas 5% da população da Terra. Todo o esforço humano será transferido para os computadores eletrônicos: o que farão os outros 95%?

Sobre o aspecto incisivo dado ao tratamento sobre o futuro do lazer, no sentido de considerá-lo uma incógnita, haja vista que sua predominância sobre o trabalho viria a colocar em xeque todo o arcabouço de princípios que até então eram responsáveis por reger a lógica dos principais sistemas econômicos vigentes nas sociedades, a autora complementa as colocações anteriormente citadas, afirmando que a suposição de que em breve estaríamos convivendo com uma civilização do lazer teria fundamento em informações estatísticas de órgãos oficiais (porém, não indica quais) que comprovariam ter havido, desde a Revolução Industrial, uma redução do tempo de trabalho em favor do tempo livre nos países industrializados (SANT'ANNA, 1994, p. 42).

Como havia sido prenunciado por Requixa (1977, p. 94), ao avaliar os benefícios deixados pelo *Seminário sobre o Lazer*, um número considerável de eventos destinados a discutir o lazer começaram a tomar corpo no Brasil, a partir de fins dos anos de 1960. Em

¹³³ Nas palavras de Sant'Anna (1994, p.27): “[...] uma incitação sem trégua, um estímulo cada vez mais amplo para falar de lazer, produziu programas de lazer, pesquisas, teorias do uso do tempo livre.”

¹³⁴ O sociólogo francês Joffre Dumazedier adverte em *A revolução cultural do lazer nos centros urbanos* (Cadernos de Lazer – SESC-SP, 1977, p.48): “[...] que se estaria vivenciando um fenômeno paradoxal nos países desenvolvidos: Trabalha-se menos, enquanto se produz mais, pois de um lado, temos a industrialização produzindo riquezas e serviços (muitas vezes não é bem distribuído entre as classes sociais, mas há um aumento da produção; temos a dizer que realmente houve melhoras e temos melhorado já há uns cem anos). Mas é exatamente aí que está o paradoxo: essa sociedade industrial produz mais tempo livre”.

¹³⁵ De circulação no Rio de Janeiro, datado de 18 de julho de 1970, p.10. Cf. SANT'ANNA, 1994, p. 42.

1970, São Paulo sediou outros dois eventos destinados a discutir o lazer: o *II Seminário de Estudos sobre o Lazer*, realizado na cidade Campinas, em junho de 1970, em ação conjunta com a Secretaria da Promoção Social do Município de Campinas e o *Seminário Lazer e Desenvolvimento*, que aconteceu na cidade de São José dos Campos, em agosto de 1970, com o patrocínio da Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo. Nos dois casos o SESC – Departamento Regional em São Paulo, foi responsável pela organização e condução das propostas de trabalho, cuja metodologia adotada em muito se assemelhava às técnicas utilizadas nas Reuniões Nacionais de Técnicos do SESC¹³⁶.

Ainda sobre a perspectiva dos *Seminários* que ocorreram ao longo da década de 1970, é o próprio Requixa quem os relaciona:

Diversos seminários sobre “Organização Humanizada e Empresa Moderna” foram levados a efeito em diversos estados do país, sob o patrocínio do SESC. Entre os temas desenvolvidos, o do “Trabalho e Lazer” sempre despertou interesse. Tais seminários foram realizados nas mais diferentes regiões do país, tanto no Norte, como no Nordeste, no Centro, no Oeste e no Sul. No Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás, Paraná, Mato Grosso, Pará, Alagoas, Maranhão, Amazonas, Piauí, Ceará, nos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975. (REQUIXA, 1997, p. 98)

Aponta, também, que a Prefeitura Municipal de São Paulo realizou, em 1971, uma ampla pesquisa na cidade de São Paulo, para conhecer as preferências das atividades de lazer da população. Nota-se semelhança com a pesquisa que o sociólogo Acácio Ferreira desenvolveu em três bairros periféricos da capital Salvador, no estado da Bahia, em 1958. De forma curiosa, Requixa aponta que nos resultados o rádio e a televisão não foram considerados como lazer, e explica que tal fato pode ser uma resposta dos entrevistados por considerarem ambos os meios de comunicação como atividades rotineiras. Vale ressaltar que, na pesquisa de Acácio Ferreira, o rádio aparece como atividade de lazer (FERREIRA, A. 1959, p. 91-97).

Acerca da literatura sobre lazer, produzida ao longo dos anos 70, Requixa enumera: em 1971 é editado o livro *O lazer no Planejamento Urbano*, de autoria da pedagoga Ethel Bauzer Medeiros. Neste mesmo ano, ele próprio publica, na *Revista Problemas Brasileiros* nº94 de junho de 1971, o trabalho *Esporte, Atividade de Lazer*, e no nº97, de setembro de 1971, o trabalho *Conceito de Lazer*. Em 1972, a tese de doutoramento da arquiteta Marlene Yurgel é apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU,

¹³⁶ Conforme citado por Requixa, (1997, 93), a organização do Seminário sobre Lazer que aconteceu em São Paulo em 1969, teve como metodologia, a elaboração de três painéis. O primeiro sobre “As necessidades de Lazer da cidade de São Paulo”; o segundo sobre o “Planejamento de áreas verdes e de recreação”, e o terceiro sobre “Formação e treinamento de pessoal para programas de lazer”. Funcionaram 6 grupos de estudos que refletiram sobre: a) o lazer da criança; b) o lazer do adolescente; c) O lazer dos adultos; d) o lazer da pessoa idosa; e) os movimentos culturais e o lazer; f) a participação dos bairros na promoção do lazer. Para saber mais sobre a metodologia de trabalho adotada nas Convenções Nacionais de Técnicos do SESC, ver o Capítulo II deste trabalho de Dissertação.

da Universidade de São Paulo, versando sobre o tema *Problemas da Arquitetura Contemporânea – o Lazer*.

Ainda em 1972, um trabalho intitulado *Arquitetura e lazer nos países subdesenvolvidos* foi apresentado no *XII Congresso Internacional de Arquitetos*, em Varna, na Bulgária, pelo arquiteto Alfredo Britto, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, por Antônio Houaiss, da Academia Brasileira de Letras e por Frederico Moraes, do Museu de Arte Moderna¹³⁷. Em 1973, o sociólogo Gilberto Freyre edita *Além do Apenas Moderno*, obra em que, segundo Requixa, dos quinze capítulos que a compõem, cinco são dedicados à temática lazer. Neste mesmo ano, os alunos da FAU apresentam, na Bienal de Arquitetura de São Paulo, o trabalho intitulado *Arquitetura do Lazer*.

Especificamente para a Instituição SESC, o *Seminário sobre o Lazer*, organizado pelo SESC-SP, refletiu de forma prospectiva nas decisões que incluíram o lazer como foco de interesse das ações programáticas que se desdobraram, em nível nacional, a partir da *IV Convenção Nacional de Técnicos*, que aconteceu em 1969, mesmo ano do *Seminário*¹³⁸. Lembremos que o principal desdobramento desta *IV Convenção* foi a aprovação do texto das *Diretrizes Gerais de Ação do SESC*, aprovada anos mais tarde, em 1973, e onde o lazer é apresentado como foco do trabalho social institucional e representa a diretriz mais significativa do trabalho social promovido pela Instituição no país.

É importante, também, não perder de vista que, naquele momento, a associação do lazer com o empenho do SESC em produzir referenciais para a sua atuação social, aqui subentendido de forma mais concreta, constitui o “braço” de seu trabalho a partir das ações de assistência social, cujo destaque era a linha de trabalho desenvolvida pelos assistentes sociais, cuja fundamentação era a metodologia da assistência comunitária, na perspectiva de atendimentos a grupos.

Expandido o foco desta análise para atuação institucional com força e expressividade nacional, é absolutamente previsível a percepção sobre o papel desempenhado pelo SESC-SP – Administração Regional, como agente catalisador das aspirações maiores sobre o conhecimento, para o reconhecimento da função a ser desempenhada pelo lazer no âmbito institucional.

Há que se destacar, ainda, que a cidade de São Paulo, naquele momento interpretada como a maior capital econômica do país, absorveu em todos os sentidos os anseios e expectativas gerados pelo agravamento do “problema lazer”. Foi acolhedora no sentido de oportunizar a realização de Seminários, Congressos e demais ações que

¹³⁷ Segundo Requixa (1977, p.100): “[...] a apresentação do trabalho representou importantíssima contribuição para o estudo das possibilidades de lazer, do ponto de vista da ‘criatividade’ para o próprio desenvolvimento”.

¹³⁸ O *Seminário sobre o Lazer* foi realizado de 27 a 30 de outubro de 1969, em São Paulo e a *IV Convenção Nacional de Técnicos do SESC*, entre os dias 23 e 29 de novembro de 1969, em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

serviram para qualificar o objeto de estudo. Também deu margem para que fossem realizadas inúmeras pesquisas, que retrataram a situação do lazer no país. Foi incentivadora, porque a partir das ações de caráter científico, que se realizaram em diversos municípios e cidades do estado, outros desdobramentos foram gerados em diferentes estados do país. Portanto, nada seria mais justo do que pensar São Paulo, na década de 1970, como o cenário idealizado pelos estudiosos do lazer que, naquele momento, propunham em seus estudos, pensar a ocorrência do fenômeno a partir do binômio urbanização-industrialização.

Cinco anos haviam se passado desde o *Seminário de 1969*, quando a capital do estado do Paraná sediou o *I Seminário Nacional sobre o Lazer*. A Prefeitura Municipal de Curitiba, o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano (IPPUC) e a Fundação Cultural de Curitiba estiveram, junto com o SESC Paraná, como responsáveis pela organização deste grande encontro, que reuniu cerca de 400 participantes, na capital Curitiba, entre os dias 20 e 23 de novembro de 1974.

Dentre os profissionais que estiveram à frente dos debates, e efetivamente foram responsáveis por apresentar algum tipo de comunicação acerca do tema lazer, estavam arquitetos, urbanistas, professores da área de Educação Física, além de representantes das instituições que estiveram à frente da organização do *Seminário*. No caso do SESC, estiveram presentes técnicos do Departamento Regional do SESC-PR e Renato Requixa, representante do Departamento Regional do SESC-SP.

Além destes, no documento consultado, *Boletim de Intercâmbio*, nº20 de dezembro de 1974¹³⁹, dentre as comunicações que se sucederam ao longo dos quatro dias do *Seminário*, é possível observar a preponderância dos discursos dos arquitetos e urbanistas, quem sabe em virtude da própria participação do IPPUC, na qualidade de organizadores¹⁴⁰.

Roberto Burle Max, renomado arquiteto e paisagista, também esteve presente neste *Seminário*, ministrando a Conferência *Áreas verdes de lazer*¹⁴¹. Afirmou ele, naquele

¹³⁹ O **Boletim de Intercâmbio** era uma publicação do Departamento Nacional do SESC, de periodicidade semestral, destinado a comunicar principalmente o trabalho técnico desenvolvido em todos os Departamentos Regionais. A ideia central era, como o próprio título sugere, estimular o intercâmbio de informações no âmbito institucional. Este nº 20 do período foi dedicado exclusivamente ao *Seminário Nacional de Lazer* ocorrido em Curitiba, no Estado do Paraná. Nota-se, contudo, que os textos que integram o **Boletim** são, exclusivamente, reprodução das palestras e apresentações de experiências de trabalho, não comportando qualquer atitude interpretativa ou crítica dos organizadores.

¹⁴⁰ Estão identificados os seguintes profissionais do ramo de arquitetura, pelo Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba: Angel Walter Bernal Acho e Omar Akel, responsáveis pela apresentação da palestra: *Por uma viabilização de espaços urbanos de lazer*; Henrique Bougestohs, responsável por apresentar o título: *Planejamento urbano e lazer*. Além destes, há indicação de palestra ministrada pelo Sr. Jorge Wilhelm, que trata igualmente do tema *Planejamento Urbano e Lazer*. Contudo, no documento do SESC não existe qualquer indicação a respeito da origem deste profissional, cujo texto poder consultado no **Boletim de Intercâmbio** SESC-DN, Rio de Janeiro, nº 20, dez.1974, 09 a 21.

¹⁴¹ Dentro desse tema, Burle Max defendeu a tese “de se preservar o que está sendo destruído e desaparecendo em nome do progresso”.

momento, que o lazer estaria adquirindo maior reconhecimento por parte da sociedade, como elemento intrínseco do ser humano, como valor positivo e não como desperdício. Expressou-se dizendo ainda que lazer era o exercício da própria liberdade, materializada no trabalho criativo e nas atividades lúdicas. Era a procura de vivências novas, de ambientes desconhecidos, com a finalidade de enriquecer as experiências dos indivíduos.

É importante destacar que esta fala do arquiteto e paisagista Burle Max é muito pequena, e está incluída na última página, de nº 198, do *Bolem de Intercâmbio*, sob o título de *NOTA FINAL*. Há, contudo, uma explicação, na introdução do *Boletim*, sobre o fato de as palavras do referido arquiteto terem sido acrescidas apenas ao final da publicação, devido à não-apresentação de texto escrito à redação do Boletim. Assim, é possível deduzir que as colocações sobre a fala de Burle Max sejam oriundas de registros pessoais de algum dos participantes. (SESC-DN, 1974, p. 198)

Sem qualquer juízo de valor que caiba aqui neste momento, apenas desejando estabelecer um elo, em perspectiva interpretativa, quanto aos propósitos e conteúdos apresentados e discutidos nestes dois *Seminários* sobre os quais esta pesquisa se debruça neste momento – qual seja aquele organizado pelo SESC-SP, em 1969, interpretado na alçada das pesquisas do estado da arte nos estudos do lazer no Brasil, como marco referencial para a mudança de atitude quanto à produção de conhecimentos científicos sobre o tema lazer em nosso país, ou este segundo *Seminário sobre o Lazer*, que foi organizado por iniciativa da Prefeitura de Curitiba, no Paraná, para pensar as perspectivas do lazer em relação ao desenvolvimento econômico, suas implicações com a tecnologia, os meios de comunicação e o turismo, frente à crise das cidades e a deficiência das ofertas de recreação (SESC-DN, 1974, p. 5) – interessa aqui relatar que nesta segunda experiência o documento produzido pelo Departamento Nacional do SESC, cuja publicação é dedicada exclusivamente à reprodução das apresentações dos palestrantes, são relacionados 12 textos de autorias diversas:

No sumário observa-se a seguinte descrição dos trabalhos: 1) Introdução; 2) Planejamento urbano e lazer – Jorge Wilhelm¹⁴² (Arquiteto, urbanista); 3) Lazer – Mário Amaral Rodrigues (Professor de Educação Física do Grupo de Implantação da Reforma de Ensino no Paraná e Comissão de Currículo) e Júlio Lubachewski (Professor de Educação Física, catedrático de Ginástica da Escola Superior de Educação Física e Desportos do Paraná); 4) A interpretação da natureza como instrumento de educação ambiental – Arnaldo Carlos Muller (Engenheiro Florestal, Chefe do Setor de Parques Nacionais da Delegacia Estadual do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento

¹⁴² É interessante destacar que no documento do SESC consultado, o nome de Jorge Wilhem está associado à apresentação da primeira Palestra proferida no *I Seminário Nacional sobre o lazer*, cujo título foi *Planejamento Urbano e Lazer*, porém, não há indicação sobre a área de formação ou atuação profissional. Por este motivo, buscamos informações sobre o mesmo e há registro de sua participação, na concepção e coordenação, em 1969, do projeto de criação do Parque Anhembi, em São Paulo. Além disso, participou de inúmeros planos diretores para cidades em desenvolvimento, como Curitiba, Paraná, e Joinville, Santa Catarina, em 1965; Osasco, São Paulo, em 1966; Natal, Rio Grande do Norte, em 1967; e Goiânia, Goiás 1968. (Disponível em: <<http://www.itaucultural.com.br>>. Acesso em 10.dezembro de 2012)

Florestal da Universidade Federal do Paraná); 5) A televisão e o lazer – D' Arrochela Lôbo (Coordenador de Produção da Fundação Pandirá Calógeras, TV Educativa de Minas Gerais. Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Minas Gerais; 6) Educação física, esportes e recreação na indústria – José Carlos Beltrame (Técnico de Atividade Esportiva Serviço Social da Indústria – Sesi Paraná); 7) Serra do Mar, um grande parque a serviço de Curitiba – Roberto Ribas Langué (Naturalista do Instituto de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná - IDPN); 8) O lazer e a civilização urbana – Renato Requiça (Assessor técnico do SESC no Departamento Regional do SESC São Paulo); 9) Por uma viabilização de espaços urbanos de lazer – Angel Walter Bernal Acho e Omar Akel (Arquitetos-Supervisores de Informações do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba); 10) Planejamento urbano e lazer – Henrique Bougestohs (Arquiteto do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba); 11) Plano de recreação - Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba; 12) Centro de Comunidade – Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 13) Recreação Comunitária – SESC Administração Regional do Paraná; 14) Nota ao final.), onde é possível observar a ocorrência não apenas de relatos de experiência, como são os textos que comunicam as experiências realizadas nos Programas de Recreação Comunitária do SESC – Administração Regional do Paraná (intitulado “Recreação Comunitária”) e o “modus operandi” do “Plano de Recreação de Curitiba”, elaborado pela Prefeitura Municipal de Curitiba – Área de Recreação Urbana, com apoio técnico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, mais também, a apresentação de sugestões para implantação de um equipamento para educação social por meio da recreação, cultura e lazer sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre em integração com a Secretaria Municipal de Educação (intitulado “Centros de Comunidade). (SESC-DN, 1974, Sumário)

No caso específico do texto que discorre sobre o *Plano de Recreação* que, conforme aparece grifado no documento, seria de autoria do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (SESC-DN, 1974, p. 123-153), é oportuno tecer maiores detalhes, por tratar-se de exemplo que ilustra a existência de mobilização do Poder Público local, em face das demandas por oportunidades de lazer, no sentido de criar subterfúgios para uso dos espaços públicos como locais de socialização.

Vejamos como, nos parágrafos iniciais, o texto é transparente quanto à intenção do *Plano*, detalhando, também, a origem das preocupações do Poder Público Municipal com a utilização os espaços públicos com o objetivo de ocupar o tempo livre da população. Notemos que não se utiliza nestes argumentos o termo “lazer”. Curiosamente, “recreação” é termo de uso constante:

O acelerado processo de urbanização verificado em Curitiba nos últimos anos, determinado pela expansão do setor terciário, que atraiu um grande contingente migratório e a conseqüente ocupação do espaço físico efetuada de maneira indiscriminada, configuram-se como os principais entraves a formulação de uma política de recreação, ocasionando sérias deficiências no concernente as horas de lazer da comunidade.

Assim verificadas as carências do setor, foi elaborado, em maio de 1972, o Plano de Recreação de Curitiba, o qual procurou dotar a Cidade de aparelhamento necessário para uma adequada ocupação do tempo livre de seus habitantes, criando novas opções de ordem recreativa e cultural.

Na confecção do Plano foram valorizados pressupostos teóricos, sistematizados em estudos realizados pelo IPPUC em 1968, embrião das primeiras diretrizes para a política municipal de recreação, bem como uma pesquisa de caráter sociocultural junto à população, em vários níveis sociais, visando determinar a estrutura de demanda, graus de frequência e raios de influência dos espaços de recreação. (SESC-DN, 1974, p. 124)

Ao que se percebe, a noção de recreação é pré-existente à preocupação com a questão do lazer e sua relação com a ocupação do espaço urbano. Observa-se, ainda, a ocorrência de situações de emprego do termo lazer associado à questão das horas liberadas do trabalho. O termo “horas de lazer da comunidade” é utilizado para reforçar a existência de um tempo a ser despendido com atividades de recreação e, por isso, é revelada a necessidade de promoção de um *Plano de Recreação*.

A recreação seria, neste sentido, a maneira ideal para que a população pudesse ocupar de forma saudável as suas horas de lazer. O *Plano* previa, então, a construção de parques, praças, bosques, áreas verdes e também a criação de Centros Recreativos Educacionais Integrados e Centros Esportivos¹⁴³. É interessante perceber, igualmente, que o *Plano* foi pensado a partir de estudos e pesquisas que detalham de forma cronológica¹⁴⁴ o quantitativo de equipamentos de lazer disponíveis na cidade de Curitiba, o quantitativo de áreas livres em relação à área total da cidade e ao número populacional. Além disso, existem referenciais sobre as ações de lazer desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Curitiba com identificação dos locais de realização e denominação das atividades¹⁴⁵. Há, também informações sobre a existência de praças com a ocorrência de recreação orientada por estudantes da Escola de Educação Física e voluntários da Polícia Militar de Curitiba¹⁴⁶, que desenvolviam atividades recreativas, desportivas e culturais com as crianças das escolas próximas às praças.

Além do exemplo do *Plano de Recreação* desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Curitiba, neste *I Seminário sobre Lazer* foi levada ao conhecimento do público participante, a experiência de trabalho da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com o título de *Centro de Comunidade*. Objetivando oportunizar aos cidadãos o desenvolvimento integral de suas aptidões, os *Centros de Comunidade* foram pensados, em termos de metodologia de trabalho, de maneira muito semelhante à atuação

¹⁴³ Para maiores detalhes sobre o Plano de Recreação elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, ver o texto de nº 11, intitulado “Plano de Recreação”, no **Boletim de Intercâmbio**, SESC-DN, 1974, p.123-153.

¹⁴⁴ Há dados da pesquisa referentes aos anos de 1971 a 1974, porém, não há indicação de fonte.

¹⁴⁵ Por exemplo, na planilha cujo título é “Resumo das Atividades da Prefeitura Municipal de Curitiba na Área de Recreação Urbana”, na coluna que expressa “Programa” estão listadas dentre outras realizações: associadas ao Parque da Criança, quadras de jogos, equipamentos de recreação, aldeia de comunicação, pavilhão, planetário, circo infantil, parque de diversões, teatro ao livre, patinação, futebol de salão, circo aquático, minigolfe etc... Observa-se que estão relacionados outros Parques: São Lourenço, Barigüí, Horto e Barreirinha, Iguaçu. (SESC-DN, 1974, p.142-145)

¹⁴⁶ Esta parceria era formalizada por convênio fechado entre as duas instituições. (*Ibid.*, p.145)

social do SESC¹⁴⁷, uma vez que se propunham a desenvolver atividades recreativas, culturais, sociais e de saúde, embora com perspectivas distintas.

Outra relação de proximidade se expressa quanto às características das instalações necessárias para a implantação dos *Centros*. Chama atenção, na análise do texto apresentado pelos representantes da Secretaria de Educação e Cultura de Porto Alegre, os termos que fundamentam a concepção, a natureza e a finalidade dos Centros Comunitários. Vejamos:

Centro de Comunidade

1 – Natureza

Basicamente, os Centros de Comunidade visam o desenvolvimento integral do homem atendendo, ampliando e criando o maior número possível de necessidades culturais, recreativas, sociais e profissionais para sua integração na comunidade.

Essa integração se dá na medida em que o trabalho desenvolvido por técnicos de diferentes especialidades conscientiza a população de sua área de ação, da importância de seu pleno desenvolvimento na vida comunitária. Cada um dos integrantes da família desta população participa e desfruta dos serviços dos Centros de Comunidade, os quais assumem aspectos múltiplos de autêntico núcleo de atividades culturais, esportivas e de centro de preparação ocupacional.

2 – Finalidade

Os objetivos dos Centros de Comunidade são amplos.

Na área de recreação, visa-se preencher as horas livres da comunidade com uma ocupação sadia e construtiva, possibilitando uma autêntica profilaxia mental e inter-relacionamento social

Na área de cultura, são oportunizadas, gradativamente, atividades artístico-culturais sob dois prismas: no primeiro, com apresentações onde o público assiste espetáculos ou promoções; no segundo, com atividades nas quais a preocupação no fazer arte é fundamental. Música, teatro, cinema, artes plásticas, biblioteca são algumas atividades programadas.

Na área social, busca-se através do trabalho em grupo, a formação de lideranças, a integração da comunidade e a ambientação do homem rural ao meio urbano.

Na área de saúde, objetiva-se o aprimoramento físico da população através do desenvolvimento de um trabalho preventivo de saúde pública.

Na área de oportunidades profissionais são dadas possibilidades de ingresso na força de trabalho a jovens e adultos de ambos os sexos, por meio de cursos objetivos no campo industrial, comercial e agrícola, de acordo com as necessidades de nosso mercado. São características principais destes cursos a flexibilidade, a intensidade, a objetividade, rapidez e a mobilidade que os transformam em oportuno instrumento de preparação profissional.

(SESC-DN, 1974, p. 163 – grifos nossos)

No que concerne especificamente à descrição do que seria de competência do atendimento às comunidades, a partir da recreação, é empregada a expressão “ocupação sadia e construtiva das horas livres das comunidades”. Além disso, há igualmente preocupação quanto à profilaxia mental e com o relacionamento social. Ao que se pode perceber, são utilizados termos que manifestam a explícita necessidade de manutenção da

¹⁴⁷ Refiro-me, especificamente, à atuação social do SESC em ações de assistência comunitária, conforme abordado no item **Lazer para os trabalhadores do comércio** desta Dissertação.

ordem social, por meio do controle do uso dos tempos livres dos trabalhadores, visando salvaguardar os interesses das elites e do próprio Estado. Ao observar a lista de prioridades para o funcionamento dos Centros, também é possível identificar fazer parte das intenções o aparelhamento dos espaços destinados ao lazer e à cultura, conforme expressa-se no documento original:

[...] Na área recreativa, o Centro deve estar aparelhado para oferecer aos associados os meios necessários ao desenvolvimento de atividades variadas, através de instalações que incluem entre outras:

- campo de futebol
- mini-campo de futebol
- quadras de vôlei e futebol de salão
- piscinas para crianças e adultos
- tanque de chapinhar
- pista de atletismo
- vestiários
- ginásio coberto
- quadra de tênis
- recanto infantil
- playground
- cancha de bocha e bolão
- espaços livres com árvores, jardins e recantos

Na área cultural, as instalações dos Centros devem oferecer:

- salas para músicas: estudo de instrumentos, leitura musical, ensaios de corais e conjuntos, audições musicais orientadas e pequenos recitais, expressão corporal e danças;
- salas para artes plásticas e artesanato: cerâmica, desenho, modelagem, pintura, bem como “escolinha de Artes”;
- ambiente para teatro, cinema e conferências, que poderá ser utilizado para jogos de salão, reuniões sociais da comunidade;
- biblioteca.

(SESC-DN, 1974, p. 164-165)

O último trabalho a constar na publicação, tem o título de *Recreação Comunitária* e é de responsabilidade dos técnicos/assistentes sociais da Administração Regional do SESC-PR¹⁴⁸. Refletindo a experiência de trabalho dos dois anos anteriores ao evento, a comunicação retrata a atuação do grupo de técnicos com a Recreação Comunitária¹⁴⁹, cuja proposta era levar atividades recreativas de forma orientada, para as comunidades que estavam localizadas em áreas mais afastadas dos centros urbanos e das unidades operacionais do SESC. Parte do texto é dedicada à apresentação da metodologia de trabalho adotada na execução das ações da Recreação Comunitária.

Observa-se a plena utilização, não apenas do termo recreação (atividades recreativas), como também a sua utilidade como elemento didático na consecução dos objetivos pretendidos. Uma questão que merece destaque, é o fato de haver indicação da

¹⁴⁸ Respondem pela apresentação do trabalho as Assistentes Sociais: Juçá Maria Azevedo Koscianski, Amália Madureira Paschoal, Mirian Ferreira da Silva; o acadêmico de Economia: Edilson Hugo Ranciaro e Professor de Educação Física: Pierre Jacques Marie Reydams. (SESC-DN, 1974, p.171-195)

¹⁴⁹ A denominação Recreação Comunitária refere-se a uma atividade desenvolvida pelo SESC. Seu raio de atuação eram as comunidades menos assistidas pelo poder público, e que geralmente, estavam localizadas afastadas das unidades operacionais do SESC. (*Ibid.*, p.175).

necessidade de uma equipe interdisciplinar para execução das ações a serem implementadas, além do que, discorre-se, também, sobre a utilização de voluntários e estagiários dos cursos de Educação Física, Pedagogia, Normal e outros (SESC-DN, 1974, p. 177).

A bem da verdade, é importante admitir que os procedimentos relatados naquela comunicação de experiência de trabalho, em muito se assemelham aos atuais procedimentos metodológicos adotados pelos técnicos que desenvolvem ações no campo do lazer, na atualidade, em todos os Departamentos Regionais do SESC. O que sobressai é a necessidade de promover o planejamento das ações com antecedência e a partir do conhecimento da realidade do(s) grupo(s) inseridos no processo.

Ao final da apresentação há uma colocação que merece ser reproduzida à guisa de nota:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da Recreação reflete, não um modismo passageiro, mas uma necessidade básica que se acelera no mundo presente, automatizado, onde o ritmo da mudança social, a competição, o desgaste provocado por estas situações, está exigindo a ampliação do lazer. (SESC-DN, 1974, p. 194)

Cabe, por fim, ressaltar que ao finalizar a análise do material gráfico produzido pelo documento publicado pelo SESC Departamento Nacional, com atenção especialmente depositada no *I Seminário Nacional de Lazer*, de 1974, ficou constatada a extrema preocupação dos participantes com questões que relacionavam lazer à perspectiva urbanística de promover o desenvolvimento das cidades. Aqui se pode pensar, de maneira mais focada, nas capitais, prevendo a importância do lazer como fator de humanização – dos espaços e das próprias pessoas.

Portanto, em vista da própria maneira como se constituiu a organização do *Seminário* – a partir da formulação conjunta de intenções envolvendo o SESC, Instituição de caráter privado, e a Prefeitura Municipal de Curitiba, além de órgãos do Governo Estadual, no caso o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba e a Fundação Cultural de Curitiba – é cabível a interpretação de que o peso maior das discussões e debates tenha de fato pendido para a análise dos problemas que se apresentavam no cotidiano do exercício profissional dos arquitetos e urbanistas, onde o lazer deveria encaixar-se de forma a ampliar as possibilidades de apropriação dos espaços urbanos para usufruto do tempo livre dos brasileiros.

Por isso, é nítida a percepção de atitudes discursivas que reificam a necessidade do planejamento urbano, como forma de incorporação do lazer. É por isso, também, que nestes discursos o lazer é assumido como um problema social, sobre o qual era preciso saber como lidar, de forma a torná-lo um meio adequado à reprodução dos valores socioculturais vigentes.

Na apresentação de Renato Requixa, em texto que recebeu a denominação de *O lazer e a civilização urbana*¹⁵⁰, a questão urbana é colocada como fator motivador para pensar a relação do cidadão com a cidade e, em decorrência, a apropriação do lazer como substrato para a equalização das situações de incapacidade adaptativa dos indivíduos às contingências do desenvolvimento urbano. E no primeiro parágrafo da Parte I do texto, já nos é revelada a postura elementar do autor com relação ao entendimento do lazer:

Nesta primeira parte gostaríamos de apresentar algumas justificativas para o emprego do lazer no tratamento dos problemas humanos e problemas sociais.

Em primeiro lugar diríamos que a perspectiva do lazer parece-nos uma forma apropriada a fim de emprestarmos a necessária ênfase aos aspectos humanos do desenvolvimento urbano. É óbvio que são inúmeras as facetas através das quais o desenvolvimento urbano pode ser analisado, avaliado, medido e considerado. A nós, profissionalmente mais acostumados a lidar com aspectos humanos, no caso do desenvolvimento urbano, não poderíamos nos aventurar a qualquer outra ótica, que não a humana por excelência.

O lazer é uma das formas através das quais o homem estabelece relação com o mundo. E talvez seja uma das formas mais agradáveis e simpáticas de fazê-lo. Admitiremos mesmo que não apenas é uma forma de articulação com o mundo circundante, mas também um a forma de o indivíduo modificar esse mundo que tantas vezes o constrange e marginaliza. Com isso admitiremos a importância do lazer para facilitar a integração do indivíduo em sua própria cidade. O lazer, então, se destaca e são ressaltadas suas possibilidades como singular fator de humanização urbana, na medida em que se apresenta um valor de alto significado no mundo contemporâneo. Valor dos mais expressivos, principalmente ao considerarmos o constante processo de aumento do tempo que vai sendo liberado ao trabalho e a outras obrigações. (SESC-DN, 1974, p. 67)

Associar as preocupações com os problemas sociais à ideia de que caberia ao lazer a heroica tarefa de dirimir as tensões e imposições da vida urbana é o tom do discurso de Requixa, que vê neste “espaço-tempo” a ser ocupado por estratégias educativas, a oportunidade de transformação das condições de vida do cidadão, das comunidades e, de forma pontual, na perspectiva do SESC, dos comerciários e seus familiares.

Finalizado o *Seminário* de Curitiba, no ano seguinte, 1975, foi o Rio de Janeiro quem sediou o terceiro e maior evento de caráter científico sobre o lazer da década de 70, no Brasil. O *I Encontro Nacional sobre o Lazer*, que recebeu o subtítulo de: *Cultura, Recreação e Educação Física*, foi realizado no Centro de Convenções do Hotel Glória, na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 24 e 29 de agosto de 1975¹⁵¹. Oficialmente, o

¹⁵⁰ SESC-DN, 1974, p.63-95.

¹⁵¹ Inicialmente o *Encontro*, que reuniu cerca de 650 inscritos, e contou com a participação das Administrações Regionais do SESC e do SESI e de 171 instituições públicas e privadas de diversos estados do país, havia sido previsto para acontecer entre os dias 21 e 25 de julho de 1975, com previsão de 300 participantes. Em decorrência da impossibilidade de participação de alguns conferencistas, e da abertura para a participação da comunidade – que pode fazer parte dos Círculos de Debates – a data foi adiada, o que possibilitou ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio encampar a ideia de sua realização, inclusive patrocinando-o. Em decorrência, o número de vagas para inscrições foi ampliada para 600 participantes, incluindo-se os representantes dos sindicatos de classe, que foram convidados a opinar sobre a *Política Nacional de Lazer*, principal objetivo dos debates travados no *Encontro*. (SESC-DN, 1977, p.157-168)

Encontro pretendeu cumprir com dois objetivos: 1º- obter subsídios para a elaboração de uma proposta de política de lazer, em âmbito nacional, visando à elaboração da *Carta Mundial do Lazer*; 2º- funcionar como preparatório do *II Congresso Mundial do Lazer* a realizar-se em Bruxelas, na Bélgica, em abril de 1976, ao mesmo tempo em que se previa firmar a posição do SESC como organização pioneira das atividades de lazer no país.

Coube ao Departamento Nacional do SESC a responsabilidade na condução dos procedimentos de divulgação, elaboração do conteúdo programático, contratação dos conferencistas, avaliação dos resultados e publicação do material produzido, o que foi concretizado com a produção dos *Anais*. Em nível de metodologia, com foco na operacionalização, foi constituída uma Comissão Organizadora, que comportou a seguinte subdivisão: Comissão Técnica, responsável pela metodologia, conteúdos e coordenação; Assessoria Técnica, responsável pelos resultados dos Círculos de Estudos¹⁵², realização da Assembleia Geral e elaboração dos *Anais*; Comissão Administrativa, responsável pela organização administrativa, no que foi auxiliada por uma Secretaria Executiva, durante a realização do Encontro; Comissão de Divulgação, responsável pela divulgação do *Encontro* nos meios de comunicação de massa e o Grupo de Recepção, a quem coube, na totalidade, recepcionar os participantes.

Além destas Comissões, houve também participações pontuais de profissionais e personalidades políticas, que integraram a Comissão Promotora. Deste grupo fizeram parte, além do Presidente do Conselho Nacional do SESC, Jessé Pinto Freire, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto e o Ministro do Trabalho, Arnaldo Pietro. Além destas, estão relacionadas nos *Anais* duas Comissões Executivas: do SESC e do SESI¹⁵³. Operacionalmente, sobre a metodologia empreendida na execução do *Congresso* o texto dos *Anais* discorre:

A preocupação maior da Comissão Técnica Organizadora do I Encontro Nacional sobre o Lazer foi dar tratamento prioritário as conferências, de

¹⁵² Os Círculos de Estudos se constituíram de reuniões para aprofundamento das temáticas apresentadas nas conferências, com participação limitada a 15 pessoas (profissionais com experiência de atuação no campo do lazer). O objetivo pretendido era de que os participantes pudessem contribuir com os debates em torno da *Política Nacional de Lazer*. A participação nos Círculos de Estudo exigiu inscrição prévia. No total foram realizados 10 Círculos de Estudos, com participação de 150 profissionais. (SESC-DN, 1977, p.162-163)

¹⁵³ Fizeram parte da Comissão Executiva os Departamentos Nacionais do SESC e do SESI, assim representados: Manoel Francisco Lopes Meirelles (Diretor Geral do SESC); Mário Thomazelli (Superintendente do SESI); Maria Cléa de Souza Coutinho (Diretora do Centro de Preparação de Pessoal – CPP/SESC-DN) e Jacyra Magalhães (Diretora da Divisão Técnica do SESI. Da Comissão Técnica – Departamento Nacional do SESC: Maria Bernadette Almeida e Silva (Chefe da Seção de Aperfeiçoamento e Treinamento – CPP); Orlanda Teixeira de Medeiros (Diretoria Geral); Elza Itabaina de Olivera (CPP); Maria da Penha Saraiva (DCOR) e Marcello Antônio Salgado (SESC SP), Josineide Braga da Fonseca (SESC-Acervo-RJ). Da Comissão Administrativa – Departamento Nacional do SESC: Luzia Soares de Souza (CPP); Heloísa Maria Mayrinck Vidal (CPP); João Carlos Gomes Roldão (CPP/Estagiário) e Marco Pollo Carluccio (SESC-Acervo-RJ), José Carlos Pereira de Alcântara (SESC-Acervo-RJ). Da Comissão de Divulgação – Departamento Nacional do SESC: Paulo Franklin Corrêa da Silva (DDI) e Thereza Maria Miranda (DDI). Da Assessoria Técnica: Maria de Souza Duarte (Delegacia da Capital Federal), Otto Celso Domingos (SESC São Paulo), Maria Joesetina G.R. Almeida (Departamento Nacional do SESI) e Celina Soares (SESI-RS). *Anais do I Encontro Nacional sobre o Lazer*. (SESC-DN, 1977, p.5)

modo a obter o máximo de sugestões dos participantes para a política nacional do lazer, em nível de Brasil.

Para isso foi adotado o seguinte comportamento de trabalho:

- Apresentação do tema em três níveis:

- a) Conferências, onde os conferencistas, antes ou após a apresentação de seu tema, punham-se à disposição do plenário para debates;
- b) Painéis, onde os relatos apresentados ao plenário eram resultantes de experiências vivenciadas em grupo ou isoladamente, na área de lazer;
- c) Círculos de estudo, constituído de 12 representantes escolhidos entre a clientela inscrita de acordo com a categoria profissional, experiência de trabalho no campo do lazer e interesse em colaborar nos debates de aprofundamento das conferências para a obtenção de subsídios para a política de lazer.

Para a coordenação dos círculos de estudo, a Comissão Técnica teve a preocupação de convidar profissionais da área do lazer e da educação, com experiência de trabalho de grupo.

Esses profissionais foram devidamente preparados para a função no grupo, onde deveriam seguir o roteiro para orientação de trabalhos do grupo. (SESC-DN, 1977, p. 6)

Em vista do objetivo pretendido com a realização do *Encontro*, que propunha explorar a compreensão do papel assumido pelo lazer no desenvolvimento do homem e das comunidades¹⁵⁴, a prioridade era viabilizar a elaboração de uma *Política Nacional de Lazer*, a qual deveria estar comprometida com os propósitos da Política de Integração empreendida pelo Governo Geisel. Tratava-se, então, de pensar em que bases poderia ser o lazer incluído nas pretensões do Governo, de tal forma que fosse instituído um Sistema Nacional do Lazer, com a finalidade de preparar os trabalhadores para bem usufruir o tempo livre, despendendo-o em atividades e práticas de lazer saudáveis.

Para tanto, coube ao Ministério do Trabalho arregimentar forças para legitimação da pretensão de atrelar, ao Sistema Nacional de Emprego, o Sistema Nacional do Lazer, em conformidade com as instituições patronais, no caso não apenas o SESC e o SESI, mas também incluídos os representantes de entidades sindicais dos trabalhadores, conforme expresso no pronunciamento o Ministro do Trabalho, Arnaldo Pietro, por ocasião da abertura do *Encontro*:

Este Encontro constituiu-se em um exemplo a mais, em mais um resultado da política de integração proclamada e praticada pelo Presidente Ernesto Geisel e que se implanta em todos os atos administrativos e se instala em todos os recantos do País. Estava o Ministério do Trabalho elaborando extenso plano de atividades em seus setores técnicos visando atender às necessidades do lazer. Os estudos desdobravam-se desde a pesquisa sobre os equipamentos e serviços existentes e prosseguiram com a programação de encontros regionais, prevendo-se a participação de sindicatos, entidades particulares e públicas, tendo por finalidade chegar a identificação de um sistema que se está a evidenciar na realidade social

¹⁵⁴ Conforme disposto na primeira parte dos Anais, intitulada Organização Mecânica dos Trabalhos: "Neste I Encontro procurou-se definir, dentro da dinâmica social de hoje, o verdadeiro papel que o lazer deve assumir em função do processo de desenvolvimento e integração social do homem e das comunidades". (SESC-DN, 1977, p.6)

brasileira, quando tomou conhecimento deste Encontro Programado pelo Serviço Social do Comércio.

Para evitar duplicidade de esforços e obter a integração desejada, decidimos com o eminente Senador Jessé Pinto Freire, a realização conjunta do encontro, com a participação do Serviço Social da Indústria que, prontamente, atendeu nosso convite.

Estas duas entidades setoriais – SESI e SESC – detêm o maior acervo nacional de experiências no campo do lazer.

Ampliamos os objetivos iniciais do Encontro e passamos a contar, também, com a participação das entidades sindicais dos trabalhadores que acolheram de forma expressiva, o chamamento do Ministério do Trabalho. (SESC-DN, 1977, p. 9)

Portanto, observada esta que é a principal determinação do *Encontro*: fortalecer perante a sociedade a imagem do lazer como componente indissociável ao progresso econômico brasileiro e, ao mesmo tempo reforçar a ideia de que seria através dele (do lazer) que os trabalhadores e, por extensão, a população de maneira geral, estaria se beneficiando do progresso tecnológico e ampliando a sua qualidade enfraquecendo, destarte, o potencial das reivindicações trabalhistas, por meio do estímulo a iniciativas ligadas ao lazer do trabalhador, passemos à análise de seu formato, em termos da constituição de sua programação, participantes e convidados.

De antemão é necessário ressaltar que este *I Encontro Nacional sobre o Lazer*, diferentemente dos *Seminários* de 1969 e de 1974, teve como principal característica, no que tange à idealização (concepção), apresentar o lazer como objeto de estudo e, em maior proporção, apresentá-lo como exitoso instrumento de intervenção social. Por isso, há peso considerável, dentro da programação, na apresentação de experiências de trabalho, tanto em ações que vinham sendo desenvolvidas no país, como por instituições estrangeiras.

Observando a estrutura da programação do *Encontro*, listamos como participantes, na qualidade de palestrantes em Conferências: M. Roger Lecoutre, da Fundação Van Clé, que apresentou o tema *Van Clé Fondation e o Congresso Mundial do Lazer*; Joffre Dumazedier, na qualidade de Presidente-Fundador do Comitê de Pesquisas do Lazer e da Cultura da Associação Internacional de Sociologia, com o tema *Lazer e Sociedades em Desenvolvimento* – lazer e formação sociocultural; a Professora Zilah Totta, Diretora do Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com o tema *A Pedagogia do Lazer*; o Psicólogo e professor José Inácio de Sá Parente, com o tema *Lazer e Psicologia Preventiva*.

Especificamente quanto aos “Painéis”, que se constituíram em espaços para a apresentação de experiências e onde se predispunha ser o *lócus* da ocorrência dos intercâmbios entre os participantes, estão referenciadas seis exposições de trabalhos: *Recreação*, apresentado pelos professores Ruth Gouvêa, Augusto Rodrigues e Gilda Maria Assumpção de Souza; *Esporte para Todos*, apresentado pelos professores Lamartine Pereira da Costa, Miriam Delamare, Marco Antônio de Moraes e Cleide Ramos; *O Arquiteto*

e o *Lazer*, apresentado pelos arquitetos Renato Batalho Menescal, Marco Antônio Coelho e Luiz Eduardo Índio da Costa; *Feiras do Lazer*, pelo professor Domingos Barbosa da Rocha; *Experiência Global do SESC*, pelos técnicos Edith Magalhães Motta, Sebastião Luís da Costa Barreto, Maria da Penha Saraiva e Antônio de Araújo Borges, e *Iniciação Esportiva como fator de Educação – Recreação, Saúde e Renovação*, apresentado pelos técnicos Jacyra Magalhães de Araújo, Otto Reis e Silvia e Otto Wey Netto.

No que tange ao terceiro nível da programação, identificado como *Comunicação de Experiências*, cuja metodologia empregada na apresentação dos trabalhos em nada diferia dos *Painéis*, foram listados também seis trabalhos. São eles: *Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos*, apresentado pelo professor Marcos Vinícius Villaça; *Experiência da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro*, apresentado pela professora Myrthes Wenzel; *Experiência do CELAR*¹⁵⁵, apresentado pela professora Zilah Totta; *A Recreação Pública em Porto Alegre*, apresentado pela professora Lenea Gaelzer; *Experiência das organizações sindicais*, apresentada pelos Srs. Olavo Previati, Laureano Alves Batista, Antônio Navas Martins e Dr. Luizant da Mata Roma; *Experiência da EMBRATUR*, apresentada pelo Dr. Roberto Ferreira do Amaral.

Especificamente, quanto às *Conferências* que representaram peso maior no conteúdo científico do *Encontro*, a percepção da heterogeneidade relacionada aos temas tratados, assim como a formação e atuação dos profissionais, predomina na análise que realizamos. Por exemplo, ocorreram duas falas de representantes de instituições de caráter religioso, uma com atuação no campo social, em nível de exterior, e a outra uma Instituição de Ensino Superior, fundada em base religiosa: em a *Experiência da Fundação Van Clé*¹⁵⁶ e o *Congresso Mundial de Lazer*, Roger Lecoutre expõe a concepção de lazer a orientar as ações sociais da Fundação, com estrutura administrativa centrada na Bélgica e atuação na Europa como um todo, e destaca o aspecto educativo a permear as suas realizações. Sinaliza, contudo, a complexidade no entendimento da relação que se estabelece entre trabalho, educação e lazer:

A educação não pode mais ser orientada para um objetivo puramente utilitário ou exclusivamente sobre uma matéria dada, mas deve sobretudo ser considerada como posse dos fundamentos necessários sobre os quais o desenvolvimento futuro, tanto da personalidade individual como da civilização e da comunidade, pode repousar.(...) A propósito queria lembrar uma das linhas de força que citei sobre o fenômeno do “lazer” que foi a referente à correlação entre o trabalho e o lazer, e a constatação de sua evolução. Não é suficiente considerar apenas o homem, corpo e alma em um processo de lazer para que, uma vez diminuída a pressão, ele esteja obrigado, de novo, a seu estafante trabalho, mas é preciso ter em

¹⁵⁵ Centro de Estudos do Lazer da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹⁵⁶ Fundada em 1968, em Bruxelas, na Bélgica, em homenagem ao padre Antoon Van Clé, que tem como objetivos: estar a serviço do homem em geral; contribuir para a humanização dos lazeres em particular; promover a pesquisa científica no domínio do lazer; ajudar sob outra forma a realização de projetos concretos que têm por fim melhorar a qualidade vida. (SESC-DN, 1977, p.26)

consideração estes dois aspectos do trabalho, a fim de contribuir para a harmonia do seu desenvolvimento global. A educação deverá, portanto, valer para que o meio e o lazer não se tornem elementos de segregação, mas sim, elementos de coesão social. A educação em função do lazer deve ser orientada de maneira a procurar os lazeres, o espaço e o tempo livre para comunicar, sem excluir o tempo de isolamento e de meditação. Uma das linhas de força do fenômeno do lazer que citei: “o lazer constitui o primeiro meio vital do homem”. Um dos aspectos do ideal da Fundação Van Clé é a qualidade de vida. (SESC-DN, 1977, p. 38)

O enfoque educativo sobre o qual se manifesta, por meio do discurso de Lecoutre, o ideal da Fundação Van Clé, estaria diretamente relacionado à questão social. Mais especificamente, a educação era vista como fim e o lazer como meio para a transformação da vida dos homens. Havia, em seu discurso, preocupação manifesta em esclarecer o posicionamento da Fundação Van Clé com relação ao lazer. Por isso, dizia ele: “E pela educação nos consagramos ao novo ideal da Fundação Van Clé que se coloca a serviço do homem: Educação, consciência do meio, lazer, tema que ocupa essa jornada de estudos”. (SESC-DN, 1977, p. 27)

Por sua vez, o Padre Ernest Greiner, ao discorrer sobre *Tempo Livre e Liberdade*, o fez representando a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, renomada Instituição de Ensino Superior brasileira. Tratando o tema lazer com menos preocupação conceitual, a partir de uma abordagem teológica e filosófica, situou o homem como produto do meio, portanto sujeito e submetido a intervenções da natureza. Essa natureza seria, ao mesmo tempo, parte indissociável do cotidiano e da vida em sociedade, precisaria ser entendida e cuidada, em vista de que a qualquer momento ficaremos, todos, reféns do progresso desenfreado, que poderá cercear o tempo livre em restrição da liberdade.

Obviamente esta visão humanitária, eclesiástica e muito pouco comprometida com os valores do lazer frente às demandas sociais que as políticas dos governos militares queriam enquadrar, transformando antigas reivindicações em benefícios assistenciais, em nada refletia as preocupações dos diversos segmentos envolvidos na condução do *Encontro*. Ao que foi dado conhecer, pela interpretação dos textos que compõem o documento dos *Anais*, diferentemente do representante da Fundação Van Clé, a PUC do Rio Grande do Sul esteve representada por dois profissionais: o padre e professor de Filosofia, Ernest Greiner, e a pedagoga Zilah Mattos Totta, esta última, diretora do Centro de Estudos do Lazer e da Recreação (CELAR), que deixaram claras as suas pretensões em termos de apropriação do objeto lazer, em perspectiva filosófica.

Ambos buscaram embasamento para suas argumentações sobre o lazer, a partir de aportes teórico-filosóficos, e, no caso da pedagoga Zilah Totta, o que chama atenção é o fato de que naquele momento em que se deu sua participação no Encontro, exercesse, ela,

a função de Diretora do CELAR, renomado espaço dedicado aos estudos do lazer e da recreação, sob a responsabilidade de uma Instituição de Ensino Superior.

Totta dedica parte considerável de sua apresentação à apreciação de referenciais, para explicitação do significado do tempo em vista da existência humana. Apropria-se do pensamento de Bergson e Heidegger, para explicar que o tempo é o problema fundamental da existência humana:

Para a filosofia da existência, o problema do TEMPO põe-se de maneira totalmente diversa da que se põe para a filosofia matemática e naturalista. A filosofia da existência vê, no TEMPO, o problema do destino do homem. (SESC-DN, 1977, p. 38).

Mais especificamente sobre o tema que se propusera a discorrer, *Pedagogia do Lazer*, observa-se a inexistência de preocupação com a demonstração de uma linha de pensamento que viesse a demonstrar a efetividade do envolvimento do CELAZER com relação ao que fazer para colocar em prática tal intento, ainda que ao final de sua apresentação a pedagoga afirmasse que o Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR), da PUC do Rio Grande do Sul, já gozasse de tal experiência:

Em termos de experiência PEDAGÓGICA no campo do LAZER, situa-se em Porto Alegre, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o Centro de Estudos de Lazer e Recreação, que dentre seus objetivos, visa de modo especial, a formação de recursos humanos para a área do Lazer. Funcionando em sistema Departamental mantém, há dois anos, entre outras realizações, um curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Lazer e Recreação em nível de Pós-Graduação, que se propõe a formar especialistas na área, como diagnosticadores, planejadores, administradores e animadores no campo do Lazer e da Recreação. Outrossim, volta-se a Universidade Católica, através do CELAR para a comunidade, abrindo, assim, uma nova dimensão em seu campo de atuação; mediante um contrato com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, rem a seu encargo a orientação técnico-pedagógica e administrativa de oito Centros de Comunidade¹⁵⁷, criados pelo poder público Municipal e agora sob a responsabilidade do CELAR. Desenvolve-se, aí, um sentido Comunitário, onde, através de atividades várias de Lazer, procura-se oportunizar aos associados uma convivência em que a partir do interesse de cada um, a interação grupal é a meta a que se propõem os que já se encontram engajados neste processo de educação permanente. (SESC-DN, 1977, p. 41-42)

Joffre Dumazedier, também na qualidade de conferencista, foi responsável pela apresentação de dois temas na programação destinada às conferências: *Lazer nas Sociedades em Desenvolvimento* e *Lazer e Cultura Popular*. E em meio aos demais conferencistas, e frente às temáticas que foram abordadas, é perceptível a identificação do pesquisador com o cenário em que se inscreviam as preocupações com o lazer. Talvez pelo fato de já existir certa relação de proximidade com demandas suscitadas pela própria

¹⁵⁷ O Trabalho dos Centros de Comunidade foi apresentado no 1º Seminário Nacional sobre o Lazer, realizado na cidade de Curitiba, Paraná, em 1974, por representantes da prefeitura Municipal de Porto Alegre e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. (cf. SESC-DN, 1974, p.155-170)

incorporação gradativa do fenômeno ao cotidiano das práticas de trabalho de determinadas instituições sociais, como foi o caso do SESC, e mesmo em antecipação a este fato, frente a imponente necessidade de criar alternativas para o desenvolvimento cultural de determinada região do país¹⁵⁸, certo é que o nome deste sociólogo francês não era desconhecido de parte considerável dos interessados pelo lazer que estavam participando do *Encontro*.

Sua fala inicial parece ter ecoado, naquele momento, como uma atitude de reconhecimento perante à retomada das discussões sobre as perspectivas do lazer para o desenvolvimento do Brasil. Assim, situando o momento de sua participação neste *I Encontro Nacional sobre o Lazer* como uma continuidade de suas vindas anteriores ao Brasil, ele expôs:

Esta não é a primeira vez que venho ao Brasil e tenho mesmo a impressão de estar acompanhando seus problemas, desde 1963. A minha primeira viagem, no período de 1961 – 1963, foi realizada a convite da Universidade de Brasília, do Movimento da Cultura Popular do Recife e das autoridades eclesiais daquela cidade.

Entre os problemas então apresentados, mencionarei os seguintes: por que motivo o desenvolvimento cultural é tão difícil e tão lento no Nordeste em nível das coletividades locais, e quais seriam as providências indicadas para acelerá-los? Que tipo de escola seria mais adequada, ou talvez algo que não fosse escola?

(SESC-DN, 1977, p. 42-43)

Preocupava-o, em princípios dos anos de 1960, a questão da Educação Social, ou de como o *lôcus* do aprendizado poderia se converter em espaço para a aprendizagem social, passa pela introjeção da compreensão do lazer como instrumento de Educação Social. Portanto, fazer da escola um local de experimentação cultural, por meio das atividades de lazer, em prol da diminuição do analfabetismo, tal e qual o fora para Paulo Freire, foi o propósito que motivou a continuidade de seus entendimentos com diferentes setores da sociedade brasileira, em especial aqueles que relacionados direta ou indiretamente com as políticas econômicas do Estado corroboravam a atitude de redução dos índices de analfabetismo. E, sobre esta sua preocupação, é o próprio Dumazedier quem faz referência ao momento vivido nos anos 60:

Para começar devo dizer-lhes duas palavras sobre o projeto de transformação da escola a partir do lazer, projeto este que levamos três anos preparando para o Nordeste, para o Estado de Pernambuco, em colaboração com a Universidade de Brasília. [...] Em traços rápidos deixem-me dizer que em 1965 o lazer estava associado somente ao problema da educação, e não ao problema trabalho educação, tanto para a criança como para o adolescente e o adulto; e não se situava numa zona industrial e urbana, como é o caso de hoje, mas na zona pré-industrial, numa zona rural, cujos problemas eram bem diferentes. [...] Dai nasceu a ideia muito simples, que não vou desenvolver, que é a de se substituir as escolas não por circuitos utópicos de comunicações, mas por um conjunto de programas

¹⁵⁸ Quando esteve no Brasil, entre 1961-1963, a convite da Universidade de Brasília e do Movimento de Cultura Popular do Recife, em vista de contribuir para equacionar o problema do distanciamento da região nordeste em relação às demais regiões do país com relação ao atraso no desenvolvimento cultural e educacional vivido pelas comunidades locais.

culturais, ou melhor comunitários. Uma parte destes programas seria obrigatória para as crianças, partindo da alfabetização e do método por mim proposto, de treinamento mental, bem semelhante ao de Paulo Freire.

O meu método integrava, como assunto de educação, as matérias livres opcionais que constituíam todas as atividades de lazer das crianças. Este centro seria complementado, para os adolescentes e adultos, como centro de formação permanente, incluindo uma parte de matérias obrigatórias relacionadas com a planificação da SUDENE, notadamente para o artesanato e a educação sanitária rural, acrescidos das matérias opcionais e dos lazes da coletividade local. (SESC-DN, 1977, p. 42-43)

E finaliza esta breve colocação de inestimável valor histórico dizendo que sua pretensão não logrou êxito, por ter sido o projeto considerado avançado para os padrões do Sistema Educacional vigente à época, principalmente porque destituía dos mestres o título de únicos educadores reconhecidos pela legislação educacional. Isso implicava, ao mesmo tempo, no reconhecimento da atuação de outros segmentos profissionais no campo da Educação. Esclarece, igualmente, que em vista de tais entraves, de constituição estritamente política, o projeto não se concretizou, e por isso foi por ele considerado como encerrado.

Especificamente sobre o motivo que lhe havia trazido de volta ao Brasil, em 1975, portanto uma década depois do mal logrado êxito com a proposta de trabalho em nível da Educação, Dumazedier esclarece tratar-se, esta outra, de oportunidade de contribuir para com os debates sobre as propriedades, necessidades e expectativas em torno do fenômeno lazer, em um Brasil em que predomina o crescimento das cidades, processo que, para ele, não se desenvolvera descolado da industrialização que, grosso modo, foi o fato marcante para a eclosão do lazer como fenômeno social moderno. Vejamos o que diz sobre o caráter de sua presença no *Encontro*:

Aqui estou de novo com uma outra questão muito ligada ao problema do lazer: a de uma política nacional de lazer. Tentarei expor como se apresenta o problema, do meu ponto de vista, para uma política nacional de lazer numa sociedade em vias de desenvolvimento ou, melhor ainda, numa sociedade em que uma parte já atingiu um desenvolvimento e outra não. (SESC-DN, 1977, p. 42-43)

Ao definir o fenômeno lazer, o faz afirmando a necessidade do aporte teórico da Sociologia, de forma a fundamentar as concepções que se deseje instituir como padrões, em vista das diferentes sociedades onde se dialoga com o fenômeno. Sutilmente, enseja e incita a pensar sobre os porquês de as preocupações com o lazer despertarem, em termos de consciência social, em um determinado período da história dos países que com ele convivem e, em outras épocas, passar totalmente despercebido.

Ou, dito de outra forma: por que, no Brasil, foi só a partir de 1970 que os brasileiros passaram a se preocupar com o lazer? E, questiona: será o lazer um problema da moda? Ao esclarecer que a sua concepção de lazer designa como situação ideal para a compreensão de seu surgimento, reconhecê-lo como produto de todos os processos de

desenvolvimento industrial, o que significa pensar tanto em termos do sistema capitalista como do socialista, induz a pensar que o reconhecimento do fenômeno não deve se dar de forma localizada ou identificada a esta ou aquela sociedade.

É preciso descolar-se dessa situação impositiva, que situa de forma localizada em um determinado período histórico a eclosão do fenômeno, e ir além, pensando que não existe uma origem, tal e qual a nascente de um rio, que faz brotar a água que correrá por intermináveis corredeiras, de um único filete, quase um pingo d'água. A percepção de Dumazedier se dá no sentido da compreensão do fenômeno a partir do reconhecimento de que, nas diferentes fases do processo de desenvolvimento industrial, quanto maior passou a ser o volume de riquezas produzidas, mais horas livres ganharam os trabalhadores:

[...] Constatamos assim que o lazer é, em primeiro lugar, o resultado da produção de tempo livre exigida pelo mecanismo econômico moderno que o mundo inteiro vive neste momento. Mas por que o tempo livre tende a transformar-se em atividade de lazer? (SESC-DN, 1977, p. 45)

Outra questão havia sido lançada ao público por Dumazedier: se o lazer é produto da produção do tempo livre, a partir do desenvolvimento do processo industrial, como explicar que esse tempo livre venha sendo ocupado por atividades de lazer? Incita o público a pensar porque o tempo livre não se converteu no aumento das práticas religiosas, das atividades políticas, no aumento das vivências familiares. E, como resposta, assegura que o aumento da procura de ocupação do tempo livre com atividades de lazer se dá de maneira concomitante à regressão dos grandes controles institucionais sobre os indivíduos, tais como os das instituições religiosas, cívicas, família, escola etc... Por fim, expressa a preocupação com relação ao potencial do lazer no meio urbano. Ao final, assegura:

[...] Eu concluiria dizendo que o lazer é o resultado de um processo de industrialização, não é uma moda, não é uma ideologia, não é uma evasão, não é uma maneira de camuflar problemas mais importantes; tudo isso pode existir, e certamente existe. Mas não é esta a propriedade constitutiva do lazer. Com muita frequência se esvazia o problema do lazer por identificá-lo com aqueles outros problemas – evasão da política, camuflagem de problemas mais importantes etc. Então, que me desculpem: vamos jogar fora a água do banho, que está suja, mas não o bebê. O bebê é o lazer, e não é pelo fato de ser o lazer um assunto explorado por alguns, incompreendido por muitos e utilizado por outros, que se deve jogá-lo fora. Vamos libertá-lo, mas não vamos jogar fora o bebê, junto com a água do banho. Certo? (SESC-DN, 1977, p. 48)

Sua apresentação de *Lazer e Cultura Popular*¹⁵⁹, teve significado complementar à discussão anteriormente suscitada, quando descreveu o que seria o fenômeno lazer, em *Lazer nas Sociedades em Desenvolvimento*, lançando mão do argumento de ser o lazer o resultado de um processo de industrialização, e que as sociedades em vias de desenvolvimento, em suas zonas urbanas, não poderiam evitá-lo.

¹⁵⁹ Anais do Encontro Nacional sobre o Lazer, SESC-DN, 1977, p.50-56

Em *Lazer e Cultura Popular*, propõe redimensionar o alcance das políticas públicas com predisposição para intervenção no campo lazer, considerando o caráter dúbio assumido pelo fenômeno lazer nas sociedades em desenvolvimento: nas áreas urbanas o fenômeno é, por ele, facilmente identificado com o progresso advindo das várias fases pelas quais a produção nas indústrias havia passado, até resultar na maior escala de produção e na redução de tempo despendido pelo trabalhador na linha de produção, e, sob seu olhar¹⁶⁰, as áreas urbanas, não estariam preparadas para vivenciar o fenômeno lazer na mesma escala de desenvolvimento cultural e intelectual observado nos habitantes das cidades.

Nesta apresentação, o texto consultado abre-nos a possibilidade de interpretação de que, naquele momento, esta fala de Dumazedier poderia estar funcionando, dentro do contexto em que se deu o *Encontro*, e em vista da objetividade de se viabilizar a elaboração de um Sistema Nacional de Lazer, a ser empreendido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como um instrumento de salvaguarda, para a ideologia que se queria levar adiante, onde o progresso econômico estaria associado a valorização do trabalho, que por sua vez conduziria ao aumento da qualidade de vida, onde deveria se inserir o lazer, desde que sua existência fosse compreendida como benefício dessa situação de trabalho, a qual ele, o lazer, jamais poderia se contrapor. Por isso, em sua fala, o sociólogo se coloca na posição de quem, sendo um estrangeiro, estaria ali para contribuir com os debates sobre como pensar a planificação das ações das políticas públicas de lazer. Dentre as suas possibilidades de contribuição, expõe algumas de suas experiências com relação à implantação de políticas de lazer, ao longo dos anos 60, corroborando o ponto de vista da Sociologia, cujas pesquisas são estritamente de caráter social. Sobre esse ponto de vista nos diz:

[...] O lazer como quadro de promoção sócio-cultural das diferentes categorias e classes da população, é tema que se impõe a partir do momento em que decidimos adotar uma política do lazer. Numa sociedade mercantilizada, a política do indiferentismo e do deixar-ao-Deus-dará fará do lazer não um meio de promoção sócio-cultural, mas um meio de produzir consumidores dos bens mais lucrativos em matéria de lazer: jogos, cinema, férias padronizadas como são oferecidas nos cartazes das agências de viagens, etc.

É por isso que a maioria dos países que tomaram consciência da amplitude deste fenômeno decide adotar uma política: política esta que não se deduz da observação. A Sociologia nunca poderá substituir a Política; a Sociologia traz informações ao homem que decide sobre a Política ajudando-o a escolher uma que possa corresponder às necessidades reais e alcançar resultados de promoção sócio-cultural de acordo com sua intenção.

Mas a Política pressupõe princípios, pressupõe valores, ideologias. Não me cabe aqui determinar valores ou estabelecer ideologias. O que posso fazer, entretanto, é tentar, em função de um critério de promoção sócio-cultural e de observações feitas nesse sentido em diferentes sociedades, destacar certos critérios sobre os quais existe amplo consenso. É só o que posso

¹⁶⁰ Que insistentemente afirma ser o ponto de vista do sociólogo. (Cf. p.50, Anais do I Encontro Nacional sobre o Lazer, SESC-DN, 1977)

dizer. Mas não me cabe dizer se o consenso é também do Brasil, não sendo brasileiro. Cabe aos dirigentes estabelecer as condições para uma política brasileira de lazer. (SESC-DN, 1977, p. 50)

O olhar sociológico de Dumazedier vê, nas sociedades em desenvolvimento, características socioculturais que são determinantes para o estabelecimento de um tipo de classificação estratificada sobre o destino do lazer, a partir da perspectiva temporal de apropriação do tempo residual ao tempo despendido com a produção (trabalho). Nessa classificação, as categorias “tempo liberado” e “tempo desocupado” são utilizadas de forma demarcatória, como elementos de distinção e estão no cerne das argumentações que sustentam a tese de que o lazer é produto das sociedades industrializadas. Reparemos nesta fala:

[...] Eis o que eu quero dizer: o tempo liberado é o resultado de um processo de industrialização das zonas urbanas; acontece em São Paulo, no Rio de Janeiro, nas grandes aglomerações.

Mas o que se passa no interior? E nas periferias das grandes cidades, nas favelas e nos mocambos? Acontece que lá existe mão-de-obra abundante, frequentemente desempregada ou desocupada. Portanto, não devemos confundir tempo liberado com tempo desocupado; está é a primeira distinção fundamental para a política econômica.

A primeira exigência feita a uma sociedade em desenvolvimento é o máximo de esforço para empregar o máximo de pessoas. É um problema econômico, é um problema humano com relação ao qual as sociedades, nas zonas periféricas e nas zonas rurais, procuram reduzir ao mínimo o tempo desocupado, favorecendo trabalho, criando empregos, etc. É o contrário do lazer. De certo que há problemas relacionados com a atividade do tempo desocupado, mais isso é outro assunto.

(SESC-DN, 1977, p. 50)

Há, nas colocações de Dumazedier sobre “tempo liberado” e “tempo desocupado”, ordenação tendenciosa quanto à utilização da categoria tempo, no sentido das associações que estão postas, em relação à afirmação de que para as sociedades industrializadas a categoria “tempo liberado” é signo de distinção social e, ao afastar-se do centro urbano – e, portanto, afastar-se do progresso e do desenvolvimento industrial, estar-se-ia propenso a lidar apenas com a categoria “tempo desocupado”. Nesse sentido, associa-se ao “tempo liberado” o lazer sadio e ao “tempo desocupado” o tempo nocivo de não-trabalho. Uma política de lazer deveria tentar equacionar essa tendência desvirtuante do “tempo desocupado” e sua transformação em “tempo nocivo”.

Além destes, que participaram do *Encontro* envolvidos nestes momentos e espaços específicos da programação científica, outros participantes expressaram opiniões acerca do lazer, na ocasião da abertura do evento. Este é o caso dos discursos de Antônio P. Magaldi, que representou a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; de Antonio Rodrigues, delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e Espírito Santo; de David Campista, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; de Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto, Presidente da Confederação

Nacional da Indústria e de José Papa Júnior, Presidente da Federação do Comércio de São Paulo. E, é dele o pronunciamento que expressa com maior clareza, neste momento, a maneira como o lazer estava sendo vivenciado e, por consequência, introjetado no cotidiano da população, em especial dos trabalhadores do comércio, que eram o foco das ações sociais da Instituição. Nota-se, contudo, ser recorrente, na fala do Presidente da Federação Nacional do Comércio de São Paulo, a associação entre recreação e lazer:

Há cerca de trinta anos, o SESC recém criado, iniciava o seu programa de lazer para a classe comerciária do País. Embora sem designá-lo com a palavra, hoje consagrada na prática das ciências humanas, o SESC veio criando colônias de férias, ginásios esportivos, centros de educação social, centros culturais e desportivos, centros de recreação e cultura, balneários e clubes de campo, ao lado de outras unidades de Serviço Social em todo o território brasileiro.

Nessas unidades milhares de comerciários desfrutaram e continuam desfrutando suas férias, fins de semana, feriados e noites de entretenimento, recreação, cultura e esporte. Seus familiares, mulheres, crianças, adolescentes, adultos e idosos, encontram ambiente de repouso, recreação salutar, condições para o desenvolvimento de suas habilidades físicas e intelectuais, para a plena manifestação de sua sensibilidade e para o enriquecimento de sua vida pessoal e social. (SESC-DN, 1977, p. 11)

Em seu discurso transparece a responsabilidade do SESC para a consecução da proposta de implantação de uma *Política Nacional de Lazer*, então estimada como pilar de sustentação do Sistema Nacional de Lazer, cuja concepção fora produto do Governo Geisel, com a pretensão de implantação pelos governos municipais e estaduais. E, de forma a respaldar tal iniciativa, coube ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio viabilizar o apoio necessário para legitimação da ideia frente aos diversos setores da sociedade, que seriam diretamente envolvidos no processo.

Assim, as instituições patronais, a exemplo do SESC e do SESI, por já possuírem experiência de atuação social no campo do lazer, eram vistas como parceiras em potencial, porque em suas unidades operacionais era recorrente o emprego de atividades de recreação, para ocupação saudável das horas de lazer da clientela comerciária. Igualmente, a figura do sociólogo francês Joffre Dumazedier, e de outros estudiosos do lazer em nível internacional, começa a despertar a atenção das autoridades responsáveis pela organização deste *Encontro* e, posteriormente, isso se repetiria em outras ações do SESC, a partir da Administração do SESC-SP, por tratar-se de profissional e estudioso do tema, cujas bases teóricas se encaixavam aos propósitos almejados, tanto em nível institucional como para a elaboração da *Política Nacional de Lazer*.

Nesse sentido, o final do discurso de José Papa Júnior, na qualidade de Presidente da Federação do Comércio de São Paulo, é apropriado para que tenhamos a exata dimensão do poder das forças políticas que estavam permeando a organização deste *I Encontro Nacional sobre o Lazer*, organizado pelo Departamento Nacional do SESC, no Rio de Janeiro:

Estamos reunidos exatamente para avaliar a extensão do problema, as experiências e trabalhos já realizados e em andamento e as políticas de ação que estão sendo formuladas e discutidas. O SESC traz para este encontro sua parcela de contribuição prática e teórica, para somá-la a de todas as demais instituições presentes que, sob o alto patrocínio do Ministério do Trabalho procurarão contribuir e oferecer sugestões para o sistema nacional de lazer, em boa hora concebido pelo eminente presidente Ernesto Geisel, para ser o poderoso e eficaz instrumento social.

Essa iniciativa que tem mobilizado a colaboração de estados e municipalidades, conta para sua consecução, com o entusiasmo e a inteligência do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Dr. Arnaldo da Costa Pietro. A ele se associam a Confederação Nacional da Indústria e o SESI, na pessoa de seu Presidente, Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, pelo Sr. Antônio Alves de Almeida. Em nosso nome pessoal e em nome do Senador Jessé Pinto Freire, Presidente da Confederação Nacional do Comércio e do SESC, associamos as Entidades e a liderança do comércio brasileiro aos demais órgãos de classe, de empresários ou trabalhadores, para, ao lado de todas as instituições de bem-estar social, seus técnicos e especialistas, oferecer nossa contribuição e nosso trabalho para que o lazer não seja apenas uma palavra agradável, mas a denominação de um conjunto concreto de ações em proveito da classe trabalhadora de todo o País. (SESC-DN, 1977, p. 13)

Analisando a maneira como estes representantes, quer de instituições patronais – no caso do SESC e do SESI – quer de organizações sindicais, onde as Confederações dos Trabalhadores da Indústria e do Comércio são dois exemplos¹⁶¹, é possível identificar certa ordem estabelecida na maneira de conceber o lazer. Há evidências que permitem interpretar o reconhecimento de que o lazer, orientado, poderia se converter em benefício coletivo, reforçando sentimentos pacíficos e estimulando, por meio de atividades criativas, a convivência harmônica e produtiva.

Por fim, não querendo nos deter em pormenores dos discursos proferidos pelos diferentes personagens que estiveram envolvidos de forma circunstancial neste momento, e que se configurou em episódio de relevância para os estudos do lazer no Brasil, é oportuno que reservemos espaço para, enfim, descrever aquele que estamos considerando o produto final deste *I Encontro Nacional sobre o Lazer*, qual seja, o texto que recebeu a denominação de *Subsídios para Formulação de uma Política Nacional de Lazer*.¹⁶²

No documento textual, produzido a partir das discussões travadas durante o *I Encontro Nacional sobre o Lazer*, o objetivo central da *Política Nacional de Lazer* seria a orientação, a promoção e o desenvolvimento de atividades que possibilitassem a recuperação e o aproveitamento biopsíquico dos indivíduos, através de atividades de esportes e recreação; a promoção sociocultural dos indivíduos, grupos e comunidades por meio de atividades recreativas, artísticas, culturais e sociais, que se destinassem à integração e se convertessem em instrumento de valorização da cultura nacional,

¹⁶¹ Porém é sabido que deste *Encontro* participaram outras entidades de classe

¹⁶² Anexo aos **Anais do I Encontro Nacional sobre o Lazer**. (SESC-DN, 1977, p.145-149)

propiciando oportunidades de enriquecimento, informação e solidariedade, além da acessibilidade ampliada para as populações mais carentes e a desvinculação da ideia de consumo.

Todos os objetivos que estão identificados no documento têm relação direta com a predisposição de que a *Política Nacional de Lazer* estivesse vinculada aos objetivos do Programa do Governo que se predisponha a melhorar o padrão qualitativo de vida dos cidadãos e que só adquiriria efetividade, se estabelecida em conjunto com os sistemas de educação, trabalho e distribuição da renda nacional, tomando-se por base estudos que deveriam lhe fundamentar a ação.

Conceitualmente, o lazer do qual o documento tratava, estava sendo identificado como instrumento capaz de possibilitar o desenvolvimento integral do homem, e deveria ser pensado como parte de um sistema diretamente vinculado ao trabalho, à educação e à cultura do povo. Por isso era fundamental a elaboração de Diretrizes da Política que levassem em conta as manifestações culturais das populações espalhadas por diferentes e distantes regiões do país, e onde o olhar deveria estar direcionado ao conhecimento das disparidades sociais, econômicas e culturais dessas regiões.

Os setores de atuação, para a operacionalização da *Política Nacional de Lazer*, seriam: o sistema de educação, o sistema de trabalho, as instituições de bem-estar social (públicas e privadas), o setor empresarial e o setor de planejamento urbano. Na perspectiva do texto dos *Subsídios para a Política Nacional de Lazer*, cada um destes setores teria contribuições significativas para a implementação da Política: o sistema educacional seria revelador da inserção do lazer nos moldes da educação permanente, estimulando atitudes críticas, faria com que os cidadãos desenvolvessem posturas críticas com relação às suas próprias escolhas no lazer. O sistema de trabalho não seria ignorado, porque é ele quem determina, de forma geral, a natureza das relações sociais do cidadão. Caberia aos órgãos de classe (associações e sindicatos) atender aos associados em suas demandas por lazer. Ao mesmo tempo, as empresas seriam estimuladas a investir em equipamentos e programas de lazer para os seus trabalhadores.

Por sua vez, as instituições públicas e privadas de bem-estar social deveriam contribuir para o objetivo maior da *Política Nacional de Lazer*, na forma de ações suplementares, e também contribuindo para com a qualificação dos profissionais, que deveriam estar a frente das propostas de ação. Enquanto isso, ao setor empresarial caberia a divulgação das práticas de lazer, com atenção especialmente voltada para a popularização da cultura. Por fim, ao planejamento urbano caberia a tarefa de redimensionar o ambiente urbano, de forma a torná-lo mais propenso e agradável às práticas de lazer. Seria apropriado, também, estimular a criação de espaços abertos e de áreas verdes, além

de prover campanhas para reduzir a importância do uso de automóveis, a preservação do meio ambiente e a conscientização sobre a importância da qualidade de vida.

As estratégias para a operacionalização da *Política* destacam a contratação de técnicos para realização de tarefas específicas, além da realização de cursos, seminários e demais formas de capacitação. Intercâmbio interinstitucional, envolvendo as Instituições que atuam nos setores sugeridos pela *Política*; maximização de recursos, por meio do incentivo da participação comunitária no desenvolvimento de ações da própria *Política*; cooperação financeira e legislativa, ao lado das instituições possuidoras de equipamentos próprios destinados à utilização nas ações da política; deveriam ser destinados recursos financeiros, por meio de dotações orçamentárias, remanejamento de recursos, criação de novas formas para obtenção de fundos, facilitação de empréstimos e outros que fossem absorvidos na aquisição de novos equipamentos.

Além destes, haveria de se prever o estímulo e a subvenção de convênios interinstitucionais, para o desenvolvimento de determinadas programações como, por exemplo, o turismo interno, a descentralização da participação, como forma de aproximação às realidades regionais, de forma a evitar-se a excessiva padronização de normas e procedimentos, que não teriam aplicação indiscriminada em todas as regiões do país. A descentralização deveria corresponder à ampliação das oportunidades de participação na operacionalização e na elaboração da *Política*, em todos os níveis, tanto no que tange às comunidades, como às instituições envolvidas.

Por fim, vale ressaltar as observações finais do documento que assegurava:

A política deverá prever sistemas pelos quais a participação deverá se processar. A própria elaboração da política deverá ser precedida de uma mais ampla consulta e participação das diversas partes interessadas.

a) Outrossim, a execução da Política seria procedida através: da integração administrativa dos diversos órgãos;

- da identificação dos órgãos executores de programas e/ou projetos de lazer;

- da ativa participação do setor privado, alcançada por estímulos financeiros, tributários e creditícios;

- de um trabalho de informação e motivação que resulte na participação comunitária;

- na mobilização e coordenação de todos os recursos técnicos, financeiros e de equipamentos disponíveis;

- na realização de estudos e pesquisas que enfoquem:

b) o papel do lazer num país como o Brasil;

c) o perfil de demanda, em programas de lazer, para as diferentes populações (pequenas, médias, grandes cidades e zona rural)

d) que resultados vão sendo obtidos com a implantação da política em termos de participação comunitária, crescimento individual e promoção sócio-cultural. (SESC-DN, 1977, p. 149)

Oportunamente, é do interesse do trabalho de pesquisa ora realizado, cuja ênfase está, neste momento, voltada para a apreciação da representatividade do *I Encontro Nacional sobre o Lazer*, de 1975, trazer do documento que serviu de referência para análise

da conformação histórico-político e social a permear a organização e execução do evento, as considerações que estão postas ao final, à guisa de avaliação¹⁶³.

- a) Entre os dias 24 a 29 de agosto de 1975, foram realizadas sete conferências:
- *Lazer nas sociedades em desenvolvimento*, pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier;
 - *Lazer e formação sócio-cultural*, pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier;
 - *Tempo livre e liberdade*, pelo padre e professor Ernst Greiner;
 - *Experiência da Van Clé Foundation e o Congresso Mundial de Lazer*, por M. Roger Lecoutre;
 - *Lazer e Psicologia preventiva*, pelo psicólogo e professor José Inácio de Sá Parente¹⁶⁴;
 - *Pedagogia do lazer*, pela pedagoga e diretora do Centro de Estudos do Lazer e da Recreação – CELAR, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; e
 - *Esporte para todos*, pelo professor de Educação Física Lamartine Pereira da Costa.
- b) 650 pessoas se inscreveram no *Encontro* e 171 instituições enviaram representantes. Destes 650 inscritos:
- 105 (16%) não possuíam formação superior;
 - dos 84% com formação superior, 20% eram assistentes sociais e 12% eram técnicos de Educação Física. As demais formações predominantes foram Direito e Pedagogia;
 - 30% dos participantes eram representantes do SESC e
 - 8% representavam o SESI de todos os Estados da Federação, seguindo-se das Secretarias Estaduais e Municipais.
- c) Um fator que foi avaliado como de grande valia para o êxito do evento foi a divulgação antecipada e em larga escala realizada nos principais meios de comunicação de massa do país
- Rádios: Eldorado, Mundial e Globo.
 - Televisão: inserção na novela *Gabriela* da TV Globo; inserção no Jornal Nacional, que versou sobre o encerramento do Encontro; duas matérias pagas (editais) em *O GLOBO*; uma matéria paga no *Jornal do Brasil*.
 - Jornais que publicaram notas sobre o Encontro: *Jornal do Comércio* (na coluna *Seminário*, sob os títulos *Encontro sobre o Lazer* e *Esporte no Encontro sobre o Lazer*); *Última Hora* (coluna *Agenda*); *Tribuna da Imprensa* (nota sob o título *Lazer*, baseada na entrevista do Arquiteto Renato Menescal).

¹⁶³ SESC-DN, 1977, p.158-160.

¹⁶⁴ Substituiu o conferencista Professor Pierre Furter. (SESC-DN, 1977, p.162)

d) Estão citados como exemplos de sensibilização e repercussão do *Encontro*:

- monção congratulatória da Assembleia do Estado do Rio de Janeiro, pela organização do Encontro;
- solicitação de documentação, por entidades públicas e particulares, bem como solicitação de informações sobre a continuidade da promoção;
- o SESC foi credenciado representante da Fundação Van Clé no Brasil no que concerne ao *II Congresso Mundial do Lazer*, a se realizar na Bélgica em 1976;
- O SESC, através de um técnico do Departamento Regional de São Paulo, foi indicado pela Fundação Van Clé/UNESCO, como responsável pelo *Relatório do Lazer no Brasil*, a ser apresentado no *II Congresso Mundial*;

Além disso, o SESC, através de seu diretor geral, foi convidado para a vice-presidência de uma das oito Comissões que se reuniriam durante o *II Congresso Mundial para aprofundamento do tema lazer*.

4.5 As contribuições do CELAZER para a produção de conhecimentos sobre o lazer

Em 1976, Renato Requixa assume o cargo de Diretor Regional na Administração Regional do SESC-SP e dois anos mais tarde, em 1978, cria o Centro de Estudos sobre o Lazer, o CELAZER¹⁶⁵. Segundo, palavras do próprio Requixa:

[...] eu fui convidado para assumir todo o regional do SESC São Paulo e obviamente eu ia insistir na temática do lazer em São Paulo. Então aí eu consegui como regional, criar um centro de estudos sobre o lazer, o CELAZER. E sempre preocupado em fazer com que as pessoas estudassem lazer, se desenvolvessem. Eu mandei gente para o exterior para estudar sobre o lazer. Então eu tenho a impressão que eu insisti muito nisso.¹⁶⁶

Em nos detendo à interpretação deste trecho do depoimento de Requixa, é perceptível a preocupação do profissional e, de certa forma, também há que se destacar o seu comprometimento pessoal com a causa do lazer. Embora não seja pretensão deste estudo buscar explicações pormenorizadas acerca das motivações que teriam aproximado a

¹⁶⁵ O Centro de Estudos sobre o Lazer, CELAZER foi criado através da Resolução nº 68, de 07 de junho de 1978. Através deste instrumento normativo, a Administração Regional do SESC São Paulo aprovava a criação do Centro de Estudos do Lazer, enquanto órgão subordinado ao Diretor Regional, a quem cabia a responsabilidade de prover a referida unidade dos meios necessários ao seu funcionamento. Foi extinto entre 1983 e 1984, sem que tenha existido um documento formal para tanto. Informações obtidas com profissionais do SESC Memórias, DR/SP, dão conta que no Relatório Anual do SESC São Paulo, datado de 1983, o CELAZER constava no Organograma da Instituição. Em 1984, o Relatório Anual, apresenta um novo Organograma, onde consta a criação da Gerência de Estudos do Lazer e da Terceira Idade, por meio da publicação da Resolução nº 22/84, de 22/03/1984. (Cf. informação obtida através de contato por e-mail com a Sra. Maria Sílvia S. Mazin. GEDES/SESC Memórias. SESC São Paulo)

¹⁶⁶ Depoimento dado por Renato Requixa à pesquisadora Christianne Gomes, em entrevista realizada 07-11-2001, durante a elaboração de sua Tese de Doutorado. (GOMES, 2003, p.8-9)

Administração Regional do SESC-SP dos assuntos relativos ao lazer, desde que os procedimentos de pesquisa adotados neste trabalho foram iniciados foi sendo gestada a hipótese de que a figura de Renato Antônio Quadros de Souza Requixa foi central para a conformação do pensamento institucional sobre o lazer.

Além disso, é lícito acreditar que ao incentivar, no âmbito institucional, o incremento do estudo do tema lazer entre o corpo técnico, também contribuiu ele para ampliar a produção sobre o assunto, em diferentes aspectos. Há que se registrar, contudo, mesmo que este não seja o objetivo final da pesquisa, que os caminhos percorridos ao longo do exercício da análise histórica das fontes documentais e bibliográficas revelam ter sido o Departamento Regional do SESC-SP e não a Administração Nacional do SESC, o precursor dos estudos sobre o lazer no âmbito institucional, durante os anos 70. Ao mesmo tempo, a cidade de São Paulo, naquele momento, foi o cenário propício para o incremento de estudos e pesquisas que, se não tinham o lazer como tema central, o viam como coadjuvante na interpretação do comportamento social e cultural das populações em meio ao desenvolvimento urbano.

Em vista das leituras das obras que são assinadas por Requixa, antes mesmo da criação do Centro de Estudos sobre o Lazer, depreende-se que teria existido, por parte dele, certa propensão para estimular, entre os técnicos do SESC-SP, o interesse pelo lazer. Além disso, dentre os objetivos pretendidos com a criação do CELAZER, figurava, na ordem de primeira linha, contribuir para o desenvolvimento do lazer no Brasil e, conforme consta de seu depoimento:

O CELAZER tinha um trabalho mais na linha de produção intelectual. Eu mesmo escrevia muito para o CELAZER. O CELAZER publicava, publicava os Cadernos de Lazer. Publicou muitos Cadernos de Lazer. Fui mais dessa linha.¹⁶⁷

Sobre as publicações do CELAZER, reservamos este momento final do estudo, como forma de concluir a trajetória da pesquisa iniciada com o esforço de detalhar o momento em que se deu a criação do Serviço Social do Comércio, de forma não-dissociada da conjuntura econômica, política e social que lhe foi intrínseca. Trataremos, exclusivamente, da abordagem de três séries de periódicos publicados durante a década de 1970: *Cadernos de Lazer*, *Cadernos de Lazer Documentos* e *Estudos CELAZER*.

Os três periódicos são publicações que se constituem de produções textuais, diferindo entre si por apresentarem objetivos distintos. Oportunamente, cabe mencionar que, no início do estudo, havia a predisposição para interpretação das contribuições do Centro de Estudos sobre o Lazer, para a produção de conhecimentos sobre o lazer no país, pois

¹⁶⁷ Depoimento dado por Renato Requixa à pesquisadora Christianne Gomes e que, posteriormente, passou a incluir o acervo do Projeto Garimpando Memórias, do Centro de Memória do Esporte da ESEF/UFRS.

vislumbrava-se a possibilidade de que o CELAZER tivesse funcionado como celeiro da produção do SESC-SP.

Ocorre, contudo, que verificadas as datas em que foram publicados os periódicos, ficou constatado que dois deles, no caso o *Cadernos de Lazer Documentos* e o *Cadernos de Lazer*, foram publicados anos antes da criação do CELAZER. A série intitulada *Cadernos de Lazer Documentos* foi totalmente editada e publicada pelo SESC-SP entre julho e dezembro de 1976, quando Renato Requixa já havia assumido o cargo de Diretor Regional. No caso do *Cadernos de Lazer*, que é uma série com vida mais extensa, observa-se que os primeiros dois números foram publicados em 1977 e os dois números finais em 1978 e 1979. Estes dois últimos, portanto, já sob a égide do Centro de Estudos sobre o Lazer.

Outra condição revelada pela pesquisa, diz respeito ao fato de que a série *Cadernos de Lazer* tenha sido totalmente publicada pela Editora Brasiliense, o que pode estar associado ao interesse de Requixa em ampliar o alcance dos assuntos debatidos nos textos do periódico, para além do âmbito institucional, atingindo, também, o público que, fora do SESC, pudesse vir a se interessar pelo tema.

Portanto, antes mesmo de discorrer sobre os conteúdos inerentes a cada periódico, vale uma segunda ressalva, desta vez quanto ao propósito do título que este trecho do texto recebeu: *As contribuições do CELAZER para a produção de conhecimentos sobre o lazer*. Julgando-o apropriado ao objetivo central do trabalho, e não fugindo ao argumento inicial que pretendeu dialogar com a produção do Centro de Estudos do Lazer, o mantivemos por entender que, mais importante do que a interpretação dos aspectos cronológicos que estão, a todo o momento, permeando a análise das fontes e da bibliografia consultadas, é o entendimento sobre as motivações que estiveram por trás das ações que se concretizaram, fazendo despertar o interesse pelo lazer, quer no sentido das práticas institucionais, quer no campo científico.

Seguindo este caminho, observou-se que as preocupações do SESC-SP, inicialmente, e depois da própria coordenação do CELAZER, no sentido do incentivo à produção intelectual sobre o tema, estavam diretamente relacionadas à questão da ampliação das oportunidades de divulgação do assunto e, por este motivo, os três periódicos acabaram comportando produções textuais diversificadas. São artigos, depoimentos, resultados de experiências de trabalho, resenhas de livros, resumos de pesquisas, compilações de referenciais bibliográficos e estudos de natureza diversificada.

Metodologicamente, a análise do material gráfico que constitui cada uma das publicações dos periódicos não se dá de forma pormenorizada. Portanto, não há pretensão em discorrer sobre cada um dos textos analisados, o que demandaria a transcrição dos fichamentos que integraram etapa específica da pesquisa e que, foram considerados, em sua totalidade, demasiado extensos para agregação ao texto final do trabalho. Portanto,

este é o momento em que o texto passa a ser menos descritivo e mais apreciativo, no sentido de trazer os resultados das produções. Essa opção metodológica, não exclui o diálogo e a reflexão e, por isso, se reveste em oportunidade para que, ao encerrar o capítulo, prevaleça a vontade de empreender continuidade ao estudo.

4.5.1 Cadernos de Lazer

A Série *Cadernos de Lazer* é composta de quatro números, e foi publicada pela Editora Brasiliense, entre janeiro de 1977 e maio de 1979. Na apresentação do *Caderno de Lazer n1º*, há referência sobre a finalidade da publicação e a opção metodológica adotada para a submissão dos textos e para a formatação dos cadernos. Vejamos:

Apresentação

A publicação que ora iniciamos tem por finalidade contribuir mais amplamente para a discussão e análise da temática do lazer. Um argumento a mais autoriza essa atitude: reunir, nos documentos que a este sobreviverão, não só os enfoques teóricos ou posições com relação ao tema, mas depoimentos e experiências de trabalho que se perderiam no fato não registrado, comentado ou avaliado.

Como um banco permanente de dados, a sequência desta publicação permitirá abranger o lazer em seus aspectos múltiplos, relacionando-o com a economia, a política, a cultura. Teremos como seções básicas, um artigo de fundo, de caráter teórico; uma reportagem sobre o lazer em São Paulo; relatos de manifestações populares, ao mesmo tempo lúdicas e culturais; um trabalho desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio – SESC, ou por outra Instituição que atue nesse campo, e resenha bibliográfica para facilitar a pesquisa desse extenso tema. (SESC-SP, 1977, contracapa)

O *Caderno de Lazer nº 1* é integrado pelos seguintes textos:

- **A Carta do Lazer**, construção coletiva, em apreciação pela UNESCO, na ocasião. Trata-se de documento que resultou do *II Seminário Mundial de Lazer*, de 1976, onde o SESC foi representado por Renato Requixa;
- **Os bares como lazer**, de autoria de Sílvia Saião, que faz uma análise sociocultural do significado dos bares e restaurantes no cotidiano da vida urbana da capital de São Paulo, na perspectiva de interpretação do papel desempenhado por tais equipamentos de lazer para a socialização dos indivíduos;
- **O lazer nas grandes cidades e os espaços urbanizados**, de Renato Requixa, não era um texto inédito. Trata-se da revisão de dois textos de sua autoria, publicados pela primeira vez em 1974, na revista *Problemas Brasileiros*¹⁶⁸, retrata como, em meio ao desenvolvimento da cidade de São

¹⁶⁸ A Revista *Problemas Brasileiros* é editada pela Administração Regional do SESC-SP. Criada em 1963, é de circulação bimestral e objetiva debater as grandes questões nacionais. (disponível em: <<http://www.sesc.org.br>>)

Paulo, o lazer pode adquirir características próprias e servir de base para a humanização da cidade. O texto traz, também, sugestões para a ampliação das possibilidades de vivências de lazer na grande São Paulo, como condição aceitável à modificação dos hábitos de vida de seus habitantes;

- **As festas populares amazonenses hoje**, de autoria de Mouzar Benedito, que expõe em poucas linhas o significado do Festival Folclórico do Amazonas. Trata-se de evento reconhecido no calendário da cidade, que ocorre no mês junho, organizado pela Fundação Cultural do Amazonas, para divulgar a cultura local / folclore amazonense, através da apresentação de grupos de dança (tribo, dança dos imperiais, ciranda, bumba-meu-boi);
- **A revolução cultural do lazer nos centros urbanos – o caso específico dos países em desenvolvimento**, assinado por Joffre Dumazedier, retrata questões abordadas em uma série de palestras ministradas aos técnicos do SESC – Administração Regional do SESC-SP, entre os anos de 1976 e 1977. Neste texto Dumazedier expõe sua concepção sobre a importância do lazer nos países em desenvolvimento, reeditando a preocupação com a questão social em meio ao desenvolvimento urbano. Dialoga, também com o aspecto cultural que se interpõe ao reconhecimento da importância do lazer para o desenvolvimento humano e a ambivalência de seu reconhecimento pelos estudiosos da área social.
- **A feira nacional de cultura popular**, o último texto deste primeiro número do *Cadernos de Lazer* é denominado é assinado por Newton Cunha, e segue os padrões de um relatório de atividade, elaborado pelos técnicos da Instituição, após a finalização da ação e/ou realização. Retrata uma ação específica do SESC-SP, a realização da Feira Nacional de Cultura Popular realizada no período de duas semanas, entre os dias 10 e 25 de outubro de 1976, no Centro Campestre do SESC-SP. O Objetivo desta realização era divulgar as manifestações da cultura popular, e para isso contava-se com a participação de artesãos e artistas populares que, além de apresentarem seus trabalhos, também ensinavam as técnicas artesanais e apresentavam-se dançando, cantando, etc.

Ao final da publicação há uma lista com referenciais bibliográficos sobre o lazer, que é intitulada de *Bibliografia Básica de Lazer* (Europa e Estados Unidos). A lista se apresenta subdividida em relação aos aspectos abordados pelas obras de referência, da seguinte maneira:

1- Fundamentos históricos do lazer, subdividido em:

Aspectos Econômicos: com apenas duas publicações traduzidas para a língua portuguesa: *O trabalho em migalhas*, de Georges Friedman, publicado pela Editora Perspectiva, São Paulo, 1972 e *O Capital*, de Karl Marx, publicado pela Editora Civilização Brasileira, sem data;

Aspectos Sociais:

- a) Reivindicação de um tempo autogerido pelos jovens, sem indicação de obras em português;
- b) Reivindicação de um tempo de lazer, pela mulher e pela família, sem indicação de obras em português;
- c) Lazer para a 3ª idade, sem indicação de obras em português e
- d) Lazer autogerido pela pessoa, apenas uma obra de referência em francês;

2- Fundamentos Axiológicos (Instalação de novos sistemas de valores), há apenas uma obra catalogada em português: *Homo Ludens* de J. Huizinga, da Editora Perspectiva, São Paulo, 1971;

3- Atividades de Lazer, sem catalogação de obras em português;

4- Atividades de lazer segundo critérios diversos:

- a) Classes sociais, sem referência de obras publicadas em português e b) Habitat e equipamentos, sem obras em português;

5- Relação entre lazer e outros componentes da vida cotidiana:

- a) Lazer e trabalho, sem publicações em português,
- b) Lazer e família, sem publicações em português,
- c) Lazer e religião, sem publicações em português e
- d) Lazer e educação, com uma publicação em português: *Uma sociedade sem escola*, de I. Illich, publicado pela Editora Vozes, Petrópolis, 1973;

6- Política do lazer e da ação cultural, sem publicações em português.

Supomos, após análise da maneira como esta lista bibliográfica está sendo apresentada, que possivelmente haveria relação entre a classificação que nela está estabelecida, para a apresentação dos referenciais das obras e seus respectivos autores, e a maneira de organização e classificação bibliográfica estabelecida pelo CELAZER. Baseamos esta nossa interpretação na colocação do Coordenador da equipe CELAZER, Professor Luís Octávio de Lima Camargo, na apresentação de outra série de periódico, o *Leituras CELAZER*, onde é dito:

O lazer é cada vez mais reconhecido como um fenômeno da sociedade industrial. Portanto, é também, cada vez mais reconhecido com área específica da sociologia, e cuja literatura cresce a cada dia. O CELAZER já dispõe de um razoável acervo de livros, cujos resumos podem ser uma

contribuição importante para a ação sócio-cultural do SESC. (SESC-SP, 1980a, contracapa)

No *Caderno de Lazer nº 2*, estão publicados seis textos:

- **Os clubes de São Paulo**, o primeiro deles, é de autoria de Newton Cunha. Trata-se de breve resenha sobre a frequência aos clubes de lazer da cidade de São Paulo. Por clube, subentende o autor, os espaços que são frequentados por sócios e que dispõem de equipamentos de lazer como piscinas e quadras esportivas. Estão listadas dez instituições que ofertam lazer à população paulistana e identificadas as formas de participação, com ênfase para os finais de semana, a exceção da Associação Cristã de Moços, com funcionamento ao longo de todos os dias da semana;
- **Perspectiva do lazer na próxima década**, de Gilberto Teixeira, Professor Doutor da Faculdade de Economia e Administração da USP e Superintendente do Instituto Brasília Machado Neto¹⁶⁹ O texto é questionador da concepção conceitual que trata o lazer como sinônimo de tempo livre, e se utiliza das análises das pesquisas sobre o uso do tempo (pesquisas orçamento tempo) para comprovar como as escolhas no lazer deverão influenciar na aplicação de recursos financeiros para o seu usufruto de forma qualificada, ao longo dos anos 80. Observa-se, que este texto apresenta referencial bibliográfico, diferentemente dos demais que até aqui estão mencionados, incluindo-se aqueles de autoria de Joffre Dumazedier e Renato Requiza;
- **Cavalcadas, uma festa popular?** De autoria de Newton Cunha, expõe o que representa o folguedo e a expressão da religiosidade das Cavalcadas, na Festa do Divino, na cidade de Pirenópolis, no estado de Goiás;
- **Santos: estação de verão**, Odete Seabra aborda como as transformações históricas e econômicas da urbanização na cidade de Santos influenciaram na maneira como o lazer e o turismo eram vivenciados na cidade.
- **O teatro mambembe do SESC** é o quinto texto a compor o 2º número do *Caderno de Lazer* e é, também, o único onde não há indicação do responsável por sua autoria. Como se trata de experiência de trabalho do SESC-SP, e a maneira como se encontra redigido, admite a interpretação de que se trata de texto a relatar a experiência do Teatro Mambembe, por isso o consideramos um relato.

¹⁶⁹ Este é o único texto, dentre os quatro volumes da Série Cadernos de Lazer, onde encontramos identificação do profissional que o assina. (SESC-SP, 1977)

- **Uma experiência em feira de lazer** é o sexto e último texto. De autoria de Carmem Lúcia Barbosa de Omena, expõe a experiência da Administração Regional do SESC Alagoas na realização da Feira de Lazer, na capital Maceió, no período de 20 a 23 de novembro de 1975. Tratou-se esta de uma ação de assistência social, destinada à prestação de serviços em ação comunitária realizada pelo SESC em parceria com o Mobral, a Prefeitura de Maceió, o Projeto Rondon e o Instituto Nacional de Previdência Social, com o objetivo de sensibilizar a população, para os valores e oportunidades de lazer existentes nas comunidades. Tencionava-se o diálogo com a comunidade de forma a buscar, dentre as manifestações folclóricas locais, fundamentos para a compreensão das possibilidades de lazer locais. Sobre essa intenção, há no texto uma passagem que enfatiza a preocupação em buscar embasamento para o projeto da Feira de Lazer, a partir da realização de um *Seminário* que pretendeu ampliar a compreensão do lazer:

Como decorrência destes, antecipando a feira, foi organizado um seminário que contou com a participação de expressivos estudiosos das áreas de lazer, da arte e do folclore visando criar na comunidade um novo consenso acerca do tema lazer. (SESC-SP, 1977, p. 49)

Como resultado da programação realizada durante os dias da Feira de Lazer, a autora aponta que as atividades realizadas junto ao público – que consistiram de jogos de salão, jogos motores (voleibol, basquete e futebol) ginástica de solo, exposições, artes plásticas, projeções de filmes, exames de acuidade visual e vacinas, além de apresentações folclóricas, teatrais, bandas, corais e conjuntos musicais – despertaram na população o interesse em buscar oportunidades de práticas de lazer nos locais onde residem, e, também, no SESC. Para os profissionais que atuaram nas realizações das programações, incluindo-se, além dos técnicos e assistentes sociais da Administração Regional do SESC Alagoas, os estudantes/estagiários do Projeto Rondon, profissionais de Educação Física, Artistas Plásticos, Artesãos e outros, ficou a mensagem de que o lazer representava uma nova oportunidade de trabalho.

Em 1978 foi publicado um único exemplar da Série, o *Caderno de Lazer nº 3*, que expôs seis textos: **Lazer nos Estados Unidos**, de Max Kaplan; **O circo teatro popular**, de Pedro Della Paschoa Júnior; **Artesanato e turismo**, de Theo Brandão; **Urbanização e Lazer**, de Thelma Patlajan; **Lazer e Psicologia preventiva**, de José Inácio de Sá Parente Filho e **O potencial de campismo como atividade de lazer**, de Gilberto Teixeira. Dentre as leituras realizadas referentes a este 3º número, chama atenção o fato do economista, Doutor

em Administração de Empresas e Professor de Marketing na Universidade de São Paulo, ter produzido mais um texto para os *Cadernos de Lazer* do SESC-SP.

Ele, que já tivera um artigo publicado no 2º número do periódico, em 1977, desta vez é o autor de **O potencial do campismo como atividade de lazer**. Neste texto explora o “campismo” ou a prática de acampamento, como uma experiência de lazer que começava a se espalhar pelo Brasil. Associa tal prática à expansão do turismo interno de massa e argumenta que o seu desenvolvimento será tão mais percebido pelas populações, quanto maiores forem os investimentos dos Poderes Públicos no setor turístico. O texto é trabalhado ainda no sentido de prover informações sobre as perspectivas do turismo interno como mercado e, para isso, opta o autor por expressar-se por meio de tabelas, que demonstram o crescimento do mercado de turismo interno, entre os anos de 1953 e 1970.

Especificamente sobre o campismo, são apresentados referenciais para a compreensão do aumento da procura desta prática de lazer pelos brasileiros, a partir da colocação de fatores que, na visão do autor, foram determinantes para o aumento das demandas por novos espaços de campings no país: baixo custo das despesas com os equipamentos e serviços, oportunidade de contato com a natureza e fuga dos centros urbanos. Relata que, naquele momento, a oferta de oportunidades de campismo era estimada em 100 áreas e que, dentre este número, pelo menos a metade era operado por particulares, existindo alguns de propriedade dos governos estaduais e/ou municipais.

Enfatiza, igualmente, as características dos campings brasileiros e, ao final, discorre sobre a necessidade de regulamentação da atividade de campismo pela EMBRATUR, salientando que a única regulamentação específica sobre o campismo baixada pelo órgão era a *Deliberação nº 632*, de 06 de junho de 1972. O texto propõe ainda “Diretrizes para uma política de desenvolvimento do campismo”, sugerindo que as mesmas sejam encampadas pelas políticas de governos desenvolvimentistas.

Sobre os demais textos, também, publicados neste 3º número do *Caderno de Lazer*, o primeiro é um artigo de autoria de Max Kaplan professor da Universidade da Califórnia, onde dirige o Centro de Estudos do Lazer e é consultor da Associação Mundial para a Recreação e o Lazer (WLRA), cujo título é **Lazer nos Estados Unidos**. O artigo, apresentado no *II Congresso Mundial de Lazer*, mostra de forma sucinta a conformação do fenômeno lazer na sociedade norte americana. Expõe o autor haver certa tendência no comportamento dos americanos em buscar mais oportunidades de lazer e que, longe de esta busca estar associada à fuga das tensões do cotidiano, ela teria relação direta com o processo histórico de amadurecimento dos objetivos da legislação trabalhista norte-americana.

Para fundamentar tal postura, em perspectiva teórica e conceitual, trabalha o texto na abordagem histórica dos principais fatos relacionados à questão do reconhecimento

do direito ao lazer pelas massas trabalhadoras nos EUA. Chama atenção, nos argumentos do autor, a perspectiva de confrontação da estrutura social norte-americana e dos sistemas europeus, quando da justificativa para a interpretação da aceitação do lazer como fenômeno social nascido a partir das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, que se seguiram ao crescimento da industrialização.

Para ele, a sociedade norte-americana absorveu o lazer como um símbolo de progresso, que não por acaso passou a ser, também, um símbolo do consumismo que pode ser, inclusive, revelador dos valores de vida americanos. Apresenta, ao final, cinco conclusões, que classifica serem de caráter provisório, com base na experiência americana de lazer, que reproduzimos de forma condensada, na medida em que as consideramos pertinentes e ilustrativas ao debate que o artigo de Kaplan suscita:

1- Entre nós, seja como realidade ou como aspiração, o lazer se transformou num valor pessoal e familiar básico. O termo “lazer”, porém, também tem se tornado mais complexo, consistindo em numerosos elementos, atitudes ou motivações interligados e sutis. Lazer será um conceito útil para a política pessoal ou pública somente se amadurecer além do nível simples de entretenimento, descanso ou ocupação do tempo ocioso, incluindo também os níveis mais amplos de participação estética, intelectual e cívica. Deste ponto de vista, não percebo qualquer divergência entre a nossa experiência e de outros países.

[..]

3- Em nenhuma outra época, em seus dois séculos de existência, os Estados Unidos ofereceram condições objetivas tão favoráveis para todo e qualquer tipo de experiência ou para todo o segmento de sua população – velha ou moça, rural ou urbana, rica ou pobre, operária ou burocrática, saudável ou doente, de homens e mulheres. Não é uma sociedade sem classes, e há grandes disparidades em termos de oportunidades. O fato de que o entretenimento comercial domina o cenário consumidor é por demais evidente. No entanto, o crescimento das instalações públicas é flagrante, como ocorre em nossos parques, bibliotecas, escolas e centros comunitários.

4- Esta democratização da base física do lazer tem ajudado a nivelar nossos estilos de vida através do lazer, ou pelo menos a oferecer oportunidades de flexibilidade e opção individual a grande parte dos cidadãos.

5- Finalmente, uma interpretação das tendências do lazer nos Estados Unidos pode oferecer como contribuição, diversos elementos para a Carta do Lazer¹⁷⁰ proposta:

- a) A necessidade de uma base material segura que deve ser satisfeita pela sociedade, ou cujas bases espirituais e sociais sejam construídas.
- b) A necessidade de uma estrutura social que possa auxiliar todas as crianças, todos os adultos e todas as pessoas de idade a atingirem uma sensação de segurança emocional e psicológica íntima, levando-os a uma percepção de necessidades autênticas, não espúrias, e a experiências de lazer profundas e de crescimento.

¹⁷⁰ Conforme aparece no original do texto de Max Kaplan, como nota de nº 2, que reproduzimos: “Carta do Lazer preparada pela Fundação Van Clé, em fins da Conferência de Bruxelas em 1976”. (KAPLAN *apud* **Cadernos de Lazer** nº 3, SESC-SP, 1978, p.14)

- c) O planejamento inteligente de recursos comunitários, regionais e nacionais com vista a experiências de lazer, para todos os gostos e para uma dinâmica final contínua.
- d) A aceitação da tecnologia como meio – um instrumento compreendido de modo a impedir que nos transformemos, como disse Henry Thoreau, em “instrumentos de nossos instrumentos”.
- e) Por último, a importância de estudos sérios do lazer em cada nação e entre nações: estudos interdisciplinares, preocupados com valores humanos, que respeitem ideologias nacionais, que usem o que seja válido nas técnicas de futurologia, e que estejam baseados, como na própria Carta, numa filosofia humana e num conjunto de princípios corajosos.

(KAPLAN *apud* *Cadernos de Lazer* nº 3, SESC-SP, 1978, p. 14-15)

O texto que segue ao artigo de Kaplan é intitulado de **O circo teatro popular**, cujo autor é Pedro Della Paschoa Júnior, e traz à reflexão o papel desempenhado pela arte popular circense, na formação cultural da população. Segundo o autor, o circo teatro popular tem raízes ligadas à periferia e devido ao caráter nômade que lhe é intrínseco, comporta especificidades culturais e se transforma em função destas. Ao mesmo tempo, o circo é visto como lugar e estrutura cultural privilegiada dentro do espaço da cidade.

Assegura, ainda, que a plateia do circo teatro popular é constituída por trabalhadores das indústrias, empregados do comércio e do setor que presta serviços diversos à cidade (São Paulo), os que eventualmente são considerados desempregados ou ditos “subempregados”, além de trabalhadores do campo. A denominação de circo-teatro deriva da ambivalência de sua função, qual seja a de ser ao mesmo tempo espaço para amostragem da cultura circense e para as apresentações artísticas, que variam de apresentações teatrais a shows de variedades e de música. Há, também, alguns circos-teatros que apresentam lutas-livres e exibição de filmes.

Em **Artesanato e Turismo**, Theo Brandão, folclorista, professor de Antropologia, médico e farmacêutico, fala da importância do artesanato enquanto produção cultural regional, geográfica e social, localizada para a memória das viagens turísticas, do ponto de vista do viajante, do turista e, por conseguinte, do consumidor dos “produtos da terra”. Há para o autor uma relação tênue entre o turismo e o artesanato, relação esta que expressa, manifesta e eterniza na maneira como essas duas esferas se relacionam. O artesanato pode oferecer ao turista aquilo que ele procura em termos de recordação das viagens e vivências, mas é, também, e ao mesmo tempo, uma possibilidade de mediação com as outras culturas, se tomarmos o foco de nosso olhar a partir da origem destes turistas. Há, portanto, uma troca simbólica entre culturas distintas. Entre produtores e consumidores.

No texto **Urbanização e lazer**, a arquiteta Thelma Patlajan, descreve como o processo de urbanização na cidade de São Paulo foi, ao mesmo tempo, fator de expansão para as práticas de lazer na cidade e limitador da compreensão dos benefícios trazidos pelo lazer para a população que habita os centros urbanos. Para a autora, a questão do lazer na

cidade de São Paulo tem como entraves o crescimento desordenado do espaço urbano e, em especial, a falta de áreas planejadas para práticas e vivências de lazer. Aponta ser fundamental que os profissionais, aos quais recai a responsabilidade de organização do espaço social urbano, antevejam no lazer a possibilidade de humanização das relações sociais. Sinaliza ela, igualmente, que não se devem confundir espaços de lazer com áreas verdes. E enfatiza que a boa estrutura de lazer não inscreve em si a obrigatoriedade da concepção de áreas verdes.

Os equipamentos de lazer são, na visão da autora, os elementos principais caso pretenda-se a ampliação das ofertas de serviços desta natureza à população. Eles devem ser pensados como suporte ao planejamento urbano, e não apenas no sentido da relação demanda x oferta, mas também tendo em vista a predisposição para ampliação dos recursos a serem empregados, de forma a criar novas oportunidades de integração entre homem e espaço. Dessa forma, as ruas e suas esquinas, as praças com coretos e chafarizes devem constar nos planos de urbanização das prefeituras, tanto nas grandes, quanto nas médias cidades do país.

Percebem-se, ainda, no discurso da autora, manifestações em prol da elaboração de um *Plano de Ação* visando ao planejamento urbano de áreas de lazer, com enfoque especial para aproveitamento, no caso da cidade de São Paulo, do desenho do espaço urbano pré-existente, de forma a transformá-lo e adaptá-lo para o usufruto da população em suas horas de lazer.

O texto do psicólogo José Inácio de Sá Parente, que recebeu o título de *Lazer e Psicologia preventiva*, é uma reedição da palestra proferida no *I Encontro Nacional sobre o Lazer*¹⁷¹. Trata-se, especificamente, do relato de sua experiência de trabalho junto aos índios Txucarramãe, habitantes do Parque Nacional do Xingu, no norte do Mato Grosso. Basicamente, é uma descrição por onde perpassa a ideia da consternação do autor frente ao “choque cultural” que vive o homem branco frente à riqueza da cultura indígena, em especial no que tange ao aspecto lúdico, que permeia as vivências do cotidiano nos locais em que habitam os índios.

O *Caderno de Lazer nº 4* foi publicado em maio de 1979 e possui cinco textos, subdivididos entre artigos e relatos de experiências. Há que se ressaltar, a observação de um grande diferencial deste quarto número do periódico com relação aos números anteriores: todos os autores estão identificados, de forma que é possível ao leitor saber exatamente quais as suas áreas de formação e atuação profissional. Portanto, é cabível a interpretação de que, com o passar dos anos, pois o primeiro número foi publicado em janeiro de 1977, o CELAZER foi aperfeiçoando a metodologia utilizada na elaboração dos

¹⁷¹ A palestra do Psicólogo José Inácio Parente já foi objeto de análise neste estudo, quando tratamos das primeiras articulações de caráter científico em torno lazer.

seus periódicos. Entretanto, em 1979 só foi publicada uma edição do *Caderno de Lazer*, a derradeira, de nº 4.

O primeiro texto que integra essa edição é de autoria de Joffre Dumazedier¹⁷² e tem como título um questionamento: **Democratização do esporte?** Por que o lazer esportivo deve ser submetido a regras inventadas para os esportes de alta competição? Como lidar com os problemas colocados pela evolução das atividades esportivas e suas relações com as mudanças sociais? Quais foram as consequências sociológicas da democratização progressiva do esporte? Expressando preocupações quanto aos ideais do esporte olímpico, o autor expõe, do ponto de vista da Sociologia, em que medida o esporte é, também, uma atividade de lazer.

O segundo texto a integrar esse 4º número chama-se **O público de teatro em São Paulo** e é assinado por Tânia Nogueira Alvares¹⁷³. Este texto retrata a situação das salas de teatro da cidade de São Paulo, em termos de expectadores, de forma a mapear a relação entre o decréscimo do número de frequentadores e as possíveis causas para tal situação. Para tanto, utilizou-se a autora do instrumento de pesquisa, questionário, aplicado a um universo de 50 pessoas. Pretendeu com isso, perceber como o homem comum via o teatro. E, ainda, o que o levaria a esta prática de lazer: necessidade intelectual ou divertimento para uma noite? E, por fim, qual seria o fator responsável pela diminuição do fluxo de público nos teatros? As pessoas, de diferentes classes sociais, foram abordadas em lugares de grande concentração popular: calçadões, shoppings centers (Ibirapuera e Iguatemi) e também na Estação de Metrô São Bento.

Os resultados demonstram que 46% dos entrevistados, entre 19 e 65 anos de idade, disseram gostar de teatro; 16% disseram que não gostavam e 30% apresentaram-se reticentes quanto às respostas fechadas, não possibilitando a entrevistada discernir entre gostar e não gostar. Ao mesmo tempo, ficou constatado que o cinema, a televisão e a discoteca eram os concorrentes do teatro.

Outra questão evidenciada é que as peças em cartaz eram por si tidas como limitadoras da participação do público, em especial do segmento etário na faixa entre 18 e 25 anos de idade. Transpareceu, igualmente, o entendimento de que o público não era suficientemente preparado para usufruir do teatro como vivência de lazer, e isso porque o teatro era visto como lazer elitista, portanto, longe das práticas habituais da população. Ao final a autora ressalta a existência de campanhas de popularização do teatro, como forma

¹⁷² Ex-diretor e atualmente professor da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade René Descartes – Paris V; Fundador e primeiro presidente do Comitê de Lazer da Associação Internacional de Sociologia. Assessor do Serviço Social do Comércio – SESC, desde 1978. (Cf. expresso em *Democratização do Esporte? apud Caderno de Lazer nº 4*, SESC-SP, 1979, p. 5)

¹⁷³ Jornalista, e ex-repórter dos *Diários Associados*. Ocupa a função de editora e relatora do Telejornal da TV Cultura de SP. (SESC-SP, 1979, p. 17)

de dirimir as barreiras que cerceiam a frequência das populações de baixa renda às salas de teatro.

Em **Recreação Pública**, texto que reedita a palestra do Professor Luiz Octávio de Lima Camargo¹⁷⁴, proferida no Curso de Paisagismo Urbano, promovido pela Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, em 12 de março de 1979, o autor prescreve a relação entre o conceito de lazer, os equipamentos urbanos de lazer e o patrimônio cultural e o lazer. Ao iniciar, propõe abordar o conceito de lazer em perspectiva sociológica, identificando as dimensões do fenômeno no mundo moderno e, para isso, recorre à conceituação de lazer elaborada por Joffre Dumazedier. Em seguida, para tratar da questão do lazer em sua relação com o cotidiano urbano, aproveita-se de referenciais já produzidos em um estudo anterior, que tratou das *Sugestões de Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer*, trabalhado em coautoria com Renato Requixa, e que seria publicado em 1980. E, por fim, discorre, com maiores detalhes, sobre a importância da preservação do patrimônio cultural.

Sobre este aspecto específico, parte de uma preocupação que lhe é subjetiva, mas que de certa forma deveria ser de todos os cidadãos brasileiros: como preservar e/ou recuperar o patrimônio cultural com vistas ao lazer da população? Transformar antigos prédios em Museus seria a primeira alternativa. Porém, esclarece não tratar-se exclusivamente da relação do homem com o imóvel (bem patrimonial) a ser preservada e sim da conscientização sobre o significado daquele e de outros bens patrimoniais. Por fim, destaca a importância e o valor de uma política urbana de lazer, como condição para levar à população, informações acerca da importância da preservação do patrimônio cultural das cidades e, ao mesmo tempo, criar subterfúgios que ampliem o contato dos indivíduos com os bens patrimoniais.

O penúltimo texto a integrar o periódico é denominado **A Fundação Van Clé e sua atuação no lazer** e é de responsabilidade de Roger Henri Lecoutre, um dos criadores da Fundação Van Clé e Presidente da Van Clé Associação Mundial. O texto trata da reprodução de uma conferência do autor, por ocasião da *Semana do Lazer*, realizada na cidade de Alost, Bélgica, em setembro de 1976. Nota-se que há extrema semelhança entre o texto retratado nesta edição de nº 4 do *Caderno de Lazer* e a palestra ministrada por Roger Lecoutre no *I Encontro Nacional sobre o Lazer*. Há diferenciação quanto aos títulos, que no *Encontro* foi registrado como *A Experiência da Fundação Van Clé e o Congresso Mundial de Lazer* e o agora atribuído.

Lazer e educação permanente é o último texto a integrar a publicação. De autoria de Jesus Vazquez Pereira, técnico do Serviço Social do Comércio, São Paulo,

¹⁷⁴ Coordenador do Centro de Estudos do Lazer – CELAZER – SESC-SP. Jornalista. Desenvolve pesquisa em nível de Doutorado sobre o fenômeno lazer em países em via de industrialização, na Faculdade de Ciências da Educação da Universidade René Descartes – Paris V. (*Ibid.*, p. 29)

Mestre em Educação, pela PUC SP e Doutor pela Universidade René Descartes, Paris. A educação permanente e sua associação com o lazer é temática central do texto. Segundo o relatório mundial sobre educação da UNESCO (1976), a educação permanente é um espírito, uma dimensão de processo, evolução e desenvolvimento da vida do homem. Traduzindo-se, significa pensar que o homem deve ser ao mesmo tempo sujeito e objeto de sua educação. Equipara-se ao sentido de “aprender a ser”. Portanto, o melhor sentido prático para educação permanente é pensá-la como instrumento de aprendizagem social, que se sobrepõe à educação formal e, ao mesmo tempo, deve complementá-la.

Para o autor, lazer e educação permanente estão em associação, no sentido revelador da eficácia na transformação do comportamento humano. Assim, o tempo livre se converte em cenário ideal para o trabalho com a educação permanente, porque é quando os indivíduos podem estar mais abertos a receber novas informações e ensinamentos. Na conclusão o autor afirma:

Ao participar de atividades de lazer, o adulto está dentro de um novo gênero de relação educativa. Pode chamar-se esta atuação de lazer, lazer sócio-educativo, educação popular, educação de adultos ou mesmo, educação permanente; o adulto, porém, deixou de ser aluno, submetido a disciplinas exteriores a ele. Recebendo o ensino de uma fonte externa a ele. Da situação de objeto do processo passa a ser sujeito de sua própria educação. Tomou posse de si mesmo porque é adulto. Este novo personagem é pessoa no pleno sentido da palavra, atado a determinismos psicológicos e sociológicos, mas consciente de sua originalidade e comprometido numa série de lutas, diferentes pelo seu conteúdo e objetivos – a luta da existência, a luta do desenvolvimento individual e coletivo. (SESC-SP, 1979, p. 49)

Finalizado este primeiro momento, dedicado à análise da série *Cadernos de Lazer* é interessante que antes de se iniciar o diálogo sobre *As Leituras CELAZER*, o segundo periódico publicado durante o período a que este estudo se limita, seja dedicado um momento à apreciação das fontes utilizadas na pesquisa. E, nesse sentido, é importante citar que:

- a) toda a série foi publicada pela Editora Brasiliense;
- b) o número 2 da série não está datado e o número 4 é o único onde aparece indicação completa, referente ao mês e ao ano de publicação: maio/1979;
- c) parte considerável dos textos não dispõe de referenciais bibliográficos, entretanto, ao final de cada número, há uma resenha bibliográfica, com indicação de obras e autores que não têm relação imediata com os textos editados, porém servem para situar os leitores com relação a outras possibilidades de consulta sobre o assunto;
- d) a exceção do nº 1, onde há um pequeno texto dedicado à apresentação da série *Cadernos de Lazer*, onde é possível ao leitor obter as informações necessárias para a compreensão do propósito do CELAZER com relação ao

estudo do tema lazer, os demais números não possuem esta apresentação. Dessa forma, para os leitores e interessados no periódico, caso não tenham adquirido o primeiro número, nos demais não havia referência sobre a intenção das publicações.

Por sua vez, antes da institucionalização do CELAZER, o SESC-SP foi responsável pela organização e publicação de outro periódico, denominado *Cadernos de Lazer Documento*.

4.5.2 Cadernos de Lazer Documentos

Esta Série é composta de três números, que foram publicados bimestralmente no ano de 1976, entre os meses de julho e dezembro. O objetivo destas publicações era recolher e divulgar estudos sobre o lazer, elaborados pelos técnicos da entidade e por outros estudiosos do assunto. Especificamente esta Série não pode ser consultada na íntegra, devido à impossibilidade de acesso às fontes, com exceção dos *Cadernos de Lazer Documentos nº2*, que a Biblioteca do Departamento Nacional do SESC disponibilizou para consulta.

Os números 1 e 3, não foram enviados pelo SESC-SP para catalogação no Departamento Nacional e por isso a dificuldade em acessá-los. Assim, a metodologia utilizada na análise dos *Cadernos de Lazer*, quando optamos por discorrer brevemente sobre cada um dos textos que compõem os quatro números publicados pela Editora Brasiliense, não se concretizará para a análise do *Caderno de Lazer Documentos*. A despeito desta incongruência nos procedimentos de pesquisa, foi possível listar a totalidade dos artigos que estão contemplados nos três números, a saber:

- **Cadernos de Lazer Documentos – nº 1**
 - *As dimensões do lazer*, p. 1-5.
 - *O lazer e civilização urbana*, p. 6-43.
 - *O lazer na cidade grande*, p. 44 -77.
 - *Espaços urbanizados* p. 78-91.
- **Cadernos de Lazer Documentos – nº 2**
 - *O lazer no Brasil*, síntese do texto original apresentado no *II Congresso Mundial de Lazer* (Bruxelas, Bélgica, 04 a 06. abril.1976) p. 1-25.
 - *Mão de Pilão* – Feira Regional de Cultura Popular São João da Boa Vista, São Paulo p. 26-33.
- **Cadernos de Lazer Documentos – nº 3**
 - *Clube para pessoas idosas*, p. 1-10.

- *Depoimentos*, p. 11-17.
- *Grupo de idosos do SESC*, p. 18-20.
- *Problemas da saúde mental do envelhecimento e da velhice* (resumo), p. 23-32.

A consulta às fontes constituídas pelos periódicos editados e publicados pelo SESC-SP e pelo CELAZER, durante a década de 1970, revelou a existência de outra série de publicações, que foi totalmente coordenada pelo *Centro de Estudos sobre o Lazer*, porém datada no início de 1980. Trata-se do periódico *Leituras CELAZER*, publicação mensal, que esteve sob a responsabilidade de Luís Octávio de Lima Camargo, na qualidade de Coordenador da Equipe CELAZER, sendo assistentes Paulo Salles de Oliveira, Mário Daminelli e Sante Silvestre Neto. Vale citar a indicação de Joffre Dumazedier como Consultor Especial do SESC-SP. Devido à proximidade da data destas publicações – efetivadas no primeiro ano da década – com o recorte temporal da pesquisa, acreditamos ser viável também analisar os textos do *Leitura CELAZER*, o que faremos na sequência, imaginando ser oportuna a ampliação do diálogo entre as fontes consultadas.

4.5.3 Leituras CELAZER

O *Leituras CELAZER*, propunha ser um espaço de diálogo entre o Centro de Estudos e os Departamentos Regionais e suas Unidade Operacionais, visando a ampliação do domínio de conteúdos técnico-operacionais, para o crescimento das propostas de ação no campo do lazer. Efetivamente, essas publicações mensais se resumiram a apresentação de textos de autoria dos próprios integrantes do CELAZER, classificados em três categorias: resumo de pesquisas, resumo de livros e artigo. Há, contudo, um exemplar, o de nº 7, que propõe uma nova categoria: debates.

Corroborando a metodologia de pesquisa aplicada à análise dos textos que integraram a *Série Cadernos de Lazer*, adotamos o mesmo procedimentos para descrever os textos do *Leituras CELAZER*, apresentando de forma sucinta a ideia central dos autores que nela publicaram seus artigos, resenhas e experiências.

Tivemos acesso a dez números, do total de quatorze publicados entre 1980 e 1981. Estes dez primeiros que serão aqui retratados, estão situados no transcorrer de 1980, portanto, muito próximo aos debates travados nas publicações dos periódicos já citados. De forma a empreender maior atenção às especificidades dos números publicados, reproduzimos, a seguir, os títulos dos trabalhos, por ordem de numeração, seguindo-se da classificação dos seus conteúdos de acordo com os critérios: resumo de pesquisas, resumo de livros, artigo e debates. Identificamos, ainda, seus autores e o ano de publicação de cada número, seguido de breve resumo dos textos.

- **Leituras CELAZER nº 1**

Publicado em janeiro/1980. Resumo de Pesquisa 1.

As atividades manuais seriam próprias das categorias de renda mais baixa?

É assinado por Mario Damineli. O texto aborda a relação entre prazer e obrigação, que perpassa as práticas de atividades manuais como jardinagem, culinária, artesanato, bricolagem e confecção em tecidos, tendo como foco de interesse a abordagem direta aos indivíduos que, para complementar o orçamento doméstico, lançam mão das horas de lazer para praticar atividades que seriam consideradas lazer, para produzir itens destinados à venda, na cidade de São Paulo. A questão posta é: atividades de lazer como jardinagem, culinária, artesanato, bricolagem podem se converter em atividades rentáveis, e aí deixarem de ser fruídas como lazer?

- **Leituras CELAZER nº 2**

Publicado em fevereiro/1980. Resumo.

Resumo do livro **Cultura de massa e cultura popular. Leituras de operárias**, de autoria de Ecléa Bosi, publicado pela Editora Vozes, em 1973.

Tendo como autor Dante Silvestre Neto, o texto retrata os argumentos centrais da obra, que propõe o diálogo sobre o comportamento do público trabalhador feminino de baixa renda em relação às suas vivências de leituras. A partir de enquete realizada, em 1970, junto ao público feminino composto por industriárias (universo de 52 mulheres), foram aferidas as preferências com relação a tipos de leituras, interesses específicos, temas desejados e ainda não contemplados, de forma a verificar, também, as causas que contribuía para a não-leitura.

Segundo o autor do resumo do livro de Ecléa Bosi, o objetivo pretendido em sua produção textual era aproximar os resultados apresentados pela autora com as questões de interesse do CELAZER, em relação à ampliação dos conhecimentos sobre o tema.

- **Leituras CELAZER nº 3**

Publicado em março/1980. Artigo 1.

Lazer: objeto de reivindicação urbana?

Texto de autoria de Paulo de Salles Oliveira. Questiona o autor, já no início do texto, se haveria possibilidade de pensarmos em uma cidade sem lazer. Em sequência, contra-argumenta que, ao mesmo tempo, é preciso pensar em como fazer se as cidades como São Paulo não dispõem de espaços concebidos para as práticas de lazer. Em justificativa para essa dubiedade, aponta que o cerne da questão está, originalmente, na maneira como foram se configurando as cidades.

Em vista dos interesses econômicos, o urbano preponderou, porque era, também, o espaço destinado à produção. Ressalta, ainda, que os problemas socioculturais suscitados pelas cidades passam a ser vistos como estritamente relacionados à ocupação espacial. Para ele, o lazer representa, neste cenário, a oportunidade de desenvolvimento cultural que deve ser viabilizada através de iniciativas que promovam atividades diversificadas, onde a população possa se engajar de forma atuante e participativa. Assegura que a viabilidade para o início de um procedimento de transformação deve se dar pela animação cultural.

▪ **Leituras CELAZER nº 4**

Publicado em abril/1980. Resumo de Pesquisa 2.

Seria o tênis um esporte de elite?

Este trabalho, de autoria de Mário Daminelli, faz um questionamento sobre o significado atribuído à prática esportiva do tênis como esporte de elite. Não refutando a ideia de que o custo para a adesão desta modalidade esportiva é alto, se comparado a outros esportes, apresenta o resultado da pesquisa realizada pelo CELAZER, com um universo de 614 entrevistados, sobre as aspirações esportivas e o envolvimento com o tênis.

A primeira informação que a pesquisa revela é que apenas 2% desse total é de praticantes dessa modalidade esportiva. Em sentido contrário, é relatado que 33% dos entrevistados demonstraram interesse pelo tênis, sendo que, deste percentual, as pessoas que por questões salariais encontravam-se nas categorias mais baixas da população, eram aquelas que haviam demonstrado maior interesse em iniciar um contato com o esporte. Frente a tal constatação, sugere o autor que se estude a viabilidade de barateamento do custo dos equipamentos, bem como a escolha de metodologias de ensino que facilitem a compreensão das regras, para que um número maior de pessoas possa aderir ao esporte.

▪ **Leituras CELAZER nº 5**

Publicado em maio/1980. Resumo de Pesquisa 3.

Artesanato de brinquedos: trabalho ou lazer?

De responsabilidade de Paulo de Salles Oliveira, esse texto divulga o resultado de uma ampla pesquisa realizada pelo CELAZER, sobre o artesanato de brinquedos no Brasil, ao mesmo tempo em que sugestiona o questionamento sobre o posicionamento do artesão frente a atividade produtora em si, argumentando se seria esta produção considerada trabalho ou lazer. Diferentemente das duas publicações anteriores, destinadas a promover o resultado de pesquisas realizadas pelo CELAZER, este nº 5

ainda que admitindo ser resultado de pesquisa, não expõe qualquer dado estatístico sobre a análise.

Ao contrário, o texto é indicativo de preocupações na ordem teórico-conceitual sobre o significado da produção artesanal e a relação de apropriação desta produção pelo mercado consumidor. A preocupação com o aspecto do lazer neste cenário trás a figura do artesão ao centro da questão. Os resultados da pesquisa, segundo o autor, demonstram que a autogestão do tempo livre, através das práticas artesanais, demonstra que a atividade artesanal recuperou seu significado anterior, perdido com a industrialização. 50% dos artesãos entrevistados declararam-se levados à prática da fabricação de produtos artesanais por razões relacionadas ao lazer, o que significa pensar que trata-se este artesanato de expressão cultural.

▪ **Leituras CELAZER nº 6**

Publicado em junho/1980. Artigo 2.

Quem é o animador cultural?

Dante Silvestre Neto é o responsável por este artigo. Neste texto, é apontada a necessidade de integração de propostas de animação cultural aos projetos que se destinem ao planejamento das áreas de lazer nos espaços urbanos. Enfatiza o autor que o incentivo às práticas de lazer não deve se restringir a construção e ampliação do número de equipamentos de lazer nas cidades.

Ao contrário, mais eficiente é que sejam promovidas ações destinadas a incentivar o lazer e, para isso, há que se pensar no tipo de profissional para estar a frente de tais ações. Esse profissional seria o animador cultural, com ampla formação cultural e efetiva participação na vida cultural do bairro e da cidade. Salaria, contudo, que esta não é uma formação produzida na academia, mas sim adquirida por meio da vivência cultural.

▪ **Leituras CELAZER nº 7**

Publicado em julho/1980. Debates.

É a teoria, na prática, outra?

Este nº 7 é aquele que se apresenta de forma inusitada ao público leitor, porque trás em si a intenção de inaugurar uma seção no bojo da publicação. Trata-se da seção Debates, cuja função seria a de divulgar as opiniões emitidas pelos técnicos do SESC-SP nas reuniões técnicas. Este novo objetivo é divulgado na contracapa, da seguinte maneira:

Está inaugurada a seção “Debates” no Leituras-Celazer. Tem por finalidade agendar, sistematizar e divulgar opiniões emitidas em reuniões técnicas. Os temas geradores dos “Debates” relacionam-se diretamente à prática da animação cultural, e são analisados com base na Sociologia do Lazer. Não

se trata, e nem se poderia esperar tanto, de um estudo pormenorizado e exaustivo sobre um determinado assunto. Objetiva-se anotar, documentar, consignar opiniões que, à falta de um registro adequados e perdem e são preteridas nos textos de projetos de animação sócio-cultural. Assim, essas ideias correm o risco de se diluírem sem que antes tenha sido feito um trabalho de lapidação, capaz de torná-las instrumentos vivos de orientação técnica.

Sob a forma de “Debates”, o texto não terá um autor, e sim um relator com a função de selecionar e sistematizar as ideias discutidas por um conjunto de técnicos. Cada número do Leituras-Celazer será acrescido de um resumo com as ideias básicas, removendo-se, assim, um obstáculo ao acesso dos que têm menos tempo para travar contato com a publicação. (SESC-SP, 1980b, p. 1)

A relação entre teoria e prática foi o tema que emergiu no contexto das discussões do treinamento intitulado *Lazer e Desenvolvimento Cultural*, ministrado pelo CELAZER, destinado a bibliotecárias e recreadores do SESC-SP. Paulo de Salles Oliveira foi o relator no momento do treinamento, e é quem assina o texto inaugural da seção Debates. O autor inicia os argumentos textuais afirmando que a teoria não existe sem a prática. Cientificamente teoria e prática se complementam e devem se fundir no sentido de dar qualificação às ações institucionais. Dentro da funcionalidade do treinamento ministrado aos dois segmentos profissionais, a discussão estaria centrada na perspectiva da apropriação dos conteúdos ministrados em termos conceituais e de como seria interessante proceder para que os mesmos se tornassem eficazes nas situações práticas.

- **Leituras CELAZER nº 8**

Publicado em agosto/1980. Resumo de Pesquisa 4.

Demanda de exercícios físicos em São Paulo.

É assinado por Mário Daminelli e chama atenção, igualmente, a preocupação com o propósito da avaliação relacionada à dupla questão: conteúdo e aplicabilidade prática. O texto expõe o resultado de pesquisa realizada pelo CELAZER em 1979, sobre a prática de exercícios físicos pela população da cidade de São Paulo. Partindo do pressuposto de que o aumento da prática de exercícios físicos sistemáticos na cidade de São Paulo poderia estar diretamente relacionado ao crescimento das cidades e a automação das atividades profissionais.

Embora não exista no texto indicação do universo de entrevistas realizadas, os dados apresentados retratam o seguinte quadro: mais da metade da população (56%) ou fazem atualmente exercícios físicos (25%) ou já fizeram e deixaram (31%), esclarecendo-se, contudo, não tratar-se exclusivamente de exercícios sistemáticos. Como conclusão, diz o autor que embora a pesquisa não tenha sido de tendência, estabeleceu a

importância dos exercícios físicos sistemáticos em substituição aos exercícios físicos naturais, em vista do atual estágio de desenvolvimento das cidades.

▪ **Leituras CELAZER nº 9**

Publicado em agosto/1980. [Artigo 3.](#)

Turismo: alienação ou desenvolvimento?

De autoria de Paulo de Salles de Oliveira. O texto instiga a pensar nas motivações para a prática da atividade turística e, ao mesmo tempo, questiona o senso comum que acredita ser o turismo uma espécie de distração fútil. Ao mesmo tempo estabelece um diálogo com a corrente de pensamento que considera ser a prática da atividade turística uma oportunidade de lazer significativa para o desenvolvimento sociocultural dos indivíduos. Aponta, também, que o turismo deve ser compreendido no sentido da prática, a partir do reconhecimento da existência de três dimensões que lhes são intrínsecas: a imaginação, a ação, e a recordação.

Esquemáticamente, a prática da atividade turística se revela através da viagem, ou deslocamento. E, nesse esquema, as dimensões se sucedem de forma que o primeiro ponto de convergência é a imaginação. Quando o indivíduo pode sonhar com o que está por vir através da viagem. Depois, a ação é a concretização do sonho, ou na prática a viagem acontecendo. Quando o viajante/turista experimenta novas sensações e emoções em contato com culturas variadas. E, por fim, a dimensão da recordação, que nada mais é do que a lembrança de tudo aquilo que foi vivido. Aqui se materializa o sentido da socialização das informações adquiridas no percurso da viagem. E quando ao narrar as aventuras, o indivíduo contagia o ouvinte que passa a querer conhecer o local visitado. O autor finaliza o texto assegurando que o turismo é uma atividade cultural de lazer, e, é também, fonte de conhecimento e de experiências sugestivas.

▪ **Leituras CELAZER nº 10**

Publicado em outubro/1980. [Artigo 4.](#)

Lazeres ativos e passivos: é possível tal classificação?

Finalmente, o último número de que dispomos é o da décima. Neste momento é publicado o artigo 4, de autoria de Dante Silvestre Neto. Seria possível, de fato, estabelecer distinção entre os lazeres, classificando as atividades entre passivas e ativas? E em que medida o passivo deve ser entendido como atitude limitada à assistência e o ativo como sinônimo de prática? A partir de tais questionamentos o autor expressa preocupação quanto ao comportamento das pessoas que têm pouca familiaridade com o tema do lazer, quando se demonstram reticentes a explicações que são contraditórias àquilo que já está estabelecido pelo senso comum.

Chama atenção, ainda, para o fato de que essa classificação é, com frequência, acompanhada de juízos de valor. Propõe que, em contrapartida, a questão em foco seja analisada sob outro prisma: que a interpretação da classificação lazer ativo / lazer passivo possa incidir não sobre a atividade, mas sim sobre o modo como é praticada. Quanto à perspectiva das programações de lazer, diz ele que as escolhas devem se dar não apenas com relação ao “o que fazer” e, sim, ao “como fazer”, pois é a partir daí que o indivíduo será conduzido à reflexão.

Depois de finalizada a análise dos dez números que integraram a Série *Leituras CELAZER*, julgamos oportuno descrever de forma sucinta a proposta metodológica oriunda do CELAZER, para solidificação dos conhecimentos produzidos no âmbito da Administração Regional do SESC-SP, com referência ao campo do lazer. A princípio, tomando como referencial a própria justificativa apresentada pelo CELAZER para o lançamento da publicação, temos exposta na contracapa a seguinte justificativa:

Leituras Celazer é uma publicação mensal do Centro de Estudos do Lazer da Administração Regional do SESC no Estado de São Paulo, localizado na Avenida paulista, nº 119, Capital. Cada número conterà, ou um resumo de debates técnicos, ou um artigo, ou um resumo de uma pesquisa.

Debates – A sociologia do lazer e da ação sócio-cultural constituem um vasto domínio de conhecimentos, cujas fronteiras se expandem e tangem os limites de vários outros setores do saber. Forma-se, assim, uma teia complexa de relações nem sempre suficientemente claras, o que dá ensejo à emergência de questões muitas vezes polêmicas, cujo encaminhamento encontra sua melhor estratégia em debates técnicos conduzidos com rigor.

Resumos de pesquisas – Na tentativa de conhecer a especificidade do fenômeno lazer entre nós, o CELAZER vem desenvolvendo pesquisas, cujos dados são indispensáveis ao planejamento de atividades que correspondam as necessidades, a um só tempo, da democratização do acesso dos beneficiários e da expressão cultural que o agente gerador dos programas deseja propor em suas práticas.

Artigos – a população utiliza seu tempo livre de acordo com as várias circunstâncias, num duplo movimento. Por um lado, fatores econômico, políticos e sociais provocam continuamente adaptações nas atividades de lazer, por outro, estas mesmas adaptações suscitam novas tendências no uso do tempo livre. O conhecimento dessas transformações tem particular interesse para o planejamento, já que modificam as relações e expectativas entre o beneficiário e a agência promotora. (SESC-SP, 1980, contracapa)

A partir desta colocação, cuja pretensão é situar o leitor quanto às especificidades da organização dos documentos textuais expostos na publicação, é interessante apreciarmos a forma como a Instituição, mais especificamente a Administração Regional do SESC-SP, a partir do pronunciamento do Coordenador da Equipe CELAZER, Professor Luis Octávio de Lima de Camargo, expressa preocupação constante com a causa do lazer, focando, com atenção redobrada, a produção do corpo técnico atuante no campo do lazer.

Nestes dez números analisados, contabilizamos textos de origens e com intenções distintas, o que nos leva a acreditar na expressividade e na força do CELAZER no SESC-SP. Foram publicados, ao longo dos dez meses decorridos de janeiro a outubro de 1980, quatro artigos, quatro resumos de pesquisa, um resumo de livro e iniciada a seção Debates. Essa produção foi de responsabilidade dos próprios integrantes do CELAZER, Mário Daminieli, Dante Silvestre Neto e Paulo Salles de Oliveira identificados, nas publicações, como assistentes da Coordenação do CELAZER.

Basicamente, os conteúdos trazidos a público por estes profissionais, técnicos de atividades do SESC-SP, refletem a linha de trabalho adotada pelo Centro de Estudos do Lazer que desde o momento em que foi instituído, por intermédio de Renato Requixa, quando no cargo de Diretor do Departamento Regional do SESC-SP, demonstrou clara preocupação com a produção institucional acerca do tema.

De forma comparativa, em se tomando as três séries de periódicos analisadas – *Cadernos de Lazer*, *Cadernos de Lazer Documentos* e *Leituras CELAZER* – é possível perceber que os procedimentos metodológicos adotados, para a publicação desta produção intelectual e científica, privilegiaram o intercâmbio de informações como estratégia de divulgação e promoção institucional, inclusive quanto ao público externo, haja vista que o *Cadernos de Lazer* foi publicado pela Editora Brasiliense. Entretanto, ficou evidente a preocupação com a promoção de estudos e pesquisas relacionados à cidade de São Paulo.

Não é possível afirmar por quais motivações teria o CELAZER agido de forma a incentivar, promover e prestigiar a produção de conhecimentos no âmbito de sua atuação local. Contudo, existe a hipótese de que, em consequência da concepção de Dumazedier sobre a ocorrência histórica do fenômeno lazer associada ao processo de industrialização das cidades em adiantado processo de industrialização, tenha Requixa adotado uma postura de relacionar a produção sobre o lazer à cidade de São Paulo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SESC emergiu de um contexto econômico, político e social em que ao Brasil abria-se dupla problemática: a conjuntura internacional refletindo as preocupações com a ascensão dos movimentos democráticos do pós-guerra e, internamente, as pressões inerentes ao incremento da urbanização e da industrialização, trazendo consigo o deslocamento acelerado da população rural para os centros urbanos.

Nascido poucos meses depois de o Brasil ter uma nova *Constituição Federal* que ampliou os direitos dos cidadãos, conservando a legislação trabalhista e eleitoral, desde o princípio, ao tornar pública as suas atribuições, ficara definido que o papel a ser desempenhado, em termos de assistência social, muito se assemelhava ao conjunto das democracias burguesas que se fortaleceram pós 1945, onde foi fundamental a promoção da incorporação das camadas populares ao processo político, afastando-se, contudo, qualquer aspecto revolucionário.

Neste contexto em que o aparelho estatal buscava a adequação necessária frente as demandas do desenvolvimento capitalista – intervindo na área econômica e estabelecendo condições para a expansão industrial em benefício da modernização da sociedade – é que se evidenciou o caráter urgente de reformulação das intervenções sociais. Depreende-se com isso que se nas relações com o capital o Estado procurou suprir e complementar com suas iniciativas, as deficiências do setor privado, no plano das relações com o trabalho agiu de forma mais incisiva, colocando em prática um conjunto de leis e medidas para sua regulação.

A legislação social, que começava a despontar a partir da Revolução de 1930, funcionou como aporte das condições que favoreceram a formação do mercado interno, imprescindível ao desenvolvimento das políticas de governo que pretenderam a substituição de importações. E isso acabou resultando na elevação do nível de vida dos trabalhadores e na conseqüente melhoria de seu poder aquisitivo. Outras necessidades se perfileram, e foi preciso ao Estado equacionar as questões de racionalização do trabalho, aumento da produtividade e qualificação da mão-de-obra, o que se concretizou por meio do incremento da formação técnica profissionalizante, supostamente mais adequada a atender aos requisitos do crescimento da industrialização.

Em vista de tais prerrogativas, o surgimento das instituições de caráter assistencialista, nos moldes do SESC na área social e do SENAC e SENAI na área de formação técnico-profissional, é decorrência de um movimento ampliado de enquadramento das classes trabalhadores à conformação do Projeto Político do Estado Novo.

Nesse sentido, é dado destaque a ênfase dada pelos documentos institucionais publicados imediatamente após o decreto de criação do SESC, ao objetivo primeiro da nova Entidade, qual fosse, a defesa do salário real do comerciário, aumentando a sua capacidade

aquisitiva, devendo para tanto promover a solução dos problemas domésticos, de saúde, alimentação, higiene, educação, prestação de serviço, barateamento dos artigos de consumo e outras atividades no SESC, surge com natureza claramente supletiva à ação do Estado no campo social, mais especificamente como entidade responsável por atuação supletiva ao Instituto de Aposentadoria e Pensão do Comerciante (IAPC), cabendo-lhe desenvolver atividades inexistentes ou incapazes de absorver satisfatoriamente a demanda deste instituto.

Se num primeiro momento, de 1946 ao início dos anos de 1950, a prioridade das ações empreendidas pelo SESC voltou-se para as práticas relativas à saúde, classificadas como funções preventivas: educação sanitária, exames periódicos de saúde (devido a alta incidência de casos de tuberculose, problema grave porque, inclusive, afastava o trabalhador do regime de trabalho), proteção à maternidade e à infância (serviços de assistência pré-natal, neonatal e a criança lactante ou durante o primeiro ano de vida). A partir das deliberações da *Convenção Nacional de Técnicos*, em 1951, observa-se, no comportamento da atuação institucional, a primeira transformação no sentido das prerrogativas.

Tratava-se do começo do deslocamento do eixo da saúde para a educação. É importante, contudo, situar que a orientação educativa que passava a caracterizar a filosofia e as práticas institucionais estava intrinsecamente relacionada as concepções de trabalho que embasavam a atuação dos assistentes sociais – que nas duas primeiras décadas de funcionamento do SESC predominavam no quadro técnico e desenvolviam grande parte das ações realizadas com os comerciantes e seus dependentes, dentro e fora do SESC, em espaços da comunidade. Uma possível interpretação para tal mudança nos parâmetros da atuação institucional naquele momento, perpassa pela suposição de que, assim agindo, estava o SESC corroborando com a estratégia social do Segundo Governo Vargas, que tentou conciliar os interesses econômicos da burguesia industrial com as demandas das classes médias urbanas e as reivindicações dos trabalhadores urbanos, base de sustentação do governo populista, com interesse de promover a ampliação das indústrias e o incremento do setor de serviços.

Ademais, foi preciso não perder de vista que a atitude de Vargas quanto à perspectiva de condução de seu governo, acompanhava a maneira de ser das democracias populistas, cuja expressão ideológica era o desenvolvimento nacionalista, que procurou conciliar interesses de classes em benefício da industrialização e, por isso, era importante conferir aos assalariados certa parcela de poder, o que fez por meio da criação de instituições de perfil democrático.

Ainda numa perspectiva de interpretação de suposta relação causa/conseqüência, para a compreensão do que poderia estar a motivar a decisão tomada pelo SESC, ao enfatizar a importância das práticas educativas em suas ações, é recorrente o fato de que o

populismo no Brasil teve como esteio o voto por sufrágio, mecanismo que deu conformidade a bases políticas onde primavam os propósitos populistas.

Nesse sentido, a restrição de votos aos analfabetos significava uma barreira que precisa ser transposta, e em caráter emergencial. Portanto, ao assumir que o voto tinha significativa importância para a manutenção do sentido da política de governo vigente, era preocupante a relevância do número de analfabetos no país. Para dirimir tal situação, tornou-se fundamental combater o analfabetismo e, para tanto, foram pensadas as campanhas de alfabetização de adultos. E o caminho seguido pelo SESC foi o da educação social.

Portanto, é viável a distinção entre a maneira de atuação do SESC, no momento posterior à sua criação, e a nova fase que se inaugurava a partir da década de 1950. Neste segundo momento, em que a prioridade voltou-se para a educação social, configurou-se a atitude assertiva da Instituição com relação a um tipo de educação informal, portanto distante e diferenciada da perspectiva da educação formal, dos bancos escolares. Seguiu-se, então, em direção a um tipo de atuação social que caminhava lado a lado com a ação cultural, que além de revelar-se estratégia apropriada à transmissão dos valores dominantes à consciência social, revelou-se o começo para a compreensão sobre a importância que o lazer já demonstrava no âmbito das ações e práticas institucionais, ainda que sob a bandeira da recreação.

De forma concreta, a primeira vez que um documento institucional fez menção ao lazer foi em 1969, por ocasião da *IV Convenção Nacional de Técnicos*, em Petrópolis/RJ. Tratava-se do *Anteprojeto das Diretrizes Gerais de Ação*, documento cuja aprovação ocorreria quatro anos depois de iniciados os debates e discussões que, no âmbito técnico-administrativo, já adiantavam a existência de experiências prévias no trato com o lazer. Experiências essas originadas tempos antes, com a atuação dos profissionais que desenvolviam ações de assistência a grupos, no caso, os assistentes sociais. Em 1973, a Resolução SESC nº 229, assinada pelo Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Jessé Pinto Freire, aprovou as *Diretrizes Gerais de Ação do SESC*, e o lazer passou a figurar como campo de ação prioritária da Instituição.

Descartada de nossa análise a perspectiva da coincidência – e corroborando a importância dos procedimentos exploratórios como base da metodologia de pesquisa adotada para investigação histórica – indícios apontaram que aquela decisão de incluir o lazer como prioridade das ações institucionais não haveria de se concretizar por acaso. Lembremos que, desde fins da década de 1960, o SESC já vinha lidando com a questão do lazer no âmbito técnico, fato este que fica comprovado quando, em 1969, a Administração Regional do SESC-SP, em ação conjunta com a Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de São Paulo, propõe a realização do *Seminário sobre Lazer*, com o subtítulo de: perspectiva para uma cidade que trabalha.

Dois anos depois, em 1971, quando o SESC completou 25 anos, uma publicação comemorativa denominada *SESC Ano do Jubileu*, publicada pelo Departamento Nacional, se referia ao lazer como setor da atuação institucional que havia adquirido expressividade naquele ano, juntamente com a alimentação e a saúde. Portanto, as *Diretrizes Gerais de Ação do SESC* referendaram a predisposição para a atuação institucional com o lazer, ainda que, internamente, muito pouco se soubesse acerca do tema.

É importante chamar a atenção, também, que para a aprovação deste documento institucional coube ao Departamento Nacional arregimentar esforços, junto aos técnicos das Administrações Regionais, no sentido de ratificar o propósito de encampar o ideal do lazer como cenário de sua atuação social. E, nesse sentido, a experiência da Administração Regional do SESC-SP foi fundamental para o resultado final. Durante o transcorrer dos anos que se seguiram à publicação das *Diretrizes Gerais de Ação*, o que se assiste no âmbito institucional é a ampliação dos debates em torno do tema lazer, e o SESC-SP torna-se o celeiro da produção intelectual que versa sobre a temática do lazer.

Além do interesse manifesto pelo corpo técnico integrado por orientadores sociais com atuação na área de ação comunitária – que já vinham empreendendo ações com características lúdico-recreativas junto às populações e que viram nas primeiras discussões sobre a compreensão conceitual do lazer, oportunidade para fundamentação do trabalho técnico em parâmetros científicos – foi também esta Administração Regional quem primeiro manifestou o interesse em ampliar as discussões e os debates sobre o tema.

A despeito desta constatação, é importante salientar que quando Joffre Dumazedier esteve pela primeira vez no Brasil, para participar de um evento destinado exclusivamente a discutir o lazer, o *I Encontro Nacional sobre o Lazer – cultura, recreação e educação física*, em 1975, foi o Departamento Nacional do SESC o responsável por trazê-lo. Quando Renato Requiza assume o cargo de Diretor Regional na Administração Regional do SESC-SP, Dumazedier é convidado para assessorar de perto as ações no campo do lazer, cujo interesse principal estava voltado para a capacitação dos profissionais atuantes na área.

A perspectiva de motivação do corpo técnico, por meio do incentivo à participação em treinamentos, cursos de capacitação e complementação de estudos, rendeu frutos no que concerne à produção de conhecimentos sobre o lazer, não apenas em âmbito institucional. De fato, foi a partir do incremento do SESC que o assunto lazer passou ao domínio público, e despertou o interesse das autoridades. Cabe, contudo, destacar que esse despertar de intenções para com o lazer, deu-se porque, do ponto de vista das pessoas interessadas no assunto, o lazer era visto como um fenômeno social moderno e problemático, pois na medida em que se ampliava o seu raio de ação, com mais tempo livre para os trabalhadores e sem a devida preparação das cidades para que as populações pudessem usufruir desse tempo livre com atividades de lazer, crescia o temor em relação à

falta de argumentos para a manutenção da submissão da população frente ao poder do Estado. Por isso, nada poderia ter sido mais intencional do que atrelar a função social do lazer à educação não-formal. Este foi o caminho escolhido pelo SESC, ao escolher o lazer como canal de comunicação para ampliar o raio de sua atuação social.

O pensamento de Dumazedier, mais do que a Sociologia do Lazer, serviu para embasar as intervenções neste novo campo da atuação institucional. Pretendeu-se, a partir dos ensinamentos do sociólogo, estabelecer as condições materiais para a sustentação das ações práticas e, ao mesmo tempo, foi sendo criada uma consciência institucional sobre os benefícios socioculturais alcançáveis por meio das práticas de lazer que acabou perpassando aos argumentos dos estudos e pesquisas que nasceram dos interesses do SESC, durante toda a década de 1970.

No que tange ao objetivo prioritário a que este estudo se propôs, qual seja, identificar as contribuições do SESC para a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil, na década de 1970, o rumo tomado pelos procedimentos de pesquisa – que por opção metodológica teve o percurso iniciado com uma breve incursão exploratória e investigativa na história de vida da Instituição, e onde o propósito era tentar perceber indícios sobre a origem de suas preocupações com o tema lazer – foi aos poucos revelando que as contribuições da Instituição para os estudos do lazer não dizia respeito pontualmente ao que havia sido produzido por seus técnicos, ou por um setor criado especificamente para que se pudesse estudar o lazer de forma aprofundada.

O que a pesquisa revelou é que foram as atitudes do SESC, mais do que as publicações dos periódicos analisados, que contribuíram para estimular estudos e pesquisas sobre o tema no país. Ao mesmo tempo, foi possível perceber que na temporalidade em que o estudo se inscreve, predominava certa tendência à padronização nos discursos, que viam o lazer como um produto do desenvolvimento urbano-industrial, e um problema para os centros urbanos, que precisavam estar prontos para enfrentá-lo a partir do planejamento dos espaços urbanos. Esse planejamento deveria prever tanto a instalação de equipamentos (esportivos e culturais) destinados às práticas de lazer, como soluções humanizadoras para a integração dos cidadãos.

Quanto às publicações emanadas do Centro de Estudos do Lazer – CELAZER SESC-SP, a análise dos textos que integram os *Cadernos de Lazer*, os *Cadernos de Lazer Documentos* e as *Leituras CELAZER*, contribuiu para que consideremos as mesmas como oportuna fonte de recursos para a divulgação do trabalho técnico desenvolvido, em especial pelo próprio SESC-SP, haja vista que parte considerável dos textos fala de experiências na cidade de São Paulo, ou se referem à cidade a título de exemplo para análises comparativas e/ou argumentativas.

Outra questão chama atenção, no caso específico do *Leituras CELAZER*, o fato de que apenas os integrantes do próprio CELAZER se revezassem na autoria dos textos publicados nos dez números analisados. Há casos em que os textos publicados são reedições de palestras proferidas em Seminários e Congressos e também há depoimentos colhidos de participantes destes eventos. Chamou atenção, igualmente, a maneira como esses periódicos foram editados. Alguns não possuem indicação do mês e ano de publicação, os três primeiros números do *Cadernos de Lazer* não dispõem de informações que permitam ao leitor identificar a formação e atuação profissional dos autores, da mesma forma que os textos não apresentam referenciais bibliográficos.

Em contrapartida, com frequência há, em cada um dos números, um item ao final das publicações, destinado à bibliografia, que se apresenta como uma lista com títulos de obras e autores a expressar as aquisições do CELAZER. Sobre as temáticas abordadas, predomina a heterogeneidade na exposição dos textos, que grosso modo dizem respeito a artigos com embasamento teórico, como é caso daqueles que são de autoria de Joffre Dumazedier, Renato Requixa e Gilberto Teixeira. Outros retratam pontos de vista muito específicos de profissionais que, não lidando diretamente com o lazer, situam suas falas na perspectiva do folclore, do urbanismo, da pedagogia.

Oportunamente, cumpre esclarecer que o exercício da pesquisa em si foi extremamente gratificante, primeiro pela oportunidade de ter podido mergulhar a fundo na história do Serviço Social do Comércio, buscando compreender, dentre as intenções de sua atuação social, porque o lazer (mais especificamente quando não se tinha o domínio do uso do termo, dizia-se recreação), ainda que subentendido em suas possibilidades e funções, foi utilizado como instrumento de planificação das ações assistenciais, desde os primórdios da existência do SESC. E também quando, e em que medida, passou a ser visto como objeto de caráter científico, servindo para alavancar as experiências de trabalho, promovendo e divulgando-as.

Quanto a perspectiva metodológica, ao arrolar os fatos e a documentação com a qual vimos lidando desde que o exercício desta pesquisa foi iniciado, a pretensão era dar voz à história institucional e, para isso, dentre as escolhas possíveis, ao optar pelo discurso oficial, sabíamos que ir ao encontro das fontes seria, também, estabelecer diálogos. Foi assim que teve início o exaustivo exercício de experimentação.

Lidando com formas distintas de investigação, as ocorrências do passado se revelaram de várias maneiras: no contato com documentos de época, na análise da bibliografia, através da iconografia. Em busca de indícios, fomos colocados no rumo certo, no time do acontecimento. No caso da história do SESC, o valor do aprendizado foi sendo revelado a cada dia, fazendo perceber que a compreensão dos fatos, em si, não se daria pela simples observação do que lhes é peculiar. Fundamental foi pensar que os

antecedentes ao fato deveriam ser incorporados ao dilema principal, sob pena de se incorrer em incoerências. Por isso, em vista da natureza da própria intenção do estudo, o tratamento histórico predominou ao longo do processo de escrita. Mas fica, contudo, o desejo de continuar, pois o trabalho ora apresentado, em nenhuma hipótese esgota as inúmeras possibilidades de leitura sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social Brasileiro – 1947 a 1961. *Serviço Social & Realidade*. Franca, v. 17, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/search/authors/view?firstName=Angela&middleName=Rodrigues%20Alves&lastName=ANDRADE&affiliation=Faculdade%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Direito%20e%20Servi%C3%A7o%20Social&country=BR>>. Acesso em 04.junho.2012.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luís. *Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Cia. das Letras. 1998.
- ALMEIDA, Mario de. *Confederação Nacional do Comércio 60 Anos*. Rio de Janeiro: MCE Gráfica e Impressora Ltda, 2005.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica*. In: GIACOMONI, James (org.); PAGNUSSAT, José Luiz (org.). *Planejamento e orçamento governamental*; coletânea. Brasília: ENAP, 2006, 2 v. Disponível em <http://www.enap.gov.br>. Acesso em 08.setembro de 2012.
- AMARAL, Silvia Cristina Franco; NUNES JR, Paulo Cezar. Trajetórias do lazer no Brasil: memoriais de Ethel Bauzer Medeiros. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v.14, n 3, set/2011.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1995.
- BISAGGIO, Hilda Cruz Viana. *Serviço social e lazer: anúncio de uma experiência*. 1983. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *SESC 50 Anos*. São Paulo: DBA, 1997.
- BRASIL. *Decreto nº 4.682*, de 24 de janeiro de 1923. Crêa, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4682-24-janeiro-1923-538815-publicacaooriginal-90368-pe.html>>. Acesso em 06.julho.2012.
- _____. *Decreto nº 19.433*, de 26 de novembro de 1930. Crêa uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/versao-integral-do-decreto-7.htm>>. Acesso em 06.julho.2012
- _____. *Decreto nº 20.465*, de 01 de outubro de 1931. Reforma a legislação das Caixas de Aposentadoria e Pensões. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20465-1-outubro-1931-500674-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 16.julho.2012
- _____. *Decreto nº 22.872*, de 29 de junho de 1933. Crêa o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, regula o seu funcionamento e dá outras providências. Disponível

em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1933/22872.htm>>. Acesso em 16.julho.2012

_____. *Decreto nº 21.186*, de 22 de março de 1932. Regula o horário para o trabalho no comércio. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21186-22-marco-1932-524876-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 16.julho.2012

_____. *Decreto nº 21.364*, de 04 de maio de 1932. Regula o horário para o trabalho industrial. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21364-4-maio-1932-526751-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 16.julho.2012

_____. *Decreto nº 21.369*, de 17 de junho de 1932. Aprova o projeto e orçamento na importância de 68:970\$564, para construção de um desvio de cruzamento e de duas casas para moradia de pessoal, no quilômetro 235, da linha Santa Maria-Marcelino Ramos, da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21369-6-maio-1932-524898-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 16.julho.2012

_____. *Decreto nº 21.471*, de 06 de junho de 1932. Extingue na Inspetoria dos Serviços de Profilaxia do Departamento Nacional de Saúde Público, um lugar de servente de 2ª classe. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21471-6-junho-1932-515896-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 17.julho.2012

_____. *Decreto nº 20.068*, de 30 de novembro de 1945. Reconhece a Confederação Nacional do Comércio. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20068-30-novembro-1945-480483-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 17.julho.2012

_____. *Decreto Lei nº 9853*, de 13 de setembro de 1946. Atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19853.html>. Acesso em 04.junho.2012

_____. *Decreto nº 61.836*, de 05 de dezembro de 1967. Aprova o Regulamento do Serviço Social do Comércio (SESC) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D61836.htm>. Acesso em 17.julho.2012

CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, Maria Bernadete Oliveira de. Nacionalismo e classes produtoras. *Revista Espaço Acadêmico*, n.54, Nov/2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/054/54carvalho.htm>>. Acesso em 18.junho.2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Conferência das Classes Produtoras do Brasil. *Carta Econômica de Teresópolis*. Rio de Janeiro, maio de 1945.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, I, 1943, Rio de Janeiro. *Atas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1945.

CORRÊA, Aline Amoedo. *A construção da modernidade e o controle do não-trabalho na sociedade brasileira: uma análise das propostas do Serviço Social do Comércio (SESC)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

DELGADO, Ignacio Godinho. O empresariado industrial e a gênese das políticas sociais modernas no Brasil. *Revista de História, Juiz de Fora*, v. 13, n. 2, p. 135-160, jul.- dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/edicoes-anteriores/volume-13-numero-2-jul-dez-2007/o-empresariado-industrial-e-a-genese-das-politicas-sociais-modernas-no-brasil-ignacio-godinho-delgado/>>. Acesso em 06.agosto.2012.

DE GRAZIA, Sebastian. *Tiempo, trabajo e ocio*. Madri: Tecnos, 1966.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *Questionamento teórico do lazer*. São Paulo: SESC, 1975.

_____. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

_____. *Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão*. Biblioteca Científica – Série Lazer 1. São Paulo: SESC-CODES/DICOTE-CELAZER, 1980a.

_____. *Planejamento de lazer no Brasil: valores e conteúdos culturais do lazer*. Biblioteca Científica – Série Lazer 3. São Paulo: SESC, 1980b.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

FERREIRA, Acácio. *Lazer operário: estudo de organização social das cidades*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

FERREIRA, Jorge (org). *A invenção do populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

_____; _____. *O Brasil republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

_____; _____. *O Brasil republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A criação do SESI e SESC: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

FRIEDMANN, Georges. *O trabalho em migalhas*. Série Debates, Ciências Sociais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

GIACOMONI, James (org.); PAGNUSSAT, José Luiz (org.). *Planejamento e orçamento governamental*; coletânea. Brasília: ENAP, 2006, 2 v. Disponível em <http://www.enap.gov.br>. Acesso em 08.setembro de 2012.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Ângela de Castro; PESSANHA, Eliana; MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Arnaldo Sussekind: um construtor do Direito do Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2004.

GOMES, Cristina Marques. *Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil: breve trajetória histórica*. Rio de Janeiro: SESC, 2004.

GOMES, Christianne Luce. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

GOMES, Christianne Luce (org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor A. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Revista Movimento*, Porto Alegre, n.19, 2003.

GONÇALVES, Cléber Augusto; MELO, Victor Andrade. Lazer e urbanização no Brasil: notas de uma história recente (décadas de 1950/1970). *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 15, nº3, p. 249-271, jul.-set. 2009.

HAFFNER, Jacqueline A. Hernández. *CEPAL: uma perspectiva de desenvolvimento latino-americano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

HUZINGA, Johan. *Homo Ludens*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora Ltda, 1980.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano industrial no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

KERECKI, Márcio; SANTOS, Miguel. Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG): do milagre econômico ao fim do sonho. *Revista Historiador*, nº 02, Ano 2. Dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em: 15.novembro de 2012.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva: 1967-1969. *Revista Economia contemporânea*, Rio de Janeiro, 10(3): 453-489, set./dez., 2006.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938)*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MALLOY, James M. A política de previdência social no Brasil: participação e paternalismo. *DADOS*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 3, 1973.

MASCARENHAS, Fernando. *O lazer como prática da liberdade*. Goiânia: Editora da UFG, 2003

MARCASSA, Luciana. *A Invenção do Lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

_____. (org.). *Lazer e cultura*. Campinas. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. *Lazer no planejamento urbano*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, Serviço de Publicações, 1971.

MELO, Victor Andrade (org.). *Lazer: olhares multidisciplinares*. Campinas: Editora Alínea, 2010.

MUNNÉ, Frederic. *Psicosociologia del tiempo libre: un enfoque crítico*. México: Trilhas, 1980.

MUNNÉ, Frederic; CODINA, Núria. Ócio y tempo libre: concideraciones desde uma perspectiva psico-social. *Revista Licere*. Belo Horizonte, v.5, n. 1, p. 59-72, set.2002. In: GOMES, Christianne Luce (org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

PALMA FILHO, João Cardoso (org.). *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação – História da Educação*. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP e Santa Clara Editora, 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In: FERREIRA; DELGADO. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. *Estudos do lazer no Brasil: apropriação das obras de Marx e Engels*. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça *et al.* Arquivo referente aos estudos do lazer no Brasil. Reunião Anual da SBPC, 60, 2008, Campinas. *Anais eletrônicos...* São Paulo: SBPC/UNICAMP, 2008.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. Primeiro ciclo dos estudos do lazer no Brasil: contexto histórico, temáticas e problemáticas. In: *Jornada do HISTDBR*, VIII, 2008, São Carlos. *Sociedade, Estado e Educação: um balanço do século XX e perspectivas para o século XXI*. Campinas/São Carlos: HISTEDBR UNICAMP UFSCAR, 2008.

_____; _____. O segundo ciclo dos estudos do lazer no Brasil (1968-1979). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, VIII, 2009, Campinas. *Anais... História, Sociedade e Educação no Brasil. História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do Século XX*. v.3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RAGO, Margareth. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do Século XX*. v.3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

REQUIXA, Renato Antônio Quadros de Souza. *As dimensões do lazer*. São Paulo: SESC, 1974.

_____. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

_____. Renato Requixa. (depoimento, 2001). Projeto Garimpando Memórias. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEF/UFRGS, 2004. Entrevista concedida a Christianne Gomes.

RIESMAN, David. *A multidão solitária: um estudo da mudança de caráter americano*. Coleção Debates, Ciências Sociais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

RUFINO, Fábio Bastos. História, Direito e política: Arnaldo Sussekind e a consolidação das leis do trabalho no Brasil – um olhar retrospectivo. *Revista Historiador*, n. 02. Ano 02, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em 22.julho.2012

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *O prazer justificado: história e lazer* (São Paulo. 1969/1979), São Paulo: Editora Marco Zero/MCT/CNPq, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil*. v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (Departamento Nacional). *A Previdência Social e o Serviço Social do Comércio*. Rio de Janeiro: SESC-DN, 1957.

_____. *1ª e 2ª Convenções Nacionais de Técnicos do SESC*. Rio de Janeiro: SESC-DN, 1957.

_____. *Fundamentos teóricos da ação do SESC*. Rio de Janeiro: SESC-DN, 1962.

_____. *Convenções Nacionais de Técnicos do SESC* (1951 – Bertioga, 1956 – Belo Horizonte, 1961 – Macaé). Rio de Janeiro: SESC-DN, 1969.

_____. *Carta da Paz Social*. Rio de Janeiro: SESC-DN, 1971.

_____. *Convenções Nacionais de Técnicos*. Rio de Janeiro: SESC-DN, 1972a.

_____. *SESC Ano do Jubileu*. Rio de Janeiro: SESC-DN, 1972b.

_____. *Diretrizes Gerais de Ação do SESC*. Rio de Janeiro: SESC-DN, 1973.

_____. 1º Seminário Nacional sobre o lazer. *Boletim de Intercâmbio*, Rio de Janeiro, n. 20, dez. 1974.

_____. *Legislação do SESC*. Rio de Janeiro: SESC-DN, 1976.

_____. *Anais do 1º Encontro Nacional sobre o Lazer: cultura, recreação e Educação Física 1975*. Rio de Janeiro: SESC-DN, 1977.

_____. FIORE, Maria Heloísa M. de Araújo (coord.). *Origens e implantação do Programa de Lazer no SESC*. Rio de Janeiro: SESC-DN, Centro de Estudos e Informação, Seção de Estudos e Pesquisas, 1981.

_____. *Anais do I Congresso Brasileiro de Economia 1943*, v. I, II e III. Rio de Janeiro: Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1987.

_____. *Lazer e Ação Comunitária*. São Paulo: SESC-SP, 1973.

_____. *Cadernos de Lazer nº 1*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

_____. *Cadernos de Lazer nº 2*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

_____. *Cadernos de Lazer nº 3*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

_____. *Cadernos de Lazer nº 4*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

_____. *Leituras CELAZER nº 1*. São Paulo: SESC-SP, 1980a.

_____. *Leituras CELAZER nº 7*. São Paulo: SESC-SP, 1980b.

SIMONSEN, Roberto Cochrane; GUDIN, Eugenio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3 ed. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/Simonsen_Vol.2.pdf>. Acesso em 02.junho.2012.

STEPANSKY, Daizy Valmorbida. *Origens e criação do Serviço Social do Comércio*. Rio de Janeiro: SESC-DN, 1980.

SUSSEKIND, Arnaldo. *Recreação operária*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1958.

TEIXEIRA, Charles Medeiros. *A controvérsia sobre o planejamento na economia brasileira: Gudin x Simonsen*. 2007. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

VIANNA, Marly de Almeida G. *O PCB, a ALN e as insurreições de novembro de 1935*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. *A constituição do lazer como um campo de estudos científicos no Brasil: implicações do discurso sobre a cientificidade e autonomia deste campo*. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, 2000, Balneário Camboriú. *Coletânea...* Balneário Camboriú: Roca/Universidade do Vale do Itajaí, 2000.

